



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**“A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus”:
os discursos religiosos e científicos do *Colégio Diocesano*
Pio X - Paraíba (1910 - 1954)**

ALEXANDRO DOS SANTOS

Orientador (a): Dra. Cláudia Engler Cury
Linha de Pesquisa: História da Educação

JOÃO PESSOA – PB
2020

ALEXANDRO DOS SANTOS

**“A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus”:
os discursos religiosos e científicos do *Colégio Diocesano*
Pio X - Paraíba (1910 - 1954)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (*Stricto Sensu*), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientador (a): Dra. Cláudia Engler Cury

JOÃO PESSOA – PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237a Santos, Alexandro Dos.

"A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus": os discursos religiosos e científicos do Colégio Diocesano Pio X - Paraíba (1910 - 1954) / Alexandro Dos Santos. - João Pessoa, 2020.
270 f.

Orientação: Cláudia Engler Cury.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE-PPGE.

1. Colégio Diocesano Pio X. 2. Cultura escolar. 3. Medicina. 4. Religião. 5. Cultura Física. I. Cury, Cláudia Engler. II. Título.

UFPB/BC

**“A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus”:
os discursos religiosos e científicos do Colégio Diocesano
Pio X - Paraíba (1910 - 1954)**

BANCA EXAMINADORA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

A BANCA EXAMINADORA, TENDO EM VISTA A EXPOSIÇÃO ORAL APRESENTADA
PELO DOUTORANDO ALEXANDRO DOS SANTOS E PROCEDIDA A ARGUIÇÃO
PERTINENTE AO TRABALHO FINAL, CONSIDEROU A TESE:

☒ APROVADA
☐ INDETERMINADA
☐ REPROVADA

MEMBROS - BANCA EXAMINADORA	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Claudia Engler Cury (Orientadora)	PPGE/CE/UFPB	<i>[Assinatura]</i>
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro	PPGE/CE/UFPB	<i>[Assinatura]</i>
Jean Carlo de Carvalho Costa	PPGE/CE /UFPB	<i>[Assinatura]</i>
Vivian Galdino de Andrade	PPGH/UFCG	<i>[Assinatura]</i>
Azemar dos Santos Soares Júnior	PPGED/UFRN	<i>[Assinatura]</i>

João Pessoa, 26 de março de 2020

DEDICATÓRIA

À minha família: meu porto seguro...

AGRADECIMENTOS

A escrita desta tese não teria sido possível sem os apoios que recebi das inúmeras instituições de pesquisa por onde passei e fui acolhido: *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)*, *Arquivo Eclesiástico da Paraíba*, *Biblioteca Átila de Almeida*, *Biblioteca da Secretária Municipal de Educação do Município de Esperança-PB* e o *Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande*. Às instituições e aos seus funcionários, meus mais sinceros agradecimentos.

À *FAPESQ/PB-CAPES*, pela bolsa de estudos que possibilitou a concretização da pesquisa.

Agradeço aos professores do Doutorado em Educação da UFPB, aos secretários e à Coordenação do Programa.

Aos colegas do curso, pela parceria e companheirismo, pela troca de carinho, pela amizade. Um agradecimento especial aos colegas da Linha de Pesquisa História da Educação do PPGE/UFPB: Enoque, Cecília, Regina Brito, Regina Silveira, Daniela, Betânia e Juliana, pelo conhecimento compartilhado e adquirido.

À professora Cláudia Engler Cury, minha orientadora, a qual, no período de pesquisa e escrita do trabalho, demonstrou sensibilidade, amizade, carinho e compromisso no processo de orientação, lendo, corrigindo, apontando os eventuais equívocos e mostrando os caminhos teóricos, conceituais e metodológicos que possibilitaram o desenvolvimento desta tese.

Aos professores e amigos Iranilson Buriti e Regina Coelli, pelos inúmeros aprendizados que, conquistados desde a graduação, passando pelo mestrado em História no PPGH/UFCG, possibilitaram o meu ingresso no doutorado.

Aos professores Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, Jean Carlo de Carvalho Costa, Azemar Soares e Vivian Galdino por terem aceitado o desafio de realizarem a leitura do texto e comporem a banca de avaliação.

Agradeço à minha família, em especial, aos meus pais, João e Joana, responsáveis diretos pela realização deste sonho, e aos meus irmãos, Sandra, Simone e Fábio, pelo carinho.

A todos (as), deixo meus sinceros agradecimentos!!!

*Não me pergunte quem sou e não me diga
para permanecer o mesmo (FOUCAULT, M.,
1997).*

RESUMO

A presente tese insere-se no campo de pesquisa da História da Educação e analisa os discursos religiosos elaborados pelo *Colégio Diocesano Pio X* que se ampararam nos dizeres e fazeres da ciência para conduzir as culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar* no período de 1910 a 1954, gestando, por sua vez, uma sensibilidade escolar para um corpo discente dito forte, são e saudável. Para tanto, problematizo os discursos médicos, religiosos, cívicos, patrióticos, militaristas e pedagógicos que circularam nas páginas de jornais, revistas e anuários produzidos na Paraíba durante o recorte proposto pela pesquisa, a saber: *A União*, *A Imprensa*, a *Revista do Ensino da Paraíba*, *Atualidades Pedagógicas* e a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, além do *Anuário Eclesiástico da Paraíba* e das *Cartas Pastorais* de autoria de Dom Aauto. Como aporte teórico-metodológico, adotei as contribuições de Michel Foucault através dos conceitos de Poder Disciplinar, Biopoder e Discurso, afim de refletir sobre a construção do projeto religioso e científico do Colégio, buscando analisar as práticas de higiene, cultura física e cívica direcionadas aos escolares. Nesse percurso, dialogo com as formulações teóricas de Dominique Juliá e Antônio Vinão Frago, sobre o conceito de Cultura Escolar, e de Sandra Jatahy Pesavento, a respeito do tema da História das Sensibilidades. Também dialogo com o campo da História da Saúde, Educação e Corpo, para lançar luz sobre estas áreas de pesquisa. Os resultados alcançados mostraram que a criação do Colégio fez parte de um projeto mais amplo e audacioso do primeiro bispo do estado, Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques, de “reconstrução social” de parte da população paraibana através da educação, alinhando-se aos discursos em voga na época em defesa da romanização da sociedade, evidenciando, dessa maneira, que o ensino de higiene, educação física e cívica foi responsável por colocar em prática um projeto de educação que atuava sobre o corpo dos jovens, modelando-o, disciplinando-o, adestrando-o, medicalizando-o e pedagoziando-o.

Palavras-chave: *Colégio Diocesano Pio X*. Cultura escolar. Medicina. Religião. Cultura Física.

ABSTRACT

This doctoral dissertation, located in the field of History of Education, analyzes the religious and scientific discourses elaborated by the board of the educational institution *Colégio Diocesano Pio X*, that supported the words and do science to lead as hygienic, practical and civic cultures in order to promote a school culture in the period from 1910 to 1954 generating, in turn, a school sensitivity towards a strong, healthy and healthy student body. To this end, I problematized the medical, religious, civic, patriotic, militaristic, and pedagogical discourses publicized on newspapers, journals, and yearbooks edited in Paraíba from 1910 to 1954, namely: *A União*, *A Imprensa*, *Revista do Ensino da Paraíba*, *Atualidades Pedagógicas*, *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, *Anuário Eclesiástico da Paraíba*, and the pastoral letters written by Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. As for the theoretical and methodological frameworks, I drew on Michel Foucault's work on disciplinary power, biopower, and discourse to reflect upon the construction of the religious and scientific project of this educational institution with a view to investigating the practices of hygiene, physical and civic culture intended for pupils. Accordingly, I engaged in dialogue with Dominique Juliá and Antônio Vinão Frago on school culture, and with Sandra Jatahy Pesavento on the History of Sensitivities. In addition to these, I also drew on the field of History of Health, Education, and Body in order to shed light on the areas of research under study. Results demonstrated that the creation of the Colégio Diocesano Pio X was part of a broader and bolder project of "social reconstruction" of part of the state population through education, enacted by the first bishop of the state of Paraíba, Dom Adauto. Thus, it showed to be in line with contemporary discourses that, by that time, defended the Romanization of society, stressing that the teaching of hygiene, physical and civic education was responsible for materializing an educational project that acted upon the body of the youth to have this body modeled, disciplined, trained, medicalized, and taught.

Keywords: Colégio Diocesano Pio X. School culture. Medicine. Religion. Physical Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grupo geral dos alunos	50
Figura 2 – Revista do Colégio Diocesano Pio X.....	51
Figura 3 – Edição comemorativa da <i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	60
Figura 4 – O Pio X no Convento de S. Francisco	64
Figura 5 – “1903 – Largo da Igreja de São Francisco, vendo-se ainda à direita o <i>Colégio Diocesano Pio X</i> ”	65
Figura 6 – “ <i>Colégio Pio X</i> ”	67
Figura 7 – “Revdmo. Ir. Marius Eloi – Diretor Marista do Colégio Diocesano Pio X”	69
Figura 8 – “Curso de admissão”	77
Figura 9 – “Aula de Dacttlographia”	78
Figura 10 – “Nova capela do Colégio inaugurada a 15 de Agosto”	81
Figura 11 – Novo Prédio do <i>Colégio Diocesano Pio X</i>	82
Figura 12 – “Flagrante das terceiras provas parciais”	87
Figura 13 – “O internato do Colégio”	98
Figura 14 – “Aspecto do museu do <i>Colégio</i> , reorganizado na atual administração, com as novas vitrines e a importante galeria de brasileiros ilustres”	102
Figura 15 – Salão de Estudos	103
Figura 16 – Aula de Física e Química	104
Figura 17 – Uma aula no salão de geografia, inaugurado em princípio deste ano.....	105
Figura 18 – Aula de História Natural	107
Figura 19 – “Vista parcial do Laboratório – Seção de Física”	109
Figura 20 – Arcádia do Pio X.....	116
Figura 21 – Aula de <i>gymnastica</i> sob a direcção do prof. Arthur de Oliveira.....	123
Figura 22 – Mens sane in corpore sano	136

Figura 23 – O dedicado e incansável Prof. Renato Hortencio da Silva, o qual exerce verdadeira ação dinâmica pela educação física	137
Figura 24 – Campo de foot-ball do Collegio.....	155
Figura 25 – A primeira mão para o novo estádio	156
Figura 26 – Campeonato Collégial.....	157
Figura 27 – O invencível primeiro <i>team</i> de <i>foot-ball</i>	158
Figura 28 – O valoroso segundo quadro de <i>foot-ball</i>	159
Figura 29 – O futuroso <i>ROYAL S. C.</i> : Vencedor do <i>Campeonato da Liga Esportiva</i> dos alunos internos	161
Figura 30 – O diplomata <i>team</i> de <i>Foot-Ball</i> do <i>América S. C.</i>	162
Figura 31 – O esforçado <i>team</i> de <i>foot-ball</i> do <i>Flamengo S. C.</i>	162
Figura 32 – O valoroso <i>team</i> de <i>volley-ball</i> do <i>Royal S. C.</i> , Vencedor no <i>Campeonato da Liga Esportiva</i> dos alunos internos	165
Figura 33 – O <i>team</i> de <i>Volley-Ball</i> do <i>Flamengo S. C.</i>	166
Figura 34 – O prometedor <i>team Volley-Ball</i> do <i>América S. C.</i>	166
Figura 35 – Glorioso <i>team</i> do 3º anno serial vencedor do <i>Campeonato de Volley-ball</i>	167
Figura 36 – Valorosa equipe de <i>volley-ball</i> do <i>Collegio</i>	168
Figura 37 – Dr. Helio Pessoa.....	189
Figura 38 – A Paraíba em homenagem ao Pres. Vargas	207
Figura 39 – A parada da juventude escolar	211
Figura 40 – Em marcha impecável o nosso exército Colegial segue o seu itinerário	222
Figura 41 – O <i>Colégio Diocesano “Pio X”</i> no “Dia da Juventude”.....	223
Figura 42 – O Snr. Arcebispo, ladeado pelo Pe. Diretor e professores do Colégio, presenciou ao solene desfile.....	225
Figura 43 – Resultado do Exame	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos produzidos por pesquisadores paraibanos sobre os temas: higiene, educação física, medicina, corpo, saúde e doenças	31
Quadro 2 – Revista do Colégio Diocesano Pio X	34
Quadro 3 – Colégios Católicos da Diocese da Parahyba do Norte (1894-1909)	56
Quadro 4 – Fases do <i>Colégio Diocesano Pio X</i>	63
Quadro 5 – Regulamentos para a obtenção do grau de Inspeção Permanente pelas Instituições de Ensino Particular.....	73
Quadro 6 – Os cursos do <i>Colégio Diocesano Pio X</i>	96
Quadro 7 – “Regras geraes para a execução dos exercícios phisicos”	130
Quadro 8 – Livro: Educação Física: Raízes Europeias e Brasil (2004)	143
Quadro 9 – Cópia do registro das visitas sanitárias escolares dos meses de fevereiro e março de 1917	170
Quadro 10 – Lista de alunos inscritos e aprovados no curso de Ensino de Instrução Militar do <i>Colégio Diocesano Pio X</i>	231
Apêndice – Quadro 11 – Paróquias criadas por Dom Adauto.....	263

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – COSTURANDO FIOS, TECENDO HISTÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO.....	14
1.1 Do percurso de uma pesquisa: algumas considerações	14
1.2 Dos diálogos teórico-metodológicos: algumas escolhas	25
1.3 Dos locais de pesquisa à exposição das fontes: alguns apontamentos	30
 CAPÍTULO 2 – DO INÍCIO DE UMA HISTÓRIA: O EXEMPLO DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X	45
2.1 Da <i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i> : educação, imprensa educacional e publicidade	46
2.2 Da educação religiosa às escolas confessionais	53
2.3 Da criação do <i>Colégio Diocesano Pio X</i> : o projeto de “reconstrução social” da Paraíba..	58
 CAPÍTULO 3 - DA PEDAGOGIA DO ESPAÇO: CULTURA ESCOLAR E MATERIAL NO COLÉGIO DIOCESANO PIO X	79
3.1 Da aquisição do terreno à construção do “novo prédio”	80
3.2 Da autorização para funcionar como Colégio	90
3.3 Do programa de ensino à divisão dos cursos.....	95
3.4 Da organização interna à disciplina e práticas educativas.....	101
3.5 Do projeto de equiparação.....	112
3.6 Da <i>Arcádia</i> à formação literária no <i>Colégio Diocesano Pio X</i>	114
 CAPÍTULO 4 - DA PEDAGOGIA DO CORPO: A CULTURA FÍSICA CONQUISTA A ESCOLA.....	118
4.1 Da fortaleza de corpos vigorosos: a cultura física	118
4.2 Do <i>in corpore sano</i> : a educação física sob o olhar médico-pedagógico	129
4.3 Dos <i>physicamente garbosos</i> : a ginástica sueca	140
4.4 De corpos fortes e vigorosos: o <i>foot ball</i>	149
4.5 Da agilidade, destreza e resistência: o <i>volley ball</i>	163

CAPÍTULO 5 - DA PEDAGOGIA DA HIGIENE: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO HÍGIDO DE EDUCAÇÃO	169
5.1 Da higiene: os preceitos da ordem médica	170
5.2 Dos hábitos sadios: a higiene bucal	185
5.3 Em nome da saúde: a Influenza Espanhola	193
 CAPÍTULO 6 - DA PEDAGOGIA DA PÁTRIA: A CULTURA CÍVICA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X	202
6.1 Da educação cívica: o civismo como ideal social	202
6.2 Do Dia da Pátria: o civismo como agente modelador de corpos.....	213
6.3 Das cerimônias: a mobilização da juventude paraibana	220
6.4 Da Escola de Instrução Militar: a militarização do corpo	229
 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
 REFERÊNCIAS	245
 FONTES E ACERVOS	256
 APÊNDICE.....	263

CAPÍTULO 1 - COSTURANDO FIOS, TECENDO HISTÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO

1.1 Do percurso de uma pesquisa: algumas considerações

Capital paraibana¹. Terça-feira, 24 de Novembro de 1914. O palco para o espetáculo estava pronto. A organização do evento cuidava dos últimos detalhes. O público, aos poucos, ia ocupando os últimos assentos. Na plateia, estavam presentes: intelectuais, professores, alunos, pais, padres, médicos, entre outros, além “exmo. Sr. Dr. Castro Pinto, mui digno presidente do Estado”². A audiência estava ansiosa para ouvir o que tinha a dizer o palestrante mais aguardado do dia: o “alumno José Lyra, por ocasião do encerramento do 21º anno lectivo do *Collégio Diocesano Pio X*, desta capital”. Segundo José Lyra, aluno do *Colégio Diocesano Pio X*³:

Aqui, senhores, na communhão santa e abençoada da vida de collegio, recebemos a luz que nos illustra e aperfeiçoa, e com os conhecimentos *physicos e intellectuaes*, os *princípios Moraes*, proporcionados a maneiras pelos nossos mestres, que se esforçam por oferecer à *pátria* não só homens sábios, *homens vigorosos*, mas também *homens de caráter*, *homens de tempera rígida*, *homens bem formados*, em uma palavra – *homens* (A IMPRENSA, 1914, p. 2, grifos nossos).

¹ Até 1930, a capital do estado respondia pelo nome de Parahyba, e o estado pelo de Parahyba do Norte. Após a morte do então presidente do estado João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, a capital passou a ser chamada de João Pessoa, em sua homenagem. Já o estado, desde então, passou a responder pelo nome de Paraíba. Para a escrita da presente tese de doutoramento, optei por usar, ao longo da narrativa, as nomenclaturas atuais: João Pessoa, ao me referir à capital do Estado, e Paraíba, ao me referir ao estado propriamente dito.

² João Pereira de Castro Pinto nasceu em Mamanguape, em 3 de Dezembro de 1863, e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de Julho de 1944. Foi um político magistrado e professor brasileiro. Castro Pinto fez os primeiros estudos no *Colégio Rio Branco*, na capital estadual, e o curso de Humanidades, equivalente ao Ensino Médio atual, no *Liceu Paraibano*. Graduou-se em direito pela *Faculdade do Recife*, em 1886. Filho de José Pereira de Castro Pinto e Maria Ricarda Cavalcanti de Albuquerque, exerceu diversas funções na área jurídica e trabalhou também como jornalista. Antes de se eleger deputado à *Assembleia Constituinte pela Paraíba*, reeleito em 1886, foi promotor público em sua cidade natal e juiz federal substituto.

³ A autorização para funcionar como colégio só saiu no ano de 1948. Mesmo assim, optei por utilizar ao longo de toda a narrativa da tese a nomenclatura de *Colégio Diocesano Pio X*, por ser dessa forma que as fontes aqui trabalhadas se referem à instituição durante o período aqui estudado. De acordo com Soares Júnior (2015, p. 9), o *Colégio Diocesano Pio X* trata-se de uma escola católica criada “em 04 de março de 1894 após um plano de reconstrução do primeiro bispo da Paraíba, D. Adaucto de Miranda Henriques, ficando instalado provisoriamente no palacete Abiahy, então residência episcopal, transferiu-se logo depois para o Convento São Francisco, onde permaneceu por dezesseis anos funcionando junto ao seminário, porém, cada um com seu regime. Em 1927, os Irmãos Maristas foram convidados a assumir a direção da escola. Seu primeiro diretor foi o Ir. Mário Elói, cujo mandato se estendeu até 1934, quando o *Colégio Diocesano Pio X* retornou à Diocese por término de contrato. Em 1943, atendendo ao convite de Dom Moisés Coelho e do Dr. Ruy Carneiro, então Interventor Federal, os Irmãos Maristas reassumiram a Direção do colégio. Para o cargo, foi designado o Ir. Antônio Reginaldo, que reabriu o *Colégio Diocesano Pio X* com 390 alunos. Essa ordem ainda é possível pela gerência da escola”. No decorrer da narrativa, o leitor terá mais informações da história do *Colégio Diocesano Pio X*.

Em seu discurso, o jovem José Lyra fez questão de exaltar a importância da trindade pedagógica⁴, formada pelas qualidades físicas, intelectuais e morais (religiosas e científicas)⁵, para a formação daqueles que representavam o futuro da nação e da Paraíba. Sua fala fazia parte dos ideais defendidos por médicos-higienistas, professores e religiosos que integravam o corpo docente do *Colégio Diocesano Pio X*, que viam na educação de cunho religioso e científico o caminho mais curto para o cumprimento dos objetivos de fortalecer, disciplinar e ordenar o trabalho escolar, moldando os temperamentos, organizando, distribuindo o tempo e regenerando os corpos.

O início do século XX significou um momento bastante propício para a produção de discursos sobre a higiene, como “fonte privilegiada de pedagogias” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 7)⁶. A educação física, intelectual e moral passou a representar a possibilidade de produção de um corpo produtivo, vigoroso, cheio de saúde e força física. Corpo esse depositário de saúde física e mental, necessário a uma sociedade que desejava a civilidade e a modernidade.

No *Colégio Diocesano Pio X*, a trindade composta pela educação moral, intelectual e física do sujeito estava alicerçada pelos saberes/poderes da medicina e da religião, que aos poucos, foi formulando e colocando em prática um projeto de escola e pedagogia pautada “na doutrina da higiene”, sua “matriz inspiradora”, de “normatização social, via escola”, possuindo como meta, a “construção de uma pedagogia de base médica” (GONDRA, 2004, p. 313). Esse discurso tinha como propósito fazer circular o desejo de uma educação integral com o objetivo de alcançar a formação completa do corpo. Era parte de um projeto médico-religioso que buscou atender às necessidades morais, intelectuais e físicas. É com esse intuito que: “o sonho de educar física, intelectual e moralmente configura a utopia de uma educação integral” (GONDRA, 2004, p. 225).

Entre o final do século XIX e início do XX, no tocante à saúde, à educação e religião, passou-se a presenciar uma maior preocupação com a articulação dos aspectos morais, intelectuais e físicos dos sujeitos. Era parte de um projeto educativo que estava alicerçado nas prerrogativas de uma racionalidade médico-religiosa. O que estava em pauta era a valorização

⁴ Essa expressão tem aqui seu uso a partir das contribuições de José Gonçalves Gondra (2004).

⁵ É importante lembrar que quando se está aqui falando em educação moral, o discurso religioso se faz presente. É o mesmo que dizer “Educação Religiosa”.

⁶ Na opinião de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010, p. 1), a palavra pedagogia, em nossa sociedade, possui os seguintes significados: “teoria e ciência da educação e do ensino; conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e instrução que tendem a um objetivo prático; o estudo dos ideais de educação, segundo uma determinada concepção de vida e dos meios (processos e técnicas) mais eficientes para efetivar estes ideais; profissão ou prática de ensinar”.

da “formação do homem por inteiro”. Na Paraíba, assim como vinha acontecendo em outras regiões do país, esse foi o momento em que ocorreu com maior intensidade a circulação de práticas médico-educativas no interior das escolas. Foi naquele período que se tornou obrigatória a introdução das disciplinas de higiene e educação física nos programas de ensino, como resultado de um projeto que fez da escola “um lugar de excelência na arte de disciplinar corpos e mentes, mais especificamente, das crianças saudáveis que desejava possuir. Fortes, robustas, donas de corpos rígidos, possuidora de beleza e detentores da saúde” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 3).

Foi com esse intuito que o saber médico, ao direcionar seu olhar sobre o espaço escolar sob a tutela da higiene, “se pautou em um projeto de larga tradição, voltado para a educação física, moral e intelectual, isto é, a chamada educação integral, em que cada um desses eixos se viu submetido a um detalhamento minucioso, orientado pela racionalidade médico-higiênica” (RIZZINI e GONDRA, 2014, p. 564). A educação física diz respeito à educação do corpo propriamente dita além da prática de esportes, tais como o *foot ball* e o *volley ball*; a educação intelectual engloba conteúdos ministrados pelas outras disciplinas (física, química, português, matemática, biologia, sociologia, geografia etc), além da preocupação com a formação espiritual do sujeito; e com a educação moral, a preocupação recai sobre a formação social do homem, em seus aspectos religiosos, políticos, econômicos, culturais e cívicos-patrióticos.

Essa trindade pedagógica fez parte das preocupações de médicos e educadores paraibanos. No *Colégio Diocesano Pio X*, esse projeto foi implantado e divulgado com o aval do saber/poder da medicina e religião, com a colaboração de higienistas, religiosos, engenheiros e educadores. A direção e o corpo docente do Colégio propagandearam um projeto civilizatório divulgando os ensinamentos dos preceitos médico-religiosos que versavam sobre a saúde do corpo e da mente e da alma. O alvo predileto dessas ações, no qual se pautou esse projeto médico-religioso para tornar a sociedade limpa e ordeira, foi o corpo dos jovens que frequentavam as dependências do Colégio.

Dito isto, torna-se importante destacar que minha aproximação com o campo de estudos que pensam a História da Saúde, Corpo e Educação ocorreu quando iniciei as primeiras leituras sobre a História da Educação na Paraíba, privilegiando o recorte temporal das primeiras décadas do século XX. Foi a partir do encanto causado por tais leituras que mergulhei nas inúmeras possibilidades de problematização ocasionadas pela historicidade do tema: higiene e educação física. Aventurei-me nessa seara já no início da graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande, onde tive a oportunidade de

participar do *Programa de Educação Tutorial – PET*⁷, que possibilitou o meu encontro com alguns estudiosos⁸ que vinham se dedicando ao desenvolvimento de pesquisas sobre essa área de conhecimento.

Em 2013, participei do projeto *PIBIC*, sob a orientação da professora Regina Coelli Gomes Nascimento, intitulado: *Conselho Higiênico: Sensibilidades e Saberes Escolares em Campina Grande – Paraíba (1920-1940)*. Esse projeto tinha como objetivo investigar o processo de construção do corpo educado e disciplinado dos estudantes da cidade de Campina Grande – Paraíba, no período compreendido entre 1920 a 1940. Para tanto, analisei os discursos cívicos, patrióticos e pedagógicos divulgados nos impressos da época (jornais e revistas de circulação local e estadual). No decorrer da pesquisa, uma vasta documentação foi consultada e analisada. Leis, decretos, resoluções, atas, até periódicos, a exemplo da *Revista Evolução*, *Revista do Ensino da Paraíba*; jornais como *A Voz da Borborema*, *Gazeta do Sertão*, *Brasil Novo*, *O Educador*, *Evolução Jornal*, *O Comércio de Campina*, *A Imprensa* e *A União*. A partir do recorte temporal e espacial acima mencionado, busquei problematizar como os sujeitos resinificaram os discursos cívicos, patrióticos e pedagógicos voltados para a disciplinarização dos corpos e das mentes das crianças e jovens, especialmente, no espaço escolar utilizado como uma geografia para divulgar os ideais cívicos e evitar comportamentos indesejáveis que poderiam transgredir os hábitos e costumes da nação brasileira⁹.

A participação naquele projeto foi de fundamental importância para a conclusão do meu trabalho monográfico, intitulado: *Cultura Física: o ensino de Educação Physica no Instituto Pedagógico Campinense (Década de 1930)*. Ao sair da graduação, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na Linha de Pesquisa: *História Cultural das Práticas Educativas*. No mestrado, desenvolvi a pesquisa: *Cultura physica para a família campinense: Higiene e Educação Física no Instituto Pedagógico – Campina Grande – PB (1931-1942)*. Com essa pesquisa, busquei aprofundar as discussões que havia iniciado durante a graduação. No mestrado, problematizei os discursos que circularam no *Instituto Pedagógico – Campina Grande*, entre os anos de 1931 a 1942,

⁷ No *Programa de Educação Tutorial - PET*, “um grupo formado por três discentes iniciou uma série de pesquisas sobre a História da Educação em Campina Grande, tendo como recorte temporal as primeiras décadas do século XX. Quando fizemos nossa primeira visita à *Biblioteca Átila de Almeida*, localizada no edifício da reitoria da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)” (SANTOS, 2017, p. 14). Na época, buscou-se identificar e digitalizar documentos relacionados à temática de História da Educação.

⁸ Durante a graduação, cursei a disciplina de Brasil III, ministrada pelo professor Iranilson Buriti de Oliveira, que traz em seu Plano de Aula alguns autores da história da saúde e educação que problematizam temas da história das doenças, corpo, práticas de saúde, educação, entre outros. Ter cursado essa disciplina contribuiu para a minha proximidade com esses estudiosos.

⁹ Consultar o projeto de pesquisa: *Conselho Higiênico: Sensibilidades e Saberes Escolares em Campina Grande – Paraíba (1920-1940)*.

para implantar o ensino de Higiene e Educação Física, atendendo aos anseios da ordem social civilizatória em voga na época. O caminhar da pesquisa levou-me ao encontro de uma série de discursos que estamparam as páginas dos principais impressos de circulação local e estadual, divulgando preceitos e normas médico-pedagógicas com a intenção de medicalizar e disciplinar os corpos das crianças.

Foi a partir dessas narrativas, produzidas durante a graduação e o mestrado, a respeito da circulação dos discursos sobre a higiene e educação física no *Instituto Pedagógico*¹⁰, que comecei a arquitetar uma nova possibilidade de pesquisa. Com a análise das fontes (jornais e revistas que circularam no início do século XX, na Paraíba), obtive informações a respeito da relevância que o *Instituto Pedagógico* teve para a introdução dessas disciplinas no programa de ensino na cidade de Campina Grande, na época. No entanto, algo me inquietava: como as outras instituições de ensino da cidade (*Grupo Escolar Sólon de Lucena*, *Imaculada Conceição e Pio XI*)¹¹ ofertavam ou se posicionavam a respeito do ensino de higiene e educação física?

Foi com esse intuito de arquitetar um novo projeto de pesquisa que me aventurei no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na *Linha de Pesquisa: História da Educação*. Ao iniciar os estudos (cursando disciplinas, realizando pesquisas e escrita do texto da tese), deparei-me com alguns exemplares da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*¹² publicada mensalmente. O impresso é resultando do trabalho

¹⁰ O *Instituto Pedagógico* foi criado no ano de 1919, pelo então Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis. “É uma das instituições particulares que surgiram na cidade de Campina Grande – PB, durante as primeiras décadas do século XX. Destaca-se por trazer em sua estrutura os ideais de modernidade” (SANTOS, 2017, p. 41). Respondeu pelo nome de *Instituto Pedagógico* até o ano de 1942, período em que o seu criador, o Tenente Alfredo Dantas, ficou à frente de sua administração. A partir de 1943, passa a se chamar *Ginásio Alfredo Dantas* (por causa da criação do curso ginásial), e em 1950, passa a ser reconhecido pelo atual nome *Colégio Alfredo Dantas – CAD*. Para maiores informações a respeito da história do *Colégio Alfredo Dantas*, consultar (SANTOS, 2017) e (ANDRADE, 2014).

¹¹ Da década de 1920 em diante, o ensino de Campina Grande passou a registrar intensas transformações. Ocorreu a inauguração do *Colégio Paroquial da Imaculada Conceição*, que se manteve ativo entre os anos de 1920 a 1923, sob a responsabilidade do professor Jorge Muniz. Em 1921, do *Instituto Olavo Bilac*, na rua da Floresta, pelo professor e poeta Mauro Luna, e do *Collège Condorcet*, de Hortencio Ribeiro. Em 1924, é criado o *Grupo Escolar Sólon de Lucena*, obra do Governo do Estado, o primeiro grupo estadual de Campina Grande (GAUDÊNCIO, 2008, p. 7). Na década de 1930, a educação da cidade continuou vivenciando significativas transformações. Neste momento, são inaugurados os colégios particulares ligados às ordens religiosas. O uso da palmatória, até então bastante comum e utilizado na educação da mocidade campinense, começa, aos poucos, a ser extinto; os novos colégios adotaram métodos educativos mais modernos, como a exigência de um único professor para cada disciplina, a construção de prédios mais espaçosos e higiênicos e a introdução das disciplinas de higiene e educação física no currículo escolar. Foram propostas pedagógicas consideradas modernas para a época (SANTOS, 2017). O primeiro Colégio criado sob as ordens religiosas foi o *Imaculada Conceição*, em Março de 1931 (atual *Colégio das Damas*). Já em Abril do mesmo ano, é inaugurado, por iniciativa do vigário José Delgado, o *Colégio Diocesano Pio XI*, com sede na Igreja Matriz – hoje, a Catedral de Campina Grande. No ano de 1932, o educandário foi transferido para a Rua João Pessoa (CAMARA, 1947, p. 87-93).

¹² O corpo docente e discente do *Colégio Diocesano Pio X* abordou nas páginas do periódico temas sobre a higiene, ensino religioso, cerimônias cívicas, cultura física, práticas corporais (*foot ball e volley ball*), ensino de

em conjunto do corpo discente e docente do Colégio. O primeiro número começou a circular em setembro de 1910, e tinha como lema: “A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus”, do papa Leão XIII. A divulgação do periódico foi comemorada pelo bispo da Paraíba, com uma nota nas páginas da própria Revista, em setembro de 1910. Nas palavras de Dom Adaauto¹³:

Acabo de ler o primeiro número de vossa revista “Pio X” e, não podendo abafar os impulsos jubilosos de meu coração de pae espiritual, venho dar-vos os meus sinceros parabéns, e a vós e a vossa esperançosa Revista a melhor das minhas benções pastoraes.

Achei bella e importante a vossa estreia na poderosíssima arma moderna do bem e do mal. Observae o vosso programma – **A Deus pela sciencia, á sciencia por Deus** – e terei luzes para penetrar igualmente as trevas do passado e a obscuridade do futuro.

Palácio do Carmo, 17 de Agosto de 1910.

Dom Adaauto, Bispo Diocesano (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1910, nº 2, s/p, grifos nossos).

A fala do de Dom Adaauto destaca a importância dos discursos científicos e religiosos na condução das culturas higiênicas e físicas do *Colégio Diocesano Pio X*. Pela leitura do projeto gráfico e autoral da Revista do Colégio, é fácil perceber que os discursos científicos e religiosos caminharam juntos no objetivo maior de produzir e divulgar a *cultura escolar* da instituição. A circulação do impresso ocorreu entre os anos de 1910 a 1954. Alguns dos exemplares do periódico¹⁴ encontram-se disponíveis para pesquisa no acervo da *Biblioteca Âtila de Almeida*¹⁵ e no *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP*¹⁶. Ao folhear suas páginas, fui pego de surpresa! Os professores e alunos responsáveis pela edição e publicação do periódico não economizaram tinta e papel ao abordarem em seus escritos

história natural, matemática, português, ciências naturais, caça a baleia, entre outros. No tópico referente à explanação das fontes, o leitor encontrará maiores informações a respeito da *Revista do Colégio*.

¹³ Dom Adaauto Aurélio de Miranda Henriques foi o primeiro bispo e arcebispo da Paraíba. Também foi o responsável pelo projeto de criação do *Colégio Diocesano Pio X*. No decorrer da narrativa, o leitor obterá outras informações mais detalhadas sobre o bispo.

¹⁴ Existe um exemplar de uma edição comemorativa da revista que se encontra em mãos de Ricardo Grise, arquivista do *Acervo Eclesiástico da Paraíba*. Esse documento é importante porque conta muitos dos detalhes da história do *Colégio Diocesano Pio X*, durante suas primeiras décadas de existência.

¹⁵ A *Biblioteca Âtila de Almeida* se encontra localizada na sede da reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, *campus I* – Campina Grande, possuindo um dos mais completos acervos documentais do Estado. Seu acervo é formado por uma grande variedade de documentos: jornais e revistas de circulação local e estadual; a maior coleção de cordéis do mundo; além de outras fontes de significativa importância para quem pretende escrever temas sobre a história da Paraíba.

¹⁶ Além da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, outros impressos têm sido de suma importância para a construção da narrativa da presente tese de doutorado: a *Revista do Ensino da Paraíba*; *Revista Atualidades Pedagógicas*; *Revista Era Nova*; *Jornal A Imprensa*; *Jornal A União*, entre outros.

algumas das práticas educativas que faziam parte da *cultura escolar*¹⁷ da instituição. Preocuparam-se em destacar a importância, da educação religiosa, higiênica e física, enquanto fator de promoção da saúde e revigoramento do corpo e da mente. Também narraram algumas das práticas esportivas (*foot boal* e *volley boall*) que compunham o projeto educativo da instituição, pedagogizando, medicalizando e disciplinando o corpo dos sujeitos¹⁸. Para além dessas práticas educativas, os alunos e professores da instituição abordaram em seus escritos outras informações a respeito das práticas de higiene que faziam parte do seu cotidiano, das festas cívicas em comemoração ao Dia da Pátria e outros conteúdos que ajudavam a compor o programa de ensino.

O contato com esse periódico possibilitou o direcionamento do meu olhar de pesquisador - que estava voltado para os espaços escolares de Campina Grande - para o *Colégio Diocesano Pio X*, buscando perceber a contribuição desse impresso para a divulgação de novas práticas educativas para a pedagogização do corpo. Portanto, é importante deixar bem claro que esta pesquisa de doutoramento dá prosseguimento a um interesse acadêmico suscitado no momento em que iniciei minha graduação em História e foi, posteriormente, aprofundada no mestrado. O interesse acadêmico ao qual me refiro é pela investigação acerca de práticas de medicalização e disciplinarização do corpo dos sujeitos através do ensino de higiene e educação física que circulou no interior dos espaços escolares da Paraíba, no início do século XX.

Dito isto, torna-se importante destacar que a narrativa que dá corpo à presente tese insere-se no campo de pesquisa da História da Educação, ancorando-se nas discussões teórico-metodológicas fornecidas pelo viés de abordagem da Nova História Cultural, e possui como argumento de tese que: os discursos religiosos elaborados pelo *Colégio Diocesano Pio X* se ampararam nos dizeres e fazeres da ciência para conduzir as culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar* no período de 1910 a 1954, gestando, por sua vez, uma sensibilidade escolar para um corpo discente dito forte, são e saudável.

Destarte, em tal análise, levo em consideração os discursos médico, religiosos, cívicos, patrióticos, militaristas e pedagógicos que circularam em impressos do Estado e nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, divulgando as práticas educativas voltadas para o cuidado com o corpo. Para isso, o discurso de caráter religioso buscou respaldo dos dizeres/fazeres da medicina. Esse projeto visou estabelecer uma série de narrativas

¹⁷ Aqui o conceito de *cultura escolar* está sendo pensando a partir das contribuições de Dominique Juliá (2001) e Antônio Viñao Frago (1995). No tópico dedicado à discussão teórico-metodológica, o leitor obterá mais informações da maneira sobre como pensei esse conceito junto ao objeto de estudo.

¹⁸ No desenrolar da narrativa, trarei alguns exemplos de tais práticas presente nas folhas da Revista.

direcionadas ao espaço escolar e ao corpo dos alunos. O projeto científico-religioso desenvolvido pela direção do *Colégio Diocesano Pio X* teve como principal objetivo controlar, disciplinar e medicalizar o corpo dos alunos através de uma série de práticas educativas – como a higiene do corpo, a ginástica sueca, o *volley boal*, o *foot ball*, o civismo, dentre outras. Tudo isso, controlado à risca pelos religiosos, professores e médicos que faziam parte do corpo docente da instituição.

Pautada em bases científicas, a medicina interferiu de forma contundente em quase todos os aspectos que diziam respeito ao espaço escolar. Para Gondra (2015, p. 107), “a medicina articulou um cuidadoso discurso de regeneração, no interior do qual caberia aos colégios exercer um papel decisivo”. Foi sobre a educação, que “os médicos estenderam o seu discurso”. O planejamento da forma escolar de educação ocorreu tendo como base o conhecimento da medicina, “cuja preocupação maior estava centrada na necessidade de regeneração do social”. Ainda, segundo Gondra (2015, p. 108),

Ao se referirem à educação, colocando as escolas e os temas educacionais na órbita da medicina, os representantes dessa ciência procuraram definir um detalhado grupo de aspectos como, por exemplo, a localização física, a arquitetura, as rotinas escolares – inserindo-se aí o tempo, conteúdos e horários de estudo -, as vestimentas, a alimentação, o recreio, o sono, os banhos e os princípios morais que deveriam ser cultivados nos colégios. Acompanhando este roteiro, seria possível ao Estado instalar escolas higienizadoras, desde que modeladas de acordo com os princípios da higiene.

Para além do prédio escolar, professores e alunos compuseram a pauta de atuação do discurso médico, com o objetivo de fazer valer o poder/saber da medicina. Nesse contexto mais ampliado, os médicos também adentraram no interior do *Colégio Diocesano Pio X*, que divulgou e colocou em prática os preceitos da higiene em voga na época. Nesse sentido, a direção da instituição não poupou esforços para ver circular os discursos emitidos pelo saber médico. Logo, preocupou-se em definir a função de cada um. Aos *médicos*, coube o papel de normatizar¹⁹, enquanto isso, os *professores* foram os primeiros a sentirem na pele os efeitos da normalização¹⁹: “criar as normas, adentrar nas escolas e modificá-la, recrutar os demais

¹⁹ O conceito de *normatização* aqui citado está sendo pensado a partir das contribuições de Michel Foucault, em seu livro *Os anormais*. Nele, o termo *normal* ganha outra dimensão. Derivam dessa palavra os termos *normatização* e *normalização*. “O primeiro são aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas, aqueles que a criam, poderíamos enquadrar aqui os políticos e o Estado, já o termo *normalização* é composto por aqueles que buscam colocar todos sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade, ou seja, os médicos, professores e até mesmo a escola” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 8).

funcionários para a cruzada higiênica, prepara-los, dar-lhes sentido, atribuir-lhes funções” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 8-9). Assim, os professores receberam a missão “de submeter os alunos à norma”, através da consciência, do desejo, e incentivo da ginástica e prática de esportes; aos *alunos*, os últimos mais não menos importantes nesse processo de normalização, “restou o trabalho de receber tais saberes e coloca-los em prática: cuidar de seus corpos e de suas casas, ensinar a seus familiares a importância de manter tudo limpo, a prevenção às doenças, dentre outros” (Idem).

Nesse percurso, emerge a figura do “médico vigilante municiado de modernos recursos, capazes de evidenciar as características individuais, com base nas quais se deveria agrupar o coletivo de alunos” e professores (ROCHA e MARQUES, 2006, p. 4550). Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, torna-se evidente um crescente processo de institucionalização e consolidação da educação escolar. À educação, coube a missão de civilizar, regenerar e contribuir para a profilaxia social dos sujeitos. Esse projeto visou moldar os futuros cidadãos da nação. A difusão da escolarização deu-se com a “intervenção sobre o corpo e a mente infantis”, com o intuito de se produzir conhecimentos científicos responsáveis pela orientação da “instituição escolar em nos seus mais diversos aspectos, incluindo os procedimentos pedagógicos” (Idem).

Desta forma, percebo que o estudo das aproximações e conexões entre os campos discursivos higiênicos e pedagógicos na Paraíba, no início do século XX, constitui o perfil do estatuto do saber médico. Os profissionais da medicina chamaram para si o poder de remediar a população com a missão de curar os “males” que acometiam o corpo dos sujeitos, assumindo a questão da educação como um território no qual podiam interferir. As ideias educativas relativas aos discursos médico-higienistas eram endereçadas aos leitores quase sempre mediante a preocupação com o controle social e com a afirmação de um estatuto profissional como fundamental para a implementação de um projeto saneador e modernizador. Dessa forma, organizaram as escolas como “clínicas em que os males [...] associados à mistura de raças poderiam ser curados. Suas crenças forneceram um poderoso motivo para a construção de escolas e moldaram a forma como essas escolas funcionariam” (DÁVILA, 2007, p. 22).

Assim sendo, a escolha do ano de 1910, enquanto ponto inicial para análise da tese, é justificada em razão de ter sido nesta data que ocorreu a criação da *Revista do Colégio*

*Diocesano Pio X*²⁰ enquanto resultado de um projeto editorial comum encabeçado pelos alunos e professores da própria instituição. Esse periódico possibilitou a veiculação de práticas científicas (médico-higiênicas) e religiosas na condução de culturas higiênicas, cívicas e físicas do *Colégio Diocesano Pio X*, entre os anos de 1910 a 1954, formando uma sensibilidade sobre um corpo dito forte, são e saudável. Para isso, o discurso religioso, aliado às práticas de cuidado com o corpo (higiene, educação física e cívica), ao longo das primeiras décadas do século XX, assumiu a responsabilidade de colocar em prática um audacioso projeto de educação corporal. Para tanto, foi gestada uma série de dispositivos médicos-religiosos que atuou sobre a educação corporal dos jovens, modelando, disciplinando, adestrando, medicalizando e pedagogizando. O segundo marco, 1954, é justificado pela publicação de uma edição especial para se comemorar o aniversário dos *Irmãos Maristas* e do Colégio. A publicação dessa edição tornou público alguns dos princípios feitos e fatos que marcaram a história do Colégio. Nesse meio tempo, a circulação de discursos de cunho religioso e médico teve como objetivo maior a produção de práticas educativas direcionadas à fabricação de um corpo saudável.

Portanto, a criação desse periódico foi de fundamental importância para que a direção do Colégio colocasse em prática seu projeto religioso-científico de educação corporal. Suas páginas estão recheadas de notícias que abordam assuntos sobre religião, saúde, higiene, civismo, cultura física e práticas esportivas. Com isso, nas primeiras décadas do século XX, ele foi um importante guia para a formação/orientação pedagógica de professores e alunos e também para o cuidado com as práticas que versavam sobre a educação do corpo. Atuou como dispositivo modelador, sendo possível identificar lugares de poder, transformando a maneira como até então vinha sendo concebida a orientação das práticas pedagógicas.

Dessa forma, os discursos que estamparam as páginas da Revista contribuíram para a circulação de ideias²¹ em torno de uma sensibilidade sobre a educação do corpo. Eram saberes que buscavam propalar “[...] os benefícios da educação do corpo para o desenvolvimento da sensibilidade de acordo com um ‘mundo novo’ que se desejava fosse ‘moderno’ e ‘civilizado’” (OLIVEIRA e BELTRAN, 2013, p. 19). No *Colégio Diocesano Pio X*, a circulação dos discursos de autoria de religiosos, médicos e de educadores passou cada vez mais a serem notados nesse período. Foram falas que contribuíram para a prescrição de ideias educativas

²⁰ No segundo capítulo da presente tese, dedico um tópico especial à discussão de alguns aspectos relevantes à produção dessa Revista: tipos de discurso que eram veiculados, autores, temas mais relevantes, quantidade de exemplares analisados, materialidade do impresso, entre outros.

²¹ Diaz Soler e De Rossi (2011, p. 37) afirmam que “muitas ideias viajam soltas, sem fronteiras, e produzem outras ideias de efeitos inesperados”.

em torno das práticas religiosas-higiênicas levando os alunos a se identificarem com uma mente e corpo sadios.

Neste período, no *Colégio Diocesano Pio X*, passou a existir uma estreita relação entre as práticas religiosas, eugênicas, higiênicas, de exercícios físicos e cerimônias cívicas, com o objetivo de tornar o corpo e mente dos sujeitos hígidos e fisicamente vigorosos. A circulação de práticas médico-religiosas deu-se como parte do processo que buscava a modelação de sujeitos saudáveis. Pedagogizando-os moral, higiênica e fisicamente.

Preparar os sujeitos física e moralmente “para sua missão civilizatória” tornou-se o principal objetivo dos discursos em torno das práticas religiosas, de higiene, civismo, exercícios físicos e esportes, ofertados nas dependências do *Colégio Diocesano Pio X*, durante começo do século XX. As primeiras tentativas de implantar esses discursos dentro da instituição surgiu como sendo a “promotora da saúde física, da higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstituição das raças” (SOARES, 2004, p. 91). Os temas ligados à religião, higiene, raça e moral compõem as principais prescrições em torno da oferta dessas disciplinas nesse contexto em que o saber médico-religioso se afirmou no interior da escola. Nesse contexto, religião e medicina se confluem formando uma rede discursiva em defesa de um corpo saudável e forte.

Dessa forma, os saberes religiosos amparados nos dizeres e fazeres da ciência adentrou o interior do espaço escolar ditando uma série de normas de comportamento e disciplina para o corpo, com o intuito de pedagogizar, medicalizar e disciplinar²² os sujeitos. No *Colégio Diocesano Pio X*, os padres atuaram em conjunto com profissionais da área da saúde e educação. Tiveram a contribuição de conhecimentos advindos de especialidades, como medicina, engenharia, arquitetura e educação, que aplicaram parte de seus conhecimentos na busca de construção de uma escola moderna, arejada e de fácil acesso, higiênica e civilizada. Nesse processo de pedagogização e medicalização do espaço escolar, os religiosos e professores estiveram presentes ao lado dos esculápios durante a medicalização social da escola, buscando adequar o corpo aos discursos do “moderno” e do “civilizado” a partir da divulgação/inculcação de exercícios físicos e práticas educativas, à luz dos preceitos médicos e religiosos.

²² Segundo Michel Foucault (2010, p. 203), a disciplina é um tipo de poder, uma forma de exercê-lo, através de todo um conjunto de técnicas e/ou instrumentos para isso: “ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia”. Facilmente notada em algumas instituições como prisões, asilos, hospitais e escolas. Através do poder disciplinar exercido dentro das escolas, percebemos claramente o esquadramento do corpo dos escolares, com o objetivo de torná-los ‘dóceis e obedientes’.

As práticas educativas - do catolicismo, da higiene, da educação física, do esporte e do civismo - ganharam espaço e legitimidade no *Colégio Diocesano Pio X*, pedagogizando, medicalizando e disciplinando os corpos, ou seja, educando biológica e moralmente os sujeitos. Essas práticas educativas atuaram sobre o corpo dos escolares ditando normas de bom comportamento, de moral, de higiene e regras de saúde.

A formação de um corpo forte passou a estar intimamente ligada à “regeneração da raça”. Nesse processo, os exercícios físicos foram utilizados como um poderoso instrumento para a “medicalização da sociedade” (SOARES, 2004, p. 81). O saber médico higiênico interferiu na vida cotidiana dos alunos no intuito de formar uma raça eugenicamente desenvolvida e livre de doenças. Só com cidadãos fortes fisicamente a sociedade paraibana se tornaria “civilizada” e “moderna”. Nesse percurso, o ensino de higiene e educação física tornam-se o melhor caminho para se alcançar esses objetivos. Esses aspectos faziam parte de um movimento direcionado para moralizar, higienizar, pedagogizar e disciplinar as relações pessoais, comerciais e sociais, além dos espaços educacionais. Buscava-se atender um discurso que visava disciplinar o corpo, a mente e as emoções dos sujeitos, tornando o futuro homem paraibano adaptado à vida moderna.

Em face ao exposto, direciono as seguintes problemáticas: a) Como ocorreu a produção de práticas médico-religiosas no *Colégio Diocesano Pio X*, no período compreendido de 1910 a 1954, gestando discursos para a formação de uma sensibilidade em relação à produção de um corpo forte, são e saudável? b) Como ocorreu a pedagogização do espaço escolar do *Colégio Diocesano Pio X*? c) Como se efetivou a construção de um modelo hígido de educação escolar sob a ótica do saber médico e religioso? d) Como foram gestadas sensibilidades para a produção de corpos saudáveis através da prática de exercícios físicos e esportes? e) Como se alicerçou um modelo cívico de educação? Essas são algumas das indagações que irão servir de norte na construção da presente pesquisa.

Sendo assim, destaco que a presente tese que o leitor tem em mãos, é relevante porque produz conhecimentos no campo da História da Educação, buscando enriquecer o aprendizado acerca das “experiências” educativas e possibilitando o preenchimento de possíveis lacunas existentes nesta área de pesquisa, contribuindo, assim, ao diálogo entre História da Educação, História da Saúde e do Corpo.

1.2 Dos diálogos teórico-metodológicos: algumas escolhas

A narrativa que proponho produzir sobre os discursos religiosos elaborados pelo *Colégio Diocesano Pio X* amparados nos dizeres e fazeres da ciência para conduzir as culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar* no período de 1910 a 1954, gestando, por sua vez, uma sensibilidade escolar para um corpo discente dito forte, são e saudável, será arquitetada a partir da análise do aporte teórico-metodológico fornecido pelo viés de abordagem da Nova História Cultural, a qual, nas últimas décadas, tem possibilitado a abertura de novas áreas e campos de pesquisa.

Desta forma, busco, inicialmente, como horizonte teórico, um diálogo com o conceito de *cultura escolar*, que, na visão de Dominique Juliá (2001, p. 10), faz parte de

[...] Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas, ou simplesmente de socialização).

O caminho teórico proposto pelo autor permite perceber quais eram as normas e finalidades que faziam parte das práticas educativas de pedagogização do corpo e da mente dos alunos do *Colégio Diocesano Pio X*, principalmente as normas e finalidades presentes nas práticas esportivas que faziam parte do currículo da instituição, tais como *foot ball e volley ball*.

Para Antônio Viñao Frago (1995), a *cultura escolar* faz parte de um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola e suas funções de organização, possuindo várias modalidades e níveis. Desta maneira, é possível fazer referência à cultura específica de uma instituição educativa. Nesse sentido, o historiador da educação pode se debruçar sobre uma perspectiva individual, grupal, organizativa e institucional de algum aspecto dessa cultura. A *cultura escolar* também diz respeito a um “conjunto de aspectos institucionalizados” que

[...] - Incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana del hacer escolar -, objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materiales física, simbología, introducción, transformación, desaparición (FRAGO, 1995, p. 69).

A *cultura escolar* possibilita ao historiador da educação a problematização dos múltiplos aspectos que dizem respeito à vida escolar: feitos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer. Dessa maneira, por meio das aproximações com a cultura escolar do *Colégio Diocesano Pio X*, busco conhecer as prescrições sobre a educação do corpo para a gestação de uma sensibilidade adequada aos ditames de uma sociedade que se desejava civilizada e moderna.

Outro conceito importante na construção narrativa desta tese é o de *sensibilidades*. Para Alain Cordin (2005, p. 17), a história das sensibilidades busca “identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social”. Assim, nem todos os indivíduos que viveram num mesmo período podem ser chamados de “contemporâneos”. Isso significa dizer que por vontade própria, nem todos sentem da mesma forma as mesmas coisas. Por outro lado, existem práticas sociais comuns, vinculadas a um determinado momento histórico. Logo, entendo que o mundo do sensível é marcado por mudanças, permanências e rupturas.

A esse respeito, Sandra Jatahy Pesavento (2004, p. 2) explica que a dimensão sensível da “experiência” humana é mediada pelas sensações, emoções, valores, sentimentos e subjetividades: “o conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo”. As sensibilidades tornam-se uma maneira de representação da “realidade” participando da construção do imaginário social a partir dos sentidos. Dialogando com esta perspectiva, destaco que as sensibilidades “[...] são uma forma do *ser* no mundo e de *estar* no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada” (Idem, grifos da autora). Tanto os sentimentos quanto as emoções dos sujeitos são construções históricas e partilhas sociais.

Desta forma, é viável pensar as práticas educativas do *Colégio Diocesano Pio X* como mote para a pedagogização dos sujeitos, gestando uma sensibilidade em relação ao corpo e à mente a partir de uma dimensão sensível, visto que a leitura que professores e médicos faziam da sociedade paraibana, na época, estava mediada por seus sentimentos e subjetividades. Consequentemente, suas representações sociais tinham como objetivo produzir ideais de sensibilidade a serem subjetivados pelos sujeitos que estavam na mira de seus discursos. Assim, analisar a história a partir desta percepção implica pensar os diversos aspectos da existência humana, mesmo os mais naturalizados, como tendo sido construídos historicamente, de diferentes formas, por diferentes sociedades.

Nesse percurso teórico-metodológico, as fontes catalogadas também serão analisadas enquanto espaços produtores de práticas normativas, de sanções, de interdições e de elaborações, cuja finalidade é dar visibilidade à medicalização e à disciplinarização dos sujeitos, especialmente na escola. Por isso, destaco que se torna pertinente o diálogo com o filósofo francês Michel Foucault (2010), que, ao analisar a emergência da medicina moderna, afirma que esta é uma prática eminentemente social por abranger certa tecnologia do corpo social. Enquanto uma prática social, a medicina somente é individualista quando refere-se à valorização da relação médico-paciente. Para o referido autor, foi a partir do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, consolidado entre os séculos XVIII e XIX, em consequência do aumento vertiginoso da produção industrial nos países europeus, que o corpo do trabalhador passou a ser classificado e visto como força de produção e de trabalho. Neste momento, o controle exercido pela sociedade sobre os indivíduos iniciou-se no e sobre ele: “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2010, p. 80).

Em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2010), um estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, Michel Foucault dedica com maior ênfase seu entendimento acerca do modo como os indivíduos tornam-se sujeitos. Para ele, isso é resultado de um intrincado processo de objetivação que ocorre no interior das redes de poderes, capazes de captura-los e, dessa maneira, normatizá-los (VEIGA-NETO, 2007)²³. É com essa obra que o filósofo francês inaugura a fase genealógica de seu pensamento, explicitando que as formas de pensamento são também relações de poder que implicam a tentativa de coerção e imposição dos sujeitos.

Foucault (2010) afirma que o *poder* está localizado por todo o corpo social e circula dentro do espaço escolar, da prisão, do hospital, da fábrica e do asilo. Não é apenas repressivo e negativo, ele é positivo e produtivo em sua essência. Seu caráter produtivo é uma de suas mais importantes características. É exercido em diferentes lugares, por diferentes sujeitos, não parte de um local fixo, ele é móvel, movimenta-se em diferentes direções, por diversos caminhos, locais, é de difícil apreensão. Pode ser encontrado nas mais diferentes instâncias da sociedade, disseminado por toda estrutura social, pelos mais diferentes indivíduos. Quando se trata de uma escola, não está concentrado nas mãos do diretor/a, do professor/a, do secretário/a ou do aluno/a, mas de todos que fazem parte daquele universo tão complexo e

²³ Alfredo Veiga-Neto (2007) propõe o uso da expressão “domínios foucaultianos” para situar a produção acadêmica e intelectual de Michel Foucault. Sendo o “ser-saber”, o “ser-poder” e “o ser-consigo”. Nesta tese, nossa atenção volta-se para o segundo “domínio”, “o ser-poder”.

dinâmico que conhecemos por escola. Acontece enquanto prática relacional entre os sujeitos e, assim, é exercido de forma constante. Não existe um titular que detenha controle sobre o poder.

O conceito de *discurso* desenvolvido por Michel Foucault foi de suma importância para a escrita da presente tese. Esse estudioso preocupou-se em pensar como o discurso é construído historicamente em função de mecanismos sociais e de relações de poder que permeiam a sociedade. Para ele, a produção discursiva passa por uma série de procedimentos que buscam a delimitação de sua produção.

O *discurso* em Foucault é pensado como resultado de:

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo - espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística, dada as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1960, p. 43).

O *discurso* é pensado e problematizado em função das múltiplas condições de possibilidade proporcionadas e estabelecidas pelas instituições sociais. É uma prática que relaciona a língua e seus usos a “outras práticas” que fazem parte do campo social. As práticas discursivas assumem esse papel de ser um elo que as une às práticas sociais. Na concepção do próprio Foucault (1986, p. 56),

[...] Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Para Foucault (1986), os discursos são compreendidos como um conjunto de enunciados, são o resultado de uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. Nesse sentido, o *Colégio Diocesano Pio X*, objeto de análise desta tese, introjetou no corpo e na mente de seus alunos um conjunto amplo de regras com o objetivo de se alcançar uma melhor e mais rápida aprendizagem. Para isso, ele instituiu regulamentos de cunho social, fez funcionar o espaço pedagógico como uma fábrica de ensinamentos, de vigilância, controle, eficiência, hierarquia, recompensa, punição e certificação de habilidades (leitura, escrita etc), incentivando o alcance de objetivos específicos por parte dos sujeitos. Nesse meio tempo, os discursos educativos, científicos e religiosos andaram lado a lado.

Nos discursos religiosos e científicos (educação higiênica, moral e física) que circularam no *Colégio Diocesano Pio X*, entre os anos de 1910 a 1954, a todo o momento, os alunos estavam sendo vigiados, normalizados, medicalizados e moldados. Desta forma, os conceitos aqui apresentados possibilitam pensar as práticas higiênicas, físicas e cívicas que alicerçaram o projeto médico e religioso do *Colégio Diocesano Pio X*, no período compreendido entre 1910 e 1954, gestando discursos para a formação de uma sensibilidade direcionada à produção de um corpo dito forte e saudável. Com isso, algumas noções e conceitos aqui destacados apresentam-se interligados com as fontes utilizadas no corpo da presente narrativa.

1.3 Dos locais de pesquisa à exposição das fontes: alguns apontamentos

Esta tese insere-se no leque de pesquisas que problematizam as práticas educativas de pedagogização do corpo. Dessa maneira, torna-se importante destacar que, nas últimas décadas, com as contribuições teórico-metodológicas trazidas à cena pela Nova História Cultural, tem aumentado o interesse de historiadores pela História da Saúde, do Corpo e da Educação. Atualmente, é possível encontrar um número significativo de trabalhos acadêmicos dedicados a essas áreas de pesquisa.

Na Paraíba, nos últimos anos, estudiosos ligados aos campos de pesquisa da História da Saúde, Corpo e Educação vêm trazendo relevantes contribuições para a diversificação dessas temáticas, alargando as perspectivas de análise. Com isso, tem crescido de maneira satisfatória a produção de teses, dissertações, monografias e artigos produzidos abordando temas como: saúde, doença, higiene, eugenia, corpo, alimentação, infância, educação física, práticas esportivas, saúde bucal, entre outros. No sentido de contribuir para um melhor conhecimento a respeito dessas discussões, optei por realizar um breve levantamento bibliográfico acerca de algumas dessas produções acadêmicas. Ao fazer tal levantamento, não tive o objetivo de citar todos os trabalhos produzidos na área, mas sim de elencar aqueles que, de certa forma, têm se destacado pelo pioneirismo, segundo o meu ponto de vista. Em suas pesquisas, esses/as estudiosos/as fizeram uso de um leque variado de fontes: jornais e revistas de circulação estadual, anuários, códigos de conduta, boletins informativos, cartas de autoridades, livros, mensagens de presidentes de província, relatórios estaduais, entre outros. No momento, essas fontes encontram-se disponíveis para pesquisa em alguns dos muitos arquivos espalhados pelo estado, oferecendo importantes contribuições para a elucidação da História da Educação da Paraíba. Atente-se, leitor, para o quadro a seguir.

Quadro 1 - Trabalhos produzidos por pesquisadores paraibanos sobre os temas: higiene, educação física, medicina, corpo, saúde e doenças.

TÍTULO	MODALIDADE DO TRABALHO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO
<i>Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918.</i>	Tese de Doutorado em Enfermagem – EERP/USP	Lenilde Duarte Sá	1999
<i>Fora da higiene não há salvação</i>	Artigo	Iranilson Buriti de Oliveira	2003
<i>Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)</i>	Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UFCG	Silvera Vieira de Araújo	2010
<i>Corpos Hígidos: O limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)</i>	Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UFPB	Azemar dos Santos Soares Júnior	2011
<i>Práticas educativas e Sensibilidades Médico-Pedagógicas: A educação da saúde bucal e das expressões faciais (Parahyba, 1919 – 1945)</i>	Artigo	Iranilson Buriti de Oliveira	2012
<i>A higiene como missão: Fundação Rockefeller, filantropia e controvérsia científica – Paraíba do Norte (1923 – 1930)</i>	Tese de Doutorado em História – UFMG/FFCH	Paloma Porto Silva	2014
<i>Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)</i>	Tese de Doutorado em Educação – PPGE/UFPB	Azemar dos Santos Soares Júnior	2015
<i>Escritos sobre Higiene: os manuais Médico – Pedagógicos em circulação na Paraíba</i>	Artigo	Azemar dos Santos Soares Júnior	2015
<i>Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)</i>	Tese de Doutorado em Educação – PPGE/UFPB	Nayana R. Cordeiro Mariano	2015
<i>Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)</i>	Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UFCG	Leonardo Q. Barboza dos Santos	2015
<i>Entre o poder e a</i>			

<i>ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930).</i>	Tese de Doutorado em História – PPGH/UFPE	Silvera Vieira de Araújo	2016
<i>“A oficina da nacionalidade”: higienização das crianças e das mães na Parahyba (1911 a 1927)</i>	Dissertação de Mestrado em Educação – PPGE/UFPB	Francineide Rodrigues Passos Rocha	2016
<i>“Cultura physica para a família campinense”: Higiene e Educação Física no Instituto Pedagógico – Campina Grande – PB (1931-1942)</i>	Dissertação de Mestrado em História – PPGH/UFCG	Alexandro dos Santos	2017
<i>Páginas de um novo tempo: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no Boletim da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955)</i>	Dissertação de Mestrado em História – UFPB/PPGH/UFPB	José dos Santos Costa Júnior	2017
<i>Maquinando rostidades para a infância paraibana: entre discursos jornalísticos e narrativas orais (1930/1940)</i>	Tese de Doutorado em História – PPGH/UFSC	Valdirene Pereira de Sousa	2017
<i>“Agilidade, destreza e resistência adquiridas na infância”: jogos e brincadeiras nas aulas de educação física da Paraíba (1920-1945)</i>	Artigo	Alexandro dos Santos e Azemar dos Santos Soares Júnior	2018
<i>“A escola só recebe alunos limpos”: Investimentos da Revista do Ensino em lapidar corpos higienicamente educados na Paraíba (1932-1942)</i>	Artigo	Azemar dos Santos Soares Júnior e Alexandro dos Santos	2019

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da tese (2020).

Desta forma destaco que a presente tese de doutoramento se destaca e inova por problematizar os discursos religiosos elaborados e colocados em prática pelo *Colégio Diocesano Pio X*, amparados nos dizeres e fazeres da ciência conduzindo as culturas

higiênicas, físicas e cívicas, promovendo uma cultura escolar e gestando, uma sensibilidade escolar para um corpo discente dito forte, são e saudável.

Dito isto, a realização de um trabalho acadêmico dessa dimensão só foi possível graças às inúmeras fontes e aos locais de pesquisa existentes na Paraíba. Trabalho esse articulado à realização de leituras sobre História da Educação, do Corpo e da Saúde. Assim, alguns arquivos foram visitados: em Campina Grande, na *Biblioteca Átila de Almeida*, localizada na reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, onde encontrei os exemplares da *Revista do Colégio Pio X* e de *Medicina da Paraíba*; na cidade de Esperança – PB, localizada no brejo paraibano, consultei alguns dos exemplares do jornal *A União*, disponíveis para pesquisa na *Biblioteca da Secretária de Educação* do município; em João Pessoa, visitei o *Arquivo Histórico Waldemar Duarte*, da *Fundação Espaço Cultural (FUNESC)*. Lá, analisei exemplares do jornal *A União*, documentos avulsos, telegramas, nomeações de professores e dispositivos legais; no *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)*, encontram-se disponíveis para consulta algumas edições da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* e da *Revista do Instituto Geográfico Paraibano*; e no *Arquivo Eclesiástico da Paraíba*, localizado no centro de João Pessoa, fui ao encontro dos exemplares do jornal católico *A Imprensa*, do *Anuário Eclesiástico da Parahyba do Norte* e da *Revista Atualidades Pedagógicas*. Desta forma, no **Quadro 2**, o leitor obtém informações a respeito dos principais locais de pesquisa e das fontes analisadas que deram subsídios para a construção da presente narrativa.

Feita a apresentação dos locais de pesquisa e das fontes, acho pertinente uma breve explanação comentada das mesmas detalhando alguns dos conteúdos que me deram subsídio para a construção da tese, já que esses impressos fizeram circular os saberes que lhes eram próprios em meio ao professorado do estado.

A *Revista do Colégio Pio X* circulou entre os anos de 1910 a 1954. Nesse intervalo de tempo, apesar de ser considerada mensal, sua publicação apresentou algumas interrupções²⁴. A assinatura da revista custava aos bolsos do leitor a quantia de 5\$000 ao ano, 3\$000 o semestre e 1\$500 o trimestre. Sua edição e publicação eram de responsabilidade do corpo docente e discente da instituição, conforme já dito anteriormente. Ao folhear suas páginas, o leitor depara-se com temas abordando algumas das muitas práticas educativas adotadas no Colégio. Além disso, faziam parte da revista conteúdos referentes às matérias que faziam parte do currículo da instituição, saber: Física, Biologia, Química, Português, Matemática,

²⁴ Em Setembro de 1910, foi publicado o segundo número da Revista. O quarto número só foi ser publicado em Julho de 1912. Trago essa informação porque ela possibilita compreender um pouco da dinâmica de circulação do periódico.

Ensino Religioso, História Natural, Educação Cívica, Educação Física e Higiene; o quadro e a quantidade de alunos e professores que fazia parte do cotidiano da escola, críticas ao ensino leigo; comemorações cívicas como ideal de civilidade e progresso; Defesa do projeto de Romanização da sociedade encabeçada pela Igreja Católica; festa em nome do Dia da Pátria; orientações sobre os cuidados com a saúde bucal; o medo da gripe espanhola; a importância do ensino religioso; os benefícios da higiene do corpo e da prática de exercícios físicos; as competições esportivas que os alunos da instituição disputavam com alunos de outras instituições educativas do estado; e imagens dos times de *foot ball* e *volley ball* do Colégio.

Como dito anteriormente, o meu primeiro contato com a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* ocorreu na *Biblioteca Átila de Almeida*, localizada na sede da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba. Esse encontro casual deu-se quando eu estava pesquisando temas relacionados à educação do corpo em revistas e jornais que tinham circulado na cidade de Campina Grande e no Estado nas primeiras décadas do século XX. Meu interesse inicial era identificar e catalogar fontes impressas (jornais e revistas) que abordassem, em suas páginas, assuntos relacionados ao ensino de educação física, higiene e práticas de pedagogização do corpo. Foi numa dessas visitas à *Biblioteca Átila da Almeida* que acabei deparando-me com alguns exemplares dessa imprensa educacional. O encanto foi de imediato. Ao folhear algumas de suas páginas, percebi que se tratava de uma fonte com inestimável valor histórico. Em seguida, passei a pesquisar em outros arquivos do Estado os outros exemplares do impresso. Com o andamento da pesquisa, cheguei ao *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP*, localizado no centro de João Pessoa. O acervo desse Arquivo abriga boa parte das edições do impresso em bom estado de conservação e disponíveis para a consulta. O **Quadro 2** traz algumas informações a respeito da fonte, como os anos de publicação, os números e acervos onde os exemplares estão disponíveis para pesquisa.

Quadro 2: Revista do Colégio Diocesano Pio X

Fonte	Ano	Números	Acervo
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1910	2, 3 e 4	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1911	5 e 6	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.</i>
<i>Revista do Colégio</i>	1912	1, 2, 3, 4, 6 e 8.	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano</i>

<i>Diocesano Pio X</i>			(IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1913	1, 2, 6, 7 e 8.	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1914	2, 3, 4 e 8.	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1915	4, 8 e 9.	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba e Biblioteca Átila de Almeida, campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1916	8	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1917	s/n	Biblioteca Átila de Almeida, campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1918	9	Biblioteca Átila de Almeida, campina Grande e Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1919	4 e 5.	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1923	8	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1924	3	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba e Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1926	6	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1928	s/n	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1930/1931	10	Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa,

			<i>Paraíba.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1932	10	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1933	s/n	<i>Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1935	s/n	<i>Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1936	1	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1937	s/n	<i>Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1938	2 e 3	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1939	1	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1941	1, 2, 3, 4, 6, 7, 8 e 9.	<i>Instituto Histórico e Geográfico paraibano (IHGP). João Pessoa, Paraíba e Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.</i>
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X (Edição Comemorativa)</i>	1954	s/n	<i>Acervo Eclesiástico da Paraíba.</i>

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da tese, 2019.

Os exemplares do impresso encontram-se em bom estado de conservação, facilitando o processo de catalogação, digitalização e mapeamento/análise dos conteúdos e imagens do mesmo. O corpo editorial da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* era formado por membros da direção, alunos e professores do Colégio. A Revista teve vida longa se forem levadas em consideração as inúmeras dificuldades (alto valor das matérias primas, como papel, falta de recursos, dificuldades técnicas, baixo número de leitores do país, entre outros), para imprimir e comercializar esse tipo de impresso na época. A primeira edição fora publicada no mês de Agosto de 1910, funcionando até 1954. A publicação não obedecia a um tempo regular. No ano de 1954, foi lançada pela direção do *Colégio Diocesano Pio X* sua última edição, organizada

pelos *Irmãos Maristas*. O impresso educacional buscou abordar em suas páginas os principais temas de interesse do Colégio, divulgando sua “modernidade pedagógica” (ANDRADE, 2014, p. 44).

Nas páginas do jornal *A Imprensa*, periódico ligado à Igreja Católica, encontrei notícias que buscavam disciplinar/normatizar parte da população paraibana de acordo com os dogmas cristãos. Entre as publicações preferidas pelos editores do jornal, o que mais chama a atenção de quem as lê são os conteúdos que versavam sobre as práticas de ensino de higiene e educação física. Também destacou-se pelas querelas travadas com alguns dos políticos do Estado e com a concorrência do jornal *A União*. “Fez apologias à saúde, ao bem-estar físico, à prática da ginástica sueca, praticada, para usar uma fala *d’A Imprensa*, ‘apenas nas escolas católicas’” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 24). O periódico foi criado

[...] em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques. O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Surgiu em um período de transformação na estrutura social brasileira com a implantação da República, a laicização e o início da romanização da Igreja Católica no Brasil e sua expansão com a criação de novas dioceses. Em 1903, fechou suas portas por falta de recursos para sua manutenção, reaparecendo apenas em 1912. Por questões políticas, o interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal e depois de dois dias mandou reabri-lo, porém sua reabertura só se deu em 1946, período em que passou a funcionar em pequenos intervalos até 1968 (Idem).

Já da *Revista do Ensino*, ao todo, foram publicados dez exemplares, que se destacaram por abordar em suas páginas conteúdos sobre a importância do ensino de higiene e educação física. Segundo Soares Júnior (2015, p. 24), em suas páginas, o leitor encontra conteúdos sobre: orientações de como utilizar o livro didático, legislação do ensino na Paraíba, orientações sobre o ensino de higiene; sobre o ensino de educação física; higiene dos dentes; dos alimentos; das roupas; dos prédios escolares. A divulgação de eventos pedagógicos; a realização de palestras; incentivo do culto ao civismo, bem como contribuiu para a orientação e formação de professores. “Revestiu-se do discurso de uma educação capaz de formar um cidadão saudável e defensor de sua pátria e em consonância com a ideologia da Era Vargas” (Idem). O discurso médico-higienista encontrou em suas páginas a oportunidade de tornar público os seus objetivos de construção de uma escola higiênica.

Por sua vez, o jornal *A União* é o periódico mais antigo em circulação no estado. Em suas páginas, o leitor encontra uma variedade significativa de notícias: informes sobre educação sanitária; denúncias sobre a falta de cuidados com a higiene da pele, dos dentes, do

cabelo, das unhas; falta de cuidado com a saúde do corpo; importância do ensino de educação higiênica e física para a infância; prevenção de doenças; propaganda de medicamentos; convites a desfiles cívicos; propagandas políticas; manuais de beleza; construção de hospitais; realizações dos governos da época; e debates políticos. Enfim, uma significativa variedade de temas relacionados à política, à educação e temas diretamente relacionados à saúde.

Esse periódico, por ser o principal anunciador do governo estadual, possibilitou proferir o discurso daqueles que estavam diretamente ligados ao poder local, facilitando a percepção dos interesses políticos, a composição de projetos dos diversos campos, dentre outros (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 23).

Também destaco que outros impressos foram importantes para a elaboração da tese: a exemplo da *Revista Atualidades Pedagógicas e Era Nova* e das revistas do *Instituto Histórico e Geográfico* e de *Medicina da Paraíba*. A circulação desses impressos contribuiu para a divulgação de práticas educativas que buscavam inculcar a pedagogização do corpo. Para Albuquerque Júnior (2010), as pedagogias são responsáveis por operar produzindo subjetividades e identidades, adestrando, dirigindo corpos e gestos, interditando, permitindo e incitando hábitos, costumes e habilidades, traçando interditos, marcando diferenças entre o admitido e excluído, valorando diferencialmente gostos, preferências, opções e pertencimentos. Assim,

Estas pedagogias implicam, tal como aquelas praticadas no espaço escolar, a demarcação de fronteiras simbólicas, imaginárias e até físicas. Lidar com o pedagógico é lidar com a instituição de limites, com a demarcação do dentro e do fora, do permitido e do proibido, é traçar com traços de giz quem e como se deve passar, quem pode e quem não pode entrar, como deve ou como deve estar, circular, mudar de lugar, se mexer. As pedagogias implicam sempre uma análise do espaço onde elas se efetivam, o quadricularmente espacial, elas querem sempre situar, implicar, localizar, mapear, descrever, nomear, pôr em ordem, dispor (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 2).

Os impressos escolhidos para alicerçarem a construção da presente narrativa durante o período em que estiveram em circulação funcionaram como um poderoso “dispositivo pedagógico”, propondo o estabelecimento de fronteiras, o esquadramento de corpos, enfim, ensinando, educando, formando subjetividades e corpos para atenderem “certas demarcações sociais e culturais, para não ultrapassarem certos limites, para não entrarem em certas zonas, para não se aproximarem de certos espaços e daqueles que aí habitam”

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 3). Na elaboração de pedagogias para a educação do corpo, é possível verificar a incorporação, “[...] em seus lentos processos de constituição, as transformações da sensibilidade de cada época e, mais precisamente, uma racionalização da vigilância sobre o outro e sobre si mesmo, sobre o próprio corpo” (SOARES, 2013, p. 75). As pedagogias visam a educação do corpo e estão em constante atualização.

Aqui parto da ideia de que todo trabalho de história só ganha relevância quando se tece um diálogo com as fontes e seus pares. Nesse processo de busca e análise das fontes, compartilho das ideias de Albuquerque Júnior (2007), expressas no livro: *História: A arte de inventar o passado*. De acordo com esse autor, o trabalho realizado pelo historiador assemelha-se a um trabalho artesanal, assim como o realizado pelo artesão, em seu constructo cotidiano no tecer de vários fios, que tem como resultado uma colcha de retalhos. Quando, ao final da narrativa historiográfica, aparece um corpo inteiriço e bem amarrado, é porque as costuras, os chuleados, os nós e as laçadas ficaram escondidas. Assim como uma artesã faz com uma blusa de tricô, o historiador precisa incessantemente esconder e disfarçar em seu avesso os muitos percalços que aparecem ao longo da pesquisa, a exemplo da falta de fontes ou mesmo as fontes que não dizem o que tanto se espera delas. Os dissabores, os contratempos, as horas em claro pensando ou discutindo o tema, transcrevendo e selecionando as fontes, pensando nas possibilidades de capítulos que irão compor o corpo do texto.

Dessa forma, a narrativa histórica é uma tessitura, é obra da mão de quem a tece, é imaginação e habilidade de quem narra. A História não escreve a si mesma, os fatos não se impõem ao historiador como pura evidência da realidade. “Não podemos escrever a História sem documentos, nem sem as ferramentas que a cultura historiográfica nos proporciona, inclusive os conceitos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 32). O fazer historiográfico se realiza com diálogos múltiplos, com conceitos, com fontes. O historiador é um caminhante, um nômade que transita por diferentes campos do conhecimento. A narrativa histórica é um trabalho artesanal, é um trabalho inventivo, é uma “arte de inventar o passado”.

O historiador mantém uma relação de proximidade com os arquivos e documentos. Na opinião de Albuquerque Júnior (2013, p. 26), os documentos não falam, não pensam, não mostram, não demonstram, não desmentem, não desvelam, não resgatam, o “documento não diz nada que não seja através de uma outra voz, a voz de quem os consulta, os lê, os analisa, os recorta, os atribui sentido e significado”. O documento só ganha e passa a ter sentido e utilidade quando é interpelado pelo historiador. É nessa relação com esse “outro”, o historiador, que o documento passa a ter sentido e funcionalidade. O historiador é responsável por dar vida aos documentos, significado a sua existência, tornando-os humanos. Para

Albuquerque Júnior (2013, p. 26), “é o historiador que faz o movimento que se inicia no texto do documento e o liga a várias outras informações de que dispõe, a outros documentos, a outros relatos, memórias, a outras anotações para que o documento faça sentido”.

Nas últimas décadas, de modo geral, as pesquisas envolvendo a História da Educação no Brasil têm ganhado fôlego entre os historiadores. Para isso, faz-se necessário o diálogo com fontes impressas, como jornais e revistas. Zanlorenzi (2010, p. 64-65) evidencia que ao fazer uso de fontes impressas em pesquisas sobre História da Educação, “[...] o uso da imprensa possibilita ultrapassar os limites da pesquisa em História que privilegiam questões em detrimento de outras, ampliando assim os horizontes do conceito de fonte”. Essa ampliação dos limites da fonte histórica possibilitou que o historiador lançasse seu olhar para uma grande variedade de artefatos, tornando-os objetos manipuláveis: jornais, revistas, atas, cartas, fotografias, livros, literatura, música, roupa, olfato, pintura etc. “Aproveitaram da riqueza desse material para analisar o contexto educacional e as relações envolvidas nesse processo” (Idem).

Ao fazer uso da imprensa periódica como fonte, o historiador, inevitavelmente, tem de tomar algumas precauções: qual o objetivo na produção de um periódico específico? A que público leitor se destinava determinada notícia? Qual o contexto histórico de sua produção? Quais são as pessoas responsáveis pela sua edição e circulação? Qual o período de circulação? Muito além dessas perguntas, é preciso que o historiador esteja atento aos dados que dizem respeito à identificação do periódico e ao seu projeto gráfico e editorial. A partir das informações básicas obtidas através de uma primeira leitura do periódico, o historiador “pode iniciar sua análise do projeto gráfico e editorial, pelas reformas de organização e a distribuição das matérias, cadernos, notícias, colunas e seções” (FERREIRA LEITE, 2015, p. 14), passando para o mapeamento dos “proprietários, redatores, condições técnicas de produção, tiragens, preços, público, espaços de distribuição e circulação” (Idem). O conhecimento da fonte e das matérias nela veiculada contribui para que o pesquisador desenvolva sua pesquisa de “uma forma mais densa”, estabelecendo um diálogo mais amplo entre fonte, objeto de pesquisa, referências e contextos históricos.

Destarte, o historiador Albuquerque Júnior chama a atenção dos pesquisadores que trabalham com o *conceito de discurso* para a importância de se processar uma rigorosa *análise interna e externa* dos documentos, porque, em sua opinião: “tanto uma quanto a outra vão em busca das marcas de historicidade, das marcas que a temporalidade particular em que foram produzidos deixou nesses discursos, pois essa é a tarefa precípua do trabalho do historiador” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 236).

Na *análise externa* de um determinado discurso, o historiador deve se perguntar sobre

[...] suas relações com aquilo que o cerca, com aquilo que o situa num dado tempo, espaço, sociedade, cultura, relações políticas, econômicas, ou seja, perguntar-se por suas condições históricas de possibilidade, por aquelas ligações que permitiram sua emergência, seu pronunciamento (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 236).

Precisa também indagar-se a respeito das possíveis ligações que um determinado discurso mantém com aquilo que o cerca. É preciso buscar informações detalhadas sobre a datação, localização, autoria, o momento histórico em que foi produzido e dado a circular, as circunstâncias em que veio a público, os interesses envolvidos, os objetivos e o público a quem se destina. O contexto social, político, econômico e cultural de sua produção, as relações sociais envolvidas. As relações e jogos de poder e saber que o autor de determinado discurso está/estava inserido. Quais os interesses envolvidos por traz da publicação de tal discurso. Que jogos de poder e relações de força são possíveis de identificar.

Na *análise interna*, o historiador deve tomar o discurso

[...] como sendo em si mesmo um acontecimento, um evento que merece ser interrogado enquanto tal. O discurso não é transparente, não é uma lente ou um aparelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 237).

Quando se trabalha com fontes impressas, como é o caso da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, é preciso que o historiador fique atento à sua estrutura interna: tipo de papel, gráfica onde foi impressa, período de circulação, imagens e textos publicados, os autores, o leitor a quem se destinava a quantidade de páginas, entre outros. Os textos precisam ser descortinados, analisados na íntegra, problematizados e relacionados com o contexto maior em que vieram à tona. “O texto obedece a uma ordem de discurso, a uma formação discursiva peculiar, historicamente datável” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 238). Deve ser interesse do historiador saber por que um dado discurso foi publicado, ganhou destaque nas páginas de um dado veículo de informação, quais os interesses envolvidos, que grupos estavam interessados, quais as intenções e os objetivos, por que esse, e não outro discurso/texto foi publicado. Quais as relações de poder/saber estão ligadas a tal discurso.

Esse tipo de dúvida e questionamento é importante tendo em vista que todo tipo de discurso que é emitido e chega até o leitor/receptor “vêm condicionados pelas instituições que os produziram e os guardaram ou acolheram. A produção do arquivo é também uma atividade

social e politicamente orientada. Nenhum discurso que chegou até nós foi guardado inocentemente, por acaso” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 239). Por esses e outros motivos, é de fundamental importância que o historiador esteja atento aos inúmeros interesses e jogos de poder que existem por trás da publicação e da circulação dos discursos e impressos.

Neste sentido, as fontes utilizadas para arquitetar a presente narrativa são revistas e jornais que circularam no início do século XX, na Paraíba. Esse cruzamento envolvendo diálogos teóricos, bibliográficos e historiográficos foi fundamental para a construção do presente **argumento de tese**, ou seja, de que os discursos religiosos elaborados pelo *Colégio Diocesano Pio X* se ampararam nos dizeres e fazeres da ciência para conduzir as culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar* no período de 1910 a 1954, gestando, por sua vez, uma sensibilidade escolar para um corpo discente dito forte, são e saudável. Destarte, levo em consideração os discursos médico, religiosos, cívicos, patrióticos, militaristas e pedagógicos que circularam em impressos do Estado e nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, divulgando as práticas educativas voltadas para o cuidado com o corpo.

Portanto, a presente tese está estruturada levando-se em consideração a elaboração de proposta de seis capítulos. O primeiro, intitulei de: *Costurando fios, tecendo histórias: a construção de um objeto de estudo*. Este capítulo foi dedicado à descrição do percurso que caminhei até ao *Colégio Diocesano Pio X*, os diálogos teórico-metodológicos e historiográficos, além dos locais de pesquisa e fontes consultadas e analisadas para a escrita da presente narrativa. Com esse objetivo organizei o capítulo em três tópicos: o primeiro nomeei, de: *Do percurso de uma pesquisa: algumas considerações*; o segundo: *Dos diálogos teórico-metodológicos: algumas escolhas*; e o terceiro: *Dos locais de pesquisa à exposição das fontes: alguns apontamentos*.

No segundo, intitulado: *Do início de uma história: o exemplo do Colégio Diocesano Pio X*, problematizei, através do estudo de um amplo conjunto de fontes, como o Colégio criado por Dom Adauto teve o objetivo de “reconstruir socialmente” a população local, contribuindo para a gestação de uma *cultura escolar*, nas primeiras décadas do século XX, amparada nos discursos científicos e religiosos da Igreja Católica. Para tanto, organizei o capítulo em três tópicos: o primeiro, intitulei de: *Da Revista do Colégio Diocesano Pio X: educação, imprensa educacional e publicidade*; o segundo, chamei de: *Da educação religiosa às escolas confessionais*; e o terceiro, de: *Da criação do Colégio Diocesano Pio X: o projeto de “reconstrução social” da Paraíba*.

No terceiro capítulo, apadrinhado de: *Da pedagogia do espaço: cultura escolar e material no Colégio Diocesano Pio X*, analisei como a arquitetura escolar, os cursos e as práticas educativas ofertadas pelo *Colégio Diocesano Pio X* em seu currículo contribuíram para a gestação de uma *cultura escolar e material* nas primeiras décadas do século XX. Desse modo, o capítulo foi dividido em seis tópicos. O primeiro, chamei de: *Da aquisição do terreno à construção do “novo prédio”*; o segundo, de: *Da autorização para funcionar como Colégio*; o terceiro, de: *Do programa de ensino à divisão dos cursos*; o quarto, de: *Da organização interna à disciplina e práticas educativas*; o quinto, de: *Do projeto de equiparação*; e o sexto e último, de: *Da Arcádia à formação literária no Colégio Diocesano Pio X*.

Em seguida, no quarto capítulo, *Da pedagogia do corpo: a cultura física conquista a escola*, investiguei as ideias que circularam sobre a cultura física no *Colégio Diocesano Pio X* nas primeiras décadas do vigésimo século, levando em consideração as produções discursivas que falavam de corpos fortes, saudáveis, belos, esbeltos, hígidos e vigorosos. A educação física em parceria com a higiene transformaram corpos considerados raquíticos, fracos, doentes, débeis, em corpos fortes, produtivos, cheios de energia. Este capítulo ficou dividido em cinco diferentes tópicos, cada um com um objetivo específico: o primeiro, intitulei de: *Da fortaleza de corpos vigorosos: a cultura física*; o segundo, de: *Do in corpore sano: a educação física sob o olhar médico-pedagógico*; o terceiro, de: *Dos phisicamente garbosos: a ginástica sueca*; o quarto, de: *De corpos fortes e vigorosos: o foot ball*; e, por fim, o quinto, de: *Da agilidade, destreza e resistência: o volley ball*.

O quinto capítulo, *A pedagogia da higiene: a construção de um modelo hígido de educação*, foi dedicado ao estudo de corpos fortes, saudáveis, cheio de energia e vigor físico. Com isso em vista, problematizei as práticas de pedagogização do corpo adotadas pela direção e corpo docente do *Colégio Diocesano Pio X* para colocar em prática seu projeto médico-educativo de construção de um modelo de educação higiênica. O presente capítulo ficou subdividido em três momentos distintos. O primeiro tópico, intitulei de: *Da higiene: os preceitos da ordem médica*; o segundo de: *Dos hábitos sadios: a higiene bucal*; e o terceiro de: *Em nome da saúde: a Influenza Espanhola*.

Por fim, no sexto e último capítulo, batizado de: *Da pedagogia da pátria: a construção de um modelo cívico de educação*, investigo as ideias que foram produzidas pela direção do *Colégio Diocesano Pio X* no início do século XX e que circularam nas páginas da imprensa paraibana da época, divulgando as cerimônias cívicas planejadas pela instituição e colocadas em prática por seus alunos em homenagem aos Dias da Pátria, 7 de setembro e Dia

da Juventude, como parte de um projeto de educação e *cultura escolar*. Para seguir esse objetivo, planejei o capítulo em quadro momentos diferentes – o primeiro tópico, ficou com o seguinte título: *Da educação cívica: o civismo como ideal social*; o segundo, com *Do Dia da Pátria: o civismo como agente modelador de corpos*; o terceiro, com *Das cerimônias: a mobilização da juventude paraibana*; e, por fim, o quarto, com *Da Escola de Instrução Militar: a militarização do corpo*. Essa foi a melhor maneira que encontrei de organizar a estrutura da presente narrativa a partir da leitura e análise das fontes disponíveis em conjunto com o diálogo teórico-metodológico por mim escolhido. Ao leitor, deixo o convite para continuar sua leitura e tecer suas conclusões.

CAPÍTULO 2 - DO INÍCIO DE UMA HISTÓRIA: O EXEMPLO DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X

Neste capítulo, problematizo como a criação do *Colégio Diocesano Pio X* pelo primeiro bispo da Paraíba, Dom Adauto, com o objetivo de “reconstruir socialmente” a população local, contribuiu para a gestação de uma *cultura escolar* nas primeiras décadas do século XX, amparada nos discursos científicos e religiosos da Igreja Católica. Para tanto, tecio em três momentos distintos, mas que se correlacionam, a saber: primeiramente, destaco o papel atribuído à *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, criada em 1910, na contribuição da produção e divulgação dos discursos emitidos e defendidos pela instituição – conjunto de propagandas, ideias, concepções de ensino, defesa da educação religiosa, importância da educação física, higiene e práticas esportivas para a produção de um corpo hígido e saudável, dentre outros; em seguida, estudo o papel que Dom Adauto atribuiu à educação confessional na edificação do projeto de romanização da sociedade paraibana, buscando alinhar os discursos da Igreja Católica aos do Estado, bem como a importância do *Colégio Diocesano Pio X* na propagação desse conjunto de ideias; por fim, direciono minha atenção à análise dos discursos que tratam da criação do Colégio e sua contribuição para a emergência de uma *cultura escolar*, pautada na defesa de uma educação científica e religiosa para a formação de cidadãos patrióticos, cívicos, disciplinados, medicalizados e normatizados.

Localizado na Praça da Independência, número 150, no bairro do Tambiá, na cidade de João Pessoa, Paraíba, o *Colégio Diocesano Pio X* é considerado uma das instituições mais importantes de ensino particular do estado. No ano de 2019, período de produção desta tese, a escola atendia a uma média de 1814 alunos/as (Censo Escolar de 2018) nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil (268 alunos), Ensino Fundamental I (579 alunos), Ensino Fundamental II (584 alunos) e Ensino Médio (383 alunos). Dispõe de uma estrutura física composta por uma biblioteca com aproximadamente 8.000 títulos e mais de 1.000 fitas de vídeo; salas de aula com material multimídia como projetores, computadores e ar condicionados; laboratórios de informática; anfiteatro; teatro; ginásio de esportes; quadras poliesportivas; quadra para a prática de voleibol; quadra para basquetebol; campo para a prática do futebol; piscinas; quadra de *handball*; *spiriball*; lanchonete e restaurante. Além de espaços reservados à orientação religiosa, pedagógica, laboratórios de química, física, biologia e matemática. As mensalidades giram em torno de mil e duzentos reais para o Ensino

Infantil; novecentos e trinta e cinco reais para o Ensino Fundamental; e mil trezentos e vinte reais para o Ensino Médio²⁵.

2.1 Da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*: educação, imprensa educacional e publicidade

AOS CARISSIMOS FILHINHOS, ALUMNOS DO COLLEGIO DIOCESANO PIO X.

[...] Sim, Carissimos Filhinhos, perseverae e tereis a melhor das escolas e o mais eficaz dos estímulos para a vossa proveitosa instrução e principalmente para a educação ou formação do vosso coração e caráter, sem a qual, de nada valerá a sciencia (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1910, nº2, s/p).

A edição do primeiro número da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* saiu em Agosto de 1910. A criação desse impresso teve importante contribuição para a emergência de uma *cultura escolar* nas primeiras décadas do século XX, período em que tal impresso circulou no estado, abordando em suas páginas assuntos variados, principalmente os de caráter educativo. O discurso acima, de autoria de Dom Adauto, “padrinho espiritual” da Revista, expressa bem a importância que o impresso teve na modelação de uma identidade pedagógica para o Colégio. Na opinião do Bispo: “Achei bella e importante a vossa estréia na poderosíssima arma moderna do bem e do mal”²⁶. Os editores do impresso escolheram o seguinte lema para estampar suas capas: “a Deus pela sciencia, à sciencia por Deus”. Esse lema foi utilizado por mim como título da tese, por sintetizar a meu ver o projeto educativo do *Colégio Diocesano Pio X*, alinhando os discursos religiosos e científicos na condução das culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar*, gestando uma sensibilidade escolar para a produção de um corpo forte, são e saudável.

Pelo que se depreende da leitura do lema, adotado para a identificação do impresso, os discursos religiosos e científicos comporiam a pauta das principais discussões propostas pelo programa editorial da mesma. O projeto de construção dessa imprensa pedagógica foi resultado do trabalho de cooperação dos professores e alunos do *Colégio Diocesano Pio X*. Nesse processo, contaram ainda com a valiosa colaboração de intelectuais de diferentes partes do país: “são médicos, advogados, padres, poetas, jornalistas, que, perlustrando outrora os vetustos bancos do famoso Pio X, ensaiaram os seus primeiros passos nesta Revista”

²⁵ Para maiores informações sobre a presente história do *Colégio Diocesano Pio X*, consulte o seguinte endereço: <https://marista.edu.br/piox/>.

²⁶ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1910, nº 2, s/p.

(*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1923, nº 8, s/p). De acordo com Dom Adauto, a criação dessa imprensa pedagógica iluminou

[...] As trevas do passado e a obscuridade do futuro; dos vícios da sociedade presente; e tereis luzes para formar em vós uma alma superior aos objetos sensíveis, um coração que domine paixões, uma vontade que sobre ellas impere, uma ambição santa que só Deus possa satisfazer, uma coragem que só tema o pecado, um espírito elevado que não estime primeiro que tudo senão a virtude, e assim sereis realmente doces esperanças da Pátria (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1910, nº2, s/p).

Através dos temas abordados em suas páginas, o *Colégio Diocesano Pio X* forjou sua identidade pedagógica – pautada na defesa de uma instituição de ensino que inspirava o respeito e a organização, que atendia aos objetivos da modernidade civilizada, com professores capacitados e laboratórios equipados, apta para receber os filhos de parte da elite política e econômica do estado, zelando pela disciplina e pela ordem, com uma sólida formação intelectual, moral, religiosa e científica. Após sua criação, o impresso passou a ter um “intenso trânsito”. Através de sua leitura, é fácil perceber a quantidade de escritores que nela expressaram suas ideias e concepções de pensamento, é possível encontrar artigos escritos por médicos, religiosos, diretores, professores, alunos e ex-alunos do próprio Colégio, textos de convidados de outros estados, homenagens prestadas ao papa Pio X, a Dom Adauto, a Getúlio Vargas, aos Interventores do Estado (Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro), a membros da Igreja Católica, aos diretores do Colégio, a “heróis nacionais”, como Duque de Caxias, Rui Barbosa, Tiradentes, dentre outros. No período em apreço, o periodismo pedagógico “constituiu-se em produção fundamental para a valorização da Educação e, por consequência, ampliação do público leitor” (MARTINS, 2008, p. 322).

Entre os temas mais abordados em suas páginas, estão presentes os seguintes: o papel da família na educação; a importância da educação religiosa na formação moral das crianças e adolescentes; cobrança e preço das mensalidades; os preços de assinatura; conselhos higiênicos; importância da saúde bucal; a contribuição da cultura física e *gymnastica sueca* para a produção de um corpo são e vigoroso; o civismo como ideal social; as festas realizadas pela direção do Colégio; sobre o Dia da Juventude, 7 de setembro e Dia da Independência; as práticas de educação do corpo; as disputas esportivas realizadas no Colégio (*Foot Boall e Volley Boal*); e os campeonatos de *Foot Boall e Volley Boal*. Os editores da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* faziam questão de divulgar mensalmente as principais competições esportivas de que os alunos do Colégio participaram. Ao folhear suas páginas amareladas, o

leitor se depara com uma grande quantidade de textos imagéticos exaltando a importância das práticas esportivas para a construção de um corpo educado e saudável.

Em Dezembro de 1931, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou o artigo *Como foi recebida a nossa Revista de Junho*, em que exalta o trabalho dos alunos e professores do Colégio: “Já está no ano XXII de sua existência esta interessante REVISTA que é mantida pelo esforço conjunto de professores e alunos do conceituado Colégio Pio X” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1931, s/n, s/p). Segundo o autor: “o número que temos em mãos é uma elegante brochura, refeita de colaboração variada, e, ao mesmo tempo, adaptada às condições pedagógicas do referido educandário”²⁷.

Logo, o discurso busca enaltecer a imagem do Colégio como uma instituição moderna e civilizada, que oferecia os melhores métodos, professores e concepções de ensino, buscando propagandear as ações desenvolvidas pela instituição à sociedade paraibana, tendo em vista que se tratava de uma escola particular e precisava tornar públicos e conhecidos seus eventos, métodos, quadro de profissionais, estrutura física, disponibilidade de materiais, entre outros, para vencer a concorrência de outros colégios. Por isso a necessidade de uma imprensa educacional séria e comprometida com a educação, tornando público o “edifício do Colégio, os gabinetes de física, química e história natural, grupos de alunos, etc”²⁸. Publicações como esta visavam conquistar o maior número possível de novas matrículas, ampliando o quadro do número de alunos.

O foco dos discursos publicados nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* eram os leitores que formavam parte da elite paraibana, pessoas que tinham acesso à leitura e condições materiais e financeiras de adquirir os exemplares do impresso. Tendo isso em vista, Roger Chartier (2002, p. 127) recorda que “[...] não existe nenhum texto fora do suporte que dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”. Em artigo denominado *O nosso Collegio*, publicado pela Revista do Colégio, em 1928, José Borges de Sallles destaca que

Entre os estabelecimentos de instrução na Parahyba, salienta-se o Colégio Pio X. Aos 33 anos de sua existência mais uma acaba de juntar-se a este conceituado educandário, que pelos serviços prestados a Pátria e á a sociedade vê o seu nome scintillar na constelação dos melhores colégios do Nordeste Brasileiro. Este novo ano que se acaba de extinguir, é mais uma etapa de beneficio em prol das famílias parahybanas que veem os fructos

²⁷ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1931, s/p.

²⁸ Idem.

odoríferos que seus filhos aqui colhem (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1928, p. 41).

Foi com o objetivo de tornar pública a imagem do Colégio que a *Revista do Pio X* assumiu o papel de ser a responsável pelo *marketing* da instituição, divulgando seus feitos, seus eventos, projetos pedagógicos, métodos disciplinares, estrutura, higiene e disciplina. É bom deixar claro que o *Colégio Diocesano Pio X*, no início do século XX, já era um dos principais estabelecimentos de ensino do estado, responsável pela educação religiosa e científica de parte dos filhos das famílias mais tradicionais. Por isso, é importante frisar que os discursos veiculados em suas páginas eram intencionados, ou seja, eram produzidos a fim de sensibilizar membros da elite local, responsáveis por manter financeiramente o Colégio com a matrícula de seus filhos.

No período abordado, a maior parte da população paraibana era analfabeta²⁹ e, por isso, não tinha acesso à leitura e muito menos condições de adquirir um exemplar da *Revista do Pio X*, devido aos preços elevados. Esse privilégio ficava restrito aos políticos, comerciantes e grandes produtores rurais locais. Em 1928, a *Revista do Pio X* divulgou uma imagem com o “Grupo geral dos alunos”. Sobre os possíveis usos de uma dada imagem num texto, Roger Chartier diz que ela “classifica o texto, sugere uma leitura, constrói um significado. Ela é protocolo de leitura, indício identificador” (CHARTIER, 2002, p. 133)³⁰.

Vejamos quais os possíveis papéis desempenharam as fotografias nas páginas da *Revista do Colégio*.

²⁹ Só para se ter uma ideia um pouco mais nítida sobre a falta ou deficiência de instrução da população paraibana, no início do século XX, o censo do ano de 1906, registrou que para uma média de mil indivíduos – apenas 168 sabiam ler e 832 eram completamente analfabetos – ou seja, não sabiam ler nem escrever (BOMENY, 2003, p. 2).

³⁰ O ato de ler não se resume apenas ao suporte material. Roger Chartier destaca que existe um conjunto de dispositivos que possibilitam a prática de leitura – protocolos de leitura. Em sua opinião, “o protocolo de leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça seu leitor ideal” (CHARTIER, 1996, p. 20).

Figura 1 - “Grupo geral dos alunos”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1928, p. 69.

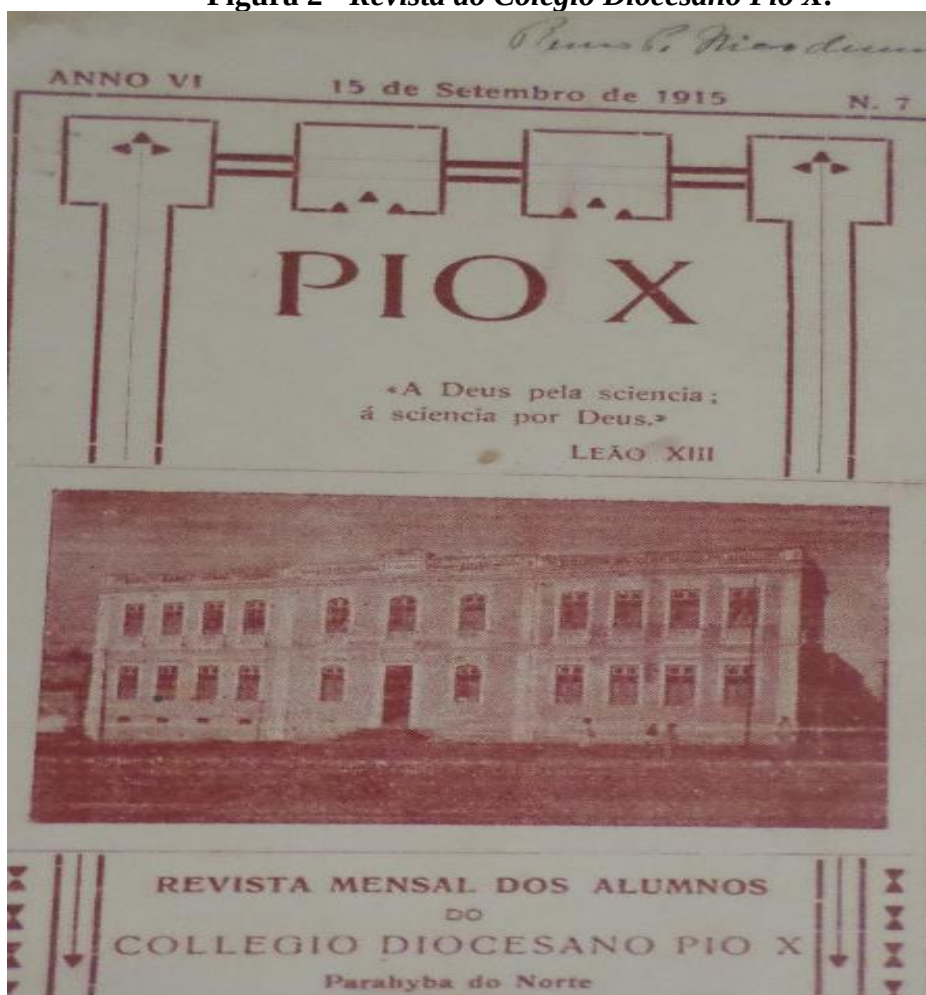
Para se divulgar a mensagem ao leitor, a imagem fotográfica tornou-se mais produtiva e eficaz que a letra. “A fotografia, com seu poder multiplicador, potencializava a informação, levando aos mais diversos público a informação até então subtraída ao analfabeto e às camadas desfavorecidas” (MARTINS, 2008, p. 193). A mensagem repassada pela fotografia assumiu o papel de atingir as mais diversas comunidades de leitores; do analfabeto, semianalfabeto ao letrado. A imagem tem esse poder de ampliação da possibilidade de leitura e compreensão. Ela não só facilita a leitura, mas também seduz o leitor, tornando a prática de leitura mais fácil e divertida.

A *Revista do Colégio Diocesano Pio X* era impressa “nas oficinas gráficas da ‘Popular Editora’” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1931, s/p). Seus primeiros exemplares traziam estampados em suas capas o ano de publicação, o mês, o número, o título - *Revista Mensal dos Alunos do Colégio Diocesano Pio X* - e o lema “*A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus*”, frase do Papa Leão XIII. Não existia uma padronização sobre a quantidade de páginas de cada número. Nos exemplares que tive a oportunidade de analisar, encontrei edições com apenas dez páginas, como o segundo, publicado em Setembro de 1910, e edições com uma quantidade de páginas bem maior.

Com o passar dos anos, a quantidade de páginas, textos, fotografias e anúncios publicitários foi aumentando gradativamente. De início, o preço da assinatura custava 5\$000 reis o ano, 3\$000 reis o semestre e 1\$500 reis o trimestre. À medida que o número de assinantes da Revista ia aumentando, a introdução de algumas mudanças passou a ser

necessária. A primeira e mais importante diz respeito ao *design* da capa. Em todos os números passou-se a estampar a fachada principal do Colégio, como pode ser visto na **Figura 2**, do ano VI, publicada em 15 de Setembro de 1915, número 2.

Figura 2 - Revista do Colégio Diocesano Pio X.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, Setembro de 1915, nº. 2, s/p.

A capa do impresso trazia estampada algumas informações importantes – na parte superior, o leitor se deparava com o ano de sua publicação, a data e o número. Um pouco mais abaixo vinha o nome do Colégio junto ao lema do impresso, frase de autoria do Papa Leão XIII. Um pouco a mais abaixo, uma imagem da fachada principal da instituição. À medida que o tempo ia passando e as novas técnicas de impressão iam surgindo, outras novidades foram sendo inseridas. O avanço das técnicas de impressão e a invenção da fotografia trouxeram um colorido todo especial à *Revista do Colégio Diocesano Pio X*. Novas cores foram ganhando espaço na capa e nas imagens publicadas. O preço também sofreu alterações. Em 1924, o leitor que desejasse adquirir um exemplar teria que desembolsar a quantia de

6\$000 reis pela assinatura anual, 7\$000 reis por um número avulso e, caso tivesse a intenção de utilizar uma de suas páginas para divulgar algum de seus produtos, devia entrar em contato com a redação da mesma, pelo seguinte endereço: “Casta Postal 33, Parahyba do Norte” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1924, s/p).

A Revista do Pio X tornou-se um dos principais veículos de publicidade do estado. Em suas páginas, eram anunciados quase todos os tipos de produtos. Os mais frequentes eram as propagandas de consultórios de advocacia, medicina e odontologia, a exemplo dos advogados Dr. Antônio Sá, com escritório localizado na Rua Barão do Triunfo, 34, Residência na Rua Cardoso Vieira, 272; Dr. Irineu Joffily, com escritório na Rua Philiphea; os médicos Dr. Adhemar Londres, consultório e laboratório clínico na Rua Maciel Pinheiro, 148; Dr. Jayme Lima, com residência na Avenida General Osório; Dentista Dr. Elvídio A. Ramalho, com endereço fixo na Rua Barão do Triunfo, 271, telefone, 258 e Dr. Francisco Ramalho, com consultório na Avenida General Osório. O caráter mercadológico se tornou uma das principais fontes de lucro da Revista. O fato de ser lida por pessoas com certo poder aquisitivo contribuía para que os anunciantes buscassem divulgar seus produtos em suas páginas. Nas páginas do impresso, a advocacia é apresentada (como a guardiã da moral), a medicina (como a guardião do corpo), a odontologia (como a guardiã da saúde bucal), e a escola confessional como a guardião da espiritualidade e dos bons costumes cristãos.

Entre as empresas e marcas de produtos que tinham um espaço reservado nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, merecem destaque a *Agencia Ford*, Rua Maciel Pinheiro – exportação de automóveis de passeio e caminhões; *Oficina Machado*, Rua Maciel Pinheiro, Pinturas; *F. H. Vergara & CIA*, Grande Armazém de Estivas, Fabrica de Bebidas, localizado na Praça 15 de Novembro; *Casa Americana* – vende tudo até 4\$000 reis – armazém de miudezas, na Av. Beaurepaire Rohan; *Padaria e Pastelaria Paulista*, de João Gomes Carneiro & Irmão, na Rua Maciel Pinheiro; *Alfaiataria do Norte* – casa especializada em todos os artigos concernente a alfaiataria: Confecção de fardamentos militares, fabricação especial de *kepis* e chapéus. J. Eduardo de Holanda, Rua Maciel Pinheiro; *Companhia Commercio e Industria Kroncke*, agência de compras de seguros; *Oleo “Sol Levante”* – para mesa e cozinha – dá saúde, força e vigor (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1933, s/p).

Dentre os anunciantes que procuravam os editores da Revista para divulgarem seus produtos, estavam alguns dos fornecedores de artigos para o *Colégio Diocesano Pio X*, como o Dr. Seixas Maias – Clínica médica em geral – Rua B. do Triunfo, 271; Dr. Manoel Coutinho – Dentista; Dr. Oscar Oliveira Castro – Clínica médica e doenças da criança, duque

de Caxias, 312, que prestavam assistência médica e odontológica ao Colégio. Entre os fornecedores, estavam a *Padaria Paraibana* de Antônio Gomes Carneiro, com especialidade em Pães, Bolachas e Biscoitos, localizada na Rua Visconde de Pelotas, 270; *Alfaiataria do Norte de José Eduardo* – onde os alunos do *Colégio Diocesano Pio X* encomendavam seus *KEPIS* e Fardas, localizada na Rua Maciel Pinheiro, 97 – João Pessoa – Paraíba; *Farmácia Teixeira de Motta Silveira & Cia*, na Rua Duque de Caxias, 353, Fone: 1047, especialista em receituários; *Casa dos Pintores de Hortencio Ramos & Cia.*, na Rua Maciel Pinheiro, 225. Fone 1901, segundo a propaganda, essa era a “casa onde todos os pintores compram”; *Casa dos Estudantes de Miranda Freire & Irmão – Livraria, Tipografia, Papelaria e Encadernação*, Fone: 1286, na Rua Duque de Caxias, 570, João Pessoa, Paraíba; *Agencia Chevrolet de Araújo & Lira*, Rua Maciel Pinheiro, 96; *Casa Monteiro de Antônio Monteiro*, Rua Maciel Pinheiro, 218, especializada em Eletricidade e Mecânica em Geral. Para Tânia Regina de Luca (2010, p. 123): “A publicidade também se articulou às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se na sua principal fonte de recursos”.

Nas primeiras décadas do século XX, o gênero Revista foi um dos suportes que conseguiu melhor contemplar a propaganda e a publicidade, “a revista talvez tenha sido dos mais efetivos, concentrando a força da propaganda e a evolução dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas” (MARTINS, 2008, p. 244). Tornou-se veículo ideal para a divulgação e circulação de determinados produtos: dando-se a divulgar, conhecer-se, consumir-se.

No caso do *Colégio Diocesano Pio X*, a criação e publicação de um impresso pedagógico assumiu o trabalho de ser o principal veículo de divulgação e inculcação na mente dos paraibanos de um projeto de educação pautado nos discursos da ciência e da religião, tornando pública a sua *cultura escolar*, que visava a construção de sujeitos saudáveis, educados, cristãos e patriotas.

2.2 Da educação religiosa às escolas confessionais

A Escola católica

Num país católico como o nosso parece um paradoxo que ainda haja quem ignore o que seja a escola católica, a escola religiosa.

Poucos, bem poucos, podemos dizer sem exagero, tem uma noção exata da escola genuinamente cristã (*A IMPRENSA*, 1916, s/p).

O presente discurso publicado em 17 de Abril de 1916, nas páginas do jornal católico *A Imprensa*, saiu em defesa da importância da escola católica para a formação intelectual e moral da juventude paraibana, demonstrando a preocupação que tomou conta dos membros da Igreja Católica após a sua separação do Estado. Problemática que passou a fazer parte das discussões travadas dentro da Igreja brasileira, no final do século XIX, com a Proclamação da República. A ruptura das duas instituições tornou o ensino leigo. Ou seja, a Igreja Católica, que até o momento tinha exercido um forte controle sobre o ensino no país, perdeu essa hegemonia. Para Horta (2012, p. 81), “o Estado republicano rompe com o regime do Padroado e proclama-se leigo. A separação entre a Igreja e o Estado é oficializada por decreto em janeiro de 1890 e confirmada pela Constituição republicana de 1891”.

Ao estabelecer o Estado laico no Brasil, a Constituição republicana colocou em xeque o antigo poder exercido pela Igreja Católica na esfera nacional, perdendo, assim, sua posição de religião oficial e também parte de sua influência perante a sociedade. De acordo com Cavalcante Neto (2014, p. 8-9),

Assim, para fazer frente a essa situação política e garantir sua sobrevivência institucional, a Igreja procurou intensificar o processo de romanização da sociedade brasileira, com estratégias no campo interno (congressos, abertura e reforma dos seminários, a vinda de religiosos da Europa e da unidade pastoral dos bispos) e no externo (comunicações públicas por meio das cartas pastorais e da imprensa, visitas pastorais, conferências e liturgias), que produziram a sua reorganização no período de 1889 a 1930.

A criação das escolas confessionais foi uma das soluções encontradas pela Igreja Católica para lutar contra a instituição do Estado Laico. Esse modelo de escola passou a ser considerado como “um templo da ciência, a oficina da virtude, espaço onde a criança aprende, desde os albos de sua razão, a amar a justiça e odiar a iniquidade” (*A IMPRENSA*, 191). É um “prolongamento do lar, onde se vive a mesma vida de família – uma vida profundamente cristã, plena e perfeita, com seus hábitos de fé, obediência e trabalho”³¹. É educativa ao se comprometer com a formação da vontade e do caráter. Segundo o discurso do jornal *A Imprensa*, a escola religiosa trabalha no aperfeiçoamento da inteligência e faculdades dos alunos, zelando pela formação de quase todas as qualidades humanas: física, psíquica, religiosa e moral. A organização e zelo pela educação passam a ser uma das principais virtudes do modelo de educação defendido pela escola religiosa:

³¹ Ver *A Imprensa* 1916, s/p.

Ao lado dos estudos há os brincos infantis; os passeios higiênicos alternam com os passeios instrutivos. O canto, a música, as festas, os desportos, as diversões de toda sorte são distribuídos de maneira que as horas de trabalho se sucedem umas às outras, sem que o aluno se enfade e se canse jamais³².

O discurso religioso se alinha com outros aparatos discursivos da época (brincadeiras, higiene, canto, música, festas, esportes) para legitimar a importância da escola religiosa. O religioso e o científico passaram a caminhar juntos, de mãos dadas, lado a lado. A educação física, moral e intelectual também ajudaram compor o projeto de romanização social. Os membros da Igreja Católica utilizaram inúmeras estratégias discursivas para justificar a relevância da instrução religiosa na formação do caráter dos alunos. Por esse motivo, os editores do jornal *A Imprensa* não economizaram tinta e papel ao criticar o modelo de ensino proposto pelo projeto de construção da escola leiga. “Não, não é a religião uma sobrecarga; sobrecarga é a moral leiga, a moral independente, a moral científica, com seus equivalentes, sem eficácia alguma, porque ela não exerce sua influência sobre o entendimento” (Idem, Ibidem). A escola leiga foi acusada de ser antipedagógica e anti-educativa. De incentivar a desarmonia e “uniformidade de métodos entre os próprios educadores”.

Foi com o objetivo em mente de ampliar a área de influência da educação religiosa, na Paraíba, opondo-se ao ensino leigo, que Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques³³ dedicou parte de sua vida à construção de escolas confessionais. “Na prática, os colégios religiosos passaram a dar atenção especial a elite dominante, desejosos de educar seus filhos dentro dos padrões europeus” (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 205). Na realidade, a criação dessas instituições teve a intenção de manter viva na Paraíba a “hierarquia católica”, a preservação da fé e o controle eclesial da sociedade. Essas ações indicam que a

³² Idem.

³³ Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques nasceu em 30 de Agosto de 1855, na cidade de Areia, brejo paraibano. Era filho do Cel. Idelfonso Clímaco de Miranda Henriques e Laurinda Esmeraldina de Sá de Miranda Henriques. Ainda cedo, dedicou-se ao estudo de filosofia no *Seminário de São Suplício*, em Issay, na cidade de Paris, França e Teologia no *Colégio Pio Latino Americano*, na cidade de Roma, Itália, “ascendendo ao presbiterado em 18 de setembro de 1880, em Loreto, Itália” (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 159). A nomeação como bispo ocorreu em 02 de Janeiro de 1894 e a ordenação em 07 de Janeiro do mesmo ano na capela do Cardeal Lucio Maria Parochi, bispo de Albano. No mesmo ano, no dia 04 de Março, assumiu a *Arquidiocese da Paraíba*, onde permaneceu de 1894 a 1935, ano de sua morte. Tinha como lema: *Iter Para Tutum (Prepara o caminho seguro)*. Sua ordenação episcopal representou para a Igreja Católica paraibana um marco importante, pois, pela primeira vez, a Paraíba tinha a seu dispor seu próprio bispo, e com uma boa formação intelectual. Segundo Ricardo Grisi Veloso (2013, p. 83), “foi elevado a Arcebispo em 14 julho de 1914”. Atuou nas seguintes atividades, antes de exercer o Episcopado: foi professor do *Seminário de Olinda* (Filosofia, Frances e Direito Canônico); Cônego e Capelão de Santa Tereza – PE. Cônego do Cabido Diocesano; Diretor Espiritual do *Seminário de Olinda* e Capelão do *Orfanato de Santa Tereza – PE*. Faleceu no dia 15 de Agosto de 1935, na capital paraibana, e encontra-se sepultado na *Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves*.

preocupação da Igreja Católica estava voltada para a formação intelectual e moral de jovens do sexo masculino e feminino.

Um dos caminhos encontrados pela cúpula da Igreja Católica para implantar seu projeto de romanização durante os primeiros anos da República foi buscando ampliar sua estrutura e influência diante da sociedade. Esta instituição, durante o movimento de romanização social, criou a Diocese da Paraíba, em 27 de Abril de 1892³⁴. Dois anos depois, Dom Adauto recebeu a incumbência de dirigir a diocese da Paraíba.

No período em que ficou à frente da direção da Igreja Católica local, Dom Adauto dedicou parte de seu trabalho no sentido de ampliar o projeto de romanização social, tentando reaproximar a Igreja do Estado. Nesse sentido, questões religiosas, políticas, sociais, econômicas, culturais e ideológicas passaram a ditar as regras do jogo político. Com isso, o bispo paraibano “lançou mão das estratégias que já vinham sendo dinamizadas pelos demais bispos reformadores brasileiros: consciência da comunhão da diocese com Roma, integração com os demais bispos do Brasil, organização estrutural e pastoral da Igreja” (CAVALCANTE NETO, 2014, p. 10), além do que ele mesmo chamou de “erros da modernidade”: positivismo, racionalismo, maçonaria, espiritismo, materialismo, anarquismo, protestantismo, socialismo, comunismo.

No sentido de dar um maior destaque para a formação do clero do Estado, no mesmo ano de sua posse, Dom Adauto criou o *Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição*. O bispo criou colégios religiosos nas principais sedes da diocese, dedicados à formação intelectual e moral dos filhos de membros da elite paraibana (Paraíba) e potiguar (Rio Grande do Norte). No **Quadro 3**, encontram-se informações como o local, o ano e o público alvo dos colégios.

Quadro 3 – Colégios Católicos da Diocese da Parahyba do Norte (1894-1909).

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	CIDADE	SEXO	ANO
<i>Colégio Diocesano Pio X</i>	Parahyba do Norte	Masculino	1894

³⁴ A Arquidiocese da Paraíba é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no estado da Paraíba, no Brasil. Sua sede é a Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa. A Arquidiocese da Paraíba foi erigida em 27 de Abril de 1892, quando o Papa Leão XIII, pela Bula "*Ad Universas Orbis Ecclesias*", desmembrou da então Diocese de Olinda e Recife os territórios que compreendiam os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, constituindo, assim, uma nova diocese com sede na capital paraibana (então Parahyba). A nova Diocese só foi instalada dois anos depois, em 4 de Março de 1894, com a chegada do seu primeiro Bispo, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Homem clarividente e empreendedor, Dom Adauto fundou, logo no dia de sua chegada, o Seminário e o Colégio diocesanos.

<i>Colégio Nossa Senhora das Neves</i>	Parahyba do Norte	Feminino	1895
<i>Colégio Santa Luzia</i>	Mossoró/RN	Masculino	1901
<i>Colégio Imaculada Conceição</i>	Natal/RN	Feminino	1902
<i>Colégio Santo Antônio</i>	Natal/RN	Masculino	1903
<i>Colégio Padre Rolim</i>	Cajazeiras/PB	Masculino	1903
<i>Colégio São José</i>	Parahyba do Norte	Meninos pobres	1905
<i>Seção no Colégio Nossa Senhora das Neves</i>	Parahyba do Norte	Meninos pobres	1906
<i>Escola Santa Inês</i>	Parahyba do Norte	Meninos pobres	1909

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações colhidas em Cavalcante Neto (2014, p. 10).

A maior parte das escolas criadas por Dom Adauto atendia aos interesses das elites da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Mesmo assim, querendo ampliar a área de influência da Igreja Católica diante da sociedade, o bispo destinou algumas das escolas à assistência de crianças carentes (pobres) dos dois estados. O projeto de criação desses colégios pode indicar que Dom Adauto direcionou sua atenção para os assuntos da “educação formal da diocese”. Ele viu a educação como a melhor estratégia a ser utilizada para a formação de uma dada elite intelectual e também para divulgação da *cultura escolar* pretendida pela Igreja Católica, com o objetivo de ampliar e alinhar o catolicismo junto aos interesses do Estado, garantindo, dessa forma, “a continuidade dos princípios católicos na sociedade paraibana e na potiguar” (CAVALCANTE NETO, 2014, p. 11).

No dois estados, a Igreja Católica “buscou recuperar territorialidades a partir da proliferação das práticas instrucionais” (SILVA, 2013, p. 04). A criação dessas instituições educativas foi uma das soluções possíveis para se manter a hegemonia dos preceitos cristãos na sociedade, assim como para garantir a sobrevivência da instituição romana no Brasil. Na Paraíba, o esforço desempenhado por Dom Adauto para defender os interesses do catolicismo é notável. Dentre as instituições confessionais por ele criada, merece destaque o *Colégio Diocesano Pio X*. A população paraibana reservou ao Colégio o título de “um autêntico educandário cristão, desta forma, demasiado moralizador. Ao começar pelos hábitos ao falar, ao vestir, ao se comportar, em suma, as práticas e a disciplina cristã” (SILVA, 2014, p. 28).

Em 1932, Dom Adauto publicou nas páginas do jornal católico *A Imprensa*, a *Carta Pastoral: Das vantagens do ensino religioso*. Na carta, o bispo não economizou nos argumentos ao defender a importância da educação religiosa para a família. Também abordou

o tema da educação religiosa para os jovens do Estado, pautada nos ensinamentos do catolicismo.

Sim, Irmãos e filhos muito amados, o ensino religioso não nos faz ver somente que é Deus [...] mas nos faz ver também quem é a pessoa Divina de Jesus Cristo que, além da sua grande obra – a Igreja – quis, para perpetuar a sua missão salvadora, fazer-se homem como nós para ser também em sua vida mortal nosso modelo de humildade contra a soberba, origem primaria de todas as misérias deste mundo; modelo de obediência, de virtude, prudência, de justiça e fortaleza no bem [...]. Assim, caríssimos pais e mães de família si realmente quereis ter mais tarde a doce consolação e gloria de ver neles filhos obedientes, amigos dedicados e fieis, cidadãos prestimosos, sacerdotes modelos (se para este estado Deus os chamar), pais de família exemplares, instrui-os na sagrada e infalível doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo, no catecismo desde a sua infância com palavras e bons exemplos, os sentimentos das virtudes cristãs e obediência aos mandamentos de Deus (HENRIQUES, 1932, p. 4-7).

A fala de Dom Adauto indica a preocupação que tomou conta da Igreja Católica da Paraíba, no que diz respeito ao tema da educação dos jovens e o papel desempenhado pela família nesse processo. “Para o Arcebispo, o ensino religioso era a base fundamental para a formação da personalidade e do comportamento do cidadão, pois este conhecimento religioso poderia torná-lo um cidadão do bem e defensor dos princípios cristãos” (SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 209). Foi com esse intuito, de propagar a fé católica através de escolas confessionais, que Dom Adauto depositou parte de seus esforços no projeto de edificação de colégios com viés religioso.

A atuação de Dom Adauto na educação formal da Paraíba foi bastante expressiva. “Os Colégios na Paraíba eram, explicitamente, uma reação ao parágrafo 6º do Artigo 72 da Constituição: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 211). Ele passou a ver na educação uma estratégia possível para a estruturação da Igreja Católica da Paraíba, já que parte dos jovens que estudavam nessas escolas futuramente passaria a ingressar nos quadros eclesiais da própria igreja, como seminaristas, e participariam da formação de futuros intelectuais católicos que seriam responsáveis diretos no processo de divulgação dos projetos da Igreja.

2.3 Da criação do *Colégio Diocesano Pio X*: o projeto de “reconstrução social” da Paraíba

Nasceu o *Colégio Diocesano Pio X* do ingente plano de reconstrução social que o descortinou do primeiro Bispo da Paraíba, o Exmo. e Revdmo. Sr. D.

Adaucto Aurélio de Miranda Henriques, concebeu, no limiar de sua administração fecunda, e logo começou a executar com firmeza, segurança aprumo (*REVISTA DO DIOCESANO COLÉGIO PIO X*, 1954, p. 6).

Em 1954, a direção do *Colégio Diocesano Pio X* comemorou o aniversário de sessenta anos de criação da instituição e o “Cinquentenário dos Irmãos Maristas no Brasil Setentrional (1903-1953)”, publicando uma edição comemorativa da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*. Editada em treze páginas, o impresso narrou alguns dos eventos que marcaram a história do Colégio. Ao folhear suas páginas, deparei-me com uma produção discursiva que enaltece o trabalho desenvolvido por Dom Adaucto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro bispo da Paraíba, e pelos *Irmãos Maristas*, na construção de um projeto educativo pautado nos discursos da ciência e da religião católica. No início do século XX a Igreja Católica havia perdido o seu posto de promotora de uma educação nacional, sendo relegada às escolas de tendência privadas. As escolas de caráter confessional foram aos poucos ganhando e ocupando relevante papel na condução da educação da população brasileira.

Na **Figura 3**, pode ser observada a capa da edição comemorativa do impresso, encontra-se alguns símbolos religiosos que representam o modelo de educação defendida pela instituição. Primeiro, o brasão da escola em forma de “M” do nome Marista, rodeado por estrelas que iluminam o prédio; a entrada principal foi planejada com o objetivo de facilitar uma maior circulação de pessoas; na parte superior, o nome do Colégio; junto, uma cruz - símbolo do catolicismo; a arquitetura do prédio possui três andares, espaço suficiente para abrigar as salas de aulas, os refeitórios, sala da direção, bibliotecas, auditórios, laboratórios e salas de leitura. Nas partes laterais, encontra-se o espaço da Capela e do Ginásio de esportes. “Destarte, diferentemente de uma igreja, mas semelhante a ela, o Colégio Diocesano Pio X” possui simbologias cristãs que lembram “uma etiqueta doutrinária católica” (SILVA, 2014, p. 29). Representação do poder/saber do catolicismo.

Figura 3 - Edição comemorativa da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1954, p. 7.

Segundo os discursos publicados pela Revista, o trabalho realizado por Dom Adauto para construir o *Colégio Diocesano Pio X* fez parte dos planos “de reconstrução social” de parte da população paraibana, educando os jovens do sexo masculino num modelo de pedagogia centrado na ciência e na religião. Para isso, não economizou seus esforços no sentido de aproximar e fortalecer os laços da Igreja Católica com a sociedade paraibana, buscando reaproximar a Igreja do Estado e, ao mesmo tempo, tornando a juventude educada e disciplinada no que existia de mais moderno em modelos educacionais³⁵.

No projeto educativo de “reconstrução social” da sociedade paraibana, estava o de ofertar “uma base sólida e estável” através de uma educação científica e religiosa. Essa concepção de ensino é notada na leitura do seguinte trecho: “O progresso real e verdadeiro supõe um lastro, um fulcro e ponto de apoio; é condicionado por esses órgãos sadios e

³⁵ No Colégio, a educação era concebida nos moldes do pensamento de intelectuais como Montessori. O **Método Montessori** consiste em um conjunto de teorias, práticas, atividades e materiais didáticos elaborados inicialmente pela educadora, psiquiatra e pedagoga italiana Maria Montessori. A questão mais importante, de acordo com a criadora, é a possibilidade de libertar a verdadeira natureza dos indivíduos, para que, a partir disso, seja possível observá-los e compreendê-los, tendo como horizonte o pleno desenvolvimento e evolução de cada criança: autoeducação; Educação como ciência; Educação cósmica montessoriana; ambiente preparado; adulto preparado e criança equilibrada.

instituições robustas que frondescem no seio das raças fortes e civilizadas” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 6). A divulgação desse tipo de discurso foi de extrema relevância para que o *Colégio Diocesano Pio X* conseguisse colocar em prática seu projeto de *cultura escolar*.

Nesse sentido, a instituição idealizou dois modelos de *cultura escolar*: um de “perspectiva estruturalista”, ou seja, “uma cultura produzida pela forma escolar de educação, principalmente através da modelização das suas formas e estruturas, seja o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, os meios auxiliares de ensino, etc” (BARROSO, 2004, p. 2); o outro modelo foi o de “perspectiva interacionista”, isto “é a cultura organizacional da escola” (Idem). O que vai estar em jogo é a maneira como é arquitetada e colocada em prática “a ‘cultura’ produzida pelos atores organizacionais, nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes” (Ibidem).

Ao problematizar o contexto de criação do *Colégio Diocesano Pio X*, Ricardo Grisi Velôso (2013, p. 83) destaca que sua fundação ocorreu

[...] Em 04 de março de 1894, no local onde foi criado o Seminário, no Palacete do Barão do Abiahy. O Colégio Diocesano permaneceu nesse local por poucos dias, sendo transferido para o Convento de Santo Antônio e Igreja de São Francisco, no centro da capital da Paraíba, em 26 de abril de 1894, onde funcionou durante 16 anos, juntamente com o Seminário, tendo cada um o seu regimento.

Seguindo ordens de Dom Adaauto, o Colégio “foi transferido para o prédio ou antiga Residência Episcopal, no dia 10 de março de 1906, atual prédio na Praça São Francisco, nº 16” (Idem).

Do momento de sua criação até o presente, o *Colégio Diocesano Pio X* manteve-se como tradicional Colégio, controlado pela iniciativa privada de tendência confessional, voltado para a educação dos jovens do sexo masculino, filhos da elite paraibana. Isso demonstra que ao longo de séculos a educação escolar no Brasil foi controlada pela iniciativa privada. “A atuação da iniciativa privada na educação brasileira, em que pese à variedade de formatos que assumiu ao longo dos últimos cinco séculos, deu-se de forma ininterrupta na história do nosso país” (ALVES, 2009, p. 71), contribuindo, dessa maneira, à formação da nacionalidade brasileira. Nesse contexto, insere-se o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica, no que tange ao avanço e consolidação de um modelo de educação privada e

confessional. “A escola confessional foi berço de incontáveis iniciativas pedagógicas nas quais gerações de educadores se formaram” (Idem).

Portanto, a escrita da presente tese insere-se no campo de estudos ligados às instituições escolares. Na concepção de Nosella e Buffa (2008), as pesquisas sobre instituições escolares tiveram início, seguindo uma nova orientação, a partir dos anos de 1990. Mesmo assim, os autores destacam que os estudos que buscaram tematizar a historicidade das instituições escolares emergiram antes desta década. Surgiram em três diferentes momentos: primeiro, nos anos de 1950 e 1960, focando o estudo da educação em conjunto com a sociedade; segundo, nos anos de 1970 e 1980, após a criação e expansão dos cursos de pós-graduação; o terceiro momento foi registrado nos anos de 1990, marcado pela crise de paradigmas e pela inovação de abordagens, objetos de estudo, problemas e fontes no campo histórico-educacional.

Para Demerval Saviani (2007, p. 5) as instituições escolares

[...] São, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem.

Por tratar-se de lugares sociais complexas, as instituições educativas precisam ser problematizadas levando-se em consideração suas dimensões históricas múltiplas. É preciso que o pesquisador que se propõe a estudar uma instituição escolar leve em conta o objetivo maior de construir um conhecimento possível a respeito da história do objeto, e não o próprio objeto.

Justino Pereira de Magalhães (2004), comentando a “história das instituições escolares”, destaca duas orientações possíveis a respeito de sua problematização, a fim de facilitar o trabalho dos pesquisadores que se debruçam no estudo das instituições escolares. Em sua opinião,

A primeira dessas abordagens é uma resposta à interpelação sobre o estatuto da escola no quadro mais amplo da educação e da instrução [...]. Uma segunda linha de orientação científica visa à construção da escola como um objeto historiográfico específico, correspondendo ao desafio de uma problemática integrativa e de uma síntese conceitual, metodológica, informativa – cultura escolar, gramática escolar [...] (MAGALHÃES, 2004, p. 120).

Tendo isso em mente, destaco que os estudos sobre as instituições escolares podem seguir dois enfoques diferentes: primeiro, pela via de um conjunto diverso de instituições; e segundo, pelo caminho de uma única instituição. Partindo da definição do autor acima referido, destaco que o estudo desta tese segue o caminho da segunda orientação. Meu propósito consiste em analisar como os discursos religiosos elaborados pelo Colégio Diocesano Pio X se ampararam nos dizeres e fazeres da ciência para conduzir as culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar*, entre os anos de 1910 a 1954, responsáveis pela gestação de uma sensibilidade sobre a construção de um corpo forte, são e saudável.

Retomando a edição comemorativa da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, a história do Colégio foi dividida em sete diferentes fases. Períodos registrados por mudanças de prédio, de direção e crescimento no número das matrículas de alunos. Com o passar dos anos, o Colégio foi construindo sua história e ganhando espaço e prestígio entre a população. No **Quadro 4**, estão distribuídas algumas das principais datas e eventos que marcaram a história da instituição.

Quadro 4 - Fases do Colégio Diocesano Pio X

1ª Fase	Fundação do Colégio em 4 de março de 1894, ficando provisoriamente instalado no Palacete Abiahy. Mudando-se logo em seguida para o antigo <i>Convento de São Francisco</i> em 26 de abril de 1894.
2ª Fase	A partir de 1927, o <i>Colégio Diocesano Pio X</i> ficou sob a gestão dos <i>Irmãos Maristas</i> .
3ª Fase	Do início de 1935 a direção do Colégio passou para as mãos do Pe. Lima, ex-diretor do <i>Colégio Pio XI</i> de Campina Grande, que ficou no cargo até dezembro de 1940.
4ª Fase	Do final de 1940 até fins de dezembro de 1942, a direção do Colégio ficou sob a responsabilidade dos Pe. Assuncionistas da Holanda.
5ª Fase	Em 1943 os <i>Irmãos Maristas</i> assumem em definitivo o controle administrativo da direção do Colégio.
6ª Fase	Em 19 de março de 1949, a direção do Colégio passou a ser de responsabilidade do Pe. Carlos Martinez que substituiu o Pe. Reginaldo.
7ª Fase	Em 1952, a direção do Colégio passou a responsabilidade do Pe. Estevão Alberto.

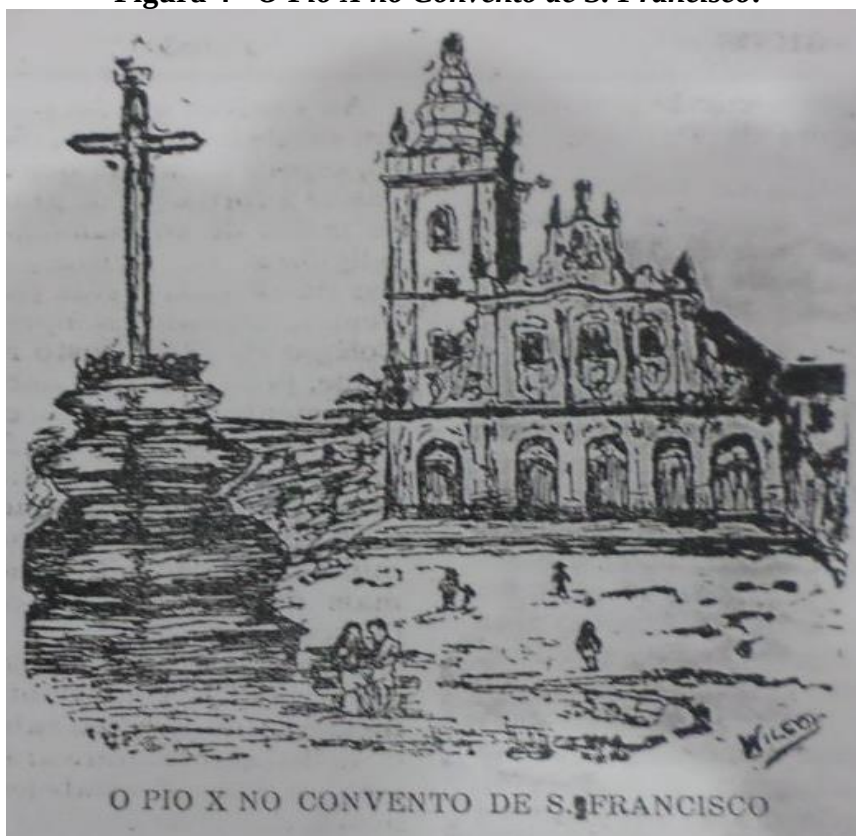
Fonte: Quadro elaborado pelo autor da tese (2020).

Os primeiros anos do Colégio foram marcados por sua “fundação”, passando pela “mudança de prédio” até chegar à “Direção dos Revdmos. Padres Seculares”. Nesse primeiro momento, ocorreu a fundação do “Colégio a 4 de março de 1894, ficando provisoriamente

instalado no Palacete Abiahy, então residência episcopal”. No dia 26 de Abril de 1894, o Colégio é transferido para o *Convento de São Francisco*, iniciando o período de aulas “com a matrícula de 10 alunos” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 6).

Na **Figura 4**, é representado o *Mosteiro de São Francisco*³⁶, localizado no centro da cidade de João Pessoa, que serviu de residência para o *Colégio Diocesano Pio X*. No centro da imagem, há um destaque para a Igreja. No primeiro plano, está localizado o cruzeiro. Ambas as construções tiveram o objetivo de demonstrar a influência e o poder exercido pela Igreja Católica³⁷.

Figura 4 - O Pio X no Convento de S. Francisco.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1954, p. 7.

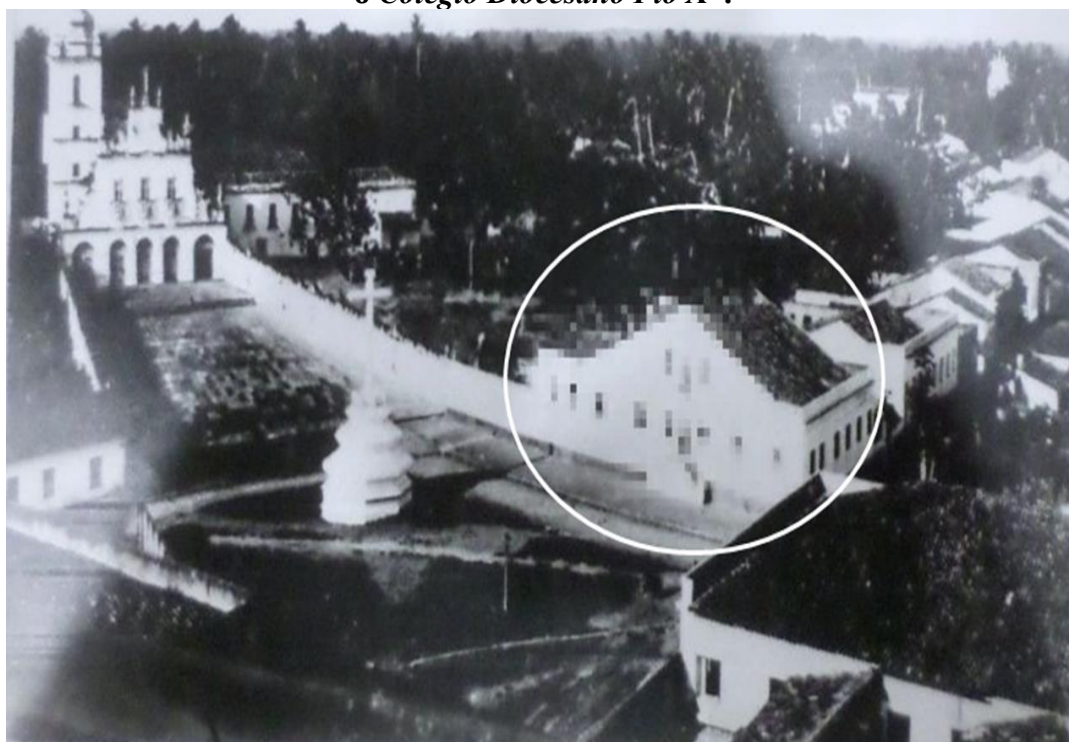
A **Figura 5** seguir pertence ao *Acervo Eclesiástico da Paraíba*, localizado no *Mosteiro de São Francisco*, João Pessoa, e diz respeito a outro espaço que abrigou o *Colégio Diocesano Pio X*. Datada do ano de 1903, a fotografia possibilita uma visão panorâmica do

³⁶ O Centro Cultural São Francisco é reconhecido, desde Dezembro de 2007, como patrimônio nacional. O conjunto arquitetônico do Centro Cultural é formado pela Igreja de São Francisco, o Convento ou Claustro, o Adro e o Cruzeiro.

³⁷ Ver <http://conheciecurti.com.br/centro-cultural-sao-francisco/>.

Colégio Diocesano Pio X. Ao fundo, a Mata Atlântica, que se transformou em um dos principais cartões-postais da capital paraibana. Bem no centro, ao fundo, encontra-se a *Igreja de São Francisco*. Do lado direito, na esquina que dá acesso ao *Mosteiro*, está localizado o prédio que foi utilizado pela direção do *Colégio Diocesano Pio X*. O fotógrafo registrou cenas de uma capital paraibana, ainda pouco habitada e movimentada para os parâmetros da época. As poucas casas que existiam ainda guardavam os traços arquitetônicos dos Períodos Colonial e Imperial. Uma arquitetura rica em detalhes, desenhada, na maioria das vezes, pelas mãos calejadas da escravaria.

Figura 5 - “1903 – Largo da Igreja de São Francisco, vendo-se ainda à direita o Colégio Diocesano Pio X”.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese da Paraíba – João Pessoa/PB.

No *Convento de São Francisco*, o *Colégio Diocesano Pio X* permaneceu por cerca de dezesseis anos, juntamente com o *Seminário*, contudo, cada um com um seguia um regimento próprio³⁸. A partir de Março de 1906, o Colégio conquistou seu próprio espaço.

³⁸ Aqui aproveito para convidar o leitor a conhecer um pouco sobre os conteúdos do *Regimento Interno do Colégio Diocesano Pio X* nas páginas seguintes.

Por ato de 10 de março de 1906, o Exmo. e Revdmo. Snr. Bispo D. Adaucto, foi o *Colégio* retirado da tutela do *Seminário*, transferindo-se para prédio próprio, situado à praça *São Francisco*, aí funcionando até fins de 1952.

O edifício, que servia de paço episcopal, sofreu completa remodelação, surgindo uma construção nova, higiênica, lavada de luz, com todo o conforto necessário a uma instituição dessa ordem.

A um novo florescer de vida, um aplicar de energias, uma ampliação, desdobramento e progresso em todos os ramos do ensino, se junta a elevação de vistas de sua diretoria e a dedicação de seu ilustre corpo docente, conquistando o *Colégio* a merecida fama de *um instituto moderno*, apto a *satisfazer às exigências da época*.

Desde 1894, data de sua fundação, até 1927, esteve o *Colégio* sob a direção de Padres do culto e virtuoso clero secular da Paraíba, tão bem formado e cheio de zelo, fruto do zelo pastoral e dos cuidados solícitos do seu pastor D. Adaucto (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 7, grifos nossos).

Portanto, o *Colégio Diocesano Pio X* permaneceu no *Convento de São Francisco* de 1894 até 1906, e no *Paço Episcopal*, de 1906 até 1952. Durante esse período, o edifício do Colégio passou por uma ampla “remodelação”, seguindo uma nova construção, com maior penetração de ar e luz, conforme os preceitos do discurso médico-higienista. A reforma buscou adequar sua arquitetura aos parâmetros médico-científicos e às “exigências da época”. Para José Pereira de Sousa Júnior (2015, p. 210), ainda no decorrer do ano de “1911, o Colégio Diocesano passou a chamar-se Pio X”.³⁹

Por meio da leitura da **Figura 6**, enxergar-se a arquitetura do “velho prédio” onde o Colégio funcionou até 1952. Este mesmo espaço “abrigou o Colégio Pio XII” e “a Faculdade de Ciências Médicas, juntamente com o prédio do antigo Colégio Nossa Senhora das Neves” (PINHEIRO, 2008, p. 42). Neste espaço, também funcionaram os cursos de Nutrição, Fisioterapia e Farmácia⁴⁰.

³⁹ A mudança de nome do Colégio foi uma homenagem ao papa Pio X, que nasceu Giuseppe Melchiorre Sarto, em Riese, em 2 de Junho de 1835, em Roma, e faleceu em Agosto de 1914. Seu pontificado ocorreu em 4 de Agosto de 1903. Ficou reconhecido por ter sido o primeiro papa a ser canonizado desde Pio V (1566-1572).

⁴⁰ Passou por um processo de restauração com o objetivo de recuperar e manter sua arquitetura original. Hoje, possui salas de aula amplas e climatizadas, auditório, área de lazer, laboratórios equipados, estacionamento e cantina. Para maiores informações, consultar o seguinte endereço eletrônico: <http://www.cienciasmedicas.com.br/pagina/predio-sede-2.html>.

Figura 6 - “Colégio Pio X”.



Fonte: *Revista Atualidades Pedagógicas*, 1954, s/p.

As mudanças de prédio pelas quais passou o *Colégio Diocesano Pio X*, durante seus primeiros anos de existência, tiveram, como objetivo principal, a adequação às ideias postas em prática pelo discurso médico de vertente higienista, que defendia uma estrutura arquitetônica moderna, civilizada, limpa, espaçosa e que atendesse da melhor forma os interesses dos filhos da “elite paraibana”. Esse tipo de discurso enaltece o trabalho médico-educativo desenvolvido pelos médicos-higienistas. Um trabalho muitas vezes tido como penoso, mas de fundamental importância no processo de regeneração social da sociedade local⁴¹. Foi exatamente essa maquinaria discursiva que saiu em defesa de um prédio que atendesse às exigências de uma medicina dita social.

Para isso, um “novo dispositivo arquitetônico” (FOUCAULT, 2014, p. 31) é erguido: uma “construção nova, higiênica, aviada de luz, com todo conforto necessário a uma instituição dessa ordem” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 7). Segundo Foucault (1996, p. 9), “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”⁴². Esse tipo de discurso sobre o prédio do

⁴¹ No quinto capítulo da tese, discutirei um pouco melhor sobre a inserção do discurso médico-higienista no interior do colégio, fazendo parte de seu programa de ensino. Apesar de ser uma instituição de ensino que prezava pela religiosidade, o *Colégio Diocesano Pio X*, não descuidou dos cuidados com a saúde dos discentes.

⁴² Na análise discursiva, os historiadores buscam investigar quais as condições e possibilidades de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados. Os historiadores, ao se utilizarem da análise do

Colégio exaltava a sua arquitetura, seus professores, sua localização, seus métodos pedagógicos, a disciplina e as matérias, ou seja, uma miríade de dispositivos discursivos (FOUCAULT, 2013) foi apresentada à sociedade paraibana da época a respeito da instituição. Falava-se de sua importância enquanto instituição de ensino dedicada à educação da juventude. Esses enunciados exaltaram a sua grandiosidade e importância para a educação intelectual, moral, física, cívica e religiosa, como pode ser percebido quando se lê o trecho abaixo, publicado pela Revista do Colégio, em 1954:

Estudos

Ao confiar um filho a um estabelecimento católico, espera a família que se baseie a formação de grande lastro de ensinamentos religiosos, de civismo, a par da ciência. Nesse particular, desfrutou sempre o *Colégio Pio X* de justo renome, primado pelo aproveitamento e progresso escolar dos alunos, o que foi sempre comprovado nos exames, o que é atestado hoje pelos antigos alunos, muitos guindados hoje aos mais dignificados cargos da sociedade. Honra, pois, aos sempre devotados e competentes mestres que com seu saber e dedicação dignificaram este tradicional estabelecimento de ensino (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1954, p. 8).

Pelo exposto na citação depreende-se que os discursos religiosos alinhados aos fazeres e dizeres da ciência presentes nas páginas da Revista do Colégio conduziram o projeto educativo da instituição. Em 1927, Dom Aauto resolveu convidar os *Irmãos Maristas* para assumirem a administração do *Colégio Diocesano Pio X*: “num sábado, 28 de agosto de 1926, o Revdmo. Com. Pedro Cardoso, então, vice-diretor do *Colégio Pio X* é recebido em Apipucos (Recife), casa *Provincial dos Irmãos Maristas*” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1954, p. 7, grifos nossos). O Pe. Pedro Cardoso foi pessoalmente à cidade de Recife, a pedido de Dom Aauto, entregar o convite e tratar dos últimos detalhes com os *Irmãos Maristas*. “Era o dia 8 de setembro de 1926, festa da natividade de Nossa Senhora. É, portanto sob a égide da *Rainha dos Maristas*, que estes tomam a direção do *Colégio Pio X*”⁴³.

No início de 1927, o Revdmo. Ir. Marius Eloi é empossado como o novo diretor: “11 Irmãos foram-lhe confiados, ficando, assim, constituída a Comunidade Marista do Colégio. Três professores antigos foram conservados completando o corpo professoral do Colégio”⁴⁴. O Colégio, a partir de então, passou a ser administrado e dirigido “pela Congregação dos

discurso como procedimento metodológico, buscam investigar, “não o que está por trás dos textos e documentos, nem o que se queria dizer com aquilo, mas sim descrever quais são as condições de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados” (FISCHER, 2001, p. 25).

⁴³ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1954, p. 7.

⁴⁴ Idem.

Irmãos Maristas, permanecendo sob sua direção até os fins de 1934, voltando novamente à direção para a Arquidiocese da Paraíba, cuja direção interina foi assumida pelo Revdmo. Pe. Teodomiro de Queiroz” (VELÔSO, 2013, p. 83). A **Figura 7** é uma fotografia que seguia os padrões da época para destacar personalidades importantes das mais diversas instituições públicas e confessionais, indicando o que se pretendia passar: seriedade e roupa adequada à função exercida pela personalidade ali representada por meio da fotografia, nesse caso, a do Pe. Marius Eloi.

Figura 7 - “Revdmo. Ir. Marius Eloi – Diretor Marista do Colégio Diocesano Pio X”.



Fonte: Revista do Colégio Diocesano Pio X, 1954, p. 7.

Ao assumir a direção do *Colégio Diocesano Pio X*, o Pe. Marius Eloi tratou de colocar em prática o projeto educativo defendido pela Congregação Marista - unir em um único local: “Instrução e Religião” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 8). Segundo Netto Nunes (2013), os Maristas em termos educacionais, sempre buscavam manter certa posição conservadora. Isto implica dizer que eles educavam fazendo uso constante de uma disciplina rígida, incentivando o respeito à submissão, à autoridade, à moral e à formação cristã. A prática educativa empreendida por eles baseava-se na educação confessional (católica)

e na educação cívica (civismo). O outro pilar era composto pela educação física e pelo culto à educação corporal.

No *Colégio Diocesano Pio X*, esse tipo de projeto educativo foi divulgado nas páginas da Revista do Colégio. O periódico estampou em suas páginas os principais métodos e práticas de educação corporal aplicados pelos Maristas, que buscaram desenvolver entre os alunos o gosto pela formação de Grêmios Estudantis e Literários; o desenvolvimento de atividades de catequização e formação religiosa; e a disponibilidade de cursos primários, ginásial, técnicos e científicos; mas, o objetivo principal era a formação de rapazes que ingressassem nos quadros das faculdades de Medicina e Direito do país.

Para que esses objetivos fossem alcançados, não foram poupados esforços para a manutenção da hierarquia e disciplina. Por ser uma congregação fortemente vinculada ao catolicismo, os Maristas impunham uma educação de cunho religioso no cotidiano dos internos do *Colégio Diocesano Pio X*, tais como missas, catecismos, rezas antes e depois das refeições e antes das aulas. Segundo o vigésimo primeiro do *Regimento Interno do Colégio*: “aos domingos e dias santos os semi-internos, vigiados e externos têm obrigação de assistir à Santa Missa, e na capela do Colégio quanto possível” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p).

Esse tipo de imposição indica que o discurso religioso estava presente durante o dia a dia dos discentes. Além de exposto no *Regimento Interno*, o catolicismo também se mostrava presente nos conselhos, nas sentenças morais, nas ordenações, nas práticas de disciplinas, nos conteúdos ministrados, na formação do quadro de docentes e discentes, na capela do Colégio, nos momentos reservados para as missas e orações, nas vestimentas, na postura rígida e serena, no corte do cabelo, nos uniformes utilizados nas práticas esportivas, nas aulas de educação física, no cuidado com a saúde mental e do corpo, na distribuição dos alunos em sala de aula, na disciplina e controle exercido pelos professores.

A educação cívica e o culto ao patriotismo também foram assuntos que estiveram na pauta do projeto educativo desenvolvidos pelos Maristas à frente da direção do *Colégio Diocesano Pio X*. Incutiram nos alunos o discurso de respeito à ordem, à autoridade, à submissão à autoridade da Igreja Católica e do Estado, através da prática de atividades físicas, cívicas e religiosas. Impuseram um regime de filas, de uniforme padrão, de disciplina rígida, horários para as aulas, refeições, orações, atividades físicas e cívicas, hierarquia. Banda de música, canto orfeônico, hino nacional e do Estado. Treinamento, leituras literárias, científicas e religiosas. Para alcançarem tais objetivos, os Maristas, “assumiram em suas escolas os saberes veiculados pelo Estado, dando aos conteúdos um caráter de religiosidade,

bem como propondo outros explicitamente confessionais” (SILVA; GATTI JÚNIOR, 2003, p. 2). Dessa maneira, “as instâncias civil e religiosa (Estado e Igreja) foram muito bem articuladas” (Idem).

Em 1934, após o encerramento do contrato que tinham firmado com Dom Adauto, os *Irmãos Maristas* deixaram o *Colégio Diocesano Pio X*. Logo em seguida, a direção do Colégio voltou para “o Revdmo. Clero Diocesano. Aos Ir. Maristas, nada mais lhes restava senão ir respigar louras veigas em outros recantos da seara do Senhor. Mas o fizeram com o coração doído e saudoso” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 8). A instituição voltou a ser administrada pela Igreja Católica da Paraíba.

O ano de 1935 representou para o *Colégio Diocesano Pio X* uma nova página em sua história. Com a saída dos *Irmãos Maristas*, o Revdmo. Padre Teodomiro de Queiroz, que até então era vice-reitor do *Seminário Arquidiocesano da Paraíba*, assumiu a direção do Colégio. Aos *Irmãos Maristas*, ficaram os agradecimentos pelo trabalho educativo realizado “em prol de sua formação moral e intelectual”. Na sequência: “a 2 de Janeiro de 1935 assumiu a direção efetiva do *Pio X* o Pe. Lima, ex-diretor *Colégio Pio XI* de Campina Grande” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 9). No período em que foi diretor do Colégio, o Pe. Lima dedicou-se ao projeto de dotar à instituição com o título de “Inspeção Permanente”. Desta forma:

INSPECÇÃO PERMANENTE

DURANTE a gestão do Revdmo. Pe. Francisco Lima, obteve o *Colégio Diocesano Pio X* a “Inspeção Permanente”.

O *Departamento Nacional do Ensino* nomeou 3 inspetores para verificarem as condições do *Colégio*, afim de lhe ser concedida a “Inspeção Permanente”. Não obteve, porém, o número suficiente de pontos. Em 1936 esteve o Padre Lima na *Inspetoria Geral do Ensino* secundário, trazendo instruções para a organização de um novo relatório que obteve a classificação de “regular”.

Satisfeitos outras condições, conseguiu o *Colégio* a *Inspeção Permanente*, por *Decreto 3182* de 18 de outubro de 1938.

Dirigiu o Pe. Francisco Lima os destinos do *Colégio Pio X* até o mês de dezembro de 1940, data em que depois o cargo nas mãos da autoridade competente (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 9).

O Pe. Francisco Lima teve muito trabalho para ver o *Colégio Diocesano Pio X* recebendo o título de *Inspeção Permanente*. Entre os anos de 1936 e 1938, foram feitas pelo menos duas tentativas seguidas junto ao *Departamento Nacional de Ensino* que encarregou três inspetores responsáveis pela fiscalização do Colégio. Para conseguir atender às

exigências cobradas pelos inspetores, a direção precisou fazer algumas reformas e adaptações urgentes, como a divisão do ensino secundário, a construção de salas especializadas para Desenho, Geografia e História Nacional, instalação de “mais 2 mictórios modernos para ficar em condições de conseguir a categoria de Estabelecimento Livre de Ensino Secundário, com inspeção permanente” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1939, nº.1, p. 29-32). Atendidas as exigências solicitadas, o Colégio finalmente conseguiu a inspeção permanente via decreto do Presidente da República, com o número 3.182 de 18 de Outubro de 1938, publicado no *Diário Oficial* em 11 de Novembro.

Segundo o Pe. Francisco Lima, diretor geral do *Colégio Diocesano Pio X*, na época, foram necessários três anos de trabalho e dedicação para se conseguir o tão sonhado título de *Inspeção Permanente*, “só de fotografias da parte interna do Colégio enviamos 21 e mais a planta geral do edifício” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1939, nº.1, p. 29-30). A direção do Colégio contou com a ajuda financeira da Arquidiocese da Paraíba para a realização das mudanças necessárias.

A mitra arquidiocesana, em nossa gestão, ainda não recebeu um ceitel dos saldos do estabelecimento. Pelo contrário, ás suas custas concorreu para muitos melhoramentos de urgência e agora mesmo o exmo. sr. Arcebispo empreendeu a construção de aparelhos sanitários completos no andar superior do 1º e do 3º pavilhão do prédio.

A grande generosidade do sr. Arcebispo em favor do Colégio Pio X prova um interesse máximo da parte de S. Excia. pela instrucção e sobretudo pela formação moral dos seus diocesanos.

O Exmo. Snr. D. Aauto concorreu com 12.450\$000 para os primeiros trabalhos de reformas após a saída dos Irmãos Maristas.

A diretoria do Colégio, nos 4 anos transatos, aplicou no ginásio com os melhoramentos acima descriminados quarenta contos seiscentos e vinte e sete mil réis 40:627\$000 do saldo total que é de quarenta e oito contos seiscentos e trinta e seis mil e quinhentos réis... 48:636\$500, representando para cada ano doze contos cento e cinquenta e nove mil conto e vinte e cinco réis... 12:159\$125 (Idem).

Uma quantia generosa foi empregada nos melhoramentos solicitados pelos inspetores. Naquele contexto histórico específico, o trabalho do inspetor perpassava várias instâncias da educação, fiscalizava o trabalho dos professores, a frequência dos alunos, dados considerados relevantes para a manutenção, continuidade e fechamento de escolas. De acordo com Diógenes e Pauferro (2017, p. 17-18), “o trabalho dos inspetores, apesar de ser desenvolvido de forma burocrática, apresentava aspectos de cunho intelectual; diagnosticavam os

problemas educativos e informavam as condições e necessidades das escolas”. Tinham a função de propor mudanças e uniformizar práticas pedagógicas e administrativas. Além de apontarem os problemas físicos das escolas; salários de professores; disciplinar e modelar o trabalho de professores e alunos. O trabalho desenvolvido pelo inspetor era de fundamental importância para a constituição de políticas educacionais na época. Também era o inspetor o principal responsável pelo aluguel de casa-escola, solicitação de salário de professores, licença médica e material escolar.

No **Quadro 5**, estão organizadas as principais obrigações que precisavam ser cumpridas pelas instituições de ensino particulares (do Arquivo Anísio Teixeira), para a obtenção do grau de Inspeção Permanente. “Condições essenciais para a concessão da inspeção preliminar aos estabelecimentos particulares de ensino secundário” (*Arquivo Anísio Teixeira – Produção Intelectual DocReader Mobile*)⁴⁵.

Quadro 5: Regulamentos para a obtenção do grau de Inspeção Permanente pelas Instituições de Ensino Particular.

1	Dispor de edifícios, instalações e material didático que satisfaçam os seguintes requisitos mínimo:
2	Situação: Deve estar situado em local salubre e de boas condições de vizinhança, tendo em vista a finalidade especial do estabelecimento.
3	O terreno deve ser natural e de área suficiente para boa orientação do prédio, ampla insolação onde a quadra e espaço para jardins e recreios e para ampliação posterior das edificações. As áreas de recreios devem ter boas condições de permeabilidade e de regularidade e dimensões apropriada ao número de alunos.
4	Edifícios: Os edifícios devem, sempre que possível, ter “forma” apropriada a construções escolares.
5	O material de construção e de acabamento deve ser, preferencialmente, incombustível.
6	O prédio não deve ter mais de três pavimentos, salvo o caso de zonas excessivamente congestionadas.
7	O prédio deve ter entrada geral ampla e outra secundárias que permitam rápido movimento em massa dos alunos.
8	As condições de conservação devem ser tais que garantam absoluta segurança e facilitem o serviço de asseio.
9	As escadas e corredores devem ter condições de construção, de largura, de iluminação, de segurança e de asseio que satisfaçam as exigências com relação a edifícios escolares.
10	Todos os revestimentos devem obedecer a condições de hygiene com

⁴⁵ Para maiores informações sobre o tema, consultar: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>.

	relação a qualidade e cor, tendo em vista o fim especial do prédio.
11	O prédio deve oferecer condições de ventilação e de iluminação natural e artificial adequadas, dentro dos requisitos ordinários firmados pela hygiene das edificações escolares.
12	Instalações higienicas: O serviço de asseio deve oferecer condições de eficiencia insaticas ou pelo menos apropriadas das que se exigem para sanitárias e construções congêneres.
13	As instalações, bebedouros e lavatórios devem, estar convenientemente disposta e obedecer em número e qualidade as exigências do Departamento Nacional de Saúde Pública.
14	Salas de aula: Devem as salas de aulas satisfazer na sua forma, ventilação, iluminação e respectiva distribuição a condições de hygiene para o alumno e o professor possui (parte inlegivel) facilidades e eficiencia para o ensino.
15	Devem ser em número proporcional ao de alunos e correspondente de series em que o curso se distribue.
16	Devem ainda existir no prédio. a) Salão ou área coberta para recreio. b) Auditório ou sala para teatro e conferências. c) Salão de biblioteca. d) Gymnasio. Dos internatos, além disso: e) Dormitórios, refeitórios, salas de estudo em condições e proporções adequadas.
17	Existir salas especiais para o ensino de geografia, de história geral e do Brasil, e sciencias phisicas e naturaes, de phisica, de chimica, de história natural de desenho, desenvolvimento aparelhado.
18	Par a administração deve haver salas para a directoria, para a secretaria, para os professores, para médico, dentista e enfermeiro e para almoxarifado e deposito. Mobiliário de material didático:
19	O mobiliário para alunos e professores deve offerecr condições de hygiene e conforto adequados aos seus fins especiais.
20	O material didático para o ensino deve ser abundante e disposto em boas condições de fácil uso e manuseio.
21	O material para laboratório e salas especiais deve satisfazer as exigências do ensino das matérias respectivas, de acordo com as relações aprovadas pelo Departamento Nacional de Ensino. II. Ter corpo docente inscripto no Registro de Professores do Departamento Nacional de Ensino. III. Ter regulamento aprovado pelo Departamento Nacional de Ensino. IV. Oferecer garantias de rendas e patrimônio que assegurem o funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da tese (2020).

O *Departamento Nacional de Saúde Pública*⁴⁶ elencou um conjunto de normas técnicas a serem cumpridas e praticadas pelos estabelecimentos de ensino particular, ofertando aos seus alunos boas condições de acesso e permanência a suas dependências. O documento era composto, em sua maior parte, por ideias defendidas pelo discurso médico-higienista. A distribuição das carteiras, dos lavatórios, dos bebedouros, da limpeza do prédio, do acesso ao seu interior, da circulação do ar e da ventilação, da iluminação adequada, do cuidado com o mobiliário e com o material didático.

No início de 1940, a direção do *Colégio Diocesano Pio X* mudou de mãos mais uma vez. O arcebispo da Paraíba convidou os *Padres Assuncionistas*⁴⁷ que se deslocaram da Holanda unicamente para assumir a direção da instituição. No entanto, sua estadia em terras paraibanas durou pouco tempo. “Razões superiores levaram-nos em pouco tempo a reintegrar a direção do estabelecimento à Suprema autoridade arquidiocesana, em fins de dezembro de 1942” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 8). Com a rápida saída dos *Assuncionistas*, os *Irmãos Maristas* assumiram mais uma vez o controle administrativo da instituição. Em 1943, os Maristas voltam à Paraíba e retomam a direção do Colégio, em definitivo. Daí por diante:

Em vista da impossibilidade de os *Padres Assuncionistas* poderem prosseguir na direção do *Pio X* e na iminência do possível fechamento definitivo do *Colégio*, em face da enorme escassez de sacerdotes, resolveu a autoridade arquidiocesana levar ao conhecimento dos *Superiores Maristas*, a grave crise que ameaçava a sociedade paraibana.

Atendendo ao honroso convite de D. Moisés Coelho, estiveram reunidos no *Palácio do Carmo*, além do sr. Arcebispo, o Dr. Rui Carneiro, então interventor federal e os srs. *Assistentes e Provincial dos Maristas*.

Aceitas as condições, decidiram então os *Maristas* reassumir novamente a direção do *Pio X*.

Para o importante encargo foi designado o Revdmo. Ir. Antônio Reginaldo, que já havia desempenhado idênticas funções com clarividência, em outros colégios do Norte do Brasil.

⁴⁶ O *Departamento Nacional de Saúde Pública* (DNSP) foi criado em 1919. Sendo oficializado em 2 de Janeiro de 1920, “o DNSP substituiu e ampliou as atribuições e o alcance da *Diretoria Geral de Saúde Pública* (DGSP), fundada 1897 e que teve Oswaldo Cruz como diretor, de 1903 a 1909. O sucesso alcançado por ele à frente da DGSP com o combate à febre amarela no Rio elevou o prestígio da política sanitária e dos sanitaristas”. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/2019-100-anos-do-departamento-nacional-de-saude-publica/>. Acesso em: 12 Set. 2019.

⁴⁷ A *Congregação dos Agostinianos da Assunção* (*Assuncionistas*) foi fundada em 1845 pelo padre francês Emmanuel d'Alzon, na cidade de Nîmes, sul da França. No século XIX, lutaram pela liberdade do ensino católico e se dedicaram a combater a difusão do ateísmo. A congregação é marcada pelo pensamento de Santo Agostinho e defende a simplicidade de vida e o espírito de família. O trabalho apostólico dos religiosos assuncionistas não está restrito a uma atividade específica, mas se destina a orientar a vida dos religiosos e leigos para uma crescente abertura a uma vida de fé, de comunhão e de solidariedade com os mais pobres.

O primeiro grupo constituído dos *Irmãos*: Reginaldo, Ricardo, Júlio, Chanel e Casimiro, chegou a 28 de janeiro de 1943.

Mais tarde, outro grupo veio integrar o “*Corpo Docente*”, que deveria reger os destinos do *Colégio* (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 9 – Grifos nossos).

Em quinze de Março de 1943, as “aulas tiveram início”, “com a matrícula inicial de 350 alunos; no fim do ano escolar atingiu a elevada cifra de 390 alunos, o que veio constituir um impressionante *record*” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 9). À frente da direção do Colégio, estava o Ir. Reginaldo, que de imediato assumiu a missão de iniciar o projeto de reforma do “velho prédio”. “A remodelação do edifício foi efetuada de acordo com as exigências da pedagogia moderna”⁴⁸. No entanto, os melhoramentos na arquitetura do prédio não foram suficientes para acomodar a quantidade significativa de pedidos de matrícula de novos alunos. “Tornava-se imperiosa e inadiável a construção de um novo edifício capaz de satisfazer as necessidades do momento”⁴⁹.

Para ser admitido como aluno do *Colégio Diocesano Pio X*, era preciso que o candidato demonstrasse compromisso e disciplina ao seguir as normas do *Regimento Interno* da instituição. No artigo quinto, estava escrito, de maneira clara, que “para a matrícula dos alumnos são exigidos; a) Certidão de baptismo; b) Atestado de vacinação; c) Certificado de que os candidatos não sofrem de moléstia contagiosa” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p).

Ser um bom cidadão, com moral e saúde comprovada mediante a apresentação de declaração. Por meio da certidão de batismo, o aluno provava se tratar de um católico praticante. Isso se deve ao fato do Colégio ser uma instituição tradicionalmente ligada aos interesses e dogmas da Igreja Católica da Paraíba. Pelo artigo sexto, o aluno que tinha iniciado seus estudos em outra instituição de ensino tinha a obrigação de provar sua boa conduta moral e dedicação aos estudos: “os alumnos que tiverem frequentado outros colégios, deverão apresentar, além de atestado de boa conduta, o certificado de estudos”. O artigo sétimo trazia as determinações internas referentes à idade mínima para a admissão dos alunos concorrentes a uma vaga como internos: “em regra só se admitem alumnos internos de 8 a 15 annos”.⁵⁰ Em Dezembro de 1931, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou uma fotografia com um grupo de alunos que estava concorrendo a vagas pelo “curso de admissão”.

⁴⁸ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1954, p. 9.

⁴⁹ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1954. Op. Cit. p. 9.

⁵⁰ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1929, s/p.

Figura 8 - “Curso de admissão”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, Dezembro de 1931.

Ainda sobre o *Regimento Interno do Colégio Diocesano Pio X*, o artigo nono tratou da obrigatoriedade do ensino religioso. Estendeu a educação confessional católica aos alunos matriculados nos cursos da instituição: “a instrução religiosa é ministrada aos alumnos de todos os cursos”⁵¹. O artigo décimo abordou os critérios da educação militar e a idade mínima exigida dos alunos para a matrícula no curso para a obtenção da reservista. Esse documento permitia o acesso do aluno em qualquer instituição militar do país: “a instrução militar está a cargo de um instructor, de nomeação do comandante da região militar, o qual prepara os alumnos maiores de 16 anos para o exame de reservistas”⁵². O décimo primeiro lembrou os pais de que na instituição também funcionava os cursos de música e datilografia: “funcionam também aulas facultativas de musica e de dactylohraphia”⁵³. Na **Figura 9**, publicada em 1929, pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, aparece um grupo de alunos ao lado de seus professores de datilografia.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem.

Figura 9 - “Aula de Dacttlographia”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1929, s/p.

Enfileiradas em pé, ao fundo da imagem estão os alunos de datilografia. À frente, enfileirados em pé, encontram-se os professores do curso junto com um representante do Colégio. No centro da imagem, a máquina de escrever utilizada nas aulas de datilografia. Esse tipo de curso introduzia os alunos no mundo da boa escrita, e a maior parte dos cursos ofertados pelo *Colégio Diocesano Pio X* a seus alunos era paga. O pai que desejasse ver seu filho matriculado na instituição e, conseqüentemente, desfrutando de uma educação mais sólida e diversificada, precisava possuir uma posição financeira bastante confortável.

Isso exposto, no capítulo que segue, concentro minhas análises no estudo do projeto desenvolvido e colocado em prática pela direção do *Colégio Diocesano Pio X*, através de sua arquitetura, cursos ofertados, disciplinas, programa escolar, currículo e práticas educativas etc., para se fazer circular um conjunto de ideias de caráter discursivo, defendendo sua *cultura escolar e material*.

CAPÍTULO 3 - DA PEDAGOGIA DO ESPAÇO: CULTURA ESCOLAR E MATERIAL NO COLÉGIO DIOCESANO PIO X

Neste capítulo, analiso como a arquitetura escolar, os cursos e as práticas educativas introduzidas pelo *Colégio Diocesano Pio X* em seu programa educativo contribuíram para a gestação de uma *cultura escolar e material*, nas primeiras décadas do século XX. Sua arquitetura prende a atenção das pessoas por sua beleza, ao mesclar as cores branco e azul-claro com estilo neoclássico. O prédio atrai o olhar das pessoas pela sua imponência, beleza, pela grandiosidade, higiene, espacialidade, monumentalidade e modernidade. Atualmente é um dos mais antigos e tradicionais colégios ainda em atividade no Estado, com cerca de 125 anos.

O *Colégio Diocesano Pio X* deu início às suas atividades educativas em 26 de Abril de 1894, com a matrícula de dez alunos. Permaneceu de forma provisória instalado no Palacete Abiahy, residência episcopal. Logo em seguida, foi transferido para as dependências do *Convento de São Francisco*, onde permaneceu por 16 anos. Até 1927, a administração do Colégio ficou a cargo de padres do clero secular da Paraíba. No início do ano de 1927, os *Irmãos Maristas* assumiram sua direção. Em 1934, ao término do contrato com essa ordem religiosa, a direção do Colégio retornou para as dependências da Diocese. Em 1943, a pedido do Bispo Dom Moisés Coelho e do Interventor Federal Ruy Carneiro, os *Irmãos Maristas* reassumiram o Colégio. O cargo de diretor ficou com o Ir. Antônio Reginaldo. Desde então, os *Maristas* continuam presentes na história do Colégio, desenvolvendo um projeto educativo pautado no ideal religioso, científico, nas práticas esportivas e culturais, deixando sua contribuição para a “formação de lideranças da sociedade paraibana educando várias gerações”⁵⁴. Nas páginas que seguem, narro um pouco dessa história.

De acordo com Salles (2013, p. 1), na maioria das vezes, os termos ciência e religião “parecem opostos e inconciliáveis”. Em alguns momentos, anulam-se, em outros, aproximam-se. No *Colégio Diocesano Pio X*, esses dois conceitos caminharam juntos no desenvolvimento do projeto educativo da instituição. Nas fontes que tive oportunidade de pesquisar e analisar a todo o momento os discursos religiosos e científicos, eles estiveram lado a lado, defendendo um modelo de educação que tinha o interesse de produzir corpos fortes, saudáveis, cheios de saúde e vigor físico. Corpos cívicos e patrióticos, defensores de uma sociedade que se dizia moderna e civilizada. Isso pode ser notado no texto de autoria do P.F, publicado na *Revista do*

⁵⁴ Para melhores informações sobre esse tema, consultar o seguinte endereço eletrônico: https://marista.edu.br/piox/?page_id=1254.

Colégio Diocesano Pio X, intitulado *A Instrução, a Moral e a Religião*, que fora publicado em Julho de 1912. Segundo o autor: “a todas as horas se ouve dizer que a Religião é inimiga da sciencia, e não raro os repetidores desse preconceito nem sabem o alcance, o sentido preciso de sua asserção” (*REVISTA DO COLÉGIO DICOESANO PIO X*, 1912, nº 4, p. 1-2).

3.1 Da aquisição do terreno à construção do “novo prédio”

Nas instituições educativas, a arquitetura escolar, o mobiliário utilizado no dia a dia, os materiais didáticos, o currículo, as normas internas, as matérias, os métodos adotados por professores e direção “ganham sentido pelos usos, significados e práticas que lhes são atribuídos pelos atores educacionais e grupos sociais” (SENZI ZANCUL e SOUZA, 2012, p. 83). Neste texto, examino a potencialidade do espaço arquitetônico do *Colégio Diocesano Pio X* para a gestação de uma cultura escolar no início do século XX.

Em 1943, a direção do *Colégio Diocesano Pio X* voltou para as mãos dos *Irmãos Maristas*, que saíram à procura de um terreno para a construção do “novo prédio”. Foi com esse objetivo que “A NOVA diretoria empenhou-se com apuro e coragem na escolha de um ‘terreno’ apropriado, onde pudesse construir mais tarde, o tão decantado prédio, onde repousavam as esperanças da geração nova de estudantes” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 10). De imediato, as “autoridades” locais se empenharam em ajudar os *Irmãos Maristas* na “escolha de um excelente terreno”. Foram apresentadas “duas propostas sobre a aquisição de terreno: um localizado nas cercanias do atual mercado e outro, ao longo da bela e extensa Av. Epitácio Pessoa” (Idem), ambos, os terrenos de propriedade de Eugenio Neiva. No entanto, “nenhum, pôde satisfazer as exigências” do projeto. Porém,

A providência reservara-nos um valioso presente, sugerindo aos *Maristas*, a aquisição de *um vasto e central terreno* no populoso bairro do Montepio, com frente para a grande *Praça da Independência*. Seu proprietário, o renomado Dr. Walfredo Guedes Pereira, acolheu com satisfação a proposta dos *Maristas*. Estava adquirido o terreno.

A entrega da Escritura foi efetuada a 15 de maio de 1945 (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 10, Grifos nossos).

Obedecendo às orientações médico-higienistas para a construção de prédios escolares, os Maristas optaram pela escolha de um terreno amplo, plano e central. Localizado próximo à área central de João Pessoa. O proprietário do terreno era o renomado médico paraibano “Dr.

Walfredo Guedes Pereira”⁵⁵. Assim, o *Colégio Diocesano Pio X* firmou seu compromisso com “a educação da juventude. Este fim mobilíssimo – o preparar os homens e os cidadãos de amanhã – diz muito dos méritos desta alevantada instituição” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 10). Para a concretização do projeto de construção do “novo prédio”, foram convidados os “Irmãos Luís Dubois e Norberto”, especialistas nesse tipo de projeto, que contou com uma estrutura com uma “grande fachada”, medindo 116 metros, espaçosos corredores, “confortáveis salas de aula”, cada uma “com capacidade para 50 alunos”, “as amplas e modernas dependências para professores e alunos e demais instalações, formam um conjunto harmonioso e imponente, obedecendo às rigorosas exigências da pedagogia moderna” (*REVISTA ATUALIDADES PEDAGÓGICAS*, 1954, p. 22-23).

Dentro dos limites do projeto, sobressaiu uma “grandiosa Capela, com capacidade para mais de 1000 pessoas”. Na **Figura 10**, o leitor tem acesso a alguns aspectos internos da “nova capela” do *Colégio Diocesano Pio X*, decorada com flores, símbolos religiosos e bancos para a acomodação dos fiéis.

Figura 10 - “Nova capela do Colégio inaugurada a 15 de Agosto”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1928, s/p.

⁵⁵ De acordo com Silva (2014), o dr. Walfredo Guedes Pereira foi um médico paraibano responsável pela direção do *Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural* no estado e cooperador local com *Fundação Rockefeller*. Além de ter exercido o cargo de prefeito da capital.

No intuito de revelar para seus leitores o modelo de *cultura escolar* pretendido pelo *Colégio Diocesano Pio X*, em 1954, a Revista do Colégio apresentou o “novo prédio” do Colégio. A construção ocupou o espaço de quase toda a rua. Localizado na *Praça da Independência*, centro da capital paraibana, chama a atenção dos *transeuntes* que por ali passam.

Figura 11 - Novo Prédio do Colégio Diocesano Pio X.



Fonte: *Revista Atualidades Pedagógicas*, 1954, s/p.

Espacoso, charmoso, grande e limpo. Transformou-se no imperativo do moderno e civilizado. A construção buscou atender ao máximo possível às exigências da medicina de tendência higienista. Diziam que se desejassem ser modernos e civilizados, precisavam buscar e construir um prédio grande, espaçoso, limpo, higiênico e confortável. Deveria comportar em espaço interno o maior número possível de alunos. Possuir um espaço livre para a realização de atividades físicas. Uma quadra e campos de futebol para o incentivo da cultura física. O projeto contribuía de diversas formas para o cultivo de um corpo saudável e vigoroso. No discurso dos idealizadores do projeto arquitetônico, o *Colégio Diocesano Pio X* passou a ocupar um lugar especial dentro do grupo das instituições ditas modernas e civilizadas. As novas instalações eram grandes, confortáveis, bonitas, limpas, higiênicas e espaçosas.

A construção de prédios próprios, “imponentes, majestosos, higiênicos e assépticos”, fez das instituições educativas verdadeiros “templos do saber. Na cultura escolar que se afirmava, pretendia-se que o cultivo do corpo começasse já na arquitetura do prédio: os espaços deveriam ser eles mesmos educativos” (VAGO, 1999, p. 32). O trabalho de disciplinar, medicalizar e pedagogizar os corpos dos sujeitos não podia ficar sob a responsabilidade apenas dos professores. No *Colégio Diocesano Pio X*, nas primeiras décadas do século XX, a arquitetura desenvolveu importante papel educativo no processo de educação, disciplinamento, medicalização e pedagogização dos sujeitos, produzindo uma cultura escolar pautada na espacialidade arquitetônica. Com o surgimento dos primeiros grupos escolares no Brasil, no início do século XX, a arquitetura escolar passou por significativas transformações. Na visão de Veiga (2009, p. 10-11),

Os prédios escolares desde então foram planejados levando-se em consideração as demandas higiênicas e as necessidades das crianças, com a previsão de locais específicos para atividades como ginástica, biblioteca e museu, além do pátio escolar para o recreio. Assim observam-se novas concepções de uso do espaço e do tempo escolar.

A arquitetura assumiu essa tarefa de ser ao mesmo tempo um espaço educativo e vigilante. Só assim podia atribuir sentido ao projeto de construção de uma sensibilidade médico-pedagógica para a construção de um corpo dito saudável, fazendo, assim, parte da construção de um projeto de educação corporal. Na arquitetura do prédio do *Colégio Diocesano Pio X*, os sujeitos foram educados e normatizados pela disposição do espaço. Para Agustín Escolano (2001, p. 26):

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

O espaço educativo faz parte de uma dinâmica maior: “estão dotados de significados e transmite uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto” (ESCOLANO, 2001, p. 27). O filósofo francês Michel Foucault, já no clássico livro *Vigiar e punir* (2010) problematizou a arquitetura escolar como fazendo parte de uma “arte das distribuições no espaço”, da mesma forma que as aplicadas nas fábricas, quartéis, hospitais psiquiátricos e cárceres. Um mecanismo que se aproximava da “tecnopolítica disciplinar das organizações modernas”, racionalmente efetivas e que funcionam como

eficientes dispositivos de controle e disciplina, buscando tornar os corpos dos sujeitos “dóceis” e “produtivos” na execução de determinadas tarefas.

A relação estabelecida com “uma arquitetura monumental”, corredores amplos, altura das escadarias que davam acesso à entrada do prédio, o tamanho adequado de janelas e portas, “a racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica”, prezando por “uma simbologia estética, cultural” e, ao mesmo tempo, “ideológica”, defendida pelos ideais republicanos (VIDAL e FARIA FILHO, 2005, p. 53-54). Do século XIX até princípios do XX, a construção de edifícios escolares, como o *Colégio Diocesano Pio X*, na Paraíba, passou a fazer parte da pauta da dinâmica administrativa em vários estados do país. A localização das construções tornou-se algo que deveria ser levado em conta.

Os ideais republicanos de civilidade, progresso e modernidade defendiam que as construções deveriam ocupar um lugar de destaque na “cena urbana, de modo que se tornassem visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime” (BENCOSTTA, 2005, p. 68-70). Um dos primeiros objetivos a serem levados em conta, nesse processo de edificação dos grupos escolares, era a preservação dos preceitos pedagógicos e higiênicos. O início do século passado foi amplamente marcado pela presença desses dois dispositivos discursivos nas regras que determinavam o funcionamento dos espaços escolares. O discurso médico-higienista interferiu em quase tudo que dizia respeito ao funcionamento dos colégios. Da arquitetura, passando pela escolha dos professores e alunos, a distribuição dos tempos e espaços escolares, ao vestuário, os horários escolares, os espaços e horas para as práticas de educação do corpo (educação física e esportes – como o *volley boal* e *foot boal*) e a alimentação.

Estudando a dinâmica dos espaços escolares entre os séculos XIX e início do XX, na cidade de Curitiba – Paraná, Pykosz e Oliveira (2009, p. 146) afirmaram que a localização dos prédios escolares estava presente na pauta de discussões médicos-higienistas. A escolha do local era bastante importante, de preferência, que fosse

[...] Um local central, alto, de fácil acesso, seguro e equipado com o serviço de limpeza pública, dando ênfase a sua ventilação, distribuição de água e condições higiênicas e, ao mesmo tempo, distante de lixos, cemitérios, enfim, locais insalubres de frequentes proliferações de moléstias infecciosas, que poderiam afetar a saúde dos escolares.

As publicações de teor médico-higienista, ao se referirem à construção de prédios escolares, quase sempre falavam em nome de “uma pedagogia dita moderna”. O discurso higienista “ênfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária” (BENCOSTTA, 2005, p. 114). A localização e determinação espacial do prédio escolar contribuíam para que fossem evitadas “as condições anti-higiênicas e contrárias à sua missão social e educadora” (ESCOLANO, 2001, p. 32). As construções deveriam se localizar distante de ruas lamacentas e sem esgotamento sanitário, cheias de mato e animais, de quartéis e prostíbulos. Considerava-se importante que não se mantivesse em funcionamento no edifício escolar outros serviços, como juizado, prisões, orfanatos, hospitais, dentre outros.

Nos projetos de educação do corpo, os prédios escolares desempenharam importantes papéis sociais e culturais. Foram responsáveis pela construção discursiva de uma sensibilidade que visava à gestação de um corpo dito saudável. Foi via distribuição espacial dos edifícios, dos corredores, das salas de aula, dos espaços livres destinados à prática de atividades físicas e recreios que as crianças e adolescentes passaram a ter um maior conhecimento do próprio corpo. Essa educação corporal pelo espaço pode ser visualizada na **Figura 12** publicada pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em Novembro de 1938. Na ocasião, um grupo de alunos do Colégio foi capturado pelas lentes da câmera do fotógrafo no exato momento em que realizavam as “terceiras provas parciais”.

Pela leitura da organização das salas de aulas do *Colégio Diocesano Pio X*, é possível compreender um pouco a importância adquirida pela disciplina e hierarquia em seu interior. A organização das salas de aula e a distribuição dos alunos nas mesmas assemelham-se ao modelo panóptico elaborado por Jeremy Bentham e discutido por Michel Foucault no livro *Vigiar e Punir* (2010). O modelo arquitetônico original do panóptico que foi desenvolvido para ser aplicado ao sistema prisional, trata de uma estrutura física circundada por uma torre, na qual é possível se processar a vigilância dos anéis que a contornam. Segundo Foucault (2010): na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel, possibilitando a vigilância e o controle pelo olhar. Pelo efeito provocado pela contraluz, são visíveis da torre, as pequenas silhuetas dos prisioneiros nas celas da periferia. No caso, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia (FOUCAULT, 2010).

Por possuir um caráter preponderantemente disciplinar, o *modelo do panóptico* poderia ser aplicado de maneira eficaz em qualquer instituição de natureza disciplinar: casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas de pobres, hospícios,

lazaretos, hospitais e escolas. Já que o objetivo maior é a visão irrestrita, múltipla e abrangente do complexo a que se deseja manter sob controle. O panóptico transformou-se num poderoso dispositivo de poder, e com isso, tornou-se “uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (FOUCAULT, 2010, p.167). Representa as bases de sustentação do poder-saber, que passou a controlar a vida dos indivíduos. Na **Figura 12**, alguns traços do modelo panóptico de vigilância e controle podem ser notados. Primeiro, a forma como a sala de aula está organizada de maneira simétrica. Os alunos enfileirados, atentos, observando o fotógrafo, que, com um clique, registra a harmonia em que se encontram. Nas entradas das duas salas e nas janelas, é possível enxergar a presença de professores que, com um olhar atento, buscam evitar que os alunos desobedeçam às suas ordens e burlem a disciplina. O controle era total. O poder-saber circulou por todos os espaços disponíveis. Era preciso manter a ordem, e por isso, era importante a manutenção do controle através da vigilância.

Na construção das salas de aula, privilegiaram-se janelas altas e largas. O plano era facilitar a penetração de luz no interior e a circulação de ar. No *Colégio Diocesano Pio X*, foram atribuídos cuidados especiais à iluminação. O recomendado era que a luz penetrasse por janelas abertas nas paredes laterais: “a iluminação não deveria ser excessiva nem deficiente, mas bastante e distribuída regulamentemente para servir a leitura e a escrita. Não poderia causar incomodo em hipótese alguma!” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 95). Segundo Peixoto (1925 *apud* SOARES JÚNIOR, 2015, p. 95), para alcançar o efeito desejado, a iluminação,

Vem de lado, importa evitar sombras, que perturbem a visão e acabam por fatigar o aparelho visual, diminuindo a agudeza da vista e criando estados de correção difícil, se não irreparável. A luz deve atingir pois o aluno, não de frente, mas no sentido de sua atenção, de lado, do lado útil, que, para os dextros, é a iluminação lateral esquerda: a sombra da mão não se projetará assim sobre o papel e que o aluno escreve [...] Melhor seria a iluminação bilateral, suprimindo as sombras que permite distinguir bem os objetos em seu conjunto, embora com menor precisão nos detalhes.

A correta iluminação evitava que os alunos forçassem sua visão no momento da leitura. Os médicos higienistas defendiam a produção de materiais didáticos apropriados. O objetivo dos discursos médicos e religiosos era o de se produzir sujeitos moral e fisicamente preparados.

Figura 12 - “Flagrante das terceiras provas parciais”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, João Pessoa, 1938, s/p.

Dividida em duas partes, as salas de aula funcionaram como espaços dedicados à manutenção da ordem e da disciplina. A organização das carteiras, a localização dos professores em locais estratégicos e as janelas altas e largas tinham o objetivo de facilitar o controle e a manutenção da ordem, além do cuidado com o fardamento e higiene dos alunos. A esse respeito, o branco parece ter sido a cor preferida pela direção do Colégio para vestir seus alunos. Por representar a ordem, o gosto pelo zelo, o cuidado, o esmero com a saúde, o trato com a higiene. Para o discurso médico-higienista, branco era sinônimo de saúde, de bem-estar, de bom gosto, de ordem e disciplina. É o símbolo da pureza e da limpeza da alma.

Para se manter a perfeita harmonia, os alunos precisavam cumprir uma série de regras, a exemplo de cuidar no uniforme e do próprio corpo, pois o branco é uma cor em que as pequenas sujidades podem ser notadas a distância. Por isso, o branco foi a cor escolhida. Os uniformes constituíram “de modo profundo a *educação do corpo*” (SOARES, 2011, p. 01). Nesse sentido, as roupas e seus usos permitem refletir sobre o sensível, o corpo, a beleza, a história da educação, saúde, higiene, mercado e consumo. A roupa, ao mesmo tempo, educa e cria distintivos sociais e possibilita a disciplina e a vigilância. Esses mecanismos estavam presentes na *cultura escolar* do *Colégio Diocesano Pio X* ao privilegiarem a organização

espacial das salas de aula, o prédio, os professores e os alunos, bem como no cuidado que cada um assumiu em relação à sua própria educação.

O tema da disciplina ocupou um capítulo especial no *Regimento Interno do Colégio Diocesano Pio X*. Intitulado de a “disciplina aos casos de exclusão”, o artigo 33º afirmava que a disciplina constituía-se da “guarda da honra e da virtude dos educandos, alma do progresso em toda casa de educação, a disciplina é exercida com paternidade”. Já o artigo 34º abordava o papel dos professores na preservação e conscientização dos alunos sobre a importância da disciplina: “guiados pelos princípios da caridade e da justiça, os mestres envidarão todos os esforços para levar seus discípulos ao cumprimento do dever por meios suaves, mormente pela formação da consciência e pelo sentimento da própria dignidade”. Enquanto o artigo 35º elencava os principais casos “considerados” de exclusão: “a) Insubordinação; b) Indocilidade de caráter; c) Falta habitual de aplicação aos estudos; e) Ofender a moral” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p). O descumprimento de alguma dessas regras internas representava a imediata expulsão do aluno do Colégio.

Ainda se referindo à **Figura 12**, a demarcação religiosa se faz presente. Um símbolo religioso representou o poder-saber exercido pelo catolicismo dentro do Colégio. As discussões religiosas fizeram parte do cotidiano da vida de professores e alunos, ditando regra de bom comportamento, de compromisso com a fé cristã, com a ordem, com a produção do saber e circulação de conhecimento. No *Colégio Diocesano Pio X*, os discursos científicos e religiosos caminharam lado a lado na busca de uma educação de qualidade.

Os alunos aparentam um bom comportamento. O saber-poder da medicina estava presente no momento da escolha das carteiras que apresentassem um maior conforto. “O mobiliário era pensado a partir das noções higiênicas em voga, na qual a altura do banco, ou do assento deveria” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 94) obedecer às necessidades de cada aluno. Segundo considerações de Peixoto (1925, *apud*, SOARES JÚNIOR, 2015, p. 94), a qualidade e eficiência das carteiras passavam pela

Medida da planta do pé à dobra do joelho, 2/7 da estatura (20 a 28 centímetros) para que os pés repousem sobre o pavimento e não fiquem suspensos e ocupada a criança em os embalançar. A largura do assento será de 2/3 do comprimento da coxa, 1/5 da estatura (23 a 32 centímetros); o encosto ou respaldo não carece atingir as espáduas, mas apenas o meio das costas, variando de 20 a 28 centímetros. A mēsa, do comprimento de 60 a 65 centímetros, onde se dispõe tinteiro e escaninho para lápis e canetas, e outra oblíqua e decendente, num ângulo de 6º a 15º em que deve repousar o livro aberto para leitura, ou o papel para a escrita.

No *Colégio Diocesano Pio X*, as carteiras eram individuais. Elas possuíam espaços para apoio dos braços e material didático como livros, cadernos e tinteiros. Era importante que os pés ficassem apoiados sobre o chão. Toda a organização do espaço da sala de aula obedecia aos preceitos higienistas: cada aluno em seu lugar. As carteiras também assumiam a função da manutenção da disciplina e docilização dos corpos. As carteiras utilizadas pelos discentes do Colégio eram personalizadas, ou seja, fabricadas de acordo com as necessidades físicas de cada um. As medidas de ordem higiênica figuram em primeiro lugar: “um local elevado, seco, bem arejado e com sol constitui o ideal” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 83). O não contato entre os alunos deveria ser valorizado. As laterais e fundos da sala de aula, mais de um professor/inspetor cuidavam da ordem e disciplina.

Quando estava em jogo a manutenção da ordem e da higiene, nenhum esforço poderia ser poupado. O que estava em jogo era a reputação da instituição perante as exigências da sociedade da época. Por isso, o espaço escolar passou a desfrutar de um “papel de destaque no controle dos movimentos e contatos, visto que suas demarcações limitavam, por muitas vezes, ações e gestos”. Dessa forma, a mobília escolar desempenhou uma função importante, pois, começou a “determinar formas de estudar, de ler, de sentar, de escrever, de exercitar, de se mover, enfim, de estar no espaço da sala de aula” (PYKOSZ e OLIVEIRA, 2009, p. 149).

Esse controle sobre o corpo estendeu-se aos demais espaços da escola: para os pátios, refeitórios, quadras e campos de futebol, áreas de lazer, o entorno do Colégio com a rua. Enfim, o que se depreende de tudo isso é que o espaço escolar do *Colégio Diocesano Pio X* fez parte do projeto de educação do corpo dos escolares. O uso de material higiênico não ficou restrito apenas ao interior das salas de aula, “eram utilizados em todos os espaços da escola aparelhos diversos para o ensino comum, jogos e brinquedos, trabalhos manuais, urgências e acidentes” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 95). O cuidado com a educação da higiene perpassou o cuidado com quase todos os instrumentos utilizados no dia a dia pelos alunos e professores: livros, canetas, uniformes, carteiras, sapatos, e inclusive os materiais utilizados nas aulas de educação física.

Na visão de Viñao Frago (2001, p. 123), “a sala de aula pode ser também analisada, em sua perspectiva espacial e arquitetônica, do ponto de vista higiênico-pedagógico”. O destaque dado a aspectos como a ventilação, a circulação do ar, a temperatura ambiente, a penetração da luz dentro do prédio e nas salas de aula passou a fazer parte das preocupações médico-pedagógicas vigentes na Europa e no Brasil, entre as décadas finais do século XIX e início do XX. No que diz respeito, mais especificamente, ao estado da Paraíba, no período

aqui trabalhado, essa produção discursiva fez parte do projeto educativo desenvolvido e posto em prática pelo *Colégio Diocesano Pio X*.

3.2 Da autorização para funcionar como Colégio

Em 1948, o *Colégio Diocesano Pio X* obteve, junto ao Governo Federal (o Presidente da República era Eurico Gaspar Dutra), a permissão para funcionar como Colégio. A *Revista do Colégio Diocesano Pio X* transcreveu em detalhes “o texto do decreto-lei concedendo ao Ginásio Pio X, o título de Colégio”. O responsável por informar aos alunos e professores a notícia foi o ex-aluno Paulo Lyra, que, naquele momento, ocupava o cargo de Subchefe Gabinete Civil: “de ordem Presidente da República comunico-lhe Sua Excia. assinou decreto autorizando esse Ginásio funcionar como Colégio. Como antigo aluno desse tradicional estabelecimento congratulo-me sua direção, professores e alunos pela conquista que acabam de alcançar” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 11). A publicação do *Decreto-Lei* que autorizou o *Ginásio Pio X* a funcionar como Colégio ocorreu no dia 27 de Setembro de 1948:

Decreto N. 25.587, de 27 de setembro de 1948.

Autoriza o GINÁSIO PIO X, com sede em João Pessoa, a funcionar como Colégio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos da Lei Organica do Ensino Secundário e do Decreto-lei nº 4.245, de 9 de abril de 1942, decreta:

Art. 1º - O Ginásio Pio X, com sede em João Pessoa, no Estado da Paraíba, fica autorizado a funcionar como Colégio.

Art. 2º - A denominação do estabelecimento de ensino secundário de que trata o artigo anterior passa a ser COLÉGIO PIO X.

Art. 3º - O reconhecimento que pelo presente Decreto é concedido ao Colégio Pio X, considerar-se-á quanto aos seus cursos clássico e científico, sob o regime de inspeção preliminar.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 1948; 127º da Independência e 60º da República.

EURICO DUTRA
Clemente Mariani⁵⁶.

⁵⁶ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1954, p. 11, Grifos nossos.

É importante lembrar que mesmo só recebendo autorização oficial para funcionar como Colégio, em 1948, junto ao Governo Federal, a instituição já vinha desde o início de sua criação por Dom Adauto, em 1894, utilizando a denominação de Colégio. Inclusive, nas fontes por mim consultadas (Jornais *A União*, *A Imprensa* e *Revista do Colégio Diocesano Pio X*), é unânime o emprego do nome *Colégio Diocesano Pio X*⁵⁷.

No Brasil, as disposições sobre a organização do ensino secundário estavam dispostas no *Decreto n. 21. 241*, de 14/4/1932. Foi quando a denominação Colegial e Ginásial passou a receber uma designação mais específica. O Ginásio, com quatro anos de duração, e o Colegial, com três anos, ambos formaram, na época, o ensino secundário. Segundo Rosa Fátima de Souza (2008, p. 312), em 1942 foi

Promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto n. 4.244, de 9/4/1942), conhecida como Reforma Capanema. Nova estrutura é dada ao ensino secundário, compreendido a divisão em dois ciclos – o ginásial (4 anos de duração) e o colegial (3 anos de duração). O curso colegial passa a abranger dois cursos paralelos; o clássico e o científico. No ensino ginásial, a reforma enfatizou o conteúdo humanista e os valores cívico-patrióticos e introduziu a disciplina de Trabalhos Manuais.

1946 O ministério da Educação e Saúde Pública elabora e divulga, esse período, os programas das matérias do curso ginásial e colegial, contendo orientações detalhadas acerca da concepção do ensino de cada disciplina, os objetivos e as instruções metodológicas.

De acordo com Trevizoli, Vieira e Dallabrida (2013, p. 3), a *Reforma Capanema (1942)*⁵⁸ contribuiu para o acirramento das “disputas entre defensores de estudos clássicos e os adeptos do ensino tecnicista e científico – conflitos que colocavam em tela questionamentos” sobre a real função política e social da educação secundária. Neste sentido, essa reforma reforçou o caráter nacionalista e humanístico do Ensino Secundário, objetivando contemplar a formação de homens da elite dirigente (NUNES, 1962). Para Gustavo Capanema,

[...] O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras (o grifo é nosso), isto é, dos homens que deverão animar as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo.

⁵⁷ Mesma denominação escolhida para ser utilizada em todo o corpo do texto da presente tese.

⁵⁸ Idealizada e colocada em prática pelo até então “ministro da *Saúde e Educação* Gustavo Capanema e consubstanciada no Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, esta reforma refletia o momento político pelo qual passava a sociedade brasileira, o qual era caracterizado pelo Estado Novo – regime autoritário e populista, que lutava pela nacionalização do ensino no país” (TREVIZOLI; VIEIRA e DALLABRIDA, 2013, p. 3).

[...] a formação da consciência humanística, isto é, a compreensão do valor e do destino do homem é a finalidade específica do ensino secundário (CAPANEMA, 1942, *apud* NUNES, 1962, p. 113).

Buscando formar um novo homem, Capanema dividiu o Ensino Secundário em dois ciclos. O primeiro, o ciclo ginásial, com duração de quatro anos, oferecia uma formação mais geral, e o segundo, o ciclo colegial, foi subdividido em duas modalidades: “o curso clássico e o curso científico, os quais tinham duração de três anos e visavam à preparação do aluno para a inserção no ensino superior” (TREVIZOLI, VIEIRA e DALLABRIDA, 2013, p. 3). Desta forma, foram criadas normas para a organização da “nomenclatura” das instituições de ensino de todo o país. As instituições de ensino que dispusessem a ofertar apenas o primeiro ciclo passaram a ser chamados de ginásios, e os que ofertassem o primeiro e segundo ciclos, de colégios (SOUZA, 2008).

O ensino secundário tinha sua qualidade e eficiência garantidas através da exigência de exames de admissão e de um rigoroso sistema de avaliação. Os exames de admissão, suficiência e licença acabaram contribuindo para uma ampla seletividade do ensino. A *Lei Orgânica do Ensino Secundário* promoveu um modelo de ensino que favoreceu “a reprodução” da divisão das classes sociais, favorecendo uma determinada classe social (membros da elite) e desfavorecendo outra (as pessoas com menos condições financeiras), os trabalhadores e desempregados que ficaram sem ter acesso ao ensino justo e sem possibilidade de ascensão social.

O modelo de educação e ensino colocado em prática pela *Reforma Capanema* foi direcionado para atender aos interesses da classe dominante (ricos e políticos). Para os pobres (trabalhadores e desempregados), ficou reservado o ensino profissionalizante – com conteúdos que permitiam uma formação de caráter mínimo e técnico. O currículo do curso secundário tinha uma dimensão humanista, dando ênfase ao estudo do latim e do grego, enquanto o curso ginásial abarcava o estudo das disciplinas de português, latim, francês, inglês, matemática, ciências naturais, história geral e do Brasil, geografia geral e do Brasil, trabalhos manuais, desenho e canto (SOUZA, 2008). Nesse currículo, valorizava-se a língua portuguesa, com a preocupação maior de aprendizado da língua nacional, focando no domínio da fala e da escrita. Isso era um fator determinante, tendo em vista a preocupação com a formação do novo homem brasileiro: republicano e patriota. Já a introdução da disciplina de trabalhos manuais tinha como objetivo central a aquisição de saberes práticos profissionais.

Sobre o currículo do ciclo ginásial, a *Reforma Capanema* fez uma distinção entre o curso clássico e o curso científico. Para Trevizoli, Vieira e Dallabrida (2013, p. 5), “[...] as

disciplinas deveriam ser ensinadas aos alunos de forma com que eles aprendessem e inculcassem saberes que lhes facilitassem a inserção no ensino superior, de acordo com as suas aptidões e anseios”. Os alunos que demonstrassem aptidão e domínio das disciplinas ligadas às ciências naturais eram orientados a escolherem o curso científico, já os alunos que se identificassem com as disciplinas de ciências humanas escolheriam o curso clássico. Souza (2008, p. 181-182), estudando a *Reforma Capanema*, definiu a diferença entre o clássico e o científico da seguinte maneira:

[...] No primeiro [o clássico] a formação intelectual dos alunos é marcada por um acentuado estudo das letras antigas, ao passo que, no segundo [o científico] a maior acentuação cultural é provavelmente do estudo das ciências. Entretanto, a conclusão tanto de um como de outro dará direito ao ingresso em qualquer modalidade de curso do ensino superior (SOUZA, 2008, p. 181- 182).

Os dois currículos, o do curso clássico e o do curso científico, eram semelhantes, contemplando as disciplinas de português, francês, inglês, espanhol, matemática, física, química, história geral e do Brasil, geografia geral e do Brasil e filosofia. A diferença estava nas disciplinas de grego, ofertadas no clássico, e de desenho, disponibilizada apenas aos alunos do curso científico. A ênfase no estudo de línguas estrangeiras (o inglês, o francês e espanhol) tinha por objetivo facilitar a comunicação dos alunos com a cultura das pessoas que falavam essas línguas (tidas como mais civilizadas e modernas). A respeito da disciplina de educação física, a Reforma Capanema tornou-a obrigatória a partir da idade de 21 anos. “A educação moral e cívica passou a não ser mais uma disciplina específica, contudo, mantinha-se ainda a importância da formação da consciência patriótica” (TREVIZOLI, VIEIRA e DALLABRIDA, 2013, p. 5).

O direito de utilizar de forma oficial a denominação Colégio possibilitou que o *Colégio Diocesano Pio X* alcançasse o reconhecimento de seus cursos clássico e científico, além do “regime de inspeção permanente”, um dos principais objetivos perseguidos pelas instituições educativas do país. O alcance desse objetivo possibilitou que o trabalho educativo desenvolvido pelos *Maristas* no Colégio passasse a abranger várias concepções de ensino. Em 15 de Agosto de 1947, inauguraram “a nova praça de Esportes”. Uma “feliz iniciativa dos desportistas do *Pio X*” (*REVISTA DO COLÉGIO DICOESANO PIO X*, 1954, p. 8). A solenidade contou com a celebração de uma *Santa Missa*, cantos e hinos orfeônicos, demonstrações de civismo (como desfiles dos discentes), além de um café da manhã dedicado aos esportistas do Colégio, que logo cuidaram de organizar “os vários times, para prestar ao campo das ‘Pedrinhas’, a última homenagem”.

Seguindo o ritmo da batida da *Força Policial*, os atletas se deslocaram para a *Praça da Independência*, onde estavam aguardando uma “grande massa de amigos e admiradores do Pio X”. O discurso de inauguração ficou ao cargo do Ir. Ricardo, enquanto o “pontapé inicial” foi dado pelo Pe. Geraldo. Após uma longa cerimônia, “estava inaugurada a nova Praça de Esportes”. Espaço dedicado ao incentivo da cultura física, à educação do corpo. Ali, foram realizadas muitas das competições esportivas, contando com a presença e participação dos alunos do Colégio.

No dia 19 de Março de 1949, o cargo de diretor *Colégio Diocesano Pio X* passou para as mãos do Pe. Carlos Martinez, que substituiu o Pe. Reginaldo. Na *Revista do Colégio Pio X*, há poucas informações sobre o período em que o Pe. Martinez esteve à frente da direção do Colégio. As poucas linhas que foram escritas dizem respeito apenas às comemorações do Dia da Pátria, organizadas pela instituição, e a algumas visitas realizadas pelos padres do *Colégio Marista* do Recife.⁵⁹

Em 1952, o Pe. Estevão Alberto foi nomeado o novo diretor do *Colégio Diocesano Pio X*: “em substituição ao Ir. Carlos, incumbido de importantes funções na Faculdade de Filosofia do Ceará, o Conselho da Província, designou a 20 de janeiro o Revdmo. Ir. Alberto para ser seu substituto” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 13). Ao longo do período em que ficou à frente da direção do Colégio, realizou profundas transformações. Em 15 de Março de 1952, iniciou o processo de “medição e traçado dos limites da nova construção”. No dia 25 de Março, desembarcou, em João Pessoa, o mestre de obras da “Cia. Torrione de Recife e logo em seguida principiou a construção do novo Colégio Pio X”, em frente à *Praça da Independência*. Em 7 de Julho, ocorreu o início do processo de construção da “nova capela do Colégio. No dia 26 de setembro do mesmo ano chegou à cidade, a estátua de N. S. de Fátima, que foi recebida com entusiasmo pela população, professores e alunos. Na recepção: “Todo o Colégio esteve presente. Dois alunos soltaram pombos que levaram as Boas-Vindas à Virgem Santíssima. Esta, no dia seguinte, pagou-nos as saudações indo visitar e abençoar o Colégio, os professores e os alunos. Foi um dia de bênçãos e de graças” (Idem)⁶⁰.

No dia 7 de Setembro de 1953, a obra de conclusão da capela chegou ao fim. No dia 15 do mesmo mês, foi oficialmente inaugurado o “novo prédio” do *Colégio Diocesano Pio X*.

⁵⁹ A administração do Pe. Carlos Martinez foi pouco divulgada pela *Revista do Colégio*. Talvez por ter sido um período de poucas realizações concretas por parte de sua gestão ou até mesmo por crises financeiras.

⁶⁰ Para maiores informações sobre a história desse período do *Colégio Diocesano Pio X*, consultar o exemplar da *Revista do Colégio* que se encontra no *Arquivo Eclesiástico da Paraíba*. Esse periódico narra os principais eventos que marcaram a história do colégio durante a época em que foi fundado até as primeiras décadas do século XX.

No dia 19, teve início o ano letivo no “Colégio Novo”, com “a presença de elevado número de alunos” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1954, p. 13). Essa quantidade de mudanças vivenciada num curto espaço de tempo foi de grande importância para a veiculação da cultura escolar idealizada pela instituição, pois seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos e científicos foram introduzidos ao projeto educativo, cujo objetivo maior era a aculturação dos jovens que ali estudavam.

3.3 Do programa de ensino à divisão dos cursos

Em Julho de 1938, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em seu terceiro número, anunciou que o Colégio, em seu ano de criação, obedecia ao mesmo programa de ensino do *Seminário Arquidiocesano*. Apenas “em 1895 aparece ele definitivamente delimitado e posto em prática”. Antes da organização de programa seu programa de ensino, “só uma disciplina” existia e era “ensinada aos poucos alunos então matriculados – português”. Tempos depois, a quantidade de cursos foi ampliada. Foram criados: o primário, o médio e o secundário. “O curso primário é dividido regularmente em três anos, compreendendo caligrafia, leitura, noções de cálculo, rudimentos de história, de geografia, desenho e português” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1938, nº 3, s/p).

O programa de ensino do primeiro ano do curso primário era composto pelas matérias de português, francês e latim. O curso secundário foi organizado em quatro anos, englobando “as seguintes disciplinas: português, francês, geografia, aritmética e álgebra, história universal e do Brasil, geometria e trigonometria e latim”. Em 1898, o curso secundário ganhou “o ensino do inglês”. Em 1900, teve a complementação do “estudo de outras novas disciplinas: física e química, história natural, história sagrada e religião”. Até o início de 1906, “nenhuma mudança se introduziu no programa de ensino”. Foi dessa forma que o programa de ensino do *Colégio Diocesano Pio X* ficou organizado e distribuído em sua “primeira fase”. “O Colégio Diocesano foi, ainda em sua primeira fase, uma sementeira fecunda”. Organizou sua cultura escolar com base nos discursos científicos e religiosos defendidos pela Igreja Católica: “educou uma geração inteira, dando à família e à pátria mentalidades pujantes, homens de bem e cidadãos prestimosos” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1938, nº 3, s/p).

Em seu artigo de número oito, o *Regimento Interno* do *Colégio Diocesano Pio X* descreveu as principais características dos quatro cursos oferecidos pela instituição a seus alunos: o Infantil, Primário, Secundário e o Comercial. No **Quadro 6**, estão organizados os cursos com suas especificidades.

Quadro 6: Os cursos do Colégio Diocesano Pio X.

1º - Curso Infantil.	-
2º - Curso primário.	O curso primário estava dividido em quatro anos e tinha o objetivo de preparar os alunos para o curso secundário e comercial. “Parágrafo único – o 4º ano primário tem programa igual ao determinado pelo Departamento Nacional de Ensino” (<i>REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X</i> , 1929, s/p).
3º - Curso secundário.	Esse curso seguia a grade de matérias do Colégio Pedro II, habilitando os alunos para os cursos de ensino superior. “Paragrafo único – Os exames do curso secundário são feitos na sede do estabelecimento perante Inspetor Federal e Juntas examinadoras, nomeados pelo Director Geral do Departamento Nacional do Ensino, sendo os certificados validos para a matrícula em qualquer Gymnasio ou Faculdade do Paiz” (<i>REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X</i> , 1929, s/p).
4º - Curso comercial.	O curso comercial estava dividida em quatro anos e seguia as disciplinas “exigidas nas Academias de Comercio”. “Paragrafo único – Aos alumnos que tiverem concluído o curso comercial será conferido um diploma de guarda-livros” (<i>REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X</i> , 1929, s/p).

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da tese, 2020.

O *Regimento Interno* do Colégio funcionou como instrumento de normatização e transformação de condutas dos alunos. A criação e a implantação desse tipo de documento tiveram como objetivo introduzir um autocontrole sobre os sujeitos que faziam parte integrante do processo educativo. Processo esse que visou uma maior economia dos desejos e do tempo, educando suas pulsões, emoções e condutas. Tudo isso faz parte daquilo que Norbert Elias (2011) chamou de processo civilizador. Esse tipo de ideia passou a ser sentido no Brasil no início do século XX, a partir do crescente desenvolvimento urbano e industrial que os sujeitos vivenciaram com mais intensidade. Nessa nova sociedade que emergira, era preciso homogeneizar as condutas e racionalizar os comportamentos. Nisso, o espaço educativo desempenhou papel importante. Na escola, comportamentos, falas, gestos, posturas, vestimentas, trato com o corpo e o aprimoramento intelectual passaram por uma rigorosa disciplina.

Em 15 de Janeiro de 1915, o jornal católico *A Imprensa* divulgou uma propaganda do Colégio, com os seguintes dizeres: “Colégio Diocesano ‘Pio X’: Fundado em 1894”. Possuía os cursos: “Primário, Secundário fundamental e Secundário especial para admissão às Escolas Superiores”. Segundo a matéria: “este Colégio funciona em edifício próprio, vasto e excelente, e dispõe de um corpo docente ilustrado e dedicado” (*A IMPRENSA*, 1915, s/p). Aceitando a matrícula de alunos nas modalidades: internos, externos e semi-internos.

De acordo com o artigo doze do *Regimento Interno* do Colégio Diocesano Pio X, a instituição possuía as seguintes “categorias de alunos”: internos, semi-internos, vigiados e externos. Sobre a categoria dos alunos internos, o artigo treze dizia que eles teriam “sahida no primeiro domingo de cada mês, com a condição, todavia de terem alcançado durante o mês anterior notas satisfatórias em comportamento, adiantamento e regência” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p)⁶¹.

Enquanto o artigo quatorze tratou da inscrição no “quadro de honra” do Colégio, que daria “direito a uma sahida extraordinária antes das seis horas da noite. Inciso 1º - Exige-se rigorosa pontualidade na volta; um atraso notável importará na supressão da sahida subsequente”, o inciso segundo deste artigo destacou a importância da manutenção da disciplina interna dos alunos. Para que a ordem, disciplina e respeito fossem mantidos, era preciso que as famílias respeitassem as regras estabelecidas pelo *Regimento Interno*, referentes a pedidos feitos para “saídas extraordinárias por motivos de aniversários, festas, etc”, muito menos solicitar que seus filhos perdessem tempo fazendo “compras na cidade”. “As famílias que pedem saídas contrariamente as estas regras contribuem para o relaxamento da disciplina e prejudicam a boa ordem assim como progressos de seus filhos”⁶².

Tratando ainda das obrigações e deveres dos alunos internos, o artigo dezesseis do *Regimento Interno* afirmou que “todos os meses o director mandará aos paes dos alumnos internos um boletim sobre a saúde, procedimento e aplicação dos meses”. O dezessete alertou que “toda a correspondência dos alumnos está sujeita a fiscalização do Director”. O dezoito lembrou aos pais e alunos que no Colégio havia “um gabinete dentário”, portanto, não havia a necessidade de os alunos saírem para realizar “tratamento de dentes em consultório fora do colégio, como também não se permitem saídas especiais para confeccionar roupas”⁶³. No dia 24 de Maio de 1938, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou em suas páginas uma

⁶¹ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1929, s/p.

⁶² Idem.

⁶³ Ibidem.

fotografia de um grupo de alunos internos que aparecia sob a companhia dos diretores do Colégio, que ocupam o centro da imagem, como pode ser visto na **Figura 13**:

Figura 13 - “O internato do Colégio”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1938, nº. 2, s/p.

Sobre os alunos semi-internos, vigiados e externos, o artigo dezenove do *Regimento Interno* destacou que eles “deverão comparecer ao Colégio todos os dias, com exceção dos domingos, dias santos, feriados e quinta feira á tarde”. Os alunos “semi-internos da classe “A” deveriam entrar no Colégio às sete horas da manhã, onde permaneciam o dia todo; almoçavam e jantavam antes da saída às dezenove horas. “Os semi-internos da classe “B” compareciam às sete horas da manhã, permaneciam o dia, almoçavam e se retiravam às dezesseis horas e meia da tarde. Os externos chegavam ao Colégio às oito horas e saíam às onze horas, voltavam de meio dia e meia e saíam às três horas e meia da tarde. Enquanto os vigiados são “os alumnos externos que assistem às bancas. Devem comparecer das 7 às 19 horas. Nos intervalos das aulas e das bancas vão tomar as refeições em casa. Além das contribuições pagam 10\$000 mensais” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p). No documento, há uma normatização e racionalização do tempo e do espaço. As três categorias de alunos citadas acima tinham direito a uma maior flexibilização do tempo de estudos, como o direito de dormir em casa. O controle espacial e temporal era maior sobre os alunos internos que praticamente residiam nas dependências da instituição.

O artigo vinte e dois do *Regimento Interno* ficou reservado ao tema das faltas. Caso o aluno cumprisse com o horário de entrada e saída do Colégio, a família era avisada por escrito: “devendo aquelles, quando regressarem ao Colégio, trazer um cartão dos paes ou correspondentes justificando a falta”.⁶⁴ Em seu artigo vinte e três o *Regimento Interno*, possibilitava que os pais fossem avisados do rendimento escolar de seus filhos através da emissão de uma caderneta semanal, contendo as médias obtidas pelo aluno ao longo da semana em todas as matérias matriculadas: “no fim de cada mês escreve-se nella o resultado das composições. Esta caderneta deve ser devolvida na segunda-feira assignada pelos paes ou responsáveis”.⁶⁵

Por se tratar de uma escola particular e tradicional voltada para a educação de crianças e adolescentes pertencentes às oligarquias paraibanas, o artigo vinte e quatro tratou das “Pensões”. Aqueles pais que optassem em educar seus filhos no *Colégio Diocesano Pio X* tinham que dispor de uma boa condição financeira. “Os pagamentos são feitos adiantadamente sendo os dos internos por trimestre e dos semi-internos e externos por mês”.⁶⁶ De acordo com o artigo vinte e cinco: “o trimestre começado considera-se vencido com relação ao pagamento da pensão e nenhuma retribuição se fará por motivos de passeios, férias na sahida durante o ano letivo”.⁶⁷ O artigo vinte e seis dizia que a matrícula anual custava em torno de 20\$000 reis para os internos, 15\$000 reis para os semi-internos e 10\$000 reis para os externos. Segundo o artigo vinte e sete, quase todos os cursos oferecidos pelo Colégio eram pagos: “para aulas de piano, violino, flauta, dactylographia paga-se 20\$000 mensaes”.⁶⁸ A lavagem da roupa utilizada pelos alunos no dia a dia era paga por eles: “a lavagem da roupa poderá ficar a cargo do colégio mediante 10\$000 mensaes”.⁶⁹

Segundo o artigo vinte e nove: “os alumnos do 4º ano comercial pagarão a taxa de 15\$000 mensaes para a aula prática de dactylographia”. O artigo trigésimo lembrava aos pais que “os fornecimentos escolares, despesas de cabelereiro, correio, vestuário, médico, remédios, etc, forma uma verba a parte paga juntamente com a pensão”. O artigo trigésimo primeiro afirmou que a *gymnastica sueca* era obrigatória “para todos os alumnos do curso primário”, mediante pagamento da quantia de “2\$000 mensaes”. O artigo trigésimo segundo destacou que o aluno que apresentasse mau comportamento e que por algum motivo danificasse o patrimônio do Colégio seria imediatamente punido com o pagamento de uma

⁶⁴ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1929, s/p.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1929, s/p.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Ibidem.

indenização “pelos estragos feitos” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p).

Já o artigo trigésimo sexto trouxe a lista dos principais objetos que os pais deveriam comprar para o enxoval dos filhos aprovados nos exames de admissão do *Colégio Diocesano Pio X*. A lista era composta dos seguintes itens: dois “fardamentos *kaki*, conforme modelo do Colégio (obrigatórios)”; seis “ternos de roupa diária”; seis “camisas”; seis “lençóis”; seis “pares de meias”; quatro “toalhas de banho”; quatro “lençóis, tendo 2 metros de comprimento e 1, 50m de largura”; um “cobertor de lã”; duas “cobertas”; um “travesseiro de 0, 70m de comprimento e 0, 40m de largura”; dois “sacos para roupa servida”; quatro “guardanapos”; um “par de botinas para sahir”; além dos produtos de higiene pessoal, como: “escovas, pente, tesouras, chinelos, espelho pequeno e o que forem necessário para hygiene e asseio”. O enxoval deveria “ser marcado a retroz com o número que for designado na ocasião da matrícula”⁷⁰.

No capítulo das “disposições gerais”, o artigo trigésimo oitavo lembrou aos pais da importância de se manter a pontualidade na entrega do enxoval, “pois a experiência prova que os alumnos atrasados na entrada, difficilmente recuperam o tempo perdido”. O artigo trigésimo nono se referia diretamente às famílias que residiam em outros estados e que enviavam seus filhos para estudar no Colégio. Neste caso específico, era exigido que os pais mantivessem em João Pessoa “um correspondente encarregado dos pagamentos e de providenciar em [...] moléstia grave ou de sahida”.

Enquanto isso, o artigo quadragésimo alertou que “todo alumno admitido no Colégio deve cumprir o regimento interno em todas as suas particularidades”. O cuidado com a ordem e disciplina perpassava todas as dimensões de ensino. Manter a disciplina era ponto essencial para a preservação do nome do Colégio. De acordo com o artigo quadragésimo primeiro: “é rigorosamente prohibido, entre alumnos, qualquer transação; venda, compra, troca etc. quer em dinheiro, quem em objetos, sob qualquer pretexto”. No artigo seguinte, estava claro que “o Colégio não se responsabiliza pelo extravio de dinheiro em objeto de valor que não tenham sido confiados à sua guarda”. O artigo trigésimo terceiro, o último do *Regimento Interno*, afirmou que “o alumno, ao voltar para sua casa, deverá levar tudo que lhe pertence, visto como o Colégio não se responsabiliza pelos objetos que elle deixar”⁷¹.

Da maneira como foi organizado o *Regimento Interno*, depreende-se que o *Colégio Diocesano Pio X* construiu sua cultura escolar pautado numa série de regulamentos, normas e

⁷⁰ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1929, s/p.

⁷¹ Idem.

diretrizes que perpassaram várias instâncias do processo educativo. O documento controlou todo o percurso percorrido pelos alunos no período em que permaneceram no Colégio. O modo como eram selecionados; o controle dos comportamentos; os cursos oferecidos; o preço das mensalidades; a disponibilidade de cursos complementares; e o vestuário a ser utilizado. Com isso, deduzo que ser aluno da presente instituição não era fácil nem custava barato. Apenas membros das oligarquias do Estado dispunham de recursos para matricular e manter seus filhos estudando na instituição.

3.4 Da organização interna à disciplina e práticas educativas

Neste tópico, analiso alguns textos imagéticos que foram publicados pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X*. Essas imagens proporcionam uma melhor compreensão da maneira como se deu a organização e funcionamento interno da instituição, possibilitando uma leitura mais ampla dos programas de ensino, das disciplinas e das metodologias que fizeram parte do programa de ensino da instituição.

No mês de Julho de 1938, em seu terceiro número, a *Revista do Colégio Pio X* publicou uma imagem com: “aspecto do museu do *Colégio*, reorganizado na atual administração, com as novas vitrines e a importante galeria de brasileiros ilustres”. O museu contava com um vasto acervo de objetos e fotografias de personalidades tidas como importantes no cenário nacional (utilizadas nas aulas de Geografia e de História Nacional). Dentre os objetos, estão presentes um esqueleto humano; uma variedade significativa de livros; mapas; símbolos religiosos; jornais que estão espalhados sobre uma mesa de estudos; e uma prateleira com objetos. O espaço ocupado pelo museu era iluminado com a luz que adentrava seu interior pelos vitrais de duas grandes janelas.

Figura 14 - “Aspecto do museu do *Colégio*, reorganizado na atual administração, com as novas vitrines e a importante galeria de brasileiros ilustres”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1938, nº. 3, s/p.

A próxima imagem, publicada pela *Revista do Colégio*, em 1938, diz respeito ao espaço ocupado pelo “Salão de Estudos”. Através de sua leitura, é possível visualizar parte de sua estrutura. Na ocasião, a câmera do fotógrafo registrou um grupo de alunos em atividade escolar. A organização e a disciplina fazem parte da cena. Os alunos parecem ter “consciência” da importância que aquele registro fotográfico tinha para a divulgação e construção de uma imagem positiva do Colégio. Uma imagem de zelo e apreço sobre a educação. O espaço reservado ao “Salão de Estudos” comportava uma significativa quantidade de alunos. As carteiras aparecem enfileiradas respeitando a distância que separa um aluno do outro. O interior do espaço era iluminado pela luz do sol da capital paraibana que adentrava o interior através das janelas entreabertas localizadas nas laterais do prédio. As janelas altas e largas tinham a função de facilitar a penetração de ar e luz, tornando a temperatura ambiente mais agradável e saudável.

Figura 15 - Salão de Estudos.



Fonte: *Revista do Colégio Pio X*, 1938, nº. 3, s/p.

A simetria do espaço era perfeita. Os alunos aparentavam um bom comportamento. Sentados, observam o registro fotográfico com atenção. Mais uma vez, o branco dos uniformes rouba a cena. É a representação da saúde, da disciplina, do cuidado reservado ao corpo saudável. A leitura desse tipo de imagem possibilita a compreensão da dinâmica que permitiu o funcionamento de uma sala de aula no início do século XX. Era nesse tipo de espaço que professores e alunos permaneciam na maior parte do tempo. Era “o espaço por excelência do convívio escolar” (ARRIADA, NOGUEIRA e VAHL, 2012, p. 46). O cotidiano das aulas era marcado pela disputa de poder e saber. Um dos principais objetivos a serem alcançados era o controle do corpo dos alunos. Para isso, a direção do *Colégio Diocesano Pio X* lançou mão de “técnicas e estratégias” engendradas pela maquinaria discursiva.

Michel Foucault (2010) afirma que os discursos não são produzidos de maneira aleatória, mas cumprem os interesses das instâncias e das relações de poder que os produzem. Logo, o discurso é um acontecimento que materializa-se nas práticas sociais dos sujeitos e neles produz efeitos, perpassando todas as relações entre os sujeitos. Aparece envolto de saber, poder e desejo. Nesse sentido, para incentivar os bons comportamentos e punir os maus, a direção do Colégio premiou alunos, avaliou o desempenho nas disciplinas e realizou

exames. A disciplina podia ser vista e sentida na organização espacial, na postura dos professores, nos gestos dos alunos e na vestimenta. A disciplina, é um procedimento utilizado pelas instituições modernas para conhecer, dominar e utilizar o que os sujeitos têm a oferecer de melhor. É usada com o objetivo de tornar os sujeitos mais produtivos e úteis à sociedade em que vivem. Segundo o autor, “a disciplina organiza um espaço analítico” (FOUCAULT, 2010, p. 131).

Em julho de 1938, a *Revista do Colégio Pio X* voltou às atividades desenvolvidas pelos professores e alunos. Dessa vez, o foco foi a aula de “Física e Química”. De jalecos brancos, os alunos acompanham atentos as orientações repassadas pelo professor, que ocupa o centro da imagem, na **Figura 16**. Na parte lateral direita, quatro religiosos vestidos de preto aparecem de braços cruzados possivelmente fiscalizando a o trabalho educativo do professor. Aqui é visível os lugares hierárquicos existentes dentro do Colégio. O religiosos eram os que detinham o poder de controle e fiscalização de quase tudo que ocorria no interior da instituição, enquanto os professores eram aqueles responsáveis pela distribuição do “pão da ciência”, já os alunos tinham a missão de assimilar tais conteúdos e trazer o tão esperado retorno social, ingressando em futuros cursos oferecidos pelas faculdades de medicina e direito localizadas em cidades como Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo.

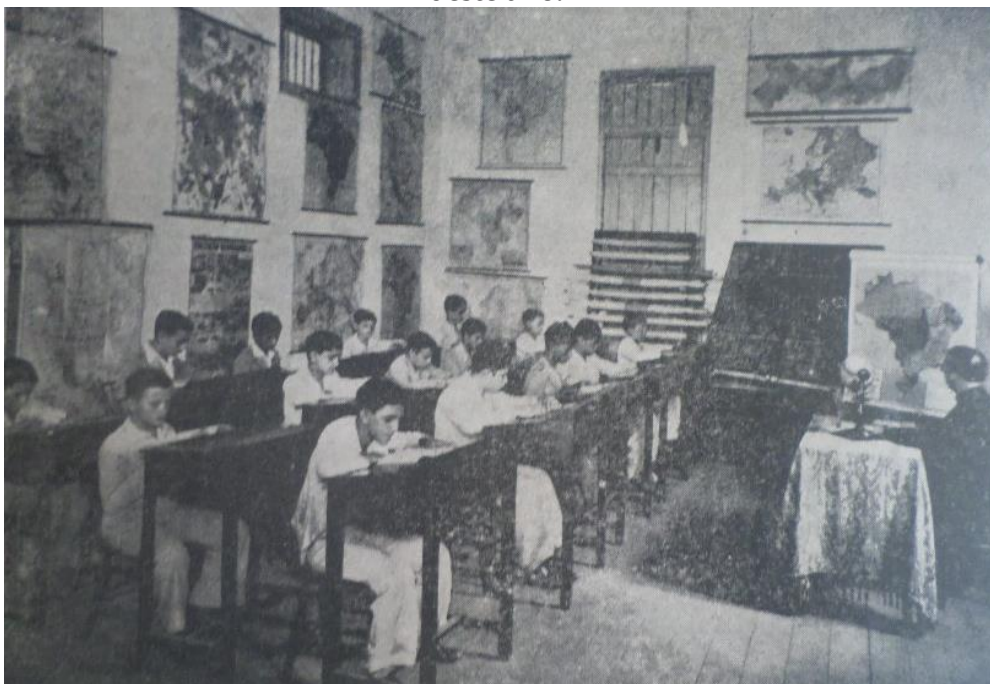
Figura 16 - Aula de Física e Química.



Fonte: *Revista do Colégio Pio X*, 1938, nº. 3, s/p.

No primeiro número do mês de Setembro de 1938, a *Revista do Colégio Pio X* dedicou um espaço especial em suas páginas para fazer a divulgação de “uma aula no salão de geografia, inaugurado em princípio deste ano”. Mapas colados nas paredes, alunos concentrados nas anotações, professor na explicação do conteúdo. Esses pareciam ser alguns dos pontos mais valorizados no cotidiano das aulas de geografia do Colégio. A hierarquia imperava: de um lado, alunos concentrados, e do outro, um professor, detentor do conhecimento, expondo seu conteúdo com firmeza e esmero. Pela leitura da **Figura 17**, o tema da aula era geografia brasileira.

Figura 17 - Uma aula no salão de geografia, inaugurado em princípio deste ano.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1939. nº. 1, s/p.

O modelo de carteira adotada pelo Colégio em suas salas de aula era o francês. A mesma possuía um encosto para as costas. O banco, um pouco inclinado, facilitava a leitura e as anotações do material didático. Partindo do princípio pedagógico, essas carteiras eram consideradas mais adequadas para as salas de aula por possibilitarem uma maior distância entre os alunos, inibindo contatos e desordens. Elas distanciava os corpos, mantendo a ordem e a boa conduta, garantindo a eficiência nos estudos orientados. Esse modelo de carteira que a **Figura 17** traz à tona buscava disciplinar e educar os corpos, impor posturas adequadas, rigidez, maior rendimento e eficiência. A postura dos alunos era orientada segundo as

orientações dos médicos higienistas: perpassando a preocupação de educadores, arquitetos, médicos e higienistas que faziam parte do corpo técnico e profissional do *Colégio Diocesano Pio X*.

Na organização das salas de aula do Colégio, consta a presença de vários objetos: símbolos religiosos como a imagem do Senhor crucificado; relógios; armários; mapas colados nas paredes; meses para os professores; bancos e meses inclinados; ampulhetas; quadros; esponjas e giz; papéis e compêndios; cabides para chapéus e réguas. “O uso em sala de aula implicava tanto por parte dos professores como dos alunos a correta utilização do material” (ARRIADA; NOGUEIRA e VAHL, 2012, p. 51). A distribuição e organização do espaço escolar, rigidamente ordenados e regulamentados, buscavam inculcar-lhes uma série de valores, padrões, normas e comportamentos que eram almejados pela sociedade.

A autoridade do professor era algo buscado e valorizado como sinônimo da ordem e da disciplina. O professor e os demais profissionais da educação governavam rompendo os laços de aproximação de amizade, impondo e incentivando a competição entre os alunos. Sendo assim, as comparações e as rivalidades na obtenção de notas eram algo normal e corriqueiro no cotidiano. O objetivo era evitar as tentativas de resistência da parte do alunado. Mesmo sendo o espaço por excelência da reclusão, da disciplina e do controle, o Colégio “também era espaço de ruptura, de transgressões, de indisciplina. Essas transgressões, no geral, eram concretizadas fora do espaço da sala de aula, na entrada, nos corredores, no pátio” (Idem).

Nos meses de Junho e Julho de 1919, nos números quatro e cinco, a *Revista do Colégio Pio X* publicou um texto imagético do que seria o cotidiano de uma “aula de História Natural” no *Colégio Diocesano Pio X*. O centro da imagem na **Figura 18** é ocupado pelo professor, o qual, de paletó e gravata, assume o papel pela manutenção da ordem. Logo atrás, aparecem os alunos bem arrumados e com seus livros em mãos. Nas paredes da sala de aula, é possível observar alguns objetos; pedras, plantas, animais e fósseis pré-históricos que, possivelmente, eram estudados e debatidos nas aulas.

Figura 18 - Aula de História Natural.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1919, nº. 4-5, s/p.

A iniciativa de organização do “Gabinete de História Natural” do *Colégio Diocesano Pio X* coube ao “Snr. General Dr. João Fulgêncio de Lima Mindello, homem de grande envergadura e exímio-naturalista” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, p. 55). O General Lima Mindello entendia que o amor à Pátria passava pelo conhecimento e admiração dos “tesouros, que com tanta munificência a Divina Providencia enterrou no seu áureo seio, escondeu nas suas densas e seculares florestas e semeou no seu ubérrimo solo”⁷². Foi com esse objetivo em mente que dotou “o nosso Colégio duma numerosa coleção de minerais e um grande número de quadros de zoologia”⁷³. A coleção era formada por uma primeira parte de zoologia (mamíferos e aves), uma segunda de geologia (rochas eruptivas e rochas sedimentares), uma terceira de botânica (classificação das folhas e das plantas) e uma quarta de antropologia (ordem dos primatas). Havia também um mapa geográfico contendo informações das plantações de café, e outro sobre a organização territorial do Brasil.

Em 10 de Março de 1937, o jornal católico *A Imprensa* publicou em suas páginas um artigo intitulado *Pelo Colégio Diocesano Pio X*. Seu subtítulo versava sobre a “fase promissora – as inscrições de admissão – os cursos gratuitos – o curso primário – a Inspeção Permanente – o Museu de História Natural, Física e Química – reforma do mobiliário e

⁷² Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1929, p. 55.

⁷³ Idem.

limpeza interna do prédio – notas” (*A IMPRENSA*, 1937, p. 6). De acordo com o articulista do jornal, desde o ano anterior, o Colégio vinha desfrutando “uma das suas fazes mais promissoras, causando a melhor impressão o ambiente de ordem, de trabalho e por consequência de mais consentâneo progresso respirável em nosso velho ginásio” (Idem). Um dos pontos discutidos pela matéria foi a organização do Museu e do *Gabinete de História Natural* do Colégio, que estavam, na ocasião, “se tornando uma bela realidade” (Ibidem). No intuito de melhorar e ampliar a coleção do Museu e do *Gabinete de História Natural*, a direção do Colégio se deslocou até a cidade do Rio de Janeiro, em busca de

[...] Um esfolado humano de quase um metro, desarmável em 25 partes, no valor de 1:200\$000 um tucano, um itapu e uma coruja do campo empalhados, vários exemplares de moluscos e insetos entre os quais uma lula e um escorpião uma linda coleção de borboletas nacionais, várias amostras de sementes do país artisticamente acondicionadas em vidros próprios: arroz, milho, ervilha, café, aveia, linhaça, cacau etc.

A diretoria pretende fazer um mostruário completo da fotologia paraibana já tendo conseguido nesses particulares 32 espécimes de madeiras nossas com os respectivos nomes cugares.

A parte mineralógica foi enriquecida com vários minérios de outro das minas de Morro Velho, Minas Gerais: de quartzo róseo de Picuí e de Mármore da Fazenda Gasparal, Itabaiana.

Acha-se bem iniciada a coleção numismática com mais de 50 moedas nacionais e estrangeiras; alguns exemplares são raros, antigos e, portanto, de real preciosidade.

Brevemente chegarão de Picuí devidamente classificados duas coleções de amostras da flora e da mineralogia daquela região presenteada pelo Revdmo. Vigário de Serra do Cuité, Pe. Luiz Santiago.

O museu inaugurará ainda este ano um mostruário permanente da indústria paraibana para propaganda dos nossos produtos ente os alunos com seções de agricultura, vinicultura, sericultura, pomicultura, farmacopeia, artefatos de couro e algodão, etc.

Chegaram também do Rio, ultimamente destinado ao colégio um moderno extintor de incêndio, um aparelho para estudo de composição de forças e um paralelogramo de forças (*A IMPRENSA*, 1937, p. 6).

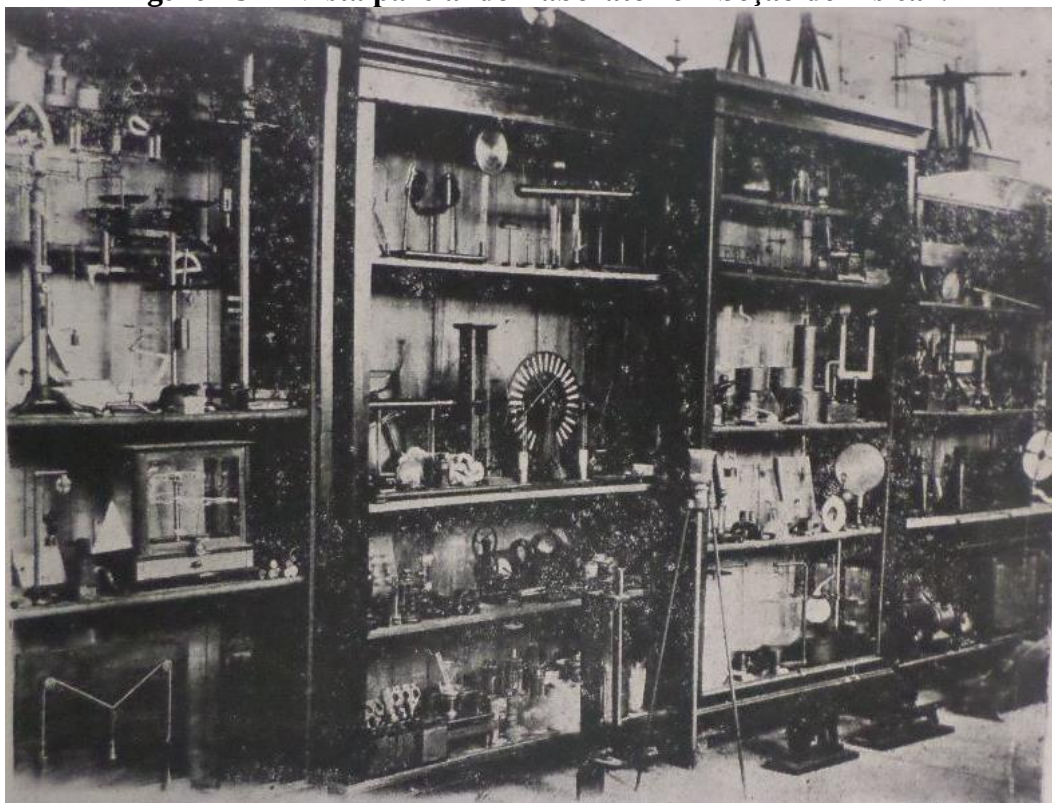
A matéria d'*A Imprensa* fez questão de ressaltar que a direção do Colégio também estava empenhada na tarefa de higienizar internamente o prédio, como também destinar cuidados para a melhoria da qualidade do “mobiliário escolar”. Esse esforço era importante, pois a direção do Colégio precisava passar uma boa imagem da instituição diante da sociedade paraibana: “[...] o Colégio Diocesano Pio X continua merecendo a confiança da

família paraibana para a grande obra da formação moral dos seus filhos máxime diante das apreensões da hora atual”⁷⁴.

O Colégio teve sua imagem divulgada diante da sociedade como um “verdadeiro educandário”, que preparava “o homem para as lutas ingentes do futuro, escudado na fé que ainda hoje opera milagres e na moral, alma de toda a sociedade”. O lema adotado pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X*: “A Deus pela Ciência. À Ciência por Deus” versava sobre a interface entre religião e ciência. Ou seja, essa malha discursiva deveria caminhar junto à organização de uma educação harmônica e eficiente. Durante o processo educativo, escolha das matérias, dos temas, dos professores, da organização e higiene do prédio, a direção do Colégio fazia questão de lembrar aos pais dos alunos que seus métodos educativos eram guiados pelos princípios da ciência em parceria com a religião católica.

Em dezembro de 1933, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicizou: “uma vista parcial do Laboratório” da matéria de Física.

Figura 19 - “Vista parcial do Laboratório – Seção de Física”.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1933, s/p.

⁷⁴ Ver *A Imprensa*, 1937, p. 6.

A leitura desse tipo de reprodução imagética possibilita que o pesquisador que trabalhe com história da educação tenha acesso e identifique objetos que formavam o Laboratório de Física do Colégio. Com isso, ocorre a problematização da potencialidade da *cultura material* enquanto fonte de pesquisa, levando o pesquisador ao encontro dos temas e projetos de educação pretendidos pela referida instituição de ensino. Em termos de Brasil, mesmo contando com a diversidade de objetos escolares que as instituições legaram aos estudiosos do tema, ainda são poucos os estudos “que têm se dedicado à análise da cultura material escolar numa perspectiva histórica, e, ainda mais raros, os que têm se valido desse tipo de fonte” (SENZI ZANCUL e SOUZA, 2012, p. 81).

As instituições educativas, ao longo de seu período de funcionamento, produziram e produzem uma variedade bastante significativa de objetos que foram e são fundamentais para o seu funcionamento e renovação das práticas de ensino, a exemplo das carteiras, lousas, ábacos, canetas, lápis, borrachas, papéis, quadros, compassos, contadores, globo terrestre, quadros de História do Brasil, estampas, quadros de História Natural, esqueletos humanos, bússola, microscópios, peças anatômicas, mapas de física, esquadros, desenhos, massa de modelagem, máquinas de costura, bolas, mimeógrafo, materiais utilizados nos gabinetes e laboratórios de física, química e ciências naturais dentre outros. Essa diversidade de instrumentos e objetos tem uma historicidade e precisa ser devidamente analisada dentro do seu contexto histórico.

De acordo com Senzi Zancul e Souza (2012, p. 82), “no âmbito das instituições educativas, o edifício escolar, o mobiliário, os utensílios e os materiais didáticos ganham sentido pelos usos, significados e práticas que lhes são atribuídos pelos atores educacionais e grupos sociais”. O laboratório de Física do *Colégio Diocesano Pio X* abrigou uma variedade de instrumentos destinada à demonstração de realização de experimentos pelos professores e alunos. A maior parte dos instrumentos utilizados pelas escolas brasileiras no início do século XX foi adquirida de fábricas francesas e alemãs.

Foi ainda no início do século passado que o estudo das ciências passou a compor o currículo do ensino secundário brasileiro. Passou a disputar espaço com as disciplinas de tradição literárias e formação humanística. Os princípios que fundamentaram o ensino de ciências no Brasil foram

[...] A racionalidade, a objetividade, a observação empírica, a experimentação, a busca de leis regulares, o conhecimento da Natureza sem a intermediação da autoridade espiritual e sem a contaminação das

propriedades humanas afetivas e morais como a emoção, a estética e a ética (SENZI ZANCUL e SOUZA, 2012, p. 85).

A ampliação e a diversificação da área científica do currículo do ensino secundário brasileiro só vieram efetivamente a ocorrer nos idos de 1930, com a promulgação da Reforma Francisco Campos. Ocorreu a divisão do ensino secundário “em dois ciclos, o fundamental, de cinco anos, que previa uma formação geral básica e era obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior, e o ciclo complementar de dois anos, com caráter preparatório, obrigatório para o ingresso em determinados cursos” (SENZI ZANCUL e SOUZA, 2012, p. 86). Era por meio do ciclo complementar, que os alunos ingressavam no quadro das faculdades de Ciências Médicas, de Direito e Engenharia. Da forma como ficou organizada, a área de Ciências passou a estar representada em todas as séries do ciclo fundamental, com as disciplinas de ciências físicas e naturais: Física, Química e História Natural. Para atender essa reformulação curricular, os estabelecimentos de ensino construíram espaços para uso e abrigo dos materiais dos novos laboratórios que precisavam ser instalados. O *Departamento Nacional de Ensino* ficou responsável pela fiscalização e controle das especificações dos laboratórios de ciências físicas e naturais. Esses laboratórios,

[...] Além das instalações adequadas, deveriam possuir materiais variados para a realização de observações, de demonstrações e de práticas, entre os quais aparecem listados aparelhos diversos, vidrarias, reagentes, coleções, lâminas, esqueletos, aquário, terrário, atendendo às exigências do ensino de cada matéria (SENZI ZANCUL e SOUZA, 2012, p. 88).

A análise dos inúmeros instrumentos que formavam os laboratórios alarga o leque de possibilidades de questionamentos sobre sua importância como fonte de investigação da história da educação. Esses instrumentos sozinhos fornecem um leque de informações bastante valioso. Portanto, é preciso que o pesquisador esteja atento para a relação que esses instrumentos científicos estabeleceram no cotidiano do espaço escolar, tendo em vista que o principal fim desses aparelhos era o ensino. Para Senzi Zancul e Souza (2012, p. 94),

Alguns deles servem para demonstrar alguma lei ou fenômeno, como o tubo de Newton, por exemplo; outros são modelos para mostrar o funcionamento de um equipamento, como o modelo de máquina a vapor. Outros instrumentos, como as balanças, a bússola, os termômetros, os barômetros e

higrômetros são utilizados também em contextos diferentes aos do laboratório didático.

Nesse sentido, os textos imagéticos publicados pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X* dos laboratórios de Física, Química e História Natural permitem uma ampliação do campo de significados que esses instrumentos podem trazer em termos de informações para o campo da história. Para isso, é também de suma importância que os estudiosos estejam atentos para questões como os tipos de objetos utilizados; os valores; os preços; os significados sociais; culturais, políticos e religiosos; As mudanças no campo da ciência; e os fatores econômicos e políticos que interferiram na produção e circulação desses materiais, pois, eles são a representação de uma época de concepções de ensino e cultura escolar pretendidos.

3.5 Do projeto de equiparação

Nas primeiras décadas do século XX, todos os estabelecimentos de ensino público e privado do país tinham que se equiparar ao *Colégio Pedro II*⁷⁵. O governo nacional legou a esta instituição de ensino a incumbência de ser escola modelo: “a equiparação a essa instituição foi o mecanismo encontrado pelo governo para tornar uniforme o ensino secundário em todo país” (KULESZA, 2011, p. 81). Os alunos que estudavam em colégios equiparados ao Pedro II desfrutavam do direito de se matricular em qualquer curso superior de ensino existente no Brasil.

A equiparação foi o meio mais viável encontrado pelo governo federal para controlar o ensino secundário, regulando a criação e manutenção dos cursos superiores. De acordo com a *Reforma Benjamin Constant*, os colégios particulares, a exemplo do *Colégio Diocesano Pio*

⁷⁵ A primeira sede do *Colégio Pedro II* estava situada na atual Avenida Marechal Floriano, no centro da cidade do Rio de Janeiro. É originário do *Seminário dos Órfãos de São Pedro*, criado em 1739, pelo então Frei de Guadalupe. Ao longo de sua história, recebeu vários nomes, tais como: *Seminário de São Joaquim*, *Imperial de São Joaquim* e, por fim, *Colégio Pedro II*. O Decreto de 2 de Dezembro de 1837 transformou-o em *Instituto de Ensino Secundário*. A inauguração e o começo das aulas se deram em 25 de Março de 1838. Na ocasião, compareceram à cerimônia o Imperador e suas irmãs, o regente Pedro de Araújo Lima e os Ministros de Estado. O colégio, com o passar dos anos, foi adquirindo uma grande importância política para o país. Durante muito tempo, foi uma instituição de caráter aristocrático, destinada à educação dos filhos da elite brasileira. Transformou-se em símbolo de civilidade e modernidade. Com a implantação do regime republicano, o colégio passou a se chamar *Ginásio Nacional*, mas, por pouco tempo. Logo em seguida, retomou ao antigo nome de *Pedro II* que mantém até o presente. Importantes nomes da vida política e literária brasileira estudaram no colégio: Gonçalves Dias, Capistrano de Abreu, Coelho Neto, Euclides da Cunha e os presidentes da República Rodrigues Alves, Hermes da Fonseca e Washington Luís, para citar apenas alguns nomes. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/criacao_pedroii.html. Acessado em: 17 Jan. 2019

X, o regime de equiparação equivaleria aos exames preparatórios para o ingresso nos cursos superiores, enquanto que para os colégios estaduais públicos, a equiparação representava a submissão “ao padrão de ensino adotado na escola do Rio de Janeiro, pretendendo-se assim tornar uniforme o ensino secundário oficial em todo o país” (KULESZA, 2011, p. 81).

Com a separação entre Igreja e Estado, estabelecida pela Constituição Federal de 1891, que determinou o caráter laico do ensino público, as lideranças da Igreja Católica brasileira, passaram a investir “na criação e manutenção de colégios secundários, masculinos e femininos, em suas dioceses” (KULESZA, 2011, p. 85), preparando seus fiéis para o ingresso no ensino superior, nas Faculdades de Direito e Medicina, das cidades de Recife, Bahia e Rio de Janeiro. As escolas confessionais tiveram que se equipar ao projeto de ensino do *Ginásio Nacional*.

No início do século XX, com a promulgação do “Código de Eptácio Pessoa”, que determinava a importância do “exame de madureza” para o ingresso em cursos superiores, vários setores da Igreja Católica começaram a aderir ao “instituto de equiparação” como o melhor caminho para se oficializar o ensino ministrado em seus estabelecimentos de ensino. É com esse objetivo que a Igreja Católica da Paraíba, através da figura do bispo Dom Adauto, resolveu dar início ao projeto de equiparação do *Colégio Diocesano Pio X* ao *Ginásio Nacional*.

Na época, o cenário político da Paraíba “passava por um momento extremamente auspicioso para D. Adauto” (KULESZA, 2011, p. 91). No mês de Outubro de 1904, Álvaro Machado, que era seu conterrâneo e que havia dado “apoio político e material necessário para a implantação da diocese na Paraíba, havia assumido novamente a presidência do Estado” (Idem). Alguns meses depois, Álvaro Machado entregou o cargo ao Monsenhor Valfrêdo Leal⁷⁶, para concorrer a uma vaga ao Senado. Dom Adauto, principal liderança da Igreja Católica do Estado, estava imerso em uma rede de sociabilidade com as lideranças políticas locais.

⁷⁶ Valfrêdo Soares dos Santos Leal (era natural da cidade de Areia, brejo paraibano) foi sacerdote da igreja católica e político. Filho de Matias Soares Cavalcante e Maria Emília dos Santos Leal, começou os estudos primários em sua cidade natal, onde estudou também latim e francês. Em seguida, ingressou na vida religiosa. Foi ordenado padre em Roma e, de volta ao Brasil, foi designado vigário de Guarabira. Devido ao cargo religioso, o monsenhor Walfredo Leal teve forte influência no brejo e litoral da Paraíba, chegando a ser eleito deputado constituinte estadual em 1892. Em seguida, foi eleito vice-presidente de estado nos períodos 1893 a 1896 e 22 de Outubro de 1904 a 28 de Outubro de 1905, quando assumiu o cargo de governador. Em 1901, foi eleito deputado federal. Em 1908, foi eleito senador, ficando no cargo até 1917. Nos períodos de 1922 a 1923, 1924 a 1926 e 1928 a 1930, exerceu o mandato de deputado estadual. A mãe do Monsenhor Valfrêdo Leal era tia de Dom Adauto.

A realização do primeiro pedido oficial de equiparação junto ao *Ginásio Nacional* foi “encaminhado à justiça federal na Paraíba, em 31 de maio de 1906” (KULESZA, 2011, p. 92). Para adiantar o processo, em 26 de Julho de 1906, Dom Adauto viajou pessoalmente ao Rio de Janeiro para entregar em mãos do presidente da República a solicitação da “equiparação pretendida”. “Em 7 de agosto, Dom Adauto chega à Paraíba e, em 26 de agosto de 1906, o governo federal nomeia um delegado fiscal para acompanhar, por dois anos, o processo de equiparação do Colégio Diocesano da Paraíba ao Ginásio Nacional” (KULESZA, 2011, p. 93). Manuel Tavares foi o delegado responsável pelo trabalho de fiscalizar o Colégio. Em 10 de Setembro de 1908, o presidente Afonso Pena e o ministro Augusto Tavares Lyra assinam o decreto de n. 7.107, concedendo ao *Colégio Diocesano Pio X* “os privilégios e garantias de que goza o Ginásio Nacional” (Idem). A equiparação do *Colégio Diocesano Pio X* representou a concretização de seu projeto de uma cultura escolar própria na Paraíba, assumindo a responsabilidade de receber a matrícula dos jovens que buscavam uma educação de qualidade e diversificada.

Para ser equiparado ao *Ginásio Nacional*, o Colégio teria que seguir o “estatuto jurídico da equiparação”, que previa o cumprimento de uma série de normas a serem devidamente seguidas pela direção, comprovando a idoneidade moral e técnica do diretor e do corpo docente, a existência de laboratórios, gabinetes e aparelhos necessários ao ensino das ciências físicas e naturais e a frequência do estabelecimento não inferior a 30 alunos nos dois anos anteriores.

3.6 Da Arcádia à formação literária no *Colégio Diocesano Pio X*

Arcadia Pio X – no dia 16 do corrente fundou-se uma sociedade literária em nosso collegio, a qual tem por fim desenvolver o gosto pelas boas letras e o amor ao nosso idioma (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1912, nº4, p. 10).

Julho de 1912. Essa foi a data oficial da fundação da *Acádia do Colégio Diocesano Pio X*. Essa organização literária tinha o objetivo de difundir e socializar o gosto pela literatura e escrita entre os alunos. Em sua primeira reunião, foram estabelecidos os estatutos e aprovados pela diretoria: “Director supremo, conego Joffily, presidente, conego Leão; vice-presidente, Francisco Sobral. 1º secretário, Celso Affonso; 2º secretário, Romualdo Rolim; orados, Cacambo Maciel; tesoureiro, Antonio Coutinho; bibliotecário, Octavio de Oliveira;

amanuense, Jonas Leite” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1912, nº4, p. 10). De acordo com o *Dicionário Online de Português – Dicio*⁷⁷ –, a origem da palavra *Arcádia* remonta à Grécia antiga, região de origem da poesia bucólica.

Aos poucos, a instituição transformou-se num importante “instrumento de cultura”. Foi uma organização literária formada por alunos e professores que tinha por objetivo maior fazer a promoção e incentivo do gosto pela leitura e também realizar as festas literárias do Colégio. Segundo informações publicadas pela *Revista do Colégio Pio X*, em Dezembro de 1931, a *Arcádia* “é uma instituição literária, de muito alcance, e que há, por si só, prestado mais serviços que muitas das cadeiras reunidas, vale por um magistério vivo a influir nos destinos do Colégio” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1931, s/p).

Os membros da *Arcádia*, além de serem os responsáveis pela organização dos concursos literários e das cerimônias festivas do Colégio, ainda se dedicavam à “seleção entre os jovens estudantes”, à apuração das “qualidades e discute méritos”. “É como cobiçado, foco de estímulos”. O discurso de amor à educação, ao catolicismo e à pátria ocupava a pauta de assuntos considerados importantes. Os membros da *Arcádia* faziam questão de representar a associação como “uma escola de civismo” e de “amor à pátria”.

Todos os que são recebidos em seu grêmio trabalham, com muito gosto, e dela se envidam.

Nesta *Academia* em miniatura se promovem festas e solenidades em que os alunos se fartam de jogos e divertimentos.

Dos trabalhos literários uns são publicados no *Pio X*, outros arquivados na *Arcádia*; desses não poucos há de certo peso e valor, dignos de figurar em qualquer revista.

Mas o prisma sob o qual a *Arcádia* se nos antolha merecedora dos maiores encômios é, certo, o que a envolve toda em luz. A *Arcádia* é uma escola de civismo, esta, a sua feição peculiar.

O amor da pátria penetra a todos os arcados. Este espírito vivo que se lhes deita no civismo os transforma a todos. Unem-se eles, elementos que são conscientes de seu valor, e trabalham com amor, com zelo e sacrifício pelo engrandecimento dessa pátria e de gloriosos destinos (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1931, s/p, grifos nossos).

A criação de uma instituição nos moldes da *Arcádia do Colégio Diocesano Pio X* tinha o propósito de contribuir com a divulgação dos interesses pátrios e religiosos da instituição. Na **Figura 20**, o leitor se depara com um grupo formado por professores e alunos do Colégio que faziam parte da *Arcádia*. A imagem revela um grupo de dez alunos no pátio

⁷⁷ Para maiores informações, consultar o Dicionário Online de Português -Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/arcadia/>.

do Colégio que posam para o fotógrafo com o objetivo de divulgar perante os leitores da *Revista do Colégio Pio X* a importância daquela associação literária. Entre os aspectos que mais chamam a atenção na leitura da imagem, está a forma impecável com que os alunos estão vestidos: com ternos, gravatas, calças e sapatos sociais, além dos livros que aparecem organizados sobre a mesa, sinalizando para os leitores que aquela associação literária presava pelo gosto e incentivo à leitura de boa qualidade.

Figura 20 - Arcádia do Pio X.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1931, s/p.

Uma possível leitura da imagem acima: postura ereta, seriedade, elegância, compromisso com a leitura, pela defesa do conhecimento científico e religioso. Essa era a imagem que a direção do *Colégio Diocesano Pio X*, em conjunto com seus alunos, buscava divulgar sobre a associação literária. A direção da *Arcádia* era formada pelos seguintes membros: Diretor Supremo, Irmão Eloy Michel; Presidente, João Cavalcanti de Arruda; Vice-diretor, Epitácio Pessoa Cavalcanti; 1º Secretário, Emilio Farias; 2º dito, Taurino Moreno. Orador, Antônio Augusto de Almeida Junior; Bibliotecário, Reinaldo de Souza; Tesoureiro, Luiz Gonzaga Gouveia. A associação literária era composta por membros da direção, professores e alunos.

O próximo capítulo foi dedicado ao conjunto de ideias que foi publicizado pela imprensa paraibana do início do século XX sobre a cultura física do *Colégio Diocesano Pio*

X. Discursos que exaltaram corpos fortes, saudáveis, belos, esbeltos, hígidos e vigorosos. Segundo os discursos veiculados nas páginas da imprensa da época (jornais e revistas), as disciplinas de higiene e educação física trouxeram importantes contribuições para a transformação de corpos até então considerados como raquíticos, fracos, doentes, débeis, em corpos fortes, produtivos, cheios de energia. É disso que o capítulo seguinte trata.

CAPÍTULO 4 - DA PEDAGOGIA DO CORPO: A CULTURA FÍSICA CONQUISTA A ESCOLA

Este capítulo é dedicado ao estudo das ideias que circularam sobre a cultura física do *Colégio Diocesano Pio X* nas primeiras décadas do século XX, por meio de produções discursivas que falam de corpos fortes, saudáveis, belos, esbeltos, hígidos e vigorosos. A metáfora possível é a de se pensar em todos banhados na água regeneradora da higiene e da educação física através de disciplinas escolares que assumiram a missão de transformar corpos raquíticos, fracos, doentes e débeis em corpos fortes, produtivos e cheios de energia. Aqui o corpo foi pensado e problematizado como o templo da alma, da pátria e da instrução.

Dessa forma, problematizo aqui a emergência e a circulação da concepção que se tinha de cultura física no *Colégio Diocesano Pio X* na imprensa da época como parte de um processo mais amplo, que dizia respeito à *cultura escolar* da instituição. Para tanto, com o intuito de facilitar a leitura e a compreensão da narrativa em curso por parte dos leitores, optei por fazer a subdivisão do capítulo em tópicos. Cada tópico é responsável por trazer a discussão de um tema específico: cultura física, *gymnastica* sueca, *foot ball* e *voley ball*. Ao leitor, deixo o convite para participar e conhecer um pouco dessa construção narrativa.

4.1 Da fortaleza de corpos vigorosos: a cultura física

[...] A *cultura physica* representa um problema resolvido da educação moderna.

[...] Os *exercícios physicos* systematizados fazem parte integrante da educação infantil dos povos mais cultos, como o norte-americano e o japonês, cuja fortaleza de corpo a todos admira (A *UNIÃO*, 1921, s/p, - Grifos meus).

A par da *cultura cívica, moral e intelectual*, o *Collegio Diocesano Pio X* fomenta e ensina a *cultura physica* (A *IMPRENSA*, 1916, s/p, grifos nossos).

Nas primeiras décadas do século XX, na capital do estado, os jornais *A União* e *A Imprensa* circularam divulgando as principais notícias de repercussão nacional e local. Transformaram-se nos principais veículos jornalísticos utilizados pela intelectualidade estadual para a publicação e divulgação das propostas de higiene e educação física a serem adotadas nas escolas da cidade. Os discursos estampados em suas páginas funcionaram como um instrumento de “agenciamento, um dispositivo pedagógico no sentido de convencer o leitor que, para ter boas relações sociais, é preciso cuidar de” (OLIVEIRA, 2012, p. 2504) sua

saúde física, pois o cuidado dispensado ao corpo pelos sujeitos passa a ser algo que impregna na subjetividade e na sensibilidade humana (GUATARRI, 1999).

O jornal católico *A Imprensa* assumiu a responsabilidade pela divulgação das principais notícias sobre os projetos de educação do corpo no *Colégio Diocesano Pio X*. Suas páginas estão recheadas de notícias, informes e artigos de caráter científico escritos por intelectuais, médicos e professores ressaltando a importância do cuidado com o corpo, além do papel a ser exercido pela educação física na produção de um corpo forte e hígido. Um projeto de caráter médico-higienista e religioso alicerçado numa “trindade pedagógica” que levava em consideração os aspectos físicos, cívicos, morais e intelectuais. Os médicos que escreveram sobre o assunto saíram em defesa da cultura física colocada em prática dentro da escola. Para isso, não hesitaram em fazer uso intenso “da imprensa da época, sobretudo de jornais e revistas semanais” (SOUZA, 2008, p. 158), com o objetivo de verem circulando seus escritos sobre o assunto.

A direção do *Colégio Diocesano Pio X* fez uso intenso de inúmeras estratégias para a promoção e consolidação da *cultura física*: realizou festas cívicas em comemoração ao Dia 7 de Setembro, exaltou as aulas de educação física e o papel dos professores e promoveu disputas esportivas entre os times de *foot ball* e *voley ball* do colégio contra times de outras escolas do Estado. Tudo isso respaldado pelo discurso científico e religioso que defendeu, destacando a educação física como a responsável direta pelo cultivo de um corpo forte e saudável. Isso é algo que pode ser notado através leitura do artigo: *Mens Sana In Corpore Sano*, de autoria da educadora Laura Jacobina Lacombe⁷⁸, publicado em 30 de Novembro de

⁷⁸ Laura Jacobina Lacombe é filha do casal Domingos Lourenço Lacombe e Isabel Jacobina Lacombe, responsável pela criação do Colégio Jacobina foi fundado na primeira década do século XX, no Rio de Janeiro, com o intuito de educar suas filhas e, posteriormente, os moradores dos arredores do colégio, confiados à instituição. O colégio, em pouco tempo, ganhou respeito e admiração da sociedade. No projeto da instituição, esteve presente a busca de despertar nas alunas o amor, a caridade, a sinceridade, a pureza, o ato de ser mãe e educadora. A missão do *Colégio Jacobina* era a de auxiliar toda a sociedade, de modo a torná-la mais humanizada através do afeto, procurando constituir principalmente boas mães e educadoras para que essas pudessem atuar com vista à melhoria da sociedade”. Laura realizou seus estudos no colégio. Posteriormente, envolveu-se em causas educacionais, participando de encontros e assembleias voltadas para o tema da educação, atuando na *Associação Brasileira de Educação (ABE)* e na *Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP)*, da qual foi presidente de 1955 a 1980. Empreendeu viagens, durante as quais entrou em contato com concepções pedagógicas em circulação na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, incorporando os conteúdos do movimento da chamada Escola Nova, associando-os ao projeto pedagógico da escola e às concepções católicas com as quais se identificava. Em uma de suas viagens à Europa, teve a oportunidade de conhecer o Professor Decroly, criador dos “centros de interesse”, que consistia em organizar os alunos por faixa etária e explorar os seus interesses, de acordo com a matéria dada. Este método foi incorporado por Laura no Colégio Jacobina, sendo muito apreciado pelas alunas. Foi escritora de livros, com temáticas como música, religião e educação. Escreveu os livros *Moral Cristã e Educação*, em 1936, com o intuito de organizar seus conhecimentos em torno das questões relativas à educação e à religião. Em 1942, foi a vez do livro *A Escola e a Vida*, em que ela apresenta uma reflexão sobre o ser humano, sua formação e seu trabalho para a vida. Através de seus

1937, pelo jornal *A Imprensa*. Ao longo do texto, a educadora tece críticas às pessoas que acreditavam que os problemas de saúde estavam “em primeiro lugar”. Em sua opinião,

[...] Cultivar o físico será dar largas a todas as satisfações do corpo.
A verdade é que aqueles que pregam a máxima “*Mens sana in corpore sano*” só pensam no corpo são e descuidam-se da mente sã.
Para se pensar realmente num corpo inteiramente são, é preciso começar pela mente sã [...] (*A IMPRENSA*, 1937, p. 2, grifos nossos).

Segundo Laura Jacobina, para o cultivo de um corpo saudável, era preciso também o cultivo de uma mente sã. Em sua escrita, os discursos científicos e religiosos estavam juntos. Ao exercitar o corpo e a mente, o sujeito estaria contribuindo para a produção de um físico harmônico e equilibrado. O início do século XX representou um momento frutífero para a circulação de ideias sobre esse tipo de discurso dentro e fora dos espaços educativos, exaltando a importância da *cultura física* para a fabricação de corpos fortes e vigorosos. Boa parte dos intelectuais que escreviam sobre o assunto da educação física fazia questão de colocá-la ao lado da educação moral e intelectual, formando, dessa maneira, um projeto de educação corporal alicerçado nos princípios do discurso médico e religioso.

No que diz respeito à geografia paraibana, mais especificamente, essas falas foram ouvidas com bastante intensidade dentro dos muros das principais escolas do estado. Os pronunciamentos em defesa do ensino de educação física passaram a estampar as páginas das principais publicações com conteúdo médico. Para os médicos-higienistas, a educação física era responsável pela saúde, beleza, força e virilidade (*A UNIÃO*, 1926, s/p).

No ano de 1929, o médico Manoel Paiva recorreu às páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* para elencar os inúmeros benefícios daquilo que ele fez questão de intitular de cultura física. No artigo *A CULTURA PHYSICA* - assim mesmo, escrito em letras garrafas - ele não economizou tinta e papel ao descrever suas vantagens para o desenvolvimento de um corpo harmônico e saudável. Para o médico, a educação física, em suas diferentes formas de abordagem, trata de um “importante capítulo da sciencia educacional” (Idem). Também não economizou nas críticas dirigidas às escolas que se preocupavam apenas com “simples jogos de recreio para os collegiaes” (Ibidem).

Em seus dizeres: “os exercícios gymnasticos, por exemplo, favorecendo a formação intellectual e moral, contribuem para a constituição eugênica do typo humano, além de serem

escritos, Laura Jacobina Lacombe posicionou-se “em defesa de uma educação renovadora, contanto que embasada nos preceitos católicos” (BERNER, 2011, p. 1-3).

uma condição necessária da robustez e da saúde corporal” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, p. 37-38). O tema da robustez e saúde do corpo ocupou um lugar de destaque na fala da maior parte dos médicos. Foram pronunciamentos que fizeram questão de exaltar a importância da educação física no longo processo de condução da população para o progresso e civilidade, principalmente no que dizia respeito à resolução dos problemas envolvendo a saúde da população.

A esse respeito, Vanderlei Sebastião de Souza (2008, p. 158) afirma que, no Brasil, as décadas de 1910 e 1920 representaram um momento de incentivo à prática da educação física, creditada como “um mecanismo fundamental para auxiliar no processo de aperfeiçoamento da hereditariedade nacional, principalmente com a obrigatoriedade das práticas esportivas nas escolas e no seio das famílias”. A prática esportiva foi tratada como uma das formas para o disciplinamento e subordinação dos indivíduos, tornando-os mais fortes, saudáveis, resistentes e belos. A *cultura física* entendida em suas mais diversas formas representou o caminho possível para aqueles sujeitos que acreditavam no projeto de “embelezamento físico e genético da população como um todo” (Idem).

Era consenso dentro da comunidade médica que o gosto pela *cultura física* “levaria à construção de um homem novo, preparado para os desafios do futuro da nação” (SILVA, 2007, p. 173). Reuniram-se esforços de educadores, médicos, sanitaristas, eugenistas e higienistas. Esse foi um momento bastante favorável para o incentivo de práticas esportivas dentro das escolas. Nesse intuito, a fala do médico Manoel Paiva contribuiu para a disseminação dessa crença diante da sociedade paraibana. Rezavam os discursos científicos em circulação que a produção de um corpo forte e vigoroso passava necessariamente pelas aulas de *gymnastica* e práticas esportivas. Assim, foi destinada à educação física a missão de salvar o corpo nacional dos inúmeros problemas que o acometiam. Era preciso zelar e preservar a “robustez e saúde corporal” (Idem). Na passagem, abaixo, Manoel Paiva, resume a importância do papel desempenhado pelas escolas na promoção e manutenção da cultura física:

As escolas manterão vestuários e departamentos apropriados para as aulas de *gymnastica*, e quanto aos efeitos salutareos desta em benefício da *saúde* e da *belleza* de nossas patricias, bem depressa nos convenceremos de sua eficácia.

A mulher, se é possível, mais do que o homem necessita de nutrir e educar o seu systema muscular sempre e sempre prejudicado pelos hábitos e ocupações da vida sedentária do lar. A *cultura physica* é para ella um agente therapeutico indispensável e assim se há compreendido onde quer que haja

noção de *hygiene e pedagogia* na organização dos educandários para o seu sexo.

O tratamento de serias enfermidades congênitas não raro se obtém pela simples *gymnastica respiratória*, experimentando o parente, resultados satisfatórios logo aos primeiros ensaios desta pratica salutaríssima.

O assumpto, bem se vê, possua complexidade e relevância não se pode desenvolver convenientemente nos limites de um ligeiro articulado de imprensa. Apenas queremos, com as considerações aqui emitidas, chamar para ele a atenção dos competentes e dos responsáveis pela *saúde do corpo e do espirito da mocidade estudiosa de nossa terra* (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1929, p. 37-38, grifos nossos).

O discurso do médico Manoel Paiva, a favor da *cultura física* para o sexo feminino, está recheado de conteúdos higiênicos, eugênicos e religiosos. Nesse período, era consenso dentro da comunidade médica que a mulher brasileira possuía “uma função essencial no processo de reprodução, de conservação e aperfeiçoamento das gerações futuras” (SOUZA, 2008, p. 159). À mulher, caberiam os cuidados com a saúde, vigor, hígidez física e beleza. Os cuidados com o corpo feminino eram indispensáveis para “uma maternidade eugenicamente saudável” (Idem). Para isso, era preciso investir na educação física feminina. Tornando seu corpo forte e vigoroso. Pois, o futuro “de nossa raça”, dependia da “constituição física e biológica da mulher” (Ibidem).

Dessa forma, as produções de cunho higienista e eugenista⁷⁹ se concentram sobre a mulher, foi sobre ela que se exerceu uma rigorosa educação e controle corporal, já que sua função social recaía sobre seu processo reprodutivo e maternal (NANCY, 2005). A educação física foi pensada como responsável pela consolidação dos aspectos estéticos e hereditários da população e também da identidade nacional. Os pronunciamentos em defesa da cultura física ocuparam a atenção do campo médico brasileiro da época, e os médicos do período fizeram questão de chamar a atenção da população para a importância da educação física e prática de esportes como agentes transformadores da sociedade. Foram discursos de teor científico que buscavam enaltecer a beleza e a saúde do corpo, o revigoramento do sistema muscular, a prevenção e o combate de enfermidades. A *cultura física*, para o sexo feminino, era vista como um indispensável “agente terapêutico”. O médico Manoel Paiva concluiu seu texto chamando “a atenção dos competentes e dos responsáveis” (Idem), para a relevância de se cuidar da saúde do corpo e do espírito dos jovens que frequentavam as escolas paraibanas.

⁷⁹ A **eugenia** é um movimento de defesa do eugenismo, com isso, visa a seleção dos melhores seres humanos para dar continuidade à espécie da raça humana. Enquanto o **higienismo** trata-se de um conjunto de ideias em que se foi dada uma maior atenção aos problemas relacionados à saúde humana, como higiene do corpo, combate e prevenção de doenças, saneamento e ordenamento urbano, dentre outros.

Essa preocupação em transformar as aulas de educação física no caminho possível para a produção e cultivo de um corpo forte e robusto é representada na **Figura 21**, publicada na *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em que um grupo de alunos é fotografado no pátio do educandário, em plena aula de educação física, sob a orientação do professor Arthur Oliveira. Esse tipo de publicação tinha por objetivo fazer a divulgação em meio à sociedade paraibana das ações da escola. Os jovens pousam diante da câmera fotográfica sabendo da importância que aquele gesto tinha para a promoção do *Colégio Diocesano Pio X*, principalmente no que dizia respeito à divulgação da *cultura física* ali trabalhada.

Figura 21 - Aula de *gymnastica* sob a direcção do prof. Arthur de Oliveira.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1928, s/p.

A publicação da **Figura 21** teve como objetivo principal demonstrar à sociedade paraibana da época a importância em incentivar o gosto pela *cultura física* entre os alunos do *Colégio Diocesano Pio X*. O fotógrafo buscou registrar com sua câmera o máximo de alunos realizando exercícios físicos - dispostos em filas, no pátio do colégio, vestindo camisas, calções, meias e sapatos - numa demonstração de exaltação à cultura física. Uma educação corporal emerge. Assiste-se ao prenúncio de uma sensibilidade em relação à produção de um corpo dito saudável. A infância passa a ser educada, pedagogizada, medicalizada e

disciplinada pela cultura física. No entanto, a presente imagem é ao mesmo tempo reveladora da falta de estrutura adequada para a prática de esportes. Isso desmistifica a imagem tão suntuosa produzida pela Revista para a instituição.

Independente da falta ou não de um espaço limpo e acolhedor para a prática de exercícios físicos, os alunos seguiam atentos às orientações do professor. A disciplina e dedicação nas aulas era o principal objetivo a ser traçado e alcançado. Obedecem a um mesmo gesto. Uma ação proposital. Corpo ereto, retilíneo e mãos sobre a cintura. Copiando o professor, que aparece ao lado esquerdo da imagem, vestindo camiseta regata, calça e sapatos. Um comportamento que, aos olhos do leitor, foi meticulosamente treinado, disciplinado, copiado e obedecido. O desejo de um corpo saudável exigia grande esforço físico. O terreno em que ocorreu a presente demonstração de *cultura física* estava localizado aos fundos do prédio do *Colégio Diocesano Pio X*. Percebe-se a ausência de uma cobertura para a proteção dos alunos e do professor dos efeitos do sol e da chuva. Mesmo assim, o local se destacava pela presença de muitas árvores e de terra batida, valorizando a circulação de ar. Aspecto bastante evidenciado pelo discurso médico. Apesar da poeira que possivelmente havia no local o que mais interessava ao professor de educação física, era a disponibilidade de um espaço que pudesse ser utilizado para se fazer a observação e correção da postura dos alunos.

A leitura desse tipo de imagem é bastante representativa da importância que a educação física – *cultura física* – passou a ter, na época, no *Colégio Diocesano Pio X*. Não custa nada lembrar que a edição e produção da *Revista do Colégio Pio X* tinha a participação direta dos professores e alunos, o que demonstra o interesse dos mesmos em fazer circular pelas ruas da cidade de João Pessoa aquelas notícias que julgavam ser de seu interesse. Esse impresso também funcionou como um dispositivo disciplinar, ditando regras de comportamento e ensinando como os alunos deveriam se comportar para preservar os dogmas religiosos.

As primeiras décadas do século XX representaram o momento ideal para a divulgação da prática de exercícios físicos nas escolas da Paraíba. No *Colégio Diocesano Pio X*, não foi diferente. O artigo *A gymnastica nas escolas*, publicado em 03 de Abril de 1916, pelo jornal *A Imprensa*, destacou que um dos principais objetivos da instituição era fomentar entre seus discentes o gosto pela *cultura física*, a qual era entendida como a prática de exercícios físicos e esportes. Com o apoio de outras disciplinas, tais como cultura cívica, moral e intelectual consolidou-se, assim, o projeto médico-pedagógico, que seria responsável pela formação completa do futuro cidadão paraibano.

Nesse momento, os corpos, individual e coletivamente, passaram a ser cartografados, personificando as múltiplas “definições sobre as possibilidades, as negociações e os alcances da mensagem nacionalista e da formação de um “soldado para a pátria”. A nacionalidade passa a ocupar a atenção da intelectualidade brasileira. “O corpo do sujeito emergia como uma geografia visitada por muitos profissionais, dentre os quais o médico, o pedagogo, o dentista o político” (OLIVEIRA, 2012, p. 2497). Esses diferentes personagens atuaram como “arquitetos da saúde” (Idem), na defesa do controle do corpo do outro, diagnosticando-o e prescrevendo-o.

A imprensa que circulou na Paraíba, no período, fez questão de exaltar em suas páginas os benefícios e vantagens da *cultura física* para o cultivo de um corpo belo, saudável, forte e vigoroso. Nesse intuito, os médicos paraibanos não economizaram tinta e papel para verem circular nas páginas da imprensa local seus discursos em defesa da valorização da educação física. Um exemplo de médico dedicado na publicação de matérias exaltando a importância da educação física, junto com a higiene nas escolas do estado, foi Flávio Maroja⁸⁰, que não economizou esforço nem tempo para ver, nas páginas dos impressos paraibanos, veicular seus dizeres e saberes médicos, exaltando a importância dessas matérias no currículo escolar para a fabricação de corpos medicalizados e disciplinados.

Banhados nas águas da medicina, “a defesa dessas disciplinas fazia parte do programa eugênico postulado pelo médico” (SOARES JÚNIOR e ARRUDA, 2014, p. 138). No intuito de consolidar seu projeto médico-pedagógico, Maroja apostou todas suas fichas na escola, espaço responsável pela educação. Ele defendeu que os corpos deveriam ser saudáveis, fortes e inteligentes, incentivou a prática de esportes e os cuidados com a higiene do corpo e arquitetou as bases de um projeto médico-pedagógico. A *cultura física* e a higiene assumiram destacado papel nesse audacioso projeto de cunho civilizatório.

Ao analisar a construção do corpo de crianças fisicamente vigorosas a partir dos discursos médicos-pedagógicos voltados para as escolas da Paraíba, entre os anos de 1913 a 1942, o historiador Azemar dos Santos Soares Júnior trouxe importantes contribuições para a historiografia da educação física paraibana, ao ampliar as discussões em torno do conceito de cultura física. Em sua opinião, desde quando emergiu pela primeira vez na França, no século XIX, até suas primeiras aparições na imprensa brasileira: “o termo fazia referência à

⁸⁰ Flávio Maroja foi um dos principais e respeitados médicos paraibanos. Teve significativa atuação nos campos políticos e médicos do Estado durante as primeiras décadas do século XX. Foi responsável direto pela divulgação e introdução de um projeto médico-pedagógico dentro das escolas da Paraíba com o objetivo de levar os benefícios da higiene, educação física e eugênica pelos quatro cantos do Estado. Fez uso da imprensa local para publicar seus discursos sobre assuntos médicos.

realização de atividades físicas, exercícios diversos: ginástica, atletismo, corridas, jogos, brincadeiras, lutas, dentre outros” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 132).

No entanto, ainda de acordo com o historiador mencionado, o conceito de *cultura física* pode ser alargado, incluindo inúmeros outros aspectos que dizem respeito à prática e ensino de educação física. Com isso, o conceito de *cultura física* implica

[...] As diversas formas de transmitir o conhecimento e incutir na população a prática de atividades físicas, tornando uma prática comum dentre grupos sociais que podem variar de acordo com o lugar e a época. Podemos pensar a cultura física a partir das formas psicológicas e práticas. Primeiro se divulga um saber, um conhecimento, faz despertar em homens e mulheres o desejo; [...] em seguida a prática responsável por fazer a atitude adquirida se impor, tecnicizá-lo, trabalhar o corpo da cabeça aos pés. Assim, a cultura física se instala não apenas pela realização das tarefas corporais que visam o corpo fortalecido, mas na forma como as pessoas vão entender tais saberes e se apropriar deles (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 132).

Portanto, compartilho da ideia defendida por Soares Júnior (2015) ao dizer que a *cultura física* trata de um conceito extenso e múltiplo, flexível e transversal ao mesmo tempo. Ultrapassa as dimensões psicológicas e práticas. Abrange os aspectos objetivos (prática de exercícios e esportes vários) e também subjetivos (aqueles condizentes com o desejo de cada um pelo gosto pelo esporte). É muito mais amplo do que se pensa convencionalmente. Diz respeito às inúmeras formas possíveis de exercitar e modelar o corpo. Em minha concepção, a cultura física confunde-se com a própria cultura escolar do *Colégio Diocesano Pio X*, pois ela fez parte de uma proposta de mudança de hábitos e comportamentos dos alunos através da exercitação corporal, educando as crianças e adolescentes no cultivo das boas maneiras, no zelo e apreço de um corpo saudável e higiênico, moldado nas competições esportivas de *foot ball* e *voley ball*.

Essa cultura provoca nas crianças uma significativa alteração de sensibilidade, de linguagem, do modo de falar, de se expressar e de escrever, contribuindo para a formação daqueles que seriam os futuros “cidadãos republicanos – civilizados, de maneiras amaciadas, disciplinados, sadios e trabalhadores ordeiros –, que assim poderiam contribuir para o desejado progresso social” (VAGO, 1999, p. 32). A *cultura física* fez e faz parte de uma série de dispositivos relacionados à subjetividade das crianças, ou seja, à maneira como elas exercitam e modelam seus corpos, tornando-os belos, fortes, saudáveis, ativos, ordeiros,

racional, diferente de um corpo feio, fraco, doente, degenerado, improdutivo, sujo e preguiçoso.

Scharagrodsky (2014) define a *cultura física* como fazendo parte de uma complexa rede de significados que permite a análise multidimensional que ultrapassa a dimensão biológica em que, na maioria das vezes, são pensadas as distintas práticas corporais. Essa definição leva em consideração alguns aspectos, como os divertimentos, as ginásticas e os esportes. A *cultura física* também pode ser pensada e compreendida a partir de “um amplo conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e demográficas vinculadas a um determinado espaço e temporalidade específica” (FURTADO, QUITZAU e SILVA, 2018, p. 667), ou seja, as possibilidades políticas, econômicas, culturais e práticas de oferta de educação física. Assim como os

[...] Discursos e práticas centrados no corpo, possibilitando a compreensão de certas relações sociais, econômicas, políticas, sexuais, éticas e morais que se configuram no passado e de alguma forma como seguem ou não se manifestando no presente. A cultura física permite identificar um amplo repertório de práticas e construções discursivas sobre o corpo, grupos sociais, indivíduos e instituições (FURTADO, QUITZAU e SILVA, 2018, p. 668).

A emergência do conceito de *cultura física* pode ser encontrada nos sistemas modernos de exercícios físicos consolidados no decorrer do século XIX, que se notabilizaram pela busca incessante de uma harmonia e racionalização corporal. Nesse sentido, as ginásticas, as danças e as práticas esportivas significam algo que vai muito além do simples desejo de exercitação física. Essas diferentes formas de exercitação corporal são marcas de um determinado período histórico, social e cultural.

Toda a amplitude e flexibilidade do conceito de *cultura física* permite aproximá-lo das diferentes formas de como as pessoas pensam e exercitam seus corpos. Isso pode ser facilmente notado quando se lança o olhar sobre as páginas da imprensa em circulação na época. Em 05 de Fevereiro de 1927, Carlos Dias Fernandes recorreu às páginas do jornal *d'A União* para falar *d'A rainha dos desportos*. Em sua opinião, “[...] uma das que mais nos abonam e tranquilizam é o florescimento da nossa *cultura physica*, verdadeiro padrão da nossa capacidade colectiva, do nosso senso de associação, do nosso poder de iniciativa” (A *UNIÃO*, 1927, p. 05, grifos nossos).

O autor segue seu discurso abordando os inúmeros benefícios para o revigoramento corporal dos jovens pela *cultura física*. Para isso, não economizou adjetivos ao se referir às vantagens da cultura física, aos paraibanos: “vigorosa expressão da nacionalidade”, “rainha da mocidade eugênica”, “falange defensora da Pátria”, “alfobre dos seus pró-homens”, “dos seus heróis”. Ao final de seu artigo, o jornalista Carlos Dias Fernandes lançou um alerta sobre as exigências da prática de exercícios físicos: “deve ser escolhida numa grande porfia de zelos e exigências, para não parecer que negligenciamos a mais duradoura e tangível das nossas afirmações: a já evidente melhoria do *typo nacional*”⁸¹.

A educação física, em suas diversas formas de exercitação do corpo, não valorizou apenas o culto ao corpo belo, higiênico, saudável, limpo, ordeiro e disciplinado, mas também e, principalmente, a maneira como as pessoas viam e entendiam tais saberes e se apropriavam deles. “A cultura difundida nos jornais e revistas, nos clubes esportivos, em palestras e conferências, no discurso médico e fortemente pelo professorado nas escolas” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 132). O objetivo de análise da amplitude do conceito de *cultura física* fez com que Soares Júnior aproximasse-o do conceito de cultura escolar definido por Dominique Juliá Assim, o autor afirma que o conceito de *cultura física*

[...] Faz parte do amplo conceito de cultura escolar. Um conceito que pode ser pensado para além, dos muros da escola, pode-se buscar a identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 133).

Pegando o exemplo do espaço escolar, a *cultura física* pode ser vista como uma “dentre tantas possibilidades ofertadas pela cultura escolar” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 133). Esses saberes escolares relacionados à *cultura física* estamparam as páginas dos principais impressos produzidos na Paraíba, no início do século XX.

A imprensa a que me referi para dar suporte aos meus argumentos transformou-se na porta-voz do que era defendido pelo campo médico local e pela sociedade. Os conteúdos publicados em seus artigos funcionaram como instrumentos de normatização de condutas e dispositivos pedagógicos. Essa imprensa destacou-se por possuir um repertório bastante diversificado, dedicando espaço em suas páginas à publicação de conteúdos médicos e

⁸¹ Ver *A União*, 1927, p. 05.

educativos. Dessa forma, a *cultura física* circulou de todas as formas possíveis: na legislação médica; na legislação educacional; na emissão de decretos e leis que regiam a educação; no discurso dos intelectuais; em jornais, revistas, almanaques, livros e congressos; nos ensinamentos dos professores; na disciplina dos inspetores; nos regimentos que governam a vida escolar.

Tornou-se fato consumado “a cultura física, ou melhor, as diversas formas de incentivar a prática de atividades físicas começavam a se materializar, ganhavam fôlego, saíam do discurso e ganhavam os corpos!” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 134). No *Colégio Diocesano Pio X* não foi diferente. As diversas formas pelas quais se exercita um corpo foram incentivadas. A prática de esportes, como o *foot ball* e o *volley ball*, ganhou destaque especial. Após essa breve incursão pelo conceito de *cultura física* através das fontes e da historiografia produzida sobre o tema, destaco que, no decorrer da narrativa que dá corpo ao presente capítulo, o leitor vai encontrar discursos exaltando a importância da higiene, da educação física, do civismo e das práticas esportivas para a saúde do corpo.

4.2 Do *in corpore sano*: a educação física sob o olhar médico-pedagógico

O *Collegio Diocesano Pio X* e a *Escola de Aprendizizes Marinheiros* são os dois únicos estabelecimentos de ensino na Parahyba que possuem cursos obrigatórios de *gymnastica* para os seus alunos.

E isto merece ser registrado, ao menos como serviço de reportagem jornalística (*A IMPRENSA*, 1916, s/p, grifos nossos).

Ao fazer a leitura da presente matéria, publicada nas páginas do jornal *A Imprensa*, do ano de 1916, o leitor deve ter visto certo exagero nas palavras do autor. No entanto, sua fala condizia com a realidade reservada ao ensino de educação física presente nas escolas da Paraíba. Segundo o autor, os dois únicos estabelecimentos de ensino do Estado que disponibilizavam “cursos obrigatórios de *gymnastica* para seus alunos” eram o *Colégio Diocesano Pio X* (Católica e privada) e a *Escola de Aprendizizes Marinheiros* (Militar e pública). No início do século XX, esses dois colégios ganharam destaque na geografia paraibana. De acordo com Soares Júnior (2012, p. 2527), no interior dessas instituições,

[...] A disciplina de Educação Física, passou a ser presente no currículo escolar desde o ano de 1913. Um formato de cultura física que nas primeiras décadas do século passado preocupou-se com a ortopedia enquanto arte da correção das deformações que assombravam os setores privilegiados da sociedade. O interesse da disciplina estava diretamente ligado às práticas

higiênicas, aos hábitos e à saúde, valorizando o desenvolvimento físico e moral a partir dos exercícios.

As atividades físicas em suas diferentes formas de exercitação corporal eram praticadas seguindo à risca as normas estabelecidas pelo saber/poder da medicina social. Foram os médicos higienistas que prescreveram as principais regras que normatização e orientavam sua prática. As matérias publicadas pela imprensa da época traziam em suas páginas uma série de dispositivos pedagógicos que orientavam seus leitores sobre as melhores regras a serem adotadas para a prática de exercícios físicos.

Em Dezembro de 1936, Aluizio Xavier utilizou as páginas da *Revista do Ensino da Paraíba, Orgam do Departamento de Educação*, para orientar os leitores a respeito de algumas “regras gerais de exercícios físicos”. Em sua opinião: “Devemos encara-la como uma matéria superior de regeneração physica, moral e intelectualmente os indivíduos, enquanto tonifica e disciplina-lhes o systema nervoso e orienta-lhes as funções cerebraes” (*REVISTA DO ENSINO*, 1936, nº 14, p. 13). Para isso, era fundamental que médicos e educadores, estivessem atentos ao “desenvolvimento da educação da juventude, encarando-a em todos os seus aspectos: Physico, moral e intelectual”⁸². O autor conclui seu argumento favorável à prática da educação física exemplificando quais seriam, em seu entender, as melhores “regras geraes para a execução dos exercícios physicos”. No **Quadro 7**, o leitor encontra o detalhamento de cada uma das regras. Na exemplificação das “regras”, o pensamento médico higienista mostra-se presente. Observem:

Quadro 7 - “Regras geraes para a execução dos exercícios physicos”.

1º	Praticar os exercícios de preferência pela manhã, depois de uma leve refeição;
2º	Se o tempo permitir, faze-los ao ar livre, e sendo dentro de casa com as janelas abertas;
3º	As roupas devem ser folgadas e leves, de preferência um calção acima dos joelhos;
4º	Executar os movimentos com perfeição, com cuidado; cada movimento, cada contração muscular deve ser levada ao máximo possível, com precisão, mais sem movimento brusco;
5º	Devemos terminar a série de gymnastica sem sentir-se cansaço, e sim sensação de bem estar; depois de cada série de movimentos, se ficar um pouco ofegante, repetir o exercício respiratório, e respirar calma e profundamente, até voltar a respiração ao estado normal;
6º	Cada movimento deve ser repetido um certo número de vezes 4, 8, 16, 20 vezes de acordo com o maior ou menor esforço que demandam e com a disposição e bem estar do indivíduo;
7º	Os movimentos rápidos menos; o salto, a marcha e a carreira, devem ser ritmados

⁸² Ver *Revista de Ensino da Paraíba*, 1936, nº14, p. 13.

	pelos movimentos naturais de respiração (expiração e inspiração), movimentos estes que devem acompanhar harmonicamente os outros;
8º	Durante os exercícios, é necessário respirar francamente e não reter a respiração;
9º	Começar pelos exercícios mais fracos para si, e não pelos muito fortes, o valor do movimento muscular está na repetição deles e não na força com que são feitos;
10º	Tomar um banho frio, depois de executada a série de <i>gymnastica</i> ;
11º	Os movimentos devem ser executados de um modo completo e contínuo;
12º	Começar e terminar cada lição por uma marcha <i>rythimada</i> .

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir de informações colhidas na *Revista do Ensino da Paraíba*, 1936, nº14, p. 13.

A atenção dada a cada movimento e a forma como eram executadas as séries de *gymnastica* são umas das principais preocupações de Aluizio Xavier. A sua visão sobre a definição das “regras gerais de execução dos exercícios físicos” está estruturada de acordo com os postulados definidos pela medicina social de vertente higienista. O cuidado com o melhor horário, as refeições, a circulação do ar, as melhores roupas, os movimentos mais adequados, o clima, a respiração, o banho. Tudo isso seguia à risca as propostas de uma educação física pautada pela medicina social. Esses pontos contribuíram para fazer a ligação direta da educação física com a higiene. Durante toda primeira metade do século XX, a disciplina de educação física esteve fortemente ligada à de higiene. “Na Paraíba, esse modelo foi efetivado como uma preocupação da elite que almejava assegurar a saúde de seus filhos educando-os em escolas privadas” (SOARES JÚNIOR, 2012, p. 2529).

Segundo Soares Júnior (2015, p. 127), a “Educação Física é filha legítima da Higiene”. A busca pelo corpo perfeito e saudável foi muito além dos limites impostos pelos “ensinamentos de asseio divulgados por periódicos e ensinados pelos professores”. Ela adentrou a legislação escolar, fez emergir clubes esportivos, despertou o gosto de jovens, homens e mulheres pela prática esportiva. “A educação física ganhou espaço privilegiado nas escolas, passou a ser um discurso de poder, um importante modelo de educação corporal” (Idem). Tudo isso alicerçado pelo discurso dito científico da medicina higienista.

Para Carmen Soares (2004, p. 69), no Brasil, por muito tempo, a educação física confundiu-se com a história das instituições médicas e militares. Em muitos momentos, essas instituições traçaram o caminho a ser trilhado pela educação física: “delineiam o seu espaço e delimitam o seu campo de ação de conhecimento, tornando-se um valioso instrumento de ação e de intervenção na realidade educacional e social”. Nessa tese, a respeito da circulação da educação física no *Colégio Diocesano Pio X*, percebi que as instituições médicas foram as que tiveram uma maior participação na definição das regras para a execução dos exercícios físicos. Nas publicações que ocuparam espaço nas folhas da imprensa da época, encontrei

textos que versavam sobre a educação física “como sinônimo de saúde física e mental, como promotora de saúde, como regeneradora da raça, das virtudes e da moral” (Idem).

A forte presença do discurso médico higienista ditando as regras do ensino de educação física pode ser notada através da leitura do artigo *A educação physica obrigatória*, publicado no dia 08 de Maio de 1919, pelo jornal *A Imprensa*. No texto, é feita uma breve explanação dos “exercícios coordenados e metódicos”. Por meio de sua leitura, é possível perceber a intenção que o autor tem em destacar a importância da educação física como instrumento de restituição da raça e do vigor físico.

EXERCICIOS COORDENADOS E METHODICOS

[...] Para restituir a raça o seu vigor, devem-se coordenar os esforços do mundo inteiro, sendo o primeiro e o mais efficaz delles todos a diffusão da educação physica, mesmo se necessário fosse, por meio de uma lei que a tornasse praticamente obrigatória.

Os direitos dessas duas autoridades são diversos, mas igualmente sagrados; e visto a nação precisar de cidadãos fortes, o Estado tem o direito de impor as medidas mais idôneas para o desenvolvimento da raça.

O ponto importante é que o indivíduo faça todos os esforços para attingir o resultado de ser robusto e são, e por isso deverá infligir-se uma sancção àquelles que por preguiça ou má vontade faltarem a este dever. A sancção mais legitima consiste evidentemente em lhes tomar tanto tempo quanto os outros dedicam a essa instrucção e de tornar, portanto mais longo para os fracos e enfezados voluntários o período do serviço militar (*A IMPRENSA*, 1919, s/p, grifos do autor).

No início do século XX, o discurso em defesa da raça e da nacionalidade se tornou uma realidade nas produções médico-higienistas. Os médicos não economizaram esforços ao sair em defesa da educação física como um mecanismo de revigoramento racial e social dos indivíduos. Para que seu discurso fosse ouvido e levado em consideração, o médico-higienista “construiu um discurso normativo, disciplinador e moral” (SOARES, 2004, p. 70). O objetivo era construir um novo homem, apto para o trabalho na grande indústria e serviço militar obrigatório, capaz de defender a pátria. Para isso, lançou mão de uma maquinaria discursiva com o propósito de se alcançar o “disciplinamento dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos. Tudo em nome da saúde, da paz e da harmonia social. Em nome da civilização!” (Idem).

Nesse processo de remodelamento do corpo nacional, o médico passou a ser reconhecido como educador. Para isso, formularam e colocaram em prática uma série de

discursos “que pudesse atestar sua competência para tratar do pedagógico e do escolar, discurso este assetado em uma constante crítica aos processos pedagógicos e à organização escolar” (STEPHANOU, 2011, p. 147-148). Em meio a esse processo de forte presença da medicina de caráter higienista na sociedade brasileira, a escola assume o papel de educar as crianças e jovens pedagogicamente, fazendo uso dos recursos da medicina. Como bem lembrou André Roma, ao publicar o artigo *A Cultura Physica*, pelo jornal *A União*, no ano de 1921, é preciso formar “homens fortes, treinados para a luta pela vida e para a reprodução da espécie nas melhores condições de uma pátria forte e próspera, mas cidadãos instruídos e moralizados, capazes de se governar por si próprios dentro da ordem e do progresso” (*A UNIÃO*, 1921, s/p).

Assim como vinha acontecendo com a imprensa, o médico higienista marcou presença dentro das escolas. Interferiu em quase tudo que dizia respeito ao seu funcionamento. Especializou-se na melhor forma de organização dos espaços, da distribuição do tempo, da arquitetura, na formação de professores, alunos e funcionários. De seu discurso, ninguém ficou a salvo. Representou para a sociedade um rigoroso instrumento de medicalização social. Para tanto, corpos foram diagnosticados, vigiados, normatizados e disciplinados. O médico higienista deixou sua marca tanto no prédio escolar quanto nos corpos dos sujeitos. Foi preciso fazer o diagnóstico de corpos e espaços. Para isso, médicos, professores, engenheiros, arquitetos, bombeiros, dentistas e enfermeiros, foram convidados, a participar desse audacioso projeto médico-educativo.

Era consenso entre esses profissionais que a estrutura física da escola – o prédio e o espaço – merecia cuidado especial. Assim, gestou-se uma série de “prescrições dos discursos higienistas sobre a medicalização do espaço, principalmente em relação à construção do edifício escolar” (PYKOSZ e OLIVEIRA, 2009, p. 136). Para a medicina social de vertente higienista, o recomendado era que os prédios fossem construídos em terreno que a água da chuva não se acumulasse. Era preciso evitar o acúmulo de água e bactérias junto da escola. A arquitetura escolar devia obedecer às normas que diziam que o ar tinha que circular. Para isso, foram construídas salas de aula espaçosas e arejadas, com boa iluminação.

Também foi levada em consideração a necessidade de gabinetes de higiene, galpões apropriados para as atividades físicas, jardins abertos para a respiração de ar puro, o uso de carteiras que valorizasse a postura ereta do aluno na realização das atividades escolares. Como pode ser notado, o discurso médico-higienista estava presente em quase tudo que dizia respeito ao funcionamento da escola. No *Colégio Diocesano Pio X*, este tipo de discurso foi visto, ouvido e colocado em prática com esmero. “Medicalizado o prédio escolar, chegava a

hora de direcionar o mesmo processo ao aluno” (SOARES JÚNIOR, 2012, p. 2531). Muito além do funcionamento da escola, a medicina social-higienista influenciou e condicionou a educação física escolar.

Em 1916, o jornal *A Imprensa* publicou o artigo *Educação Physica* comunicando aos leitores “[...] o movimento existente agora na Parahyba em favor da educação physica”. O texto foi direcionado à mocidade paraibana: “nossa penna está sempre em acção para pelejar ao lado desses que são as esperanças da Pátria nossa mui amada, ao lado dos moços que desejam ser fortes e bons, cidadãos dignos e homens”, para a importante e grandiosa nacionalidade. A prática de esportes e educação física parecia ter ocupado um lugar de destaque dentro das rodas de conversa dos paraibanos. A matéria faz questão de exaltar o entusiasmo existente no Estado pelos adeptos dos esportes. Emergiu um “verdadeiro movimento esportivo” em defesa da cultura física.

Não é sem entusiasmo, portanto, que estamos assistindo ao movimento *sportivo* que, ultimamente, tem sido o assumpto obrigado em todas as rodas de nossa capital.

Applaudimos, calorosamente, essa atitude decidida que tomaram os *moços parahybanos*, constituindo-se em várias sociedades com o fim de praticarem os *exercícios physicos* - tão necessários, indiscutivelmente, a saúde do corpo e á *hygiene mental*.

Pena é que, até agora, entre os diversos *jogos athleticos*, somente o *foot-bool* esteja sendo praticado em nosso meio – a despeito mesmo dessa soalheira da estação quente, que quase nos *asphyxia*, durante os seis meses de verão que padecemos, nós do Nordeste brasileiro (*A IMPRENSA*, 1916, s/p, grifos nossos).

No estado, a população jovem assumiu a responsabilidade de fazer a divulgação do gosto pelo esporte, principalmente os filhos da elite paraibana, que tiveram a oportunidade de realizar seus estudos em estados como Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, onde a circulação de ideias sobre os benefícios ocasionados pelos esportes já era uma realidade melhor compreendida por parte da população. Nesse processo, a educação física foi transformada em uma das responsáveis pela “saúde do corpo e higiene mental”. Para isso, foram recomendados “exercícios hygienicos, ao ar livre, como os passeios pela manhã, em torno dos pitorescos arredores de nossa capital”⁸³.

⁸³ Ver *A Imprensa*, 1916, s/p.

Dessa maneira, os médicos passaram a recomendar a *gymnastica sueca*⁸⁴, “para o desenvolvimento regular e progressivo dos músculos e bom funcionamento do aparelho respiratório”, além da natação, “considerada como um dos mais completos e uteis sports” e a corrida, “a pé e de obstáculos”. O médico prescreveu os melhores exercícios para o “bom funcionamento do organismo humano”. A matéria é finalizada, chamando a atenção dos leitores para a necessidade de se fazer entre a população paraibana a divulgação dos exercícios físicos, “em solução ao problema da educação physica, que, nos tempos modernos, é feita conjuntamente com a educação moral e intellectual da juventude” (A IMPRENSA, 1916, s/p), pois era urgente que “a mocidade paraibana”, torna-se “vigorosa physicamente para lutar e vencer pela inteligência e pela robustez” (Idem).

Na *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, esse tipo de maquinaria discursiva⁸⁵, em defesa da educação física como fator de saúde e beleza, também foi publicizada. No terceiro número do periódico, produzido no ano de 1941, encontra-se uma produção imagética com o seguinte título: *Mens sane in corpore sano*. A leitura desse tipo de produção imagética possibilita o encontro visual do leitor, com dezenove rapazes, executando uma série de exercícios físicos. Dezoito deles vestem um mesmo uniforme: calção, camiseta e sapatos brancos. O branco rouba a cena. É sinal de saúde, limpeza, vigor físico e higiene. O movimento é o mesmo, as pernas flexionadas e braços estendidos. Logo à frente, encontra-se o instrutor: vestindo camiseta branca e calção preto. Na ocasião, a demonstração de cultura física, ocorreu no campo de futebol do próprio colégio. Um local espaçoso. De terra batida e rodeada por árvores. Esse é o momento em que emerge em João Pessoa, uma nova sensibilidade corporal. Assiste-se ao gosto pelo “chamado estilo de vida esportivo, uma moda esportiva” (SOARES, 2010, p. 9). Conforme a **Figura 22**:

⁸⁴ O próximo tópico deste capítulo será dedicado a análise da circulação da *gymnastica sueca* no *Colégio Diocesano Pio X*.

⁸⁵ Aqui, o conceito de maquinaria discursiva é visto como algo que é capaz de produzir e estimular as relações de poder. “O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barra-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 110).

Figura 22 - *Mens sane in corpore sano.*



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X* – João Pessoa – 1941. nº. 3, s/p.

Assim, como o branco, a imagem valoriza o corpo belo e saudável. A saúde, a limpeza, o esmero, o cuidado com a higiene corporal roubam a cena. O corpo é valorizado. Torna-se objeto de conhecimento. Carrega inúmeras marcas de relações de poder cada vez mais poderosas. Cultuado como espaço de inculcação da disciplina, da ordem e da obediência. A divulgação desse tipo de dispositivo⁸⁶ imagético é bastante representativa da importância que a educação física adquiriu para a direção do *Colégio Diocesano Pio X*, como produtora de saúde e força física. Demonstra, também, que o movimento existente entre os médicos higienistas da Paraíba, sobre a necessidade de cultivar o gosto entre a juventude pela educação física, estava presente dentro da escola. Esse foi um período em que os médicos brasileiros buscaram aprofundar “as metas vinculadas à saúde do corpo enquanto objeto de ensino, para tanto, encostaram seus estetoscópios nos muros das escolas e propuseram procedimentos pedagógicos de ensino e avaliação” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 127).

⁸⁶ Michel Foucault utilizou o conceito de dispositivo para estudar as práticas de sexualidade nas sociedades modernas do mundo ocidental. O autor afirma que “o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 116). Esse dispositivo inova, penetra, inventa e anexa nos corpos dos sujeitos de inúmeras formas detalhadas. É a partir desse momento histórico que vê-se emergir uma intensificação de discursos sobre o corpo. O corpo é valorizado como objeto de saber e elemento de relações de poder.

Com o objetivo de fortalecer o seu discurso em torno da importância da educação física, ainda no ano de 1941, o mesmo exemplar da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em seu terceiro número, é publicada outra imagem: a do “dedicado e incansável prof. Renato Hortencio da Silva, o qual exerce verdadeira ação dinâmica pela educação física”. Essa produção discursiva e imagética valoriza um corpo perfeito: magro, forte e saudável. Mais uma vez, o branco chama a atenção. O professor Renato Silva é a representação viva de quem se propõe ao cultivo de um corpo hígido. Olhando fixo para a câmera fotográfica, o mesmo exhibe seus braços e pernas fortes. A musculatura, aflora, exibindo o esforço de quem se dedica a prática de exercícios físicos.

Figura 23 - O dedicado e incansável Prof. Renato Hortencio da Silva, o qual exerce verdadeira ação dinâmica pela educação física.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X* – João Pessoa – 1941. nº.3, s/p.

A imagem valoriza a imobilidade, a força, a saúde e a higiene. O corpo do professor Renato Hortencio da Silva é a representação imagética de uma máquina: “limpo, mais produtivo, moralmente eficaz” (GÓIS JÚNIOR, SOARES e TERRA, 2015, p. 975). Produz e

é produtivo. Traz para a sociedade bons resultados. É um corpo econômico. Livre de doenças. É o representante do saber/poder divulgado pelo discurso médico higienista. Discurso esse responsável pela transformação de corpos doentes e feios em saudáveis e produtivos. Treinados, disciplinados, educados e pedagogizados nas aulas de educação física. A prática de exercícios físicos teve importante papel na produção desse modelo corporal: reto, esbelto, forte e saudável. A imagem valoriza a vestimenta, a postura, a saúde. Tudo obedecendo aos preceitos do discurso normatizador e disciplinador da medicina. Uma postura disciplinada e educada. “A educação física, por sua qualidade eugênica” assume “um lugar central dentro deste projeto civilizador” (PARADA, 2009, p. 191).

Em trabalho desenvolvido sobre a introdução do vestuário para a prática esportiva, no Brasil, a historiadora Carmen Lucia Soares chegou à conclusão de que, durante a década de 1920, houve o impulso da cultura do corpo, da educação física e do esporte no país. Com isso, “foram criadas necessidades como o uso de roupas e calçados especiais para a prática esportiva”. A partir dos anos de 1930, ocorreu o incentivo “às práticas corporais, mediante as políticas de Estado, que incrementaram uma cultura do corpo, do vigor físico e das aparências atléticas”. Nos anos de 1940, “o Brasil alavancou a sua indústria de vestimenta esportiva”. Os médicos passaram a recomendar roupas de tecidos leves, frios, largos e confortáveis. O importante era a leveza, a sutileza, o conforto, a saúde. Desse momento em diante, foi se verificando uma maior especialização da indústria dos vestuários esportivos. A indústria da moda passou a ditar as regras do comércio e uso de tais utensílios. “Assim sendo, as questões de ordem estética também passaram a ser consideradas” (SOARES, 2010, p. 9). A partir da análise da **Figura 23**, depreende-se que essas transformações ocorridas no campo da moda esportiva também foram sentidas aqui na Paraíba. Os paraibanos, amantes das práticas esportivas e da educação física, também buscaram o conforto, a elegância e a beleza, tanto física quanto estética. Esse é um momento de adaptação das modas às práticas esportivas. De acordo com Nicolau Sevcenko (1998, p. 569),

As modas mudam para se tornar esportivas, leves, curtas, coladas ao corpo, expondo amplas áreas para a respiração e a insolação, exibindo os músculos e formas torneadas do físico. A modelação e o condicionamento do corpo e da mente se tornam uma obsessão, um culto.

Em relação às aulas de educação física, não foi diferente. As roupas foram responsáveis por toda uma nova estética corporal. Num país em que a maioria dos estados encontram-se localizados em regiões de incidência de muito calor, era preciso o investimento

em roupas leves e confortáveis para facilitar a transpiração dos corpos. A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, serviu de modelo para as demais cidades. Os modelos esportivos que desfilaram em suas praias foram copiados com entusiasmos pelo restante do país. A cultura esportiva que estava emergindo veio acompanhada pelos ideais de beleza em voga na época e que empolgaram os amantes de exercícios físicos.

Para Soares Júnior (2015, p. 180), os discursos que circularam na Paraíba sobre a prática da educação física seguiram “o mesmo compasso” do nível nacional. Em primeiro lugar, foi presenciada “uma forte defesa da ginástica marcada pelo discurso científico dos médicos estampados na imprensa local entre as décadas de 1910 e 1920”; seguindo à risca os princípios da higiene e da defesa da saúde. Em segundo lugar, presenciou-se uma educação física de caráter militar que “via na disciplina a essência da formação do cidadão, seus corpos deveriam estar sempre aptos para a luta, para a defesa da nação”. Para o filósofo da educação Paulo Ghiraldelli Júnior (1991, p. 18)⁸⁷, “coragem, vitalidade, heroísmo, disciplina exacerbada compunham a plataforma básica da educação física militarista”. A chegada de Getúlio Vargas ao poder nacional provocou fortes alterações no campo da educação. Os militares assumem o lugar que, por décadas, foi ocupado pelos médicos higienistas, passando a ditar as principais regras do ensino da educação física.

A partir dos anos de 1930, os discursos dirigidos sobre o corpo dos brasileiros ganham novos significados. A saúde, a higiene e a educação física passam a exigir corpos perfeitos. “O corpo está na ordem do dia e sobre ele se voltam às atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições, como o exército, a Igreja, a escola, os hospitais” (LENHARO, 1986, p. 75). Tornou-se consciência entre esses profissionais e instituições que a transformação de uma sociedade como a nossa passava pelo trato com o corpo. A educação e saúde corporal do brasileiro foi assunto de chamou a atenção de inúmeros profissionais. Era preciso a formulação de um projeto médico-educativo de conscientização da população, principalmente a escolar sobre alertando da importância do trato do corpo.

De acordo, com Maurício Parada (2009, p. 157), esse período, “representou uma mudança nas concepções sobre o corpo e as práticas corporais como até então eram concebidas no Brasil”. Os campos médicos e pedagógicos passaram a ditar as regras de como devia ser cuidado o corpo do brasileiro. Assim:

⁸⁷ Educação Física Higienista (até 1930); Educação Física Militar (de 1930 a 1945); Educação Física Pedagoga (de 1945 a 1964); Educação Física Competitivista (de 1964 a 1990); e por fim, Educação Física Popular (após 1990). Dentro dos limites de periodização desta tese, me concentrei na discursão das duas primeiras.

Com o advento do Estado Novo multiplicaram-se as intervenções sobre o corpo do “homem brasileiro”, e o Ministério da Educação e Saúde foi uma das instituições mais ativas na produção de formulações sobre o corpo. Nesse processo duas ideias conduziram à construção de uma nova cultura corporal no Brasil: a preocupação com a educação física e a associação entre esporte e civismo (Idem).

Em relação ao tema da educação física, médicos e educadores dedicaram atenção especial. No campo da educação, esse é o momento em que emerge “um forte sentimento de reformatão das práticas pedagógicas, a Escola Nova, que fez da Associação Brasileira de Educação (ABE) um veículo para a divulgação de suas propostas” (PARADA, 2009, p. 159). Dentro da Escola Nova, os temas da higiene e educação física, assume um papel importante: “a escola deveria ser um local para a formação de hábitos saudáveis e de cuidado com o corpo” (Idem). A escola passou a sofrer a influência do pensamento médico higienista, e os médicos depositaram suas esperanças na educação escolar como capacidade civilizadora e regeneradora racial.

Segundo José Silvério Baia Horta (2012, p. 4), o vínculo “entre educação e saúde será traduzida por uma ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para ao desenvolvimento físico individual e logo relacionado com o fortalecimento da raça”. De 1937, em diante, os assuntos relacionados à prática e ao ensino de educação física ocupará um “espaço privilegiado de atuação dos militares”. Foi por meio da educação física que os militares buscaram marcar presença no interior das escolas. Lugar esse que até pouco tempo tinha sido ocupado pela comunidade médico de caráter higienista. Mas, isso é outra história que pretendo narrar em outras páginas da presente tese. A partir daqui, faço o convite para que o leitor conheça uma pouco da história da *gymnastica sueca*, modelo de educação física adotado pela direção do *Colégio Diocesano Pio X*, na gestação de uma nova sensibilidade em relação à produção de um corpo dito saudável.

4.3 *Dos physisicamente garbosos: a ginástica sueca*

A par da *cultura cívica, moral e intelectual*, o *Colégio Diocesano Pio X* fomenta e ensina a *cultura physica*, mantendo além de exercícios regulares da *gymnastica sueca*, a cargo do competente profissional Snr. Honorato de Oliveira, outros *desportos athléticos*, que os alunos praticam com real utilidade para a sua saúde – na objetivação do *mens sana in corpore sano* (A IMPRENSA, 1916, s/p, grifos nossos).

A leitura do trecho acima, publicada pelo jornal *A Imprensa*, em 1916, aborda um dos modelos de educação ginástica que circulou no *Colégio Diocesano Pio X* para a

pedagogização do corpo dos alunos. Na escola, a cultura física seguia os preceitos da *gymnastica sueca*, tido como útil para a saúde e educação. Na Paraíba, o primeiro modelo de cultura física presenciado e adotado pelas escolas privadas e militares do Estado foi o sueco. As fontes que circularam no período, ao serem analisadas, mostram que ginástica sueca ganhou força e conquistou a confiança de médicos e educadores.

Ainda no ano de 1916, o jornal *A Imprensa* noticiou que o *Colégio Diocesano Pio X* “mantém o ensino de gymnastica sueca para os seus alunos – facto, aliás, que não é novidade, pois esse curso não é de agora” (*A IMPRENSA*, 1916, s/p). Na opinião de Soares Júnior (2015, p. 138), o modelo sueco de educação do corpo era “considerado científico com caráter pedagógico e ortopédico – com a utilidade de corrigir defeitos de conformação – e barato, pois não exigia a utilização de instrumentos. “Aprendia-se brincando!”. Esse método foi valorizado por educadores e médicos pela capacidade que se tinha de pedagogizar o corpo de forma lúdica: as crianças aprendiam brincando, divertindo-se. O professor, na maioria das vezes, ensinava contando histórias. A natureza era valorizada. De acordo com o exposto no artigo trigésimo primeiro do *Regimento Interno* do *Colégio Diocesano Pio X*, publicado pela *Revista do Colégio*: “a gymnastica sueca é obrigatório para todos os alumnos do curso primário; cada alumno parará 2\$000 mensaes” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p).

Para Carmen Lúcia Soares (2004, p. 57), a escola sueca de ginástica sistematizou-se na Suécia, no início do século XIX. O método sueco destacou-se entre os especialistas da área (médicos e educadores) pela capacidade de “extirpar” alguns vícios sociais, como o alcoolismo. Desta forma, mostrou-se como o meio pelo qual seria capaz a produção de indivíduos fortes, saudáveis e livres de vícios. Existia uma preocupação com a saúde física e moral. Aos poucos, o governo sueco foi arquitetando um projeto que visava “a produção de indivíduos necessários” e “úteis à produção e à pátria”. O início do século XIX representou o momento em que a Suécia inicia o seu processo de industrialização e, consequentemente, surge a demanda por homens sadios e fortes, fisicamente aptos para a defesa do território. Aos poucos, esse tipo de discurso vai se tornando um objetivo a ser alcançado pela população.

É seguindo à risca esses propósitos nacionalistas que o poeta e escritor sueco Pehr Henrick Ling (1776-1839⁸⁸) inicia a formulação de “um método de ginástica impregnado de nacionalismo e destinado a regenerar o povo, formar, enfim, homens de bom aspecto que

⁸⁸ Pier Henrik Ling (1776-1839) nasceu na Suécia, em Södra Ljunga, Småland, em 1776. “Sabe-se pouco de sua vida na infância e na juventude, apenas que viveu num ambiente científico fértil. Tornou-se poeta e estudou teologia. Era um homem ligado ao mundo da literatura e às letras e trabalhava em Estocolmo, no Serviço Social” (MORENO, 2015, p. 130).

pudessem preservar a paz na Suécia” (SOARES, 2004, p. 57). A base de seu método de ginástica está na ciência, partindo de “uma análise anatômica do corpo uma série racional de movimentos de formação” (Idem).

Para Carvalho (2005, p. 499), a ginástica sueca apresentou-se como “uma referente central na construção do discurso da educação física moderna”. Sua difusão e penetração nos espaços políticos e culturais dos países ocidentais foram bem rápidas. Seu referencial pedagógico despertou a atenção de educadores e médicos de vários países pela sua capacidade de organização, com “técnicas de aplicação bem definidas e dirigidas pelos propósitos de uma socialização ampla”, direcionadas para o corpo, o intelecto e a vontade dos sujeitos.

Num momento marcado pela concepção de um olhar sobre o biológico e pelo predomínio das ciências médicas no que dizia respeito à resolução dos problemas sociais, a anatomia e a fisiologia passam a ocupar um lugar de destaque na formulação de normas para a execução de um projeto de ginástica sueca. Esse modelo de cultura física é responsável por tornar possível a criação de “um conjunto de tecnologias de regulação da conduta de cada indivíduo (e por cada indivíduo), dirigidas ao corpo e almejando a disciplinarização-integração dessa “máquina”” (CARVALHO, 2005, p. 500), valorizando a eficiência e a economia dos gestos. Esses são os mecanismos de poder que Michel Foucault (2010) chamou de anátomo-políticas do corpo humano e biopolíticas das populações.

A Suécia, nesse contexto, presencia um grande interesse a tudo que dizia respeito à educação e à saúde corporal. Uma nova sensibilidade educativa e médica é gestada para se pedagogizar e medicalizar o corpo sueco. É a partir da circulação desse tipo de discurso que Ling vai desenvolver o seu método de ginástica, que ficaria famoso no mundo inteiro, inclusive no Brasil, onde teve grande aceitação dentro das escolas. O sistema ginástico de Ling estava pautado na educação e na crença de formação de um corpo harmonioso com o respaldo da ciência médica. É dessa forma que é gestada a ginástica “lingiana, com fortes traços idealistas”. Na visão de Andrea Moreno (2015, p. 3), esse método de ginástica (educação do corpo), estava pautado em:

[...] Movimentos precisos e coordenados, gestos rígidos e tempo ordenado. A ginástica deveria estar assentada numa racionalidade científica e daí construir movimentos precisos, adequados, formas exatas e uniformes de executá-los. Ele vai cuidadosamente propondo diferentes versões para a ginástica segundo seus objetivos: pedagógica, estética, militar e médica.

A ênfase do método ginástico sueco recai na coordenação dos movimentos: sempre precisos e ritmados. Na concepção de Ling, a ginástica deveria estar alicerçada por uma racionalidade médica científica. Estudando a circulação do presente método de ginástica no Brasil, a historiadora Carmen Lúcia Soares afirmou que esse modelo de ginástica foi dívida em quatro partes. O **Quadro 8** trata da divisão e da funcionalidade do método sueco de ginástica.

Quadro 8 - Livro: *Educação Física: Raízes Europeias e Brasil* (2004).

a) Ginástica pedagógica ou educativa	Aquela que todas as pessoas, independentemente de sexo ou idade e até mesmo de condição material e social, poderiam praticar. O seu mais elevado objetivo seria o de desenvolver o indivíduo normal e harmoniosamente, assegurando a saúde e evitando a instalação de vícios, defeitos posturais e enfermidades.
b) Ginástica militar	Deveria incluir a ginástica pedagógica, acrescida de exercícios propriamente militares, tais como o tiro e a esgrima, cujo objetivo era preparar o guerreiro que colocaria fora de combate o adversário.
c) Ginástica médica e ortopédica	Que também deveria estar baseada na ginástica pedagógica, visando eliminar vícios ou defeitos posturais e curar certas enfermidades através de movimentos especiais para cada caso encontrado.
d) Ginástica estética	Que, assim como as demais, estaria baseada na ginástica pedagógica, e, para além dela, procuraria o desenvolvimento harmonioso do organismo e seria completada pela dança e certos movimentos suaves que proporcionaria beleza e graça ao corpo.

Fonte: Elaborado pelo autor sobre o método de ginástica sueca, a partir de informações obtidas no livro *Educação Física: Raízes Europeias e Brasil*, 2004 (2019).

Ao definir a base de organização do seu método de ginástica, Ling detalha os principais objetivos a serem alcançados. Em sua organização, é perceptível a forte presença do discurso médico higienista de vertente social. “A ginástica aparece como um conteúdo dotado de “magia” que faria atingir seus diferentes fins propostos” (SOARES, 2015, p. 58). O **primeiro método**, o de ginástica pedagógica ou educativa, seria aquele em que “todas as pessoas, independentemente de sexo ou idade e até mesmo de condição material e social”, podiam realizar. O fim último seria a produção de indivíduos tidos como normais, contribuindo para a preservação da saúde e combate de possíveis vícios adquiridos durante a vida. O **segundo método**, o de ginástica militar, deveria obrigatoriamente vir acompanhado de traços pedagógicos e educativos, sendo complementado com “exercícios propriamente

militares” (tiro e esgrima), com o objetivo de preparar física e psicologicamente o guerreiro sueco.

No **terceiro método**, o da ginástica médica e ortopédica, que também tinha que obedecer às regras da ginástica pedagógica, tinha como finalidade a eliminação de vícios e defeitos na postura, além de contribuir para a cura de determinadas enfermidades, com a realização de “movimentos especiais”, de acordo com os casos identificados. Por fim, o **quarto** e último método de ginástica definido por Ling, diz respeito à ginástica estética. Aqui, ele está preocupado em formular um método ginástico que pudesse contribuir para o desenvolvimento harmônico do corpo dos sujeitos, valorizando a produção de um corpo belo. Da mesma forma que os demais métodos, este estava respaldado na ginástica pedagógica. Aqui, a dança e os movimentos suaves seriam a base para a aquisição de um corpo belo e gracioso. Em todos os métodos elaborados por Ling, o discurso médico-higienista mostra-se presente e atuante. Emerge, assim, um novo olhar sobre a educação e saúde corporal.

Esse método conquistou simpatizantes em várias regiões do mundo. Penetrou na geografia francesa, alemã, norte-americana, inglesa e brasileira. No Brasil, dois grandes entusiastas da ginástica sueca foram Rui Barbosa, num primeiro momento, e Fernando de Azevedo, em um segundo momento. “Estes pensadores atribuem à Ginástica Sueca uma adequação maior nos estabelecimentos de, dado o seu caráter essencialmente pedagógico” (SOARES, 2004, p. 60). A fala desses intelectuais em defesa do presente método de ginástica serviu de base para a posterior propagação e introdução dentro dos estabelecimentos de ensino do país. Na cidade de João Pessoa, não foi diferente. A ginástica sueca caiu no gosto do paraibano. Ao ser ministrado no *Colégio Diocesano Pio X*, ajudou no processo de pedagogização do corpo dos alunos.

O método de ginástica sueca desenvolvido por Ling pode ser observado nas páginas da imprensa que circulou na Paraíba durante as duas primeiras décadas do século XX. Isso demonstra que esse método foi o preferido dentro dos muros das escolas do Estado. Consequentemente, à medida que os anos passam, outros métodos vão caindo no gosto das classes médicas e educativas que tinham atuação local⁸⁹. Na visão de Andrea Moreno (2014, p. 131), a ginástica sueca elaborada por Ling pode ser dividida em pelo menos sete diferentes pontos: “1) Princípio da precisão de movimentos; 2) Princípio da forma/formalidade do

⁸⁹ Com a leitura e a análise de fontes, tais como o jornal *A União* e *A Imprensa*, cheguei à conclusão de que, durante as duas primeiras décadas do século XX, a ginástica sueca predominou soberana como a preferida dentro das escolas da Paraíba. A partir dos anos de 1930, essa realidade vai se transformando gradativamente. O modelo de educação física francês vai cair no gosto dos brasileiros. Isso ocorre principalmente pela forte influência que os militares brasileiros passaram a exercer dentro das escolas do país.

exercício; 3) Princípio da seleção; 4) Princípio da progressão; 5) A lição de ginástica; 6) A disciplina e 7) A participação de todos”. Na escolha dos exercícios, eram levados em conta seus efeitos fisiológicos, evitando aqueles que pudessem causar algum tipo de dano ao físico do aluno. A prática dos exercícios dava-se por meio de palavras de comando. Ainda segundo a autora:

Desde então, sob diversos nomes, temos encontrado o sistema lingiano de ginástica: método sueco, ginástica sueca, método racional, ginástica racional, ginástica respiratória. As diferentes denominações, de algum modo, revelam não só a origem, mas os princípios do sistema criado por Ling que permitiram agrupar os movimentos ginásticos em lições, com um ou mais exercícios de cada grupo na ordem numerada: 1) Introdutórios; 2) Arcoflexões; 3) Movimentos de braços; 4) Movimentos de balanço; 5) Movimentos de escápula; 6) Exercícios abdominais; 7) Movimentos laterais do tronco; 8) Movimentos lentos das pernas; 9) Pulos e saltos e 10) Exercícios respiratórios (MORENO, 2014, p. 131).

Em primeiro de março de 1931, o leitor do jornal *A União*, ao folhear suas páginas, deparou-se com o artigo: *Gymnastica*, escrito por Ruth Lendorf. A autora inicia a escrita do texto trazendo para o debate sua visão a respeito da importância e da funcionalidade da *gymnastica sueca*: “um esporte esplendido”. Pondera que “necessitamos quase todos de *gymnastica*. E por quê? Para conservar o vigor dos músculos, e para obter a obediência absoluta do corpo ao cérebro” (*A UNIÃO*, 1931, p. 6, grifos nossos). Em sua opinião, a ginástica sueca tem por finalidade unir “alma e corpo”, como uma “ideia mais vaga de movimento, que passa pelo cérebro”, baseada na “ação”. “Para educar o nosso corpo a servir ao cérebro”⁹⁰.

Ruth Lendorf, assim como fez Ling, dá destacada relevância ao fim pedagógico da ginástica sueca. Ao continuar sua narrativa, abordando os benefícios de tal método, a autora destaca que a soma dos exercícios ginásticos com o “efeito da energia e do *rythmo natural*” possui “poder educativo geral, e só assim terão ao mesmo tempo beleza”. Para tanto, não economiza críticas aos movimentos artificialmente inventados: “O ‘dobre o braço-estenda-levante’”. Em sua visão, “*gymnastica* mecanicamente combinada pode talvez, conservar um corpo num “equilíbrio de treino”, porém nunca eficazmente educar o *systema nervoso*, que ainda quer dizer todo o mecanismo do movimento”⁹¹. Dentro da proposta do método, o mais importante não é o cultivo de um corpo atlético pura e simplesmente, mas sim a valorização dos aspectos humanos. A formação de um homem que tenha “consciência” de seu lugar

⁹⁰ Ver *A União*, 1931, p. 6.

⁹¹ *Idem*.

social. A ginástica precisa atuar em outras partes do corpo humano. É preciso que “tenha valor sensível, podendo seus resultados ser julgados fora da aula”⁹².

Para a autora, “um fim **pedagógico higienico** sempre foi do **programa sueco**”⁹³. Apesar da presença de traços médico higienista na formulação do método sueco de ginástica, seu principal objetivo nas palavras de Ruth Lendorf, é “educativo”. Na citação transcrita abaixo, o leitor encontra indícios da importância do pedagógico dentro do método sueco de ginástica. Aqui, a autora detalha como devem ser tratados, praticados e vistos os exercícios. Em seu entendimento:

[...] Os *exercícios gymnasticos* devem ter os seus movimentos dentro das formas naturaes, devem seguir as mesmas leis que seguem os movimentos vitaes, involuntários, independentes, mas sempre motivados, para a *gymnastica* poder conseguir influir nelles novamente.

[...] Qual é “a forma natural de movimento”? Isto se entende melhor em exemplos concretos como as acções de cortar lenha, de subir ladeiras, de lutar, quanto o caminho da vontade ao invento é simples e curto. Sendo um movimento bem motivado manifestam-se as leis fundamentaes do mecanismo muscular e nervoso. E nisto deve começar a *gymnastica*, num conhecimento fundamental e minucioso e até certo gráo intuitivo das leis e das multiplicidades dos movimentos, da individualidade do *psychico* e do *physico*, para exercício nenhum ser inútil no serviço da totalidade. Sem isto a *gymnastica* fica sendo para sempre uma luta entre habilidades artísticas e outras *hygienicas*.

[...] A *gymnastica* deve fortificar as capacidades de quem a pratica para evolução geral. Para isto precisamos de **exercícios múltiplos**, motivados tanto por si mesmos como expressão de faculdades no sentido mais amplo, como pela sua aplicação. Quer dizer que devemos exercitar mais as capacidades do que partes do corpo, não os braços, nem os pulmões, nem os músculos, e sim a faculdade de usa-los, de **viver**.

[...] Porem é necessário que a *gymnastica* não tenha um intento tão local, tão limitado. Está provado que o homem é um organismo ou mesmo uma combinação de órgãos, e certo é, que a *gymnastica*, feita para um fim geral, terá o maior effeito tanto para a totalidade como para cada unidade.

Gymnastica deve ser alimento, não remédio. - Crea-la é **arte**, comprehende-la é **sciencia**, pratica-la é **vida**! (A *UNIÃO*, 1931, p. 6, grifos nossos).

Tendo Ling como canal de inspiração, Ruth Lendorf elencou uma série de regras que devia ser seguida para a correta prática de exercícios físicos. Tudo partindo do valor educativo da ginástica. Apesar da marcante presença de algumas regras que eram defendidas pelo discurso médico higienistas, é possível perceber que o caráter pedagógico e educativo ocupa um lugar central no presente método. Os praticantes de ginástica sueca devem levar em

⁹² Ibidem.

⁹³ Ver A *União*, 1931, p. 6, grifos nossos.

consideração a importância dos movimentos naturais e independentes do corpo, que, para muitos, não têm valor, mas, na ginástica sueca, ganha destaque.

O corpo deve ser trabalhado por inteiro, e para isso, algumas ações concretas precisam ser destacadas: “cortar lenhas, subir ladeiras, lutar, caminhar” (Idem). Veja, leitor, que os movimentos naturais e involuntários que são feitos no cotidiano pelas pessoas passam a ser levados em consideração nesse modelo de exercitação corporal. Os exercícios realizados de maneira involuntária são mais importantes do que os exercícios mecânicos. Para isso, é necessário que se exercite as capacidades do organismo e nunca apenas uma determinada parte do corpo. É importante movimentar-se. Gesticular-se. Brincar. Correr. Andar. Nadar. Subir e descer árvores.

Esse método ganhou a confiança de médicos e educadores pela valorização da natureza e pela apropriação que as pessoas faziam dela. Dentro do *Colégio Diocesano Pio X*, foi estimulado por incentivar nas aulas de educação física os movimentos que as crianças e adolescentes faziam em seu cotidiano. Os alunos aprendiam brincando. Seus corpos eram pedagogizados de forma natural, involuntária. A educação física praticada no colégio valorizou as brincadeiras e os movimentos corporais do dia a dia dos discentes. Uma nova educação do corpo estava sendo gestada. O natural ganhou significados inesperados. Para se exercitar um corpo, não era mais preciso a utilização de aparelhos caros e, muitas vezes, importados, mas, sim, apenas boa vontade e disposição para caminhar, correr, nadar, subir em árvores, pescar, pegar lenha, capinar mato, entre outros. Todo movimento que fosse feito de forma natural e espontânea era levado passou a ser valorizado e aceito pelo professor, que se dedicava à propagação do método sueco de ginástica.

Os discursos veiculados pela imprensa da Paraíba, na época, são unânimes em destacar essa modalidade de educação do corpo como o caminho para “o melhoramento da raça e o aperfeiçoamento da espécie. O objetivo central era edificar homens conscientes dos princípios eugênicos e donos de corpos metricamente definidos” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 140). Para isso, educadores e médicos não economizaram tinta e papel para criticar e combater movimentos que prejudicassem o desenvolvimento harmônico do corpo. Também reprovaram a preguiça, a moleza, o corpo doente, mole, feio, anti-higiênico, desdentado e portador de moléstias contagiosas. Essa maquinaria discursiva saiu em defesa de um corpo perfeito. Harmônico. Equilibrado. Treinado e exercitado pela ginástica sueca.

Os médicos-higienistas da época não economizaram esforços ao fazer a defesa de um modelo de perfeição corporal, arquitetado pela ginástica sueca. Nesse método de ginástica, o corpo é pedagogizado e eugenizado brincando. Tendo como objetivo principal:

[...] Expandir-se, enrijar os tecidos, aumentar a capacidade thoracica, treinar os sentidos com a vantagem a mais de uma atenção superiorizada em golpes de vista e atitudes correctas, flexibilidade, presteza em tudo que se prende a motilidade (A IMPRENSA, 1921, s/p).

Nesse período, o jornal *A Imprensa* publicou em suas páginas artigos exaltando os benefícios da ginástica sueca para a produção de um corpo equilibrado. Esse discurso de teor médico-pedagógico é lido nas principais escolas de João Pessoa. Eram falas que descreviam corpos eugênicos. “O método sueco de ginástica – com exercícios físicos individualizados, sistematizados, lineares, regulados, repetitivos, segmentados para cada parte do corpo” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 139). O discurso médico passou a defender um corpo mais flexível, com os sentidos treinados, portador de atitudes corretas, disciplinados e pedagogizados.

De acordo com o que era lido nas páginas d’*A Imprensa*, a ginástica sueca produzia homens fortes e capacitados para a luta cotidiana e também para a reprodução de filhos higienicamente saudáveis: “nas melhores condições de uma pátria forte e próspera, de cidadãos instruídos e moralizados, capazes de si governar por si próprios dentro da ordem e do progresso” (A IMPRENSA, 1921, s/p). Um discurso recheado de conteúdo higiênico, eugênico e também religioso. Os exercícios físicos alinhados ao discurso religioso também construía para o controle das emoções e para a busca pelo equilíbrio, auxiliando no combate aos maus pensamentos ou pensamentos pecaminosos. Recomendado “pelos melhores médicos do mundo, para o desenvolvimento regular e progressivo dos músculos e o bom funcionamento do aparelho respiratório” (Idem). Esse modelo de cultura física, quando bem praticada tornava a mocidade “*physicamente vigorosa* para a lucta e vencer pela intelligencia e robustez” (Ibidem). A ginástica sueca ganhou atenção especial nas escolas de João Pessoa, capital do estado, graças à contribuição especial da comunidade médica do estado, que não poupou esforços e tempo para colorirem as páginas dos impressos de circulação local para falar dos inúmeros benefícios que a mesma tinha para a educação do corpo.

O que se vê e lê na imprensa local da época são textos narrativos e imagéticos que defendiam a ginástica sueca e seus bons efeitos para o corpo. “Ela permitia ao corpo tomar o lugar de espetáculo, despertador de desejos, corpo ambicionado, trabalhado, suado, musculoso, forte e belo” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 135). Assim, como discutido em outras páginas da presente tese, os médicos direcionaram seu poder/saber científico para a escola. O

objetivo era transformar o corpo dos paraibanos de feio e sujo, em corpos limpos, asseados, vigorosos e hígidos.

Dito isto, convido você, leitor, para desfrutar da presente construção narrativa. No tópico que se segue, trato do *foot ball* e sua contribuição no *Colégio Diocesano Pio X* para a gestação de uma educação corporal. Essa prática esportiva vai aqui ser analisada como um poderoso dispositivo de educação do corpo. Um novo modelo de cultura física.

4.4 De corpos fortes e vigorosos: o *foot ball*

O *schut* é hoje uma verdadeira manta, com foros de idea fixa... No campo, *schuta-se* a bola de coro, bem arredondada pelo ar comprimido do pneumático; nas ruas, praças e recreios, *schutam-se* trapos de panno e palha de milho ou qualquer troço que, por ventura, se nos depare. E em último lugar, *schutam-se* até as pernas dos companheiros, dispensando-lhes, quantas vezes, tremendos canelões (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1928, s/p, grifos nossos).

O presente discurso publicado em Maio de 1928 pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X* foi escrito por Almicar de Araújo, aluno do *Colégio Diocesano Pio X*. No texto, intitulado *Ainda o Foot-Ball*, não economizou nas críticas dirigidas ao “jogo bretão” (o *foot ball*)⁹⁴. O aluno afirmou que “por infelicidade nossa, caiu inteiramente no gosto da mocidade brasileira”. Em sua opinião, o *foot ball* representava tudo que de pior já poderia ter acontecido entre os paraibanos. É uma calamidade “que nos perseguem”. Entre os motivos que o levou a escrever um artigo criticando a prática deste esporte entre a juventude paraibana, estavam os prováveis prejuízos que poderiam acarretar para o corpo dos atletas numa região de temperaturas elevadas. “[...] é inteiramente absurda a sua prática numa região tropical como a nossa, quase equatorial, onde vivemos a suar no próprio inverno à aproximação do meio dia como nas bem calmosas noites de verão”⁹⁵. Além do problema das altas temperaturas esse esporte era visto como um dos responsáveis pelo aumento da violência entre os atletas. Trata-se, na realidade, de um “exercício forçadíssimo”. O mesmo recorreu ao médico paraibano, Dr. Seixas Maia, para argumentar que o futebol prejudica “o movimento circulatório”, “bastante o

⁹⁴ Na escrita da presente tese de doutoramento, optei por manter a grafia da época - *foot ball* -, que está presente na maior parte dos artigos publicados na imprensa que circulou no Estado e que tive oportunidade de analisar.

⁹⁵ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1928, s/p, grifos nossos.

coração - a grande bomba impulsora de todo este complicado systema de fluxo e refluxo do sangue”⁹⁶.

Almicar Araújo dá números finais à sua crítica ao *foot ball* praticado nas ruas e escolas de João Pessoa, chamando a atenção do Mons. Odilon Coutinho, diretor do *Colégio Diocesano Pio X*, para o risco que os alunos do Colégio estavam correndo, caso continuassem praticando o presente esporte. Para o bem da saúde física, intelectual e moral da juventude paraibana, era preciso “declarar guerra formal ao schut”. “Em matéria de princípios, porém, eu sou extremado: ou tudo ou nada e por conseguinte. Morra o fot-ball!”⁹⁷.

Diferente de Almicar de Araújo, que não era um entusiasta do *foot ball*, os demais alunos e professores de educação física do *Colégio Diocesano Pio X* não viam com maus olhos o “esporte bretão”. Durante o período de circulação das fontes que serviram de suporte para a escrita da presente tese, encontrei uma quantidade significativa de publicações escritas e imagéticas exaltando as qualidades do *foot ball* para o fortalecimento corporal. As páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, escritas por alunos e professores do Colégio, estão recheadas de demonstrações de amor à prática esportiva do *foot ball*. Isso demonstra que aos poucos o esporte foi caindo no gosto e nos pés dos paraibanos. Esse impresso foi utilizado como porta-voz da importância que o *foot ball* e outras práticas esportivas, como o *volley ball*, tiveram no período, como modalidade de educação do corpo. Publicou dezenas de demonstrações esportivas realizadas dentro e fora do colégio com a presença de alunos e professores.

O início do século XX representou para o público paraibano a oportunidade de conhecimento de uma nova cultura esportiva. O *foot ball* caiu no gosto de crianças, adolescentes e adultos. Uma nova forma de educação corporal ganhou contornos. Assiste-se nos estádios e ginásios da capital novas formas de exercitação corporal. No *Colégio Diocesano Pio X*, o *foot ball* foi treinado e incentivado como modalidade de educação física pelo professor Renato Hortênsio da Silva, entusiasta dessa modalidade esportiva que, em sua opinião, era responsável por fortalecer os laços de “amor pelo nosso Estabelecimento, o espírito de competição, a lealdade e o caráter firme dos nossos jovens, futuros atletas e homens de letras” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1941, nº 6, s/p).

Esse período ficou marcado “pelo cultivo do futebol no cotidiano dos paraibanos. Realidade comum a algumas capitais brasileiras desde a segunda metade do século XIX” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 149). O *foot ball* adentrou a geografia do território nacional via

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Ibidem.

bagagem dos ingleses⁹⁸ que aqui desembarcaram (FRANZINI, 2009, p. 109). Primeiro, chegou como uma prática esportiva que não exigia dos atletas muitos atributos físicos. Qualquer pessoa, independente de estatura, força física, peso ou idade, poderia correr atrás da bola e testar seus chutes. “A bola ganhava o coração, ou melhor, os pés dos competidores. A tarefa de driblar o adversário e chutar rumo ao gol contribuiu decisivamente para o surgimento de uma identidade nacional” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 150).

Esse período representou para o *foot ball* a oportunidade de disseminação completa “pelo Brasil, tornando-se fator de integração territorial e um dos mais poderosos elementos definidores da nacionalidade” (MASCARENHAS, 2012, p. 67). Para isso, as “experiências de jogos de futebol se espalharam por todo o território nacional. Chegaram primeiro por meio de divertimento, adentraram os clubes, surgiram os campeonatos e por fim ganharam as escolas” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 150). Foi dentro das escolas que cresceu o gosto pela paixão nacional: o futebol.

A primeira “demonstração de futebol” em terras paraibanas data do dia 15 de Janeiro de 1908. Após o primeiro contato com o esporte, “houve uma mobilização dos providencias os preparativos, tais como: encontrar um lugar que servisse como campo, sem ser necessário realizar melhoramentos, comunicar aos amigos, familiares e pessoas mais próximas” (SOUZA, 2014, p. 78). Foi grande a organização pelas ruas da cidade de João Pessoa, como a mobilização de pessoas que estivessem dispostas a marcarem presença na primeira partida de futebol. João Paulo Ribeiro de Souza conta que o estudante paraibano José Eugênio Soares teria sido o responsável pela introdução do *foot ball* em terras paraibanas. Logo, a empolgação com a nova forma de cultura corporal tomou conta dos espectadores locais.

Na opinião de Soares Júnior (2015), os únicos que parecem não ter gostado muito da ideia de ver o *foot ball* sendo praticado no estado foram aqueles que defendiam o método de ginástica sueca. Como discutido em outros momentos desta tese, as duas primeiras décadas do século XX ficou marcada pela forte presença e defesa da ginástica sueca dentro das escolas de João Pessoa, como modalidade de educação física (leia-se educação do corpo). Na imprensa local, foram inúmeros os discursos que criticavam a prática do *foot ball*. O discurso médico

⁹⁸ Segundo Souza (2013, p. 09), no Brasil, foi Charles Miller que “ao retornar da Inglaterra trouxe consigo duas bolas e a certeza de converter seus expatriados britânicos que aqui residiam na cidade de São Paulo, em jogadores futebolistas”. Charles William Miller era filho de pai escocês e mãe inglesa. Foi o responsável direto pela introdução do futebol no Brasil. Conheceu o esporte quando viajou para a Inglaterra, para estudar. Ao retornar ao país natal, trouxe em sua bagagem duas bolas, um par de chuteiras, um livro contendo as principais regras do esporte e alguns uniformes. “Realizou em 14 de abril de 1895, no bairro do Brás em São Paulo, a primeira partida de futebol, entre os funcionários de estatais da época. Foi fundamental na montagem do time do *São Paulo Athletic Club* (SPAC) e da primeira liga do país, a Liga Paulista de Futebol”.

higienista não poupou críticas aos praticantes do esporte. Parte significativa dessa rejeição pode ser explicada graças ao esforço dispendido por educadores e médicos em nome da ginástica sueca, modelo soberano de educação física na época.

Entre as críticas direcionadas ao *foot ball*, encontram-se alusões ao clima e até mesmo à violência atribuída ao esporte. A tinta e o papel gastos pelos defensores da ginástica sueca, na imprensa local, para tentar desprestigiar o *foot ball* como modalidade de educação física, parece não ter surtido muito efeito: “o futebol tornou-se a modalidade esportiva mais desejada pela população paraibana, seja nas escolas, nos clubes, nas ruas ou praças” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 152). O *foot boall*, aos poucos, foi assumindo um lugar de destaque nas práticas escolares. Dentro do *Colégio Diocesano Pio X*, não foi diferente. Pela publicação de imagens e discursos publicados nas páginas da Revista do Colégio, é possível afirmar que o *foot boall* caiu no gosto de alunos e professores, amantes do esporte e da educação física, e transformou-se num dos esportes preferidos.

O *foot boall* atuou na modelação e pedagogização de corpos. Construiu um ideário de perfeição física. Foi responsável pela gestação de uma estética corporal. O *Colégio Diocesano Pio X* adotou esta prática esportiva com o objetivo de melhorar e incentivar o desenvolvimento “físico dos alunos” (SOUZA, 2014, p. 106). No Colégio, esse esporte passou a ser divulgado entre os alunos como uma das atividades físicas preferidas “num período de raras oportunidades de lazer”. O *foot boall* adentrou as escolas da capital paraibana durante os anos de 1915 e 1916. “Em pouco espaço de tempo foi conquistando a preferência dos alunos, se fortaleceu como prática esportiva e deu início a formação dos primeiros *teams* colegiais” (Idem). Num primeiro momento, as disputas futebolísticas eram realizadas entre os alunos de uma mesma escola. Posteriormente, esses embates foram ganhando novos contornos e os times dos colégios passaram a desafiar os alunos de outras escolas.

Em Setembro de 1916, foi realizada a primeira partida oficial de *foot ball* envolvendo times organizados por colégios de João Pessoa. Na ocasião, os alunos dos *Colégios Diocesano Pio X* e *Liceu Paraibano* foram os responsáveis pela demonstração de exaltação à cultura física. A partida ocorreu no “campo do Rogger às 7 ½ horas da manhã”. O jornal *A Notícia*, de 1916, descreve da seguinte forma a partida realizada entre os dois colégios:

Tirado o toos coube a saída ao *Lyceu*, que escolheu o *goal* contrário ao sol. Os colegiais apresentaram em campo um *team* bastante forte e treinado, o que não aconteceu com o *team* adversário que estava fraco e sem combinação. Ao iniciar-se o jogo era esperada a derrota desse último. Dado o sinal da luta os colegiais em boa combinação levaram a bola até o *goal*

defendido por Polary, e 3 minutos após, Mário com um fortíssimo *shoot* consegue marcar o primeiro ponto contra os adversários. O *Lyceu* procura tirar a vantagem, mas debalde, porque qualquer ofensiva ia morrer de encontro a defesa contrária e a bola voltava a se localizar na área do *Lyceu*, cujo *goal-keeper* muito se esforçava, porém estava fraco. Aproveitando um novo *pass* da extrema esquerda, Gomes II envia novamente a pelota ao *goal* inimigo, fazendo assim o 2º ponto. Polary, não podendo defender, consegue trocar a posição com Anchises, que fez ótimas defesas, sendo muito aplaudido pelos espectadores. No segundo *half-time* o jogo tomou um caráter mais sério tendo os alunos do *Lyceu* procurado minorar a situação, que já era bem difícil. A linha estava bastante fraca, e a defesa mal combinada.

Os jogadores não se colocavam nos devidos lugares, tanto assim que muitas vezes as extremas perdiam ótimas ocasiões de fazer pontos para o antagonista. Houve um *penalty* que foi tirado por Gomes I, sendo defendido muito bem por Anchises. Muitos assistentes, aliás entendidos, declararam quando foi tirado o *penalty* que o referee Manoel Veloso não deveria ter feito, porque era um *band*. Continuando que foi o jogo, Gomes II consegue com um *shoot* bem dirigido vasar pela terceira e última vez o *goal* do *Lyceu*, e assim terminou o encontro com o seguinte resultado: *Colégio Pio X* 3 x 0 *Lyceu Paraibano* (A NOTÍCIA, 1016, p. 05, grifos nossos).

O que o impresso divulga é o primeiro encontro de muitos que estavam por vir entre as principais escolas localizadas na capital do Estado. Os dois colégios, o *Diocesano Pio X* e o *Liceu Paraibano*, iriam nos anos seguintes travar grandes duelos esportivos nos gramados da cidade. A leitura da reportagem sugere que os principais termos utilizados na época: pênalti, gol, chute, time, passe, eram pronunciados em inglês, origem do futebol. Apesar da pouca técnica e organização verificada entre os dois times, os atletas do *Colégio Diocesano Pio X*, demonstraram diante do público presente e do adversário, que eram superiores. O que fica dessa primeira demonstração de um esporte que ia cair no gosto dos paraibanos, é que se tratou de “um ato inaugural que mudou a relação escola-esporte na cidade da Parahyba daquela época” (SOUZA, 2014, p. 108). No dia 15 de Setembro de 1916, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou uma matéria intitulada de *Foot-Ball*, em que relata a organização e realização em gramados paraibanos dessa que seria a primeira partida oficial de futebol em campos do Estado. A informação diz que

Foot-ball

Domingo 10 do corrente, como fora anunciado nos diversos jornaes que circulam nesta Capital, apresentaram-se em campo de *foot-ball*, no *ficle do Roggers*, os alunos, do *Collégio Diocesano “Pio X”* e o *Lyceu Parahybano*, devidamente uniformizados, afim de disputarem um interessante *match de foot-ball*, como de facto o foi.

O *club* “*Guarany*”, dos diocesanos, com uma equipe muito bem organizada e activa, suplantou o adversário, merecendo ardentes aplausos (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1916, s/p, grifos nossos).

O tão esperado encontro desportivo ocorreu no gramado do campo do “*ficle do Roggers*”. Pelo que ficou expresso na matéria, a organização e o treinamento do time do *Colégio Diocesano Pio X* eram bem superiores ao do *Liceu Paraibano*. De acordo com informações que circularam na imprensa da época (jornais *A União*, *A Imprensa*, *A Notícia e Revista do Colégio Diocesano Pio X*), a prática do *foot ball* no Colégio fazia certo tempo que vinha sendo realizada e levada a sério. Isso pode indicar que a mesma vinha fazendo parte e ocupando um espaço no currículo de educação física da escola. Voltando ao teor da matéria jornalística, os times entraram em campo com a seguinte formação:

Colégio Diocesano Pio X: Leal/ Aparício/Gomes II/
Braz/Rique/Fernando/Baracuchy/Vieira/Gomes I/Paulo/Coelho.
Lyceu Paraibano: Polary/Archises/Aderaldo/Mario/Balthasar/ Vianna
Manfredo/Paulino/Aluizio (cap)/Arsenio/Sobreira (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1916, s/p, grifos nossos).

Segundo a matéria, o time formado pelos alunos do *Colégio Liceu Paraibano* “foi completamente dominado; no entanto, cumpre notar que o Anchises, Aderaldo, Polary e Manfredo, jogadores estes de tradição se mostraram sempre fortes e corajosos”. Durante o intervalo e ao final do jogo, a torcida entusiasmada ergueu “fervorosos vivas, pelo *club* triunfhante, ao *Lyceu Parahybano*, ao Dr. Alvaro de Carvalho, a mocidade e diretoria do *Diocesano “Pio X”*”⁹⁹.

Apesar da desconfiança inicial com que as práticas esportistas foram vistas pelos religiosos que dirigiam o Colégio, foi inevitável a introdução e aceitação de esportes, a exemplo do *foot ball* e do *volley ball*¹⁰⁰ como sinônimos de educação do corpo. A partir do momento em que o *foot ball* foi introduzido no Colégio e passou a fazer parte das aulas de educação física, surgiu a necessidade de organização de um espaço adequado para o treinamento dos atletas e também para a realização de algumas partidas.

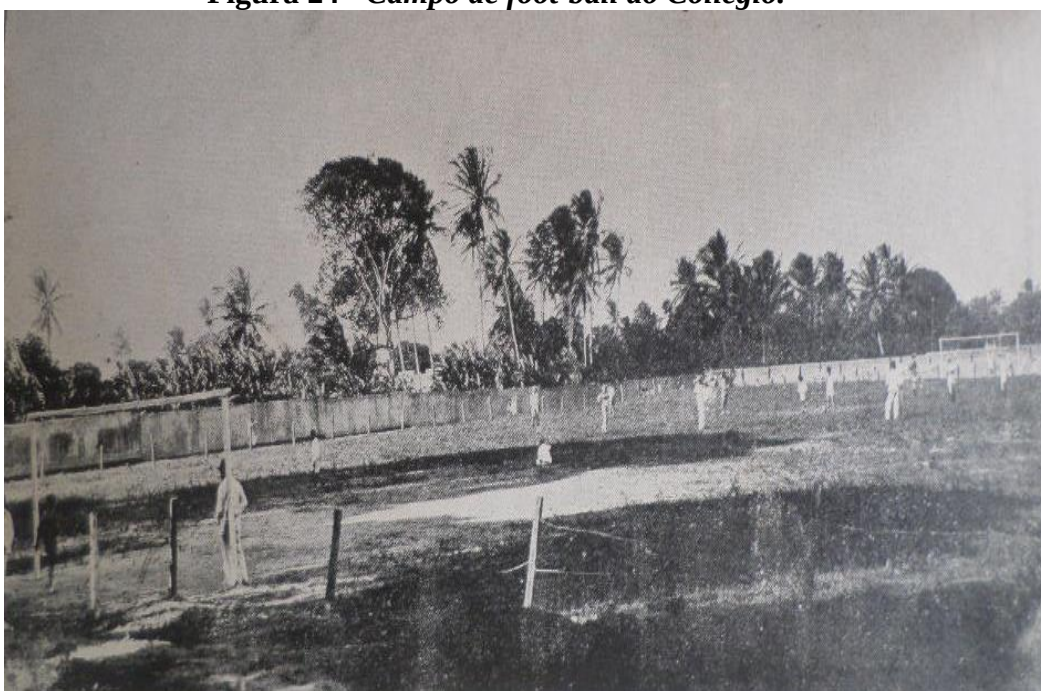
No mês de Dezembro de 1931, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou a imagem do campo de *foot ball* do Colégio. Esse foi um espaço de exaltação de corpo fortes e belos. Ali, desfilaram produções discursivas de culto à saúde, à disciplina e à ordem. Pelo que

⁹⁹ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1916, s/p.

¹⁰⁰ No corpo do texto da tese, resolvi manter a grafia da época que era predominante na maioria das fontes por mim analisadas e transcritas: *volley ball*.

é possível enxergar na **Figura 24**, o campo de futebol ficava localizado em um lugar rodeado por árvores. A estrutura do espaço não parecia ser das melhores. Mesmo assim, tornou-se um dos locais preferidos pelos professores e alunos de educação física do colégio para o revigoramento de seus corpos. O espaço era de terra batida. O gramado, que atualmente é uma das principais exigências, parecia uma realidade um pouco distante da qualidade futura que se passou a exigir para os gramados desportivos. A bola rolava mesmo era sobre um mato ralo e desigual:

Figura 24 - Campo de foot-ball do Collegio.



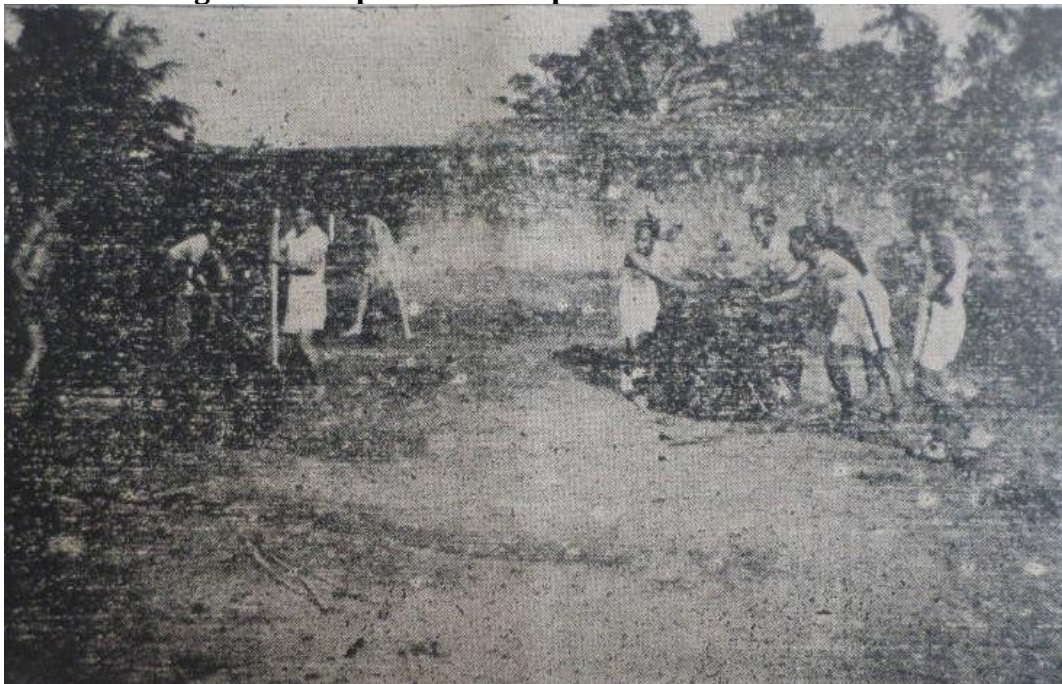
Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1931, s/p.

Em maio de 1941, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em seu segundo número, publicou uma fotografia em que aparece um grupo de homens (pelo que é possível ler da imagem, tratava-se de um grupo de alunos do próprio Colégio) trabalhando no que iria se tornar o tão aguardado “novo estádio” de *foot ball*. Espaço de muito treinamento físico e disputas esportivas.

A o branco dos uniformes parecia ser uma regra no Colégio. Como discutido em outros momentos desta tese, o branco ocupou um espaço de destaque na época. Foi visto pelos médicos higienistas como indicativo de saúde, de limpeza e cuidado com o próprio corpo. Uma pessoa zelosa e atenciosa com sua saúde tinha que expressar isso em público. E nada

melhor do que a vestimenta como sinal de cuidado e zelo com o que era entendido como saudável. O branco representava um corpo livre de doenças e higiênico. Na **Figura 25**, é possível observar o início da reforma do campo de *foot ball* do Colégio.

Figura 25 - A primeira mão para o novo estádio.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1941, nº 2, s/p.

Um novo espaço para os amantes do *foot ball* e de um corpo forte estava sendo construído. A leitura da **Figura 25** dá uma ideia da importância que o esporte ganhou dentro do *Colégio Diocesano Pio X*. Na imagem, o que se vê é um grupo formado por alguns homens: nove, de acordo com a leitura, realizando um trabalho braçal, fazendo a limpeza e campinando mato do espaço do futuro campo de *foot ball* do Colégio. Espaço de exaltação da cultura física, de construção de corpos educados, malhados, vigorosamente disciplinados e pedagogizados pelo *foot ball*. É nesse espaço de terra batida e quase nenhuma grama que a bola rolou, despertando a paixão dos paraibanos por aquele que iria se tornar, nas décadas seguintes, o esporte preferido de quase todos os brasileiros.

Apesar da fraca estrutura e conforto do campo de *foot ball* e da ausência de arquibancadas para a acomodação da torcida, os jovens paraibanos não pararam de se entusiasmar com o esporte. O *foot ball*, primeiro, conquistou as ruas da cidade de João Pessoa, a capital, posteriormente, foi ganhando espaços pelas ruas de outras cidades do Estado. A decisão do *Colégio Diocesano Pio X* em construir seu próprio espaço para o

treinamento e realização de um campeonato em suas dependências possibilitou a organização de competições com times de outras escolas. O objetivo era a organização de “um campeonato colegial que pudesse envolver os *teams* das divisões ginasiais (1º, 2º e 3º ano ginásial) do colégio e contasse com a participação dos *clubs* da Escola da Marinha, Liceu Paraibano e Academia de Comércio” (SOUZA, 2014, p. 110-111). Através da leitura da **Figura 26**, publicada pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em Dezembro de 1931, é possível verificar a forma como o campeonato tinha sido organizado.

Figura 26 - Campeonato Collégial

CAMPEONATO COLLEGIAL							
Organizado pela E. A. M.							
RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO DO CAMPEONATO							
Primeiro Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	3	3	0	2	15	6	0
Marinha	3	2	1	6	4	4	1
Liceu	3	1	2	9	1	2	0
Academia de Com.	3	0	3	4	1	0	1
Segundo Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	3	3	0	0	10	6	0
Marinha	3	1	1	1	3	3	1
Liceu	3	1	1	1	4	3	1
Academia de Com.	3	0	3	0	8	0	0
RESULTADO DO RETORNO DO CAMPEONATO							
Primeiro Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	2	2	0	4	1	4	0
Marinha	2	1	1	2	2	2	0
Liceu	2	0	2	1	4	0	0
Segundo Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	2	2	0	2	0	4	0
Marinha	2	0	2	2	5	0	0
Liceu	2	1	1	4	3	2	0

Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1931, s/p.

O campeonato foi organizado em dois turnos. Todos os times mediram forças entre si. No primeiro turno, as quatro equipes (*Colégio Diocesano Pio X*, *Escola da Marinha*, *Liceu Paraibano* e *Academia de Comércio*) se enfrentaram. No retorno do campeonato, apenas os times do *Colégio Pio X*, da *Marinha* e do *Liceu* travaram duelo no gramado. A *Revista do Colégio Diocesano Pio X* não publicou muitos detalhes da formação das equipes dos outros colégios. Em compensação, os times de *foot ball* do Colégio ganharam um colorido todo

especial. Os editores da revista não economizaram na tinta e papel para fazerem com que as imagens e sucessos desportivos de tais equipes de futebol fossem lidas e vistas circulando pelas principais ruas da capital paraibana. Em Dezembro de 1931, a revista tem publicado em suas páginas uma imagem do “invencível primeiro *team de foot-ball*” do Colégio.

A leitura da **Figura 27** leva o leitor ao encontro de um grupo de jovens estudantes que parecem ter “consciência” da importância que o *foot ball* havia conquistado no Colégio. O time era formado por onze jogadores. O uniforme, assim como era recomendado pelo discurso médico de vertente higienista da época, era branco. Oito atletas aparecem na imagem, em pé, ao lado do treinador, que elegantemente veste um terno, gravata e calça. Com as mãos sobre os bolsos da calça, o treinador demonstra seriedade e postura ereta. Três dos atletas são capturados pela lente da câmera fotográfica, deitados sobre o chão, exibindo para os futuros leitores, o escudo do “invencível primeiro time de futebol”. Quase todos os atletas usavam na cabeça uma espécie de toca. Possivelmente para facilitar o cabeceio da bola, que na época não tinha a mesma leveza e conforto das atuais bolas de *foot ball*, que são fabricadas pensando na agilidade e saúde dos praticantes.

Figura 27 - O invencível primeiro *team de foot-ball*.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1931, s/p.

No mesmo ano de 1931, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou uma imagem do “valeroso segundo quadro de *foot-ball*”, do Colégio. Pela fisionomia dos alunos presentes

na **Figura 28**, o time do segundo quadro era formado por atletas mais novos. A prática de esportes tinha conquistado um espaço de destaque dentre os alunos do Colégio passando a fazer parte do projeto de educação do corpo, que visava a formação completa dos alunos, contemplando os aspectos morais, intelectuais e físicos:

Figura 28 - O valoroso segundo quadro de *foot-ball*.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1931, s/p.

Por meio da leitura desse tipo de imagem, é possível compreender a relevância que o *foot ball* passou a ter na disseminação do gosto pela cultura física no Colégio. Os alunos e professores de educação física se tornaram grandes entusiastas do *foot ball*. Foi devido ao sucesso que as práticas esportivas tiveram entre os alunos do Colégio que a direção do mesmo revolveu iniciar o projeto de organização da *Liga Esportiva dos Alunos Internos do Colégio*. O campeonato contemplava as equipes de *foot ball* e de *volley ball* (tema do próximo tópico dessa tese). A fundação da *Liga Esportiva* foi tema de reportagem publicada pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em Dezembro de 1931: “foi fundada este ano a *Liga Esportiva dos Alunos Internos do Colégio* com o nobre fim de estimular o *desenvolvimento physico* dos estudantes, do qual depende o *desenvolvimento intelectual* e *consequentemente moral*” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1932, s/p, grifos nossos). A incorporação do *foot ball* às aulas de educação física assumiu o papel de colocar em prática o “projeto

educacional da escola”, de educação do corpo, através de um modelo de ensino que passava pela formação física, moral e intelectual (SOUZA, 2014, p. 112).

Essa intenção é expressa na “crônica esportiva” escrita pelo professor de educação física do colégio Renato Hortensio da Silva e publicada pelo sexto número da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, de 1941. Na ocasião, o professor chama a atenção “dos outros alunos de Educação Física” para que tivessem “consciência” da importância da dedicação aos treinos e das competições. Esse projeto fazia parte de uma trindade pedagógica que buscava produzir corpos saudáveis, belos, fortes, vigorosos e esbeltos. Esse projeto educativo almejava produzir para a sociedade os futuros cidadãos da pátria.

Da *Liga Esportiva dos Alunos Internos*, organizada pela direção do *Colégio Diocesano Pio X*, fizeram parte três times de *foot ball*: o *Royal S. C.*, possuindo como presidente, Wamberto Zenaydes, com 14 sócios; o *Flamengo S. C.*, presidido por Olavo Maia, com 12 sócios, e o *América S. C.*, sob a presidência de Luiz Ribeiro, com 14 sócios. “Houve dois animados campeonatos, um de *foot-ball*, e outro de *volley-ball*, cada um em quatro turnos; em ambos saíu victorioso o valoroso *Royal S.C*, conforme veremos adiante”¹⁰¹ (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1932, s/p, grifos nossos). A organização dos times obedeceu a seguinte ordem:

Royal

Foot-ball: Claudio/Wamberto/Zecunha/Bacalhau/
Lourival/Onofre/Olivio/Alvaro/Joaquin/Bercilino e Holanda.

Flamengo

Foot-Ball: Benedito I/Quitiliano/Helio/Benedito
II/Zacharias/Elisio/Flavio/Onevaldo/Duda/Simplicio e Walfredo.

América

Foot-Ball:

Beltrão/Firmino/Washington/Camra/Medeiros/Olympio/Democrito/Aristach
o/Appolonio/Brayner e Cabral¹⁰².

Ao final do campeonato, o time vencedor da competição, o *Royal S. C.*, recebeu das mãos do “Revmo. Ir. Director, uma rica taça”, além de “uma medalha comemorativa a cada um dos seus componentes”.¹⁰³ Em dezembro de 1932, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, publicou imagens dos três times de *foot ball* (*Royal*, *Flamengo* e *América*), que participaram da *Liga Esportiva dos Alunos Internos*. Na Figura 29, é perceptível a visualização de alguns

¹⁰¹ A organização do campeonato de *volley ball* será discutida no próximo tópico.

¹⁰² Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1932, s/p, grifos nossos.

¹⁰³ Idem.

dos aspectos físicos dos jogadores de: “O futuroso ROYAL S. C: Vencedor do Campeonato da Liga Esportiva dos alunos internos”¹⁰⁴:

Figura 29 - O futuroso ROYAL S. C: Vencedor do Campeonato da Liga Esportiva dos alunos internos.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1932, s/p.

A imagem dos jogadores do time do *Royal S. C.* é capturada pelo fotógrafo com *status* de campeão. Os onze atletas são fotografados ao lado do treinador e educador físico. No centro da imagem, a taça rouba a cena. É o símbolo da conquista de um campeonato que teve como objetivo a divulgação e incentivo das práticas esportivas dentro do Colégio. Nas **figuras 30 e 31** a seguir, é possível a visualização de alguns dos aspectos das outras duas equipes que disputaram o campeonato interno contra o time do *Royal*, o *Flamengo S. C.* e o *América S. C.*:

¹⁰⁴ Ibidem.

Figura 30 - O diplomata *team* de *Foot-Ball* do América S. C.



Figura 31 - O esforçado *team* de *foot-ball* do Flamengo S. C.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1932, s/p.

Nas **figuras** acima, “a elegancia e o ar de seriedade que expressa o semblante dos jovens” (SOUZA, 2014, p. 112) chamam a atenção do leitor. As imagens e textos produzidos pela *Revista do Colégio Diocesano Pio X* são representativas da importância que a direção, os alunos e professores da instituição atribuíram ao *foot ball* como modelo de recreação e atividade física. O *foot ball*, assim como as demais atividades físicas, transformaram-se num poderoso instrumento de educação do corpo. É inegável que uma nova sensibilidade em relação ao corpo dos alunos é gestada: e o *foot ball* fez parte desse audacioso projeto de produção de corpos fortes e saudáveis.

No próximo tópico, discutirei como o *volley ball* também fez parte desse projeto de educação corporal empreendido pela direção do *Colégio Diocesano Pio X*, durante as primeiras décadas do século XX. Essa modalidade esportiva caiu no gosto dos estudantes e professores do Colégio e ocupou, da mesma forma que o *foot ball*, um lugar de destaque nesse processo de modelação corporal. Dentro da quadra e atrás das redes que separavam os atletas de cada time, corpos se exercitaram, pularam, defenderam, correram, mergulharam em busca de bolas que pareciam indefensáveis. Ou seja, corpos foram educados, disciplinados, medicalizados e pedagogizados durante as aulas e partidas. Como se pode acompanhar por meio do que foi representado nas produções textuais e imagéticas sobre essa outra modalidade esportiva, a saúde e elegância corporal parecia ser um imperativo a ser alcançado.

4.5 Da agilidade, destreza e resistência: o *volley ball*

Assim como o *foot ball*, o *volley ball* representou para os alunos do *Colégio Diocesano Pio X* uma nova cultura esportiva que desempenhou papel importante no projeto de educação corporal. Um projeto de educação do corpo. A bola entrou pela porta da frente. Não fez cerimônia e logo caiu no gosto de alunos e professores amantes dos exercícios físicos. Conquistou um espaço de destaque durante a realização das aulas de educação física. Transformou-se num importante instrumento de medicalização e pedagogização de corpos. Traduziu-se “numa prática cultural de grande visibilidade”. As competições esportivas promovidas pelo colégio proporcionaram à circulação de “diferentes representações de saúde, beleza e jovialidade” (DALSIN e GOELLNER, 2006, p. 153).

Estudando a história do *volley ball* enquanto prática esportiva, Mazzaroba e Pires (2011, p. 6-7) destacaram que a criação desse esporte ocorreu em 1895, nos Estados Unidos, por William George Morgan, quando este assumiu “o cargo de diretor do *Departamento de Atividades Físicas da ACM de Holyoke (Massachusetts)*”. Inicialmente, surgiu como um esporte destinado a homens de meia idade. Num primeiro momento, passou a ser chamado de *minonette (mintonette)*, “uma mistura de basquete e tênis (dois esportes bastante populares entre os norte-americanos)”. O atual nome de *volley ball* se deu quando William Morgan recebeu o convite para assumir o cargo de diretor da *Escola para Trabalhadores Cristãos da ACM de Springfield*. Foi nesse momento que o mesmo apresentou sua invenção durante a realização de uma *Conferência dos Diretores dos Departamentos de Atividades Físicas das ACMs*. A criação do esporte atendeu às necessidades “de um contexto elitista, burguês, destinado para “homens de negócios”, entre 40 e 50 anos que, diariamente, se encontravam durante seu tempo livre”.

A partir do ano de 1915, é que o *volley ball* ganhou impulso e passou a ser melhor divulgado nos Estados Unidos. A prática desse esporte começou a ser indicada nos programas de educação física das escolas do país. Foi graças “aos núcleos internacionais da Academia Cristã de Moços” (MAZZAROBA e PIRES, 2011, p. 6) que a prática esportiva conquistou espaço em outros países, a exemplo do: Canadá (em 1900); Cuba (1905); Peru (1910); Filipinas (1908); Porto Rico, Uruguai, Argentina, China e Japão (1912); Brasil (1915/1916); e México (1917). Essas são algumas das prováveis datas da chegada do *volley ball* nesses países. Para outros países, não se tem registros sobre essa chegada. O silêncio impera. O que se sabe, com certeza, é que as duas primeiras décadas do século XX representaram o

momento em que o *volley ball* conseguiu transpor as fronteiras norte-americanas e conquistar seu espaço em outros países mundo afora.

No Brasil, a provável chegada desse esporte como uma modalidade esportiva data provavelmente de 1915 no *Colégio Marista de Recife-PE* e 1916, em São Paulo, na *Associação Cristã de Moços*, localizada naquela cidade. O que existe de certeza é que “a introdução do *volley ball* no Brasil se deu por meio da Associação Cristã de Moços” (MAZZAROBÁ e PIRES, 2011, p. 6). No início, o esporte¹⁰⁵ era praticado “quase exclusivamente nas ACMs, com o tempo e a divulgação, passou a ser disputado em outras instituições” (BIZZOCHI, 2004, p. 16). Na Paraíba, a divulgação do *volley ball* em meio à sociedade ficou a cargo dos alunos e professores do *Colégio Diocesano Pio X*. As notícias divulgadas pela imprensa da época, que trataram da presente modalidade esportiva, fazem referência às competições disputadas pelos alunos do Colégio.

Em 1932, o Colégio organizou o *Campeonato da Liga Esportiva dos Alunos Internos*. Na ocasião, conquistada pela equipe do *Royal S. C.* O incentivo à participação nesse tipo de competição esportiva entre os alunos do Colégio tinha como objetivo o estímulo ao “desenvolvimento físico dos estudantes”, formando uma trindade pedagógica que incluía os aspectos morais e intelectuais. Os três times de *volley ball* do Colégio que participaram da competição entraram em quadra apresentando a seguinte formação:

Royal

Volley-Ball: Wamberto/Zeregis/Lourival/Edward/Joaquim e Onofre.

Flamengo

Volley-Ball: Onevaldo/Quntiliano/Helio/Walfredo/Flavio e Zacarias.

America

Volley-Ball: Luiz/Washington/Beltrão/Brayner. Edward e Aristarcho
(REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1932, s/p, grifos nossos).

Ao final do campeonato, a equipe vencedora (*Royal S. C.*) recebeu das mãos do Revmo. Ir. Director, do *Colégio Diocesano Pio X* “uma rica taça” e “uma medalha comemorativa a cada um dos seus componentes”. Em Dezembro de 1932, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou um texto imagético com os atletas que formaram o time de *volley ball* do *Royal S. C.*, com o seguinte título: “O valoroso *team* de *volley-ball* do *Royal S.*

¹⁰⁵ A partir do momento em que ocorre “a profissionalização do futebol brasileiro, em 1933, o voleibol, assim como todos os demais esportes amadores, tiveram um corte no seu crescimento. Particularmente no Rio de Janeiro, o vôlei sobreviveu graças “às areias da praia, onde continuou a ser praticado como jogo recreativo ao ar livre” (MAZZAROBÁ e PIRES, 2011, p. 8-9). A organização do primeiro campeonato nacional só veio acontecer em 1944, contando com a participação de seis equipes femininas e oito masculinas. No dia 9 de Agosto de 1954, é criada a CBV4 – Confederação Brasileira de Voleibol, “com o objetivo de difundir e desenvolver o esporte no país”.

C., Vencedor no *Campeonato da Liga Esportiva dos alunos internos*”¹⁰⁶. O time era formado por seis jogadores e um treinador. O uniforme era composto de camisas longas e calças brancas, com listras escuras no pescoço e cintura. O treinador que aparece no canto da imagem veste uma camisa branca de mangas longas e uma calça preta. A bola utilizada nas competições e treinos aparece no centro da **Figura 32**:

Figura 32 - O valoroso team de volley-ball do Royal S. C., Vencedor no Campeonato da Liga Esportiva dos alunos internos.

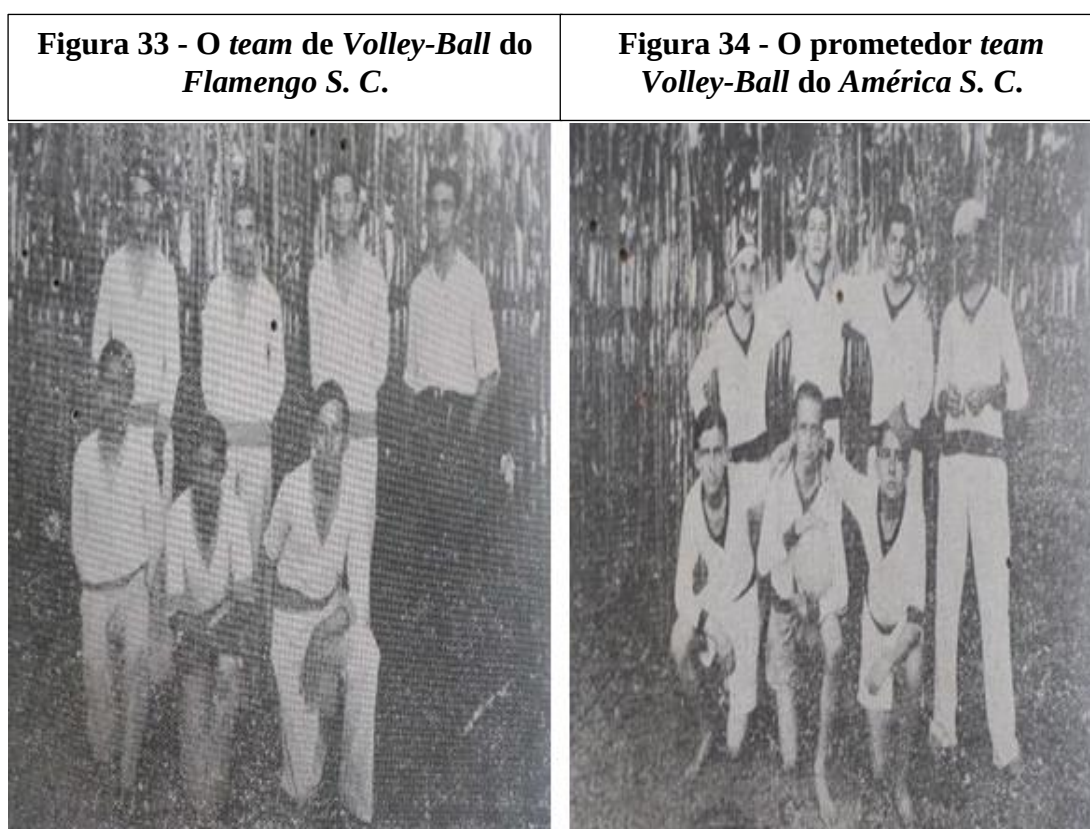


Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1932, s/p.

O time de *volley ball* do Royal S. C. destacou-se pela elegância do uniforme – camisas e calças longas, em conjunto com sapatas brancas. A utilização de calças nos treinos e competições de *volley ball* no início do século passado era algo bastante comum. Fazia parte da identidade dos jogadores. Era elegante e higiênico competir uniformizados com camisas de gola longa, calças e sapatos brancos. No mesmo número da revista, em 1932, o leitor pode ter contato com alguns aspectos dos outros dois times de *volley ball* que participaram do *Campeonato da Liga Esportiva dos Alunos Internos do Colégio Diocesano Pio X*. Algo que chama bastante a atenção nas presentes produções imagéticas é a padronização dos uniformes das equipes. Os jogadores dos três times utilizavam um mesmo uniforme, camisas longas, calças compridas, com listas escuras sobre o pescoço e a cintura. A utilização do branco

¹⁰⁶ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1932, s/p.

parecia obedecer a uma norma. Sempre estava presente. Era sinal de higiene, elegância e bom gosto. É revelador da disciplina, da elegância, da saúde corporal, do apreço pela ordem. Era indicativo de educação. Essas produções imagéticas pareciam obedecer a um padrão. O treinador do *Flamengo S. C.* é capturado pela câmera fotográfica vestindo uma camisa branca, calça preta e com suas mãos sobre os dois bolsos da calça. Já o treinador do *América S. C.*, é fotografado vestindo o mesmo uniforme dos atletas, conforme as **figuras 33 e 34** a seguir:



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1932, s/p.

Para o *Colégio Diocesano Pio X*, a realização desse tipo de prática esportiva teve como objetivo principal incentivar o desenvolvimento físico e introduzir os alunos nas práticas esportivas, familiarizando-os nas competições contra alunos do próprio Colégio e também nas disputas com alunos de outras escolas do estado. Pelos discursos publicados nas páginas da *Revista do Colégio*, o *volley ball* passou a ser uma das atividades físicas preferidas pelos alunos. Transformou-se num modelo de cultura física importantíssimo. Com isso, assiste-se emergir uma nova cultura corporal. Os professores de educação física tinham em suas mãos um novo dispositivo pedagógico de educação corporal.

A *Revista do Colégio Pio X* fez circular informações a respeito das práticas e atividades físicas dos alunos e, nesse sentido, em Novembro de 1930, o impresso publicou uma fotografia do “glorioso” time do terceiro ano serial “vencedor do *Campeonato de Volley-ball*”.

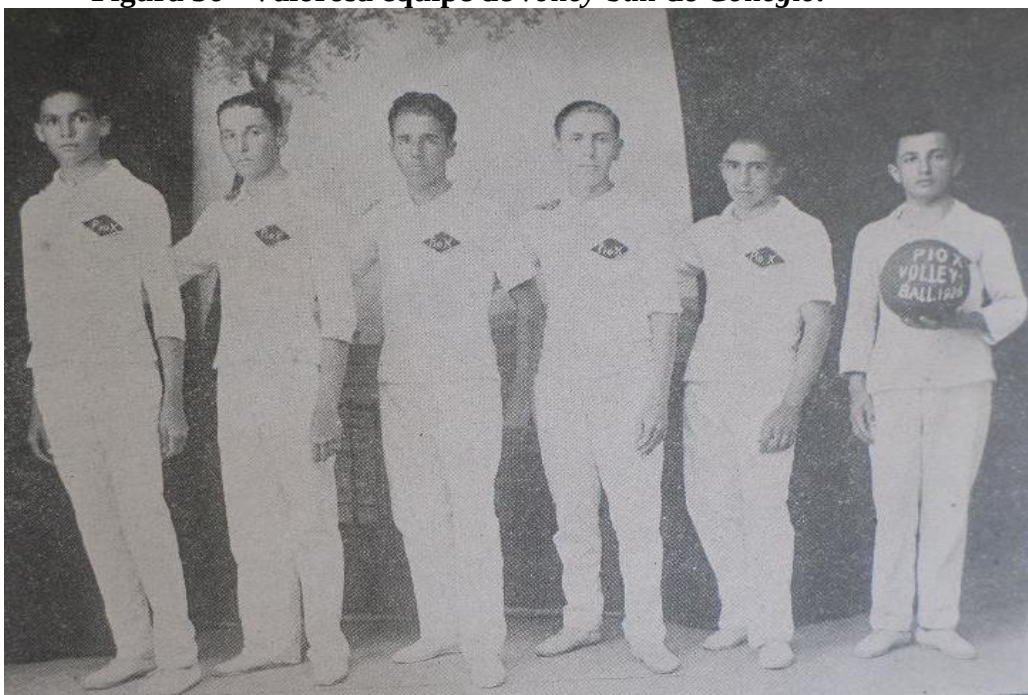
Figura 35 - Glorioso team do 3º ano serial vencedor do *Campeonato de Volley-ball*.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1930, s/p.

No mesmo ano de 1930, o impresso pedagógico divulgou outra **Figura**, agora da “valorosa equipe de” *volley-ball* do *Colégio Diocesano Pio X*. Em todas essas produções imagéticas publicizadas pela Revista, o respeito às normas defendidas pelo saber/poder da medicina de vertente higienista está presente. O gosto pelo branco dos uniformes é uma marca registrada. O apreço pela elegância e charme com que os atletas pousam diante da câmara. Tudo isso fazia parte de um discurso que o Colégio parecia fazer questão de ver circulando e sendo lido pela audiência paraibana.

Figura 36 - Valorosa equipe de *volley-ball* do *Collegio*.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1930, s/p.

As produções imagéticas trabalhadas na presente tese indicam que o *volley ball* fez parte do projeto de educação do corpo do *Colégio Diocesano Pio X*, modelando corpos e mentes. Os futuros representantes da pátria nacional estavam sendo, aos poucos forjados, construídos à custa de muito esforço físico. Dito isto, informo ao presente leitor que as próximas histórias que darão corpo à minha narrativa tratam de sujeitos portadores de corpos fortes, saudáveis, cheios de energia e vigor físico, repletos de apetrechos intelectuais e morais capazes de se tornarem exemplos de cidadãos brasileiros. Como as ideias em torno do ensino de higiene e das práticas médicas de cuidado com o corpo que circularam dentro dos muros do *Colégio Diocesano Pio X* fizeram parte de um projeto educacional de gestação de uma *cultura escolar*.

CAPÍTULO 5 - A PEDAGOGIA DA HIGIENE: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO HÍGIDO DE EDUCAÇÃO

De corpos fortes, saudáveis, cheios de energia e vigor físico, repletos de apetrechos intelectuais e morais capazes de se tornarem exemplos de cidadãos brasileiros. É disso e de outros assuntos que o presente capítulo busca problematizar. Quais foram as práticas de pedagogização do corpo adotadas pelo *Colégio Diocesano Pio X*, para concretizar seu projeto médico-educativo de construção de um modelo de educação higiênica? A higiene, ao longo das primeiras décadas do vigésimo século, foi uma das matérias e discursos mais bem aceitos pela direção do Colégio, para colocar em prática seu audacioso projeto de medicalização corporal. Para tanto, atuou-se sobre o corpo dos jovens que frequentavam suas dependências, modelando-os, disciplinando-os, adestrando-os, medicalizando-os e pedagogizando-os. Fez parte de um projeto mais amplo, posto em circulação pela medicina de vertente higienista, que viu na escola o espaço ideal para a conformação de uma população que deveria, à custa de muito esforço, se tornar moderna e civilizada.

A medicina e o saber médico paraibano interferiram no cotidiano escolar do Colégio, prescrevendo a maneira correta de organização dos currículos, da espacialidade arquitetônica, do vestuário, dos calçados, o combate às doenças infectocontagiosas, as prescrições de diagnósticos, entre outros assuntos, que, de uma forma ou de outra, passaram a ocupar a pasta de preocupações dos esculápios.

Nesse processo, o dentista escolar também desenvolveu importante papel dentro da instituição, auxiliando os alunos e professores na preservação de dentes brancos, limpos, saudáveis e de bom hálito. O discurso em volta da saúde bucal foi citado nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, o que indica que os cuidados com a boca fazia parte da lista de preocupações do Colégio. No curso do processo de modernização pretendido pela sociedade brasileira, foi defendido no dia a dia das escolas que ter dentes brancos e saudáveis era a porta de entrada no mundo civilizado, era sinônimo de progresso e modernidade garantidos. A estética bucal era também um dos critérios desta modernidade, e os padrões que por ela eram exigidos (como a beleza) representavam estes ares tidos como modernos.

Outro assunto importante visto neste capítulo é o da gripe espanhola, que amedrontou parte da sociedade paraibana. O medo foi tão grande que, em alguns momentos, a direção do *Colégio Diocesano Pio X* teve que antecipar as férias, e em outros, utilizou a imprensa em circulação para tentar tranquilizar os pais de alunos sobre a situação. São desses assuntos que

o capítulo que se inicia fala. Ao leitor, deixo o convite para que o mesmo possa conhecer um pouco mais dessas histórias.

5.1 Da higiene: os preceitos da ordem médica

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Art. 5º - Para a matrícula dos alumnos são exigidos:

- a) Certidão de baptismo,
 - b) Attestado de vacinação,
 - c) Certificado de que os candidatos não sofrem de moléstia contagiosa
- (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1929, s/p).

O *Regimento Interno* do *Colégio Diocesano Pio X* era bastante firme quando o assunto a ser tratado era a admissão de alunos novatos. Os pais precisavam cumprir algumas exigências: trazer em mãos documentos que provassem ser batizado e um “atestado de vacinação” emitido por um médico. Alunos doentes ou sem a documentação comprobatória eram de imediato recusados pela direção. As recomendações impostas pela direção do estabelecimento de ensino visava atender aos objetivos de produção de corpos sãos e robustos, educando uma sociedade que clamava por progresso e desenvolvimento econômico, político e social, compondo, assim, uma sociedade civilizada e moderna. Os itens exigidos para a matrícula eram comuns a muitas escolas do estado. O que havia de diferente no Colégio, e que merece destaque, era a obrigação de apresentação de um certificado de batismo. Era o discurso religioso mais uma vez se fazendo presente no projeto educativo da instituição.

No início do século XX, o estado sanitário das escolas e dos alunos passou a ocupar espaço na lista de preocupações das autoridades e educadores paraibanos. Nos meses de Fevereiro e Março de 1917, o governo do estado, representado pelo Exmo. Senr. Dr. Presidente Francisco Camillo de Holanda, divulgou os registros sanitários das principais escolas na Paraíba. O “Relatório anual da Inspeção Sanitária Escolar” foi assinado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. José de Azevedo Maria, Inspetor Sanitário Escolar. No documento, são apresentadas algumas informações valiosas a respeito do estado médico-sanitário das escolas, fornecendo dados como as aulas que foram visitadas, os dias das visitas do Inspetor Sanitário e as condições de higiene do prédio.

Quadro 09 - Cópia do registro das visitas sanitárias escolares dos meses de Fevereiro e Março de 1917.

Aulas visitadas	Dias das visitas	Condição do prédio
------------------------	-------------------------	---------------------------

<i>3ª cadeira mixta</i>	12/2/1917 e 21/3/1917	Optima
<i>5ª cadeira mixta</i>	16/2/1917 e 24/3/1917	Optima
<i>6ª</i>	17/2/1917 e 21/3/1917	Sofrível
<i>2ª cadeira mixta municipal</i>	17/2/1917 e 7/3/1917	
<i>1ª</i>	7/3/1917	
<i>2ª cadeira mixta</i>	23/2/1917 e 23/3/1917	Boa
<i>1ª cadeira mixta</i>	27/2/1917 e 28/3/1917	Sofrível
<i>4ª cadeira mixta</i>	27/3/1917	Regular
<i>7ª cadeira mixta</i>	20/3/1917	
<i>1ª cadeira do sexo feminino</i>	26/2/1917 e 27/3/1917	Optima
<i>2ª cadeira do sexo feminino</i>	28/2/1917 e 30/3/1917	Regular
<i>1ª cadeira do sexo masculino</i>	26/2/1917 e 27/3/1917	Muito sofrível
<i>2ª cadeira do sexo maculino</i>	28/2/1917 e 2º/3/1917	Péssima
<i>3ª cadeira do sexo masculino</i>	27/2/1917	Muito boa
<i>Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello</i>	23/2/1917 e 24/3/1917	Boa
<i>Collégio Diocesano Pio X</i>	19/3/1917	Excelente

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações colhidas no *Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultura da Paraíba – FUNESC*, 1917 (2020).

No registro sanitário organizado pelo Inspetor Sanitário Escolar, Dr. José de Azevedo Maria, merece destaque a situação higiênica do *Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello* e do *Colégio Diocesano Pio X*. Enquanto o *Thomas Mindello* apresentou, segundo o Inspetor, uma “boa” qualidade higiênica em sua arquitetura e mobiliário, o *Pio X* destacou-se pela “excelente” condição higiênica da arquitetura de seu prédio. A partir desse momento, as

discussões em torno das preocupações com as condições de higiene da arquitetura do prédio, dos objetos que compunham a estrutura de seu prédio, do vestuário, da saúde do corpo dos escolares, das condições físicas, dos problemas de possíveis doenças, dentre outros, começaram a fazer parte da realidade do *Colégio Diocesano Pio X*. A higiene foi: “o ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescrição dos objetos sociais, em conformidade com os cânones dessa Ciência” (GONDRA, 2003, p. 521). Ramo, aliás, que se preocupou bastante “com uma medicina do social”.

No cenário da Paraíba, “os discursos médicos conseguiram alcançar o âmbito legal: regulamentos e legislações foram promulgados visando à medicalização social e a higienização dos costumes” (SANTOS, 2015, p. 244). Logo, a comunidade médica, trabalhando em conjunto com autoridades e educadores, percebeu a necessidade de implantação de políticas públicas de educação sanitária. Os sujeitos passaram a ser educados com base nas propostas de uma medicina social. Uma proposta de educação dos sentidos foi posta em prática com a intenção de educador e modelar os corpos dos sujeitos: “este novo foco favoreceu a constituição de uma medicina social fortemente marcada pelos conceitos de prevenção, higienização e educação sanitária” (Idem). Com isso, uma parte significativa dos médicos paraibanos que viveram nas primeiras décadas do século passado defenderam ações que viabilizassem a promoção de políticas de higienização e aprimoramento “eugênico” da população.

Simultâneo ao crescimento da medicina, a educação passou a ser alvo da atuação dos médicos, interferindo diretamente no espaço da escola para formar as futuras gerações. Nisso, pais e professores tornaram-se os “principais destinatários das prescrições médicas” (GONDRA, 2003, p. 525). A educação escolar e a medicina ficaram com a responsabilidade de efetivar o projeto de destruição da ignorância e falta de higiene, produzindo sujeitos educados, livres de doenças infectocontagiosas, fortes fisicamente, cidadãos de um país homogêneo e civilizado.

No início do século XX, dentro do campo de discussões do saber médico, a higiene passou a ser pensada como um dos principais fatores de progresso e de bem-estar humano. Para Santos (2017, p. 59), na época os discursos “defendiam que o profissional médico deveria penetrar no interior das escolas com a devida autoridade que lhe cabia, não prontificando e nem retrocedendo quando o assunto a tratar era a higiene e a saúde” dos escolares. Com o passar dos anos, os médicos foram construindo suas identidades e ganhando o respeito da sociedade. Respeitado socialmente pela sua formação acadêmica e importância social que conquistara com o passar dos séculos, o médico passou a fazer parte do cotidiano

das escolas de quase todo país, ditando normas de bom comportamento, asseio e disciplina do corpo, diagnosticando doenças, receitando medicamentos e combatendo os maus hábitos das crianças ainda durante os primeiros anos de vida.

Esse profissional voltou parte de sua atenção para o cuidado e o desenvolvimento harmonioso do corpo infantil. Ações profiláticas foram tomadas com o objetivo de disciplinar e medicalizar o corpo infantil. Para que isso fosse possível, os médicos passaram a inspecionar corredores, as salas de aula, o pátio das escolas, o vestuário, o mobiliário escolar, as latrinas, nada que dissesse respeito à higiene escapava ao exigente olhar médico. No *Colégio Diocesano Pio X*, esquadriharam o corpo dos escolares e dos docentes. Quase todos os assuntos relacionados à falta de higiene e à saúde passaram a compor o quadro de ação do campo médico. A preocupação em torno da saúde do corpo dos escolares passou a ser uma das principais reivindicações e também preocupação do campo de ação médica.

As primeiras décadas do século XX foram responsáveis por aprofundar entre os médicos brasileiros “as metas vinculadas à saúde do corpo enquanto objeto de ensino, para tanto, encostaram seus estetoscópios nos muros das escolas e propuseram procedimentos pedagógicos de ensino e avaliação nas matérias de higiene e educação física” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 127). Os investimentos realizados em torno da higiene escolar fizeram parte do processo de disseminação na sociedade brasileira da medicina social. Os assuntos relacionados à higiene escolar dominaram as principais ações médico-pedagógicas.

Michel Foucault (2010), ao analisar a emergência da medicina moderna, afirma que esta é uma prática eminentemente social, pois abrange certa tecnologia do corpo social, e sendo uma prática social, a medicina somente é individualista quando se refere à valorização da relação médico-paciente. Ainda para este autor, foi a partir do desenvolvimento do sistema capitalista de produção consolidado entre os séculos XVIII e XIX, em consequência do aumento vertiginoso da produção industrial nos países europeus, que o corpo do trabalhador passou a ser classificado e visto como força de produção e de trabalho. Neste momento, o controle exercido pela sociedade sobre os indivíduos iniciou-se no e sobre o corpo: “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 2010, p. 80).

O início do século passado foi a época ideal para a invenção de ideias que penetrou o cotidiano interferindo nas principais atividades pedagógicas das escolas. O médico passou a estar presente em quase todos os assuntos discutidos no interior das escolas. No *Colégio Diocesano Pio X*, não foi diferente. Como visto anteriormente, para ser aceito como aluno do

Colégio, o candidato tinha que apresentar, no ato da matrícula, um atestado médico, comprovando que estava livre de qualquer tipo de doença infectocontagiosa, a exemplo de tifo, tuberculose, sarampo, varíola etc., responsável por disseminar pânico entre as populações dos grandes centros urbanos do país. Era preciso comprovar possuir boa capacidade física, idoneidade moral e ser livre de qualquer tipo de doença contagiosa. O atestado deveria ser concedido por competente profissional da área médica. Em dezoito de Janeiro de 1922, o jornal *A Imprensa* informou, em nome da diretoria do Colégio, que os pais dos alunos “candidatos à matrícula pela primeira vez deverão trazer certidão de batismo e atestados de vacina e de não sofrerem de moléstia contagiosa. Toda a roupa deverá ser marcada com o nome do aluno” (*A IMPRENSA*, 1922, s/p).

Este tipo de informação é bastante ilustrativo da interferência que o discurso médico de higienista teve dentro da escola no período aqui analisado. A escola foi tomada como o espaço ideal para a propagação de ideias sobre a promoção e transformação do corpo e de hábitos salutarres. As práticas de higiene abrangiam os benefícios do saber médico para a promoção da saúde do corpo. A respeito do assunto, Soares Júnior (2015, p. 129) diz que o “lugar de vulgarização da consciência sanitária, nas práticas cotidianas de higiene, na realização de tarefas que disciplinavam o corpo formando-o enquanto membro rijo, vigoroso, forte”.

O médico utilizou de seu prestígio recém-conquistado para adentrar com poder de autoridade na escola. Por ser o detentor do conhecimento dito científico, começou a frequentar com mais assiduidade as instituições de ensino, abordando normas de bom comportamento, prescrevendo medicamentos, formas de se realizar o asseio do corpo das crianças, os cuidados com as vestimentas, com os calçados, a maneira correta de fazer a escovação dos dentes, como higienizar determinadas partes do corpo, livrando as crianças de doenças contagiosas.

O discurso médico higienista, ao se voltar para a educação escolar, forneceu um modelo de organização da escola pautado “na razão médica que ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso e familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas” (GONDRA, 2003, p. 527). Apelou-se para os “argumentos científicos” que se ocuparam de uma vasta gama de aspectos vinculados à escola, como a recomendação do melhor espaço para a construção dos edifícios escolares, a importância de se possuir uma edificação própria e adequada para o funcionamento como escola, as recomendações e exigências para o ingresso dos alunos, o tempo, o espaço e os saberes escolares, o problema da alimentação, o sono, as roupas recomendadas para as aulas e prática de exercícios físicos,

os recreios, a ginástica, a formação intelectual, moral e religiosa. O discurso médico foi responsável por produzir “uma sociedade higienizada com o auxílio da higiene” (Idem). A higiene interferiu em várias dimensões da organização do espaço escolar. Entre os campos de atuação da higiene, destaco a arquitetura, o corpo dos escolares e sua formação intelectual.

No período, o poder exercido pelos esculápios era algo inquestionável. Ninguém se atrevia duvidar ou até mesmo questionar a decisão/fala de um médico. Todos paravam para escutá-lo. Quando o assunto discutido era doença ou saúde, as pessoas por perto paravam para ouvir sua opinião. Logo, um novo personagem ganha visibilidade: as crianças. A infância tornou-se a fase da vida ideal para que os hábitos considerados higiênicos fossem cultivados para a produção de um corpo saudável, vigoroso e produtivo. Uma sociedade desenvolvida econômica, política e socialmente via, em seus cidadãos, o espelho a ser seguido. A Paraíba, não fugiu a esses objetivos. Assistiu a uma série de mudanças na área da economia, da política e do social. Os costumes dos moradores foram transformados, as ruas ganharam novos ares, novas lojas, novos pedestres, carros de luxo ocuparam os espaços com os transeuntes. Uma nova estética ganhou corpo. As pessoas exibiram novos padrões de comportamento, a saúde do corpo social e individual ganhou fôlego.

Devido a esse conjunto de mudanças de ordem econômica, cultural e social que a Paraíba estava vivenciando no início do século passado, a imprensa da época, principalmente o jornal *A Imprensa*, começou a demonstrar uma maior preocupação com as questões em torno dos problemas da falta de higiene da população. Em treze de Julho de 1921, o jornal divulgou o artigo *Pela Higiene*, abordando a merecida importância que o tema da higiene precisava ter para o desenvolvimento de um corpo saudável. O articulista responsável pelo texto logo indagou: “não é a saúde do povo o de que primeiro devem cuidar os governos?” (*A IMPRENSA*, 1921, s/p). Na sequência, afirmou que um “país novo, de território vasto e solo feracíssimo, o Brasil precisa, (sobretudo de vigor e energia para os surtos de seu progresso)”¹⁰⁷. O discurso defendeu que era impossível um país conseguir empreender seu desenvolvimento industrial, comercial e agrícola “com uma população anemizada, enfermiga, cachetica, devastada pelo álcool, pela syphilis, pelo impaludismo e a ancilostomíase?” (Idem). O caminho para o progresso começava pelo incentivo da educação e pelo combate as enfermidades que tanto acometia a população. A narrativa segue defendendo o investimento na saúde e educação do povo:

¹⁰⁷ Ver *A Imprensa*, 13 de Julho de 1921, s/p.

Por isso, nunca achamos demais os gastos com a saúde e, bem assim com a instrução do povo que, apesar de tudo, permanece analfabetos sem ideias, sem descortino, de tudo ignorante.

Estes dois problemas, a nosso ver, são inseparáveis um do outro. São ambos importantes, prementes, inadiáveis e de todo em todo necessários ao engrandecimento e prosperidade da nação.

Felizmente a Parahyba ora toma por um rumo novo. Graças ao tino e boa vontade de seu ilustre presidente e ao esclarecido critério do competente Director do serviço de profilaxia rural, há começando aqui, o que de muito já devera te-lo sido, o combate aos temerosos e apavorantes flagelos endêmicos, ceifadores que são das vidas preciosas de nossos patrícios¹⁰⁸.

Na tentativa de implantação de um projeto modernizador e civilizatório em terras paraibanas, os discursos educacionais e médicos caminharam juntos. Estiveram lado a lado instruindo e medicalizando a população. Com isso em vista, o governo estadual criou o Serviço de Profilaxia Rural, instalando, na capital do estado, “vários postos sanitários” em diferentes pontos:

Onde a malária assentou os seus arreaiaes, sendo muito de desejar que a acção hygiene se estenda a todas as populações assoladas, saneando-se, de vez, os pântanos e focos de infecção, e espalhando-se pelo povo as nações precisas para se livrar de futuro dessa cruéis e terríveis endemias¹⁰⁹.

A mesma preocupação que tomava conta das autoridades da cidade com as questões de saúde estenderam-se para as instituições de ensino. A direção do *Colégio Diocesano Pio X*, por exemplo, começou a demonstrar sua preocupação com os possíveis problemas sanitários de seus alunos e de sua própria estrutura física. Em Setembro de 1939, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* apresentou a seus leitores alguns aspectos da *LIMPEZA E CONSERVAÇÃO GERAL DO PRÉDIO*:

O Colégio Diocesano tem sido para nós um prédio de difícil e dispendiosa conservação tanto na parte antiga, cujo material se vai tornando aos poucos imprestável em razão da idade, como na parte moderna, construída com matéria prima de 2º ordem no referente às calhas, aos canos e ao madeiramento. Duas vezes, em 1936 e 1938, foi feita a limpeza geral interna do prédio. Foram concertadas 6 tesousas do tecto, no dormitório dos menosres, todas envolvidas com braçadeiras de ferro. Foram construídas 3 canos externos de ferro galvanizado para escoamento das águas da chuva: 1 na fachada principal do 1º pavilhão e 1 no salão da 3ª serie ginásial, que ameaçava, ruína, com a infiltração das águas nas paredes, consequência do sistema condenável de canos embutidos de concreto. Todas as calhas de ferro galvanizado sofreram concertos e uma bastante extensa foi

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Ver *A Imprensa*, 1921, s/p.

inteiramente substituída porque, de tão frágil o seu material, já estava largando os pedaços¹¹⁰.

A reforma foi estendida para a ampliação do “refeitório” e para a reconstrução de “uma alpendrada que lá existia, com cobertura de telhas, e instalado o aparelho sanitário dos empregados”. A direção, preocupada com a situação sanitária do prédio, fez os reparos “nas ligações de água, luz e esgoto”. A limpeza e conservação do mobiliário escolar foram realizadas. Em 1936, as 340 peças do “mobiliário escolar foi todo envernizado em 1936 e em 1938 sofrendo também os necessários reparos”¹¹¹. A sociedade paraibana exigia uma escola que cumprisse as modernas exigências da medicina social. Os pais queriam ver seus filhos estudando numa instituição organizada e que fornecesse um ensino de qualidade. Uma escola moderna e que prezasse pela disciplina: “a disciplina do Colégio, contudo, acentuou-se com a renovação dos quadros escolares e a diretoria provou que o que dava nome ao Colégio era menos a quantidade que a qualidade dos seus discentes”¹¹².

Era preciso investir na educação e na saúde das crianças, o futuro promissor da cidade. Segundo Soares Júnior (2015, p. 100), “devido à escassez de médicos para o atendimento público, as escolas precisavam possuir seu próprio funcionário da saúde”. Portanto, a defesa do discurso médico ganhou corpo dentro da instituição. Práticas de higiene e educação do corpo passaram a ser vistas como os melhores caminhos para se almejar um futuro promissor e próspero. O médico, armado pelo discurso científico, passou a atuar sobre o corpo infantil. A ação sobre o corpo infantil se deu devido a esses profissionais acreditarem que as crianças, durante os primeiros anos de vida, quando chegavam à escola, possuíam um corpo capaz de ser moldável através de práticas médicas e higienistas. Atuaram moldando o corpo das crianças nas modernas práticas de higiene corporal. Para Rocha (2003, p. 167), instaurou-se uma empresa de higienização que “era fundamental esquadilhar o corpo infantil, produzir os cânones de normalidade, comparar e moldar”.

A higiene praticada com os cuidados necessários às prescrições médicas anatômicas favorecia o desenvolvimento de determinadas partes do corpo, em harmonia com a idade das crianças. Esses exercícios, quando praticados de forma errônea, acarretavam em prejuízo para o organismo. Algumas partes do corpo poderiam desenvolver traumas, lesões ou até mesmo deformações físicas irreversíveis. Por isso, a necessidade de se passar primeiro pela consulta de um médico especialista no assunto para que as crianças comessem a praticar os

¹¹⁰ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1939, nº1. s/p.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Ibidem.

exercícios que melhor se adequassem a seus corpos e idades. Almejava-se, com isso, a produção de um corpo hígido. Para que isso fosse possível, ocorreram grandes investimentos sobre o corpo das crianças. As atividades físicas auxiliadas com a competência do discurso médico passaram a integrar o currículo das escolas nacionais.

O pensamento higienista da época acreditava que investindo sobre o corpo das crianças dentro das escolas, em um futuro próximo, o país teria cidadãos higienicamente/eugenicamente saudáveis e potencialmente produtivos: “o discurso e a prática médica em suas concepções higienistas, de forte caráter moralizador, normativo e adaptativo-educativo, constituíram-se em instrumentos de intervenção na sociedade” (SOARES, 2000, p. 53). Com a popularização pela qual passou o saber médico neste período, o “higienista passou a ser ouvido em todos os problemas de grandes realizações sociais” (Idem). Os problemas relacionados aos cuidados e à prevenção com a higiene do corpo das crianças faziam parte das preocupações nacionais. O futuro do país estava nas mãos desses profissionais da saúde, que, auxiliados pelos docentes, passaram a ocupar espaço de destaque nas escolas.

O *Colégio Diocesano Pio X*, nas primeiras décadas do vigésimo século, era defendido como modelo de escola ideal para a educação da mocidade paraibana. Uma instituição moderna e civilizada, contando com um corpo de profissionais capacitados na área médica e pedagógica, com um edifício que atendia às modernas necessidades do discurso médico-higienista, favorecendo a educação e a saúde das crianças. Para se produzir um corpo harmônico em que estivessem inclusas as práticas higiênicas e pedagógicas, era preciso atentar para os cuidados com os “problemas relevantes de higiene”. O principal papel da medicina neste cenário de profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais era com a prevenção. Prevenir os cidadãos das inúmeras doenças infectocontagiosas que poderiam acometer seus corpos, tornando-os raquíticos, débeis e improdutivos.

O discurso médico-higienista esteve preocupado em formar cidadãos fortes e saudáveis para atender às necessidades de uma sociedade moderna, de acordo com os ditames de uma ordem social civilizatória. Para que isso fosse possível, a sociedade foi medicalizada e disciplinada nos moldes do discurso higienista. Todos esses discursos fizeram parte de “um projeto que convidou médicos, enfermeiros e professores a dar as mãos” (SOARES JÚNIOR, 2014, p. 1). Esse trio contribuiu para a formação de um corpo nacional harmônico e produtivo.

No entanto, a atuação dos médicos brasileiros nas escolas é resultado direto do desenvolvimento que a medicina social teve no país. Teve, na higiene e no saneamento, o meio mais rápido de sanar as doenças de um corpo enfermo. Um país doente que precisava a

todo custo ser curado de seus males. Um dos meios considerados mais fáceis de alcançar tal objetivo era através da divulgação das modernas práticas de higiene dentro das escolas. Na prática, esses discursos tinham por objetivo “civilizar, modernizar, regenerar, conceber a população educação e saúde. Assim mesmo: educação e saúde deveriam andar juntinhas” (Idem).

Tratava-se de um casamento perfeito, em que o corpo dos escolares eram regenerados e prevenidos das eventuais doenças que poderiam assolar o corpo nacional. Um corpo saudável e produtivo resultava dessa dobradinha profilática. A saúde combatendo as doenças infectocontagiosas, e a educação possuindo o papel de tornar as pessoas mais instruídas das possibilidades de propagação de tais doenças. Alertando-as dos reais riscos que a falta de higiene e o desleixo com o asseio poderiam acarretar. Ambas, atuando juntas dentro do espaço escolar, medicalizando e disciplinando o corpo das crianças, moldando o corpo de acordo com os preceitos de uma sociedade que se modernizava e civilizava em ritmo cada vez acelerado.

O médico escolar passou a ser um elemento indispensável na geografia do espaço escolar. Seu discurso em torno da defesa da presença deste profissional nas escolas é ilustrativo da importância e amplitude que o saber médico galgou durante as primeiras décadas do século XX, dentro das escolas brasileiras. Um saber que se fazia ouvir, sentir e obedecer, quando o assunto a tratar era a saúde do corpo das crianças.

Na escola, esse saber adentrou mudando hábitos e impondo novas regras de comportamento. A saúde dos alunos passava pelo crivo da medicina. Atuando como autoridade detentora do conhecimento científico, o médico adentrou as escolas inspecionando espaços e corpos. Estava sob sua competência o diagnóstico de doenças contagiosas, afastando aqueles sujeitos tidos como degenerados física e mentalmente. Também estava sob sua incumbência de decidir o local mais apropriado para a instalação das escolas. Decisões ligadas às condições físicas do espaço a ser escolhido, “isto é, condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas” (GONDRA, 2003, p. 528). O espaço escolar abrangia questões de localização e arquitetura, isso é, locais não muito movimentados nem perto de construções insalubres, longe de cadeias, cemitérios, pântanos, dentre outros, que prezassem por uma arquitetura ampla, espaçosa, iluminada com luz natural.

A educação do corpo foi outro aspecto no qual os médicos escolares deixaram suas marcas. O ideal era que o corpo dos alunos fosse higienizado nas águas da medicina moderna. Como destaca José G. Gondra (2003, p. 534):

A questão do corpo, do movimento, dos exercícios ou da ginástica é uma preocupação que ocupa lugar privilegiado na agenda médica fazendo com que, ao tratar da educação escolar, também inclua esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol de recomendações por eles estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestras higienizados.

O discurso médico foi forte e decidido em defender a importância dos exercícios físicos como fator de produção e desenvolvimento de uma educação corporal que possibilitasse o combate do onanismo. Era preciso movimentar o corpo. Exercitá-lo. Aprimorá-lo de diferentes formas. Através da ginástica, da caminhada, da corrida, do *foot ball* ou *volley boal*. Exercitar o corpo era a melhor estratégia “para interditar o corpo dos meninos da prática masturbatória, que no interior da ordem médico-higiênica, concorria para impedir a constituição de um corpo forte e robusto, uma boa moral e uma sabedoria desejada” (Idem). O combate à prática masturbatória além de evitar os danos ao corpo físico traria benefícios a alma. Formando sujeitos moralmente saudáveis e cristãos cientes de seus deveres pátrios. Nisso, o discurso religioso ao se aproximar da medicina logrou a cultura física “como fator da educação integral”. Os exercícios físicos contribuíram para desenvolver nos alunos:

Seus reservas morais, intelectuais e físicas, para que, num todo homogêneo e consistente, em que as suas magníficas condições somáticas se nivelem às suas esplêndidas condições psíquicas, o Brasil assenta os seus alicerces para a construção definitiva de um Estado de proporções tão imensas como o seu território e de uma vida tão intensa e ao brilhante como a sua história (A *UNIÃO*, 1938, s/p).

Esse discurso de construção de um estado nacional forte e moderno, através de uma educação moral, intelectual e física, foi incentivado pelo governo de Getúlio Vargas. Para efetivar esse projeto, em 11 de Fevereiro de 1938, o governo federal promulgou o decreto nº 961, “que imprimiu à educação uma orientação moderna e consentânea com os princípios do Estado Novo, tornou-se obrigatória a cultura física nas escolas primárias e secundárias do Estado” (Idem). O governo da Paraíba, obedecendo ao decreto, passou a incentivar “prática intensa do exercício físico”, sendo os professores responsáveis por

[...] empregar o máximo de seus esforços a fim de que a juventude paraibana se constitua, de futuro, em uma legião de homens sábios que expressem fielmente o tipo racial brasileiro, de invejável organização física e de admirável disposição intelectual (A *UNIÃO*, 1938, s/p).

Segundo as prescrições médicas, os professores deveriam ser modelos a serem seguidos e copiados pelos escolares. Por isso, tinham que se apresentar diante dos discentes de forma impecável no quesito asseio do corpo, vestindo roupas e calçados limpos, portando hálito suave, dentes sempre escovados e em perfeita branquitude. Eram atitudes delicadas e sensíveis, um espelho no qual as crianças enxergavam o modelo ideal a ser seguido, copiando os bons exemplos expostos em sala de aula e levando-os para o lar. Os cuidados com a saúde das crianças não ficavam restrito apenas ao asseio do corpo, perpassavam também pelo cuidado com o desenvolvimento físico propriamente dito, através da prática regular de exercícios físicos.

Todo esse processo fazia parte do desejo de uma sociedade medicalizada e disciplinada que passou a fazer parte da mentalidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, quando os indivíduos passaram a ser normatizados pelo discurso médico, tendo suas vidas reguladas. O processo de medicalização tomou a escola como seu objeto para pôr em prática o projeto político de modernização da nação. Esses discursos foram mais bem identificados entre as décadas de 1930 e 1940, quando da emergência dos preceitos pedagógicos do movimento Escola Nova. Neste momento, passa-se a perceber com mais frequência a relação existente entre a medicalização, Escola Nova e modernização da escola (HORA, 2016) como parte de um projeto que buscava tornar a população brasileira saudável nos moldes do que almejava o discurso higienista da época. Nas primeiras décadas do século XX, vemos uma evidência se impor: a crescente proliferação de discursos sobre a ligação entre medicina e educação.

Para Stephanou (1997, p. 2), neste período, os médicos se incumbiram diretamente das questões educativas “e se empenharam em salientar que a medicina social preventiva era inconcebível sem a educação. E, inversamente, que a educação era inconcebível sem a incorporação dos avanços da ciência, representada pela medicina”. O trabalho pedagógico exercido pelo médico dentro das escolas adquiriu grande relevância social, levando-se em consideração que era grande o índice de crianças em desalinho com os preceitos higiênicos. Apenas os esculápios tinham a competência de diagnosticar as doenças que afligem o corpo dos discentes.

Nas escolas brasileiras deste período, a relação entre educação e saúde estreitou-se de forma bastante tênue. As duas caminharam juntas, com o objetivo de salvar o país de um atraso que há séculos afligia as autoridades nacionais, o atraso social, econômico e político. O discurso médico higienista foi sentido com maior intensidade nas escolas de todo o Brasil. O tema da educação sanitária passou a ser frequente nas discussões pedagógicas. Na Paraíba, do

início do século XX, esses discursos não foram diferentes. Nos principais meios de comunicação que circularam no Estado, durante as primeiras décadas do século passado, vemos emergir uma série de discursos tematizando a importância da interferência do médico dentro da escola, além da divulgação dos benefícios do ensino de Higiene e Educação Sanitária.

Em 18 de Março de 1938, o jornal *A Imprensa* publicou o artigo *Nas escolas modernas*, dando destaque ao conteúdo da higiene e educação sanitária nas escolas ditas “modernas”: “nas escolas modernas existem o louvável empenho de ensinar às crianças noções gerais de higiene. As meninas maiores aprendem, em cursos especiais, higiene do lar e, sobretudo puericultura, afim de melhor se conduzirem quando mães” (*A IMPRENSA*, 1938, s/p). As crianças quando educadas de acordo com as noções básicas da higiene, cresciam saudáveis.

O ensino de higiene das meninas tornava-as futuras mulheres “verdadeiras” donas de casa, mães cuidadosas e prestativas com a educação e saúde de seus filhos. A escola tinha importante função nesse processo de divulgação e incentivo da educação higiênica. Era dentro do espaço escolar onde as crianças, independente de sexo ou idade, recebiam as primeiras e mais relevantes “noções básicas da higiene”, fazendo o trabalho de sua difusão para o restante da sociedade. O discurso jornalístico atribuiu à educação higiênica a responsabilidade pela melhoria pela qualidade de vida das crianças brasileiras:

Graças à educação higiênica das mães, aos esforços da assistência pública e ao inestimável concurso da classe médica, a situação da infância tem melhorado sensivelmente em todo país. A educação sanitária das mães deve, entretanto, difundir-se nas classes menos favorecidas, por meio de publicações bem claras e compreensíveis, e de palestras feitas por enfermeiras visitadoras¹¹³.

A imprensa tomou a frente no projeto de disseminação e introdução da educação higiênica e sanitária em meio a população paraibana. Dentro das escolas, professores e médicos atuaram juntos com o intuito de “regenerar physicamente” o corpo das crianças, através de uma série de medidas profiláticas que buscava torná-las aptas para o desenvolvimento de atividades escolares. A formação de uma raça forte, capaz e digna do merecido nome Brasil passava pelo combate às doenças que acometiam o corpo de seus cidadãos.

¹¹³ Ver *A Imprensa*, 1938, s/p.

No *Colégio Diocesano Pio X*, em 18 de Março de 1938, “antes do início do ano letivo procedeu-se a limpeza interna de todo o prédio” (*A IMPRENSA*, 1938, s/p). As medidas de “asseio e higiene” foram tão importantes para a direção do Colégio, que a mesma, resolveu instalar “bebedouros higiênicos para os alunos e mais dois mictórios modernos serão construídos brevemente”¹¹⁴. Todo o investimento buscava adequar-se

Às exigências da época no sentido de um maior conforto proporcionado aos seus alunos nos setores físico, moral e intelectual, o velho educandário paraibano renova-se com as gerações que recebe e presenteia ao Brasil, gerações fortes, sadias, abeberadas nas fontes da Fé e do Civismo, os dois princípios básicos da educação¹¹⁵.

Por isso, era preciso despertar a “consciência sanitária” dos escolares nos quesitos das práticas higiênicas. Portanto, fazia-se necessário transformar aqueles “meninos doentes, viciados e já cheios de mazellas moraes” em crianças fortes, risonhas e saudáveis, de acordo com as novas práticas pedagógicas que tinham na divulgação do ensino de higiene. Desta forma, era preciso que os responsáveis pela administração do ensino do estado tivessem em mente a necessidade de difundir o projeto de educação sanitária.

Esses objetivos só poderiam ser alcançados de forma eficiente através da contribuição de materiais didáticos que abordassem em suas páginas os principais temas de higiene necessários para a inculcação de hábitos salutareis nas crianças. Talvez por isso, a Paraíba tenha, a partir da década de 1930, adotado o “livrinho didático e bem feito do notável higienista patricio dr. Renato Kehl, noções e conhecimento aos nossos alumnos das moléstias e dos meios capazes e efficazes de combate-las e evitar a sua propagação” (*REVISTA DO ENSINO*, 1932, nº 1, p. 39-40). O livro que a matéria menciona é *A Fada Higia*, que foi adotado como livro didático das escolas públicas do Estado, a partir dos primeiros anos da década de 1930.

No Programa de Ensino Primário da Paraíba para o ano de 1932, é possível percebermos a influência que o pensamento do farmacêutico e higienista Renato Kehl exerceu na divulgação de hábitos higiênicos e eugênicos na formação da mentalidade das crianças paraibanas entre as décadas de 1930 e 1940. Isso é o que pode ser visto abaixo, ao se problematizar as principais lições de higiene ministradas nas escolas do Estado neste período, sob o auxílio do tão comentado livrinho mágico do magno higienista brasileiro.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Ibidem.

Esse tipo de discurso foi, na realidade, uma das muitas tentativas encontradas para chamar a atenção das crianças para os problemas relacionados à saúde. Submetidos a uma normalização médica, as crianças tornavam-se sujeitos “conscientes” de sua função na sociedade de amanhã. Por meio de ações como estas, despertando o interesse das crianças dentro das escolas, construía-se “uma nação saudável capaz de atender às necessidades do mercado e mais ainda, de fazê-lo pelo consenso” (HORA, 2016, p. 2). Para se obter um corpo saudável, as crianças tinham que desfrutar de boas condições higiênicas dentro das escolas e em casa. Horários apropriados para a prática de recreios e atividades físicas favoreciam a manutenção de um corpo hígido. Recomendava-se que as atividades físicas, de preferência, fossem realizadas no horário da manhã, aproveitando a temperatura amena.

Podemos encontrar, também, no livro didático *A Fada Higia*, as orientações ministradas para as aulas de higiene, no primeiro ano do ensino primário na Paraíba, na década de 1930. Eram historietas que instruíam os discentes sobre o real valor da higiene e asseio do corpo para o cultivo de uma boa saúde. Esse livro tornou-se, na década de 1930, um importante instrumento para a divulgação do conhecimento médico na Paraíba, divulgando inúmeras instruções médico-higiênicas de como se comportar de maneira adequada e civilizada nas refeições, como realizar a correta higiene do corpo, como andar bem trajado e com roupas e calçados limpos e a maneira correta de se escovar os dentes.

Essas prescrições faziam parte de um audacioso projeto médico-higienista que buscava medicalizar e disciplinar o corpo das crianças dentro e fora dos muros das escolas, para atender a uma ordem social civilizatória. O livro foi adotado nas escolas públicas da Paraíba a partir da década de 1930, como forma de divulgar os ensinamentos da matéria de higiene às crianças dentro das escolas do Estado. Ao fazer a sua leitura, percebi que o mesmo tinha por função divulgar e inculcar na mente das crianças os benefícios da disciplina de Higiene e o valor das boas práticas de asseio do corpo.

Para Soares Júnior (2015), entre as funções atribuídas ao ensino de higiene, Renato Kehl¹¹⁶ almejava tornar as crianças mais obedientes, civilizadas, estabelecer regras de bom convívio com a natureza, os cuidados com o bom funcionamento do organismo, praticar as

¹¹⁶ Renato Ferraz Kehl (Limeira, 1889 (Interior de São Paulo), 1974) foi farmacêutico, médico, escritor e um influente eugenista brasileiro de início do século XX. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915, Renato Kehl atuou no início de sua carreira no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), realizando atividades voltadas para o saneamento rural e a Educação higiênica e sanitária. A partir do final dos anos 1920, tornar-se-ia empresário da indústria farmacêutica, destacando-se como Diretor da Bayer no Brasil, multinacional alemã que atuava em diferentes regiões do mundo. Seu nome ficaria mais conhecido pela incansável dedicação à Eugenia, a quem chamava de "a religião da humanidade".

boas normas e fazer o bem. Este livro, distribuído nas escolas de todo o Estado, tornou-se um manual capaz de retirar as crianças da condição de abandono e conduzi-las à civilidade.

O discurso médico-higienista sempre recomendava que, ao adentrar a escola, o aluno deveria apresentar um corpo asseado, lavado dos pés à cabeça e deveria ter cuidado com as horas de sono. Uma criança educada é aquela que deita e acorda cedo. A noite deve ser aproveitada para recuperar-se de um dia exaustivo dedicado às atividades educacionais. Ao acordar cedo, é dever da criança aproveitar os primeiros raios de sol, pois trazem bastante benefícios à saúde. Para isso, é preciso abrir as janelas para arejar a casa com ar puro, realizar a limpeza dos móveis e lençóis da cama. Uma casa higiênica passava primeiro pelos cuidados com a poeira e asseio dos móveis.

Essas são prescrições destinadas às crianças que estudavam no *Colégio Diocesano Pio X* e em outras escolas de João Pessoa, buscando divulgar os necessários cuidados com o asseio do corpo. Essas lições tinham, por objetivo, evitar que as crianças trouxessem para dentro da escola maus hábitos adquiridos no lar e em outros espaços, e que não estivessem condizentes com as normas civilizatórias que passaram a fazer parte da rotina das escolas brasileiras nas primeiras décadas do século XX, apresentando-se enquanto higiênicas, modernas e civilizadas.

5.2 Dos hábitos sadios: a higiene bucal

Art. 18º - Há no colégio um gabinete dentário. Não se permite saídas de alunos para tratamento de dentes em consultório fora do colégio, como também não se permitem saídas especiais para confeccionar roupas (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1929, s/p).

Em seu décimo oitavo artigo, o *Regimento Interno* do *Colégio Diocesano Pio X* trazia expresso que dentre as preocupações que mais chamavam a atenção da direção da instituição de ensino, estava o cuidado com a saúde dos dentes de seus alunos. Pela leitura que é possível realizar do presente documento histórico, o dentista já era uma realidade no *Colégio Diocesano Pio X*. Enquanto na maioria das escolas paraibanas, no período, a falta de médicos e dentistas era uma triste constatação, no Colégio, esses profissionais vinham desenvolvendo ativo trabalho de combate aos males que acometiam a boca.

No Colégio, existia um gabinete dentário exclusivo para o tratamento dentário dos alunos internos, pois os mesmos não tinham permissão para sair do educandário para cuidar da sua saúde bucal. Essa atitude da direção era uma maneira de disciplinar e, ao mesmo

tempo, controlar a saúde dentária de seus alunos, já que a higiene dos dentes era assunto de grande importância para os diretores da instituição. O rosto e sua saúde ganhavam visibilidade, novos cuidados, notoriedade. É importante salientar que os cuidados com a higiene e a saúde da boca não estão restritos apenas à saúde dos dentes, mas sim que vão muito além desse aspecto,

Pois a mesma está relacionada tanto às condições biológicas quanto as subjetivas que proporcionam aos indivíduos exercerem funções tais como mastigação, deglutição, fonação, bem como estar relacionado à dimensão estética, à autoestima e as condições que dizem respeito ao campo social e relações humanas (SANTOS, 2018 *apud* NARVAL e FRAZÃO, 2008).

No desenvolvimento do trabalho de promoção à saúde bucal nos espaços escolares e, especialmente, dentro do *Colégio Diocesano Pio X*, encontrei referências à atuação do profissional dentista. A higiene dos dentes tornava-se o imperativo da boa saúde. Em Outubro de 1941, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, em seu número dezessete, publicou o texto *O meio buccal*, de autoria do M. Coutinho. O texto aborda os principais aspectos concernentes a questões de saúde bucal e atuação dos profissionais dentistas. Os dentes e a boca, de modo geral, necessitavam ser tratados. Surge, então, toda uma maquinaria discursiva com o objetivo de levar os gabinetes dentários para dentro das escolas. Segundo Coutinho (1941, p. 16):

d'ahi vê-se suer enorme o cuidado que devemos ter para com essa parte do nosso organismo, já por que é na boca que vamos encontrar os órgãos preciosos que são os dentes, já porque apresenta a boca a sala de visitas do corpo humano.¹¹⁷

O cuidado com a higiene da boca fazia-se necessário por ser ela a porta de visitas do corpo humano. Uma pessoa portadora de dentes saudáveis e brancos tinha mais chances de vencer na vida do que uma pessoa desleixada com a saúde de sua boca.

Nas primeiras décadas do século XX, as discussões envolvendo a saúde bucal e o trabalho dos dentistas ganharam mais visibilidade no Brasil e, principalmente, nas páginas dos principais veículos de comunicação: “os gabinetes dentários e a presença do dentista passaram, pouco a pouco, a se fazer presente no cotidiano escolar” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 215). Jornais e revistas passaram a noticiar com maior intensidade a propaganda de novos consultórios dentários e até mesmo o trabalho dos dentistas em espaços escolares. “O corpo

¹¹⁷ A esse respeito consultar *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, Outubro de 1941, nº.7, p. 16.

do sujeito emergia como uma geografia visitada por muitos profissionais, dentre os quais o médico, o pedagogo, o dentista, o político” (OLIVEIRA, 2012, p. 2497).

Enquanto protagonistas do campo da saúde, médicos e dentistas deram as mãos e, juntos, desenvolveram um conjunto de ações para interferir e “controlar o corpo do outro”, diagnosticando, prescrevendo, analisando, e alertando para o risco de proliferação de certas doenças. Os dentistas, mais especificamente, “foram agentes decisivos na difusão da ‘ciência odontológica moderna’ presentes nas escolas, clínicas dentárias e diversas instituições, com atuação voltada para atividades informativas e educativas” (OLIVEIRA; MATOS, 2018, p. 1268), estendendo seu campo de atuação para reivindicações por políticas públicas mais eficazes.

Para isso, investiram em campanhas de caráter educativo e palestras clamando pela atenção da população e dos pais para que cuidassem da educação e da saúde de seus filhos. Nas horas vagas, os dentistas desenvolveram o trabalho de

Assistência bucal por meio de práticas relacionadas desde os tratamentos de enfermidades dentárias às ações de ensino e de autocontrole, sendo estas de suma importância para formação e realização de atividades que colaboram com o bom desenvolvimento da saúde bucal das crianças (SANTOS, 2018, p. 74).

De acordo com estudos de Iranilson Buriti de Oliveira e Maria Izilda S. Matos (2018, p. 1265), inúmeras “campanhas profiláticas e educativas foram encaminhadas no sentido de assistir a infância e normatizá-la dentro de preceitos higienistas”. As práticas de cuidado com a boca e os trabalhos de informação foram direcionados para as mães e professores, já que esses agentes tinham maior contato com as crianças e responsabilidade com sua educação.

A assistência dentária do público infantil acontecia já nos primeiros dias de vida. O objetivo desses cuidados era evitar a proliferação de doenças a que viesse prejudicar a dentição das crianças. Por isso, os cuidados de assistência dentária infantil precisavam ser iniciados o mais cedo possível, pois, como alertou o M. Coutinho:

[...] é doloroso o descaso pelo tratamento dos dentes em nosso meio, não o tratamento pelo dentista, porque este só tem ação na maioria dos casos, depois que o meio bucal, porque não tinha sido devidamente cuidado pelo próprio indivíduo (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1941. nº.7, p. 16).

O trabalho de assistência dentária bem feito pelo dentista escolar, principalmente, vinha exatamente sanar esse problema tão grave, o descaso dos brasileiros com a saúde de seus dentes. Era um mau costume da população só procurar um dentista quando a situação de seus dentes era quase irremediável. Daí todo o investimento que a direção do *Colégio Diocesano Pio X* vai realizar na tentativa de conscientizar seus alunos e pais a respeito do cuidado que era preciso ser tomado com a higienização do meio bucal.

O médico eugenista Renato Kehl, no livro *A Fada Higia*, dedicado à educação higiênica das crianças, é incisivo nos cuidados que os mesmos deveriam ter com a sua saúde da boca e do rosto. Em formato de ensinamentos, os conselhos de Kehel diziam o seguinte:

Escove os dentes depois das refeições e ao deitar-se ou, então, pela manhã e à noite.
 Não leve as mãos, os dedos, o lápis, a caneta e outros objetos à boca.
 É um perigo introduzir na boca e mastigar, palito, pedacinhos de papel, de madeira, de arbusto, folhas de árvores, etc.
 Lave sempre as mãos ao sair da latrina e quando tocar nalgum objeto sujo.
 Obedeça sempre a estes mandamentos para ser uma criança forte e bonita, não se esqueça que ninguém pode gostar das que são sujas e desleixadas (KELH, 1925, p. 83-84).

Para ser “forte e bonita”, a criança tinha que cultivar uma série de preceitos médico-higienistas com a sua boca. Essa sensibilidade bucal tinha que ser iniciada o mais cedo possível. “Em todas essas enunciações, as expressões faciais passaram a ser mostradas como gramáticas da beleza, da saúde, da estética nacional brasileira” (OLIVEIRA, 2012, p. 2499). Possuir um rosto e um sorriso bonito passou a ser a representação de uma nação moderna. Ouvindo ou lendo esses discursos, a população paraibana que possuía certa condição financeira, foram “convidadas a ‘visitarem’ os gabinetes dos dentistas para limarem, obturarem, extraírem ou substituírem os dentes” (Idem).

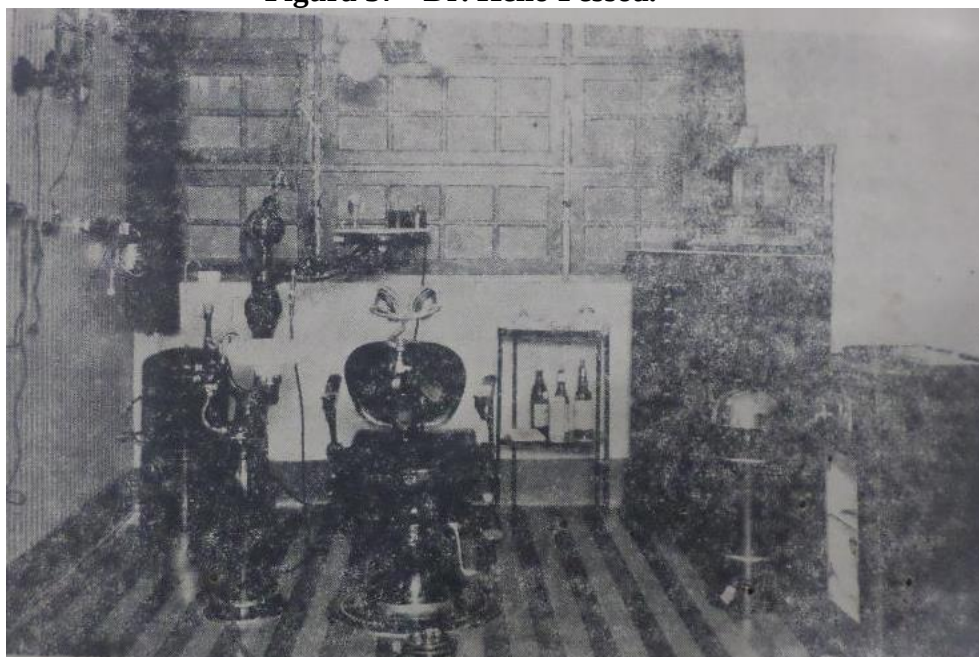
Em Janeiro de 1930, o jornal *A União* anunciou o trabalho do “Cirurgião Dentista J. Alustau”. O mesmo avisava “aos seus antigos clientes e ao público em geral que reabriu o seu consultório à rua Duque de Caxias n. 406, 1º andar, onde aguarda atenciosamente as suas ordens” (*A UNIÃO*, 1930, p. 7). O dentista lembrava aos seus “clientes” que “o material empregado nos seus trabalhos” era “de primeira qualidade, importado das principais fabricas dos Estados Unidos da América do Norte” (Idem). Os preços eram bastante variados: uma extração sem dor sai pela quantia de 10\$000; mais de duas, cada uma custava 8\$000; as obturações à massa, 5\$000; as obturações à platina, 5\$000; obturações à porcelana, 10\$000; “pivot systema Davis, imitação perfeita do natural”, 35\$000; já uma coroa “de ouro, incisivo

lateral”, 40\$000; as “coroas de ouro, caninos”, 45\$000; “coroas de ouro, molares”, 50\$000. O atendimento ia às oito horas às onze horas da manhã. No horário da tarde, tinha início a partir das uma hora.

Pelo que se pode ver nos preços dos produtos e trabalho oferecido pelo Cirurgião Dentista J. Alustaú, nem todos paraibanos podiam arcar com as despesas de um serviço médico-dentário de qualidade. Isso demonstra que a maior parte da população do Estado ficava completamente excluída do processo de assistência médico-dentária. Dessa maneira, por mais que o discurso higienista falasse em nome de toda a população, essa era uma realidade restrita a uma parcela privilegiada da população.

Essa triste realidade pode ser percebida através da leitura da publicação feita pelo jornal *A Imprensa*, domingo, 28 de Junho de 1939, quando da cerimônia de “inauguração do consultório electro-dentário do Dr. Hélio Pessoa”, na cidade de João Pessoa. Na ocasião, estiveram presentes “inúmeras pessoas da nossa elite social, representantes d’*União*, d’*A Imprensa* e da Sociedade dos Odontologistas”. O discurso de inauguração ficou sob a responsabilidade do também Dr. Abílio Paiva, então presidente e representante da Sociedade dos Odontologistas da Paraíba. Em sua fala, ele elogiou “um gabinete dentário tão moderno e tão perfeito, finalizando desejando ao novel cirurgião-dentista muitas felicidades na sua vida profissional e pessoal” (*A IMPRENSA*, 1938, p. 3).

Figura 37 - Dr. Helio Pessoa.



Fonte: *A Imprensa*, 1938. p. 3.

Após a inauguração, o consultório “electro-dentário” estava pronto e aparelhado para receber parte da elite econômica e política do Estado que estivesse interessada em manter a saúde de sua boca em dia, atendendo às recomendações médico-higiênicas. Nessa mesma época, o discurso higienista de vertente social passou a interferir também nos assuntos relacionados à saúde bucal: “a saúde bucal, juntamente com as ideias higiênicas ganharam visibilidade para refletir as ações preventivo-sanitaristas” (SANTOS e OLIVEIRA, 2018, p. 74).

A junção dos espaços escolares com a saúde bucal possibilitou o aparecimento de medidas que resultaram na criação de espaços destinados a gabinetes dentários dentro das escolas que tinham a função de combater os problemas de cáries, gengivites, mau hálito e perda de dentes. O problema da higiene dos dentes tomou conta das escolas brasileiras. O discurso higienista voltou todas suas atenções para a problemática da saúde bucal. O médico higienista, junto aos dentistas e educadores, alertaram para a necessidade de se divulgar o tema da saúde bucal entre as crianças:

É preciso que associados aos primeiros ensinamento ás creanças sejam ministrados alguns preceitos de hygiene sobre o meio bucal e os dentes, para que assim a acção do dentista seja eficiente; porque encontre elle um meio bucal onde já se tinha feito tratamento preventivo, que é a hygiene do meio bucal (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1941, nº.7, p. 16).

Foram graças aos esforços dos higienistas que se começou a presenciar com mais força a instalação de gabinetes dentários nos espaços das escolas. Essas instituições começaram a destinar dentro de sua distribuição arquitetônica um espaço para a construção de gabinetes dentários. O mesmo discurso que defendia a importância do cuidado com os dentes das crianças brasileiras era o mesmo que falava em nome do progresso e da civilização. Foi em nome desses ideais progressistas e desenvolvimentistas que políticos, educadores, médicos, dentre outros, uniram suas forças e ideias compartilhadas em nome da construção de espaços destinados à instauração de uma pedagogia da boca.

Nesse investimento de pedagogização da boca, a participação dos professores foi decisiva para que os alunos assimilassem os novos hábitos de higiene bucal, prescritos pelos dentistas. A educação foi uma ferramenta indispensável no processo de convencimento da importância da prevenção de doenças. Ensinando instruções sobre o cuidado com a higiene da boca. As ações recaíram sobre as crianças consideradas o futuro da nação. Aqueles que salvariam o país do atraso, da ignorância, da barbárie, da incivilidade e da falta de higiene. “Era a escola, onde o estudante passava mais tempo além da sua casa, permitindo que

conceitos fossem apreendidos e hábitos saudáveis fossem incorporados” (OLIVEIRA, SILVESTRE e OLIVEIRA, 2017, p. 5). É o que Foucault (2010) nomeou de “dominação política do corpo”, auxiliando no controle dos movimentos do corpo via disciplina (poder disciplinar), reduzindo sua capacidade política, tornando-o mais produtivo e dócil.

De todo esse processo, deduz-se que a complexa relação estabelecida entre espaço escolar, discurso médico-higienista e educação do corpo é fruto da indissociabilidade entre medicina, higiene e assistência médico-dentária. Dito de outra forma, é resultado do trabalho de médicos higienistas, educadores e dentistas e, claro, das políticas públicas colocadas em prática pelo governo federal e estadual com a intenção de remodelar o trabalho educativo do país. A escola era a instituição escolar era o espaço onde podiam ser implantadas ações de controle médico-higienistas sobre a infância. Foram nessas geografias que as ideias de sanitaristas, políticos, dentistas e professores circularam moldando as pessoas.

Assim, o discurso da odontologia logo foi associado ao civilizado e moderno. Para esses novos agentes sociais, a escola era o local ideal para a implantação de programas de assistência dentária e produção de bocas e sorrisos saudáveis.

Os gabinetes dentários escolares eram tidos como um meio de transformar os indivíduos em cidadãos regidos por comportamentos normatizados e coerentes para demonstração de corpos educados. A visão da boca passava a ganhar importância e preocupação” (OLIVEIRA, SILVESTRE e OLIVEIRA, 2017, p. 5).

O importante era produzir sujeitos com bocas higienicamente tratadas, limpas, brancas, suaves e com bom hálito. As ideias defendidas por M. Coutinho corroboram com as propostas de políticas públicas do governo brasileiro sobre os cuidados com a boca.

Entretanto, se os governos tomassem na consideração que merece, a assistência dentária às crianças, principalmente as de todo desprovidas de recursos monetários até para a compra de uma escovinha, teríamos em pouco tempo um povo cujos dentes poderiam ser vistos sem que a crítica fosse para nós muito desfavorável (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1941, nº. 7, p. 16).

O progresso de um país passava também no cuidado dado à saúde do meio bucal de sua população. A instalação de gabinetes dentários dentro das escolas “configura uma estratégia de publicizar que cuidar dos dentes e da boca e, também, uma questão de civilidade e de boa educação” (SANTOS e OLIVEIRA, 2018, p. 75). É uma questão de saúde, mas também e, principalmente, de educação. Os gabinetes dentários escolares ultrapassam o

mundo da odontologia e ganham outros territórios (OLIVEIRA, 2012). Com isso, o trabalho desenvolvido pelo dentista escolar estava relacionado ao tratamento de determinadas enfermidades e atividades de prevenção da saúde da boca.

Dentro das escolas, o foco do dentista concentrou-se na saúde dos dentes das crianças, pois a saúde do meio bucal esteve fortemente ligada às ideias dos médicos higienistas. O cuidado com a boca e sua saúde acabou se tornando um dos alvos prediletos da higiene, tendo em vista que era por ela que inúmeras doenças tomavam conta do corpo humano. Devido a isso, os dentistas e outros profissionais do campo da saúde recorreram à imprensa para anunciar suas especialidades, clínicas, conselhos para as mães, crianças e profissionais da educação. Nesses anúncios, também era comum a divulgação de textos educativos auxiliando na maneira correta de escovar os dentes e recomendando os consumidores a venda de determinados produtos, como escovas e cremes dentais.

A saúde da boca recebeu dos higienistas relevantes contribuições na formação educativa dos estudantes. As ideias sobre os cuidados com a saúde bucal circularam de diversas maneiras dentro dos espaços educativos: através da fala dos profissionais dentistas, das lições ministradas pelos professores, através da realização de palestras de médicos higienistas, de anúncios publicitários da imprensa ou até mesmo por meio de Regimentos Internos que buscavam disciplinar os alunos no momento de escovar de maneira adequada seus dentes e higienizar a boca totalmente.

No início do século XX, o espaço escolar passou a ser visto como o local ideal para a proliferação de práticas de higiene do corpo. A geografia bucal, especificamente, ganhou novos significados e interpretações. O discurso de vertente médico-odontológica, propagandeado nas páginas dos impressos, “(presente em jornais, almanaques, revistas, livros de civismo e manuais de civilidade), coloca o rosto e a boca como espaços da percepção de si, da sensibilidade do outro, dos rituais da cura, da comunicação com o outro através do sorriso” (SANTOS, 2018, p. 76). Esses discursos entenderam que os dentes, o rosto, o sorriso e o hálito, assim como a boca, também falam, dizem muito da pessoa, de qual classe social pertence, da educação que recebeu, da importância de cuidar bem de sua boca e de seu sorriso. Os ideais higienistas foram responsáveis por alargar o entendimento da boca e sua área de cuidado.

Foi com vista desse entendimento que o dentista escolar passou a atuar com mais frequência nos espaços educativos. Esses profissionais elaboraram práticas educativas de promoção de sorrisos claros, dentes perfeitos, prevenindo enfermidades, pois a boca, além de ser vista como a porta de entrada de várias doenças, quando bem cuidada, se tornava a

representação de uma pessoa limpa, cuidadosa, higiênica, moderna, civilizada, próspera e saudável.

5.3 Em nome da saúde: a Influenza Espanhola

Collegio Pio X

A normalidade da situação que o Estado atravessa promoveu na vida de toda colectividade medidas de molde a minorar a presente situação aflitiva.

A hygiene reclamava, para prevenção da “Influenza Espanhola” que se prohibissem os ajuntamentos e as reuniões públicas (*A IMPRENSA*, 1918, s/p).

A notícia do jornal *A Imprensa*, de 17 de Outubro de 1918, por mais que pareça transparecer um tom de esperança e otimismo em relação à proliferação da Influenza Espanhola no Estado, demonstra que o tema da higiene ou da falta de higiene dos paraibanos era uma das grandes preocupações da comunidade médica local. O receio da doença e do estrago que ela poderia causar era tanto que as autoridades paraibanas, como medida de precaução, optaram por fechar “os estabelecimentos públicos de instrução”, o que logo foi copiado pela “Directoria do Collégio Pio X, de acordo com o exmo. sr. Arcebispo, resolveu encerrar para logo as suas aulas, forçada pelo péssimo estado sanitário desta Capital, ainda que naquele educandário se não registrasse nenhum caso de epidemia” (*A IMPRENSA*, 1918, s/p). Como medidas paliativas de prevenção contra o perigo que a doença poderia causar entre os alunos do Colégio, “a premiação e a aprovação dos escolares”, foi feita contra as regras da instituição, sem as solenidades costumeiras.

Decisão parecida foi tomada pela direção do *Colégio Lyceu Parahybano*, em 1918, de encerrar as “aulas e exames” por ordem do Exmo. Snr. Dr. Francisco Camillo de Holanda, presidente do Estado da Paraíba, na época, “motivando esta antecipação a terrível epidemia ‘Influenza Espanhola’ que então grassava com intensidade assustadora nesta capital” (*FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA – FUNESC, Arquivo Histórico*, 1917, s/p).

O ano de 1918 foi atípico para a população brasileira e também para a paraibana. A pandemia de Gripe Espanhola ou Influenza Espanhola adentrou a geografia nacional, apoderando-se dos corpos das pessoas. A pandemia provocou, de imediato, “algumas tensões de ordem política e social. No Brasil, a doença chegou ao Brasil através de um vapor de bandeira Inglesa, o Demeara” (SILVERA, 2016, p. 208). O navio passou pelos portos da

cidade de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, espalhando o terrível mal por diferentes partes do território nacional. No início do século XX, a Influenza Espanhola ainda era uma das patologias menos conhecidas pela medicina. As características mais conhecidas da moléstia estavam:

Entre as características reconhecidas da moléstia estavam sua extrema contagiosidade e difusibilidade e seu caráter proteiforme – isto é, que se apresenta sob formas variadas, determinando a ausência de uma sintomatologia própria – o que dificultava a percepção e a identificação clara dos primeiros casos e fazia supor a ineficácia de qualquer medida preventiva. Por outro lado, a familiaridade e a freqüente benignidade de suas manifestações justificavam a ausência de maiores preocupações em relação à doença (SILVEIRA, 2005, p. 93).

No campo da medicina, muitos foram os médicos que se especializaram no assunto da Influenza, inclusive, partilhando de ideias comuns sobre o micro-organismo causador da doença. No entanto, as controvérsias começavam quando o assunto a ser discutido era o modo de transmissão e ação da doença sobre o corpo humano: “a pandemia de espanhola teve lugar em um momento no qual a comunidade científica e a sociedade em geral comemoravam os triunfos alcançados pelas descobertas da microbiologia”¹¹⁸. A identificação do vírus responsável pela Influenza Espanhola só foi oficialmente reconhecido na década de 1930.

A Influenza Espanhola, também reconhecida como gripe, é uma doença viral adquirida pelo homem por meio do contato com animais domésticos. Permaneceu como um grande enigma perante a comunidade médica até as primeiras décadas do século XX. As discordâncias foram muitas: “os debates que mobilizavam os estudiosos da doença priorizavam a forma de sua transmissão, e seriam marcados pela controvérsia entre os defensores da “teoria dos miasmas” – ou infeccionismo – e os partidários do contagionismo” (SILVEIRA, 2005, p. 94). Num dos lados, estavam os estudiosos que defendiam a ideia de que a origem da Influenza estava nas condições atmosféricas e geográficas de cada país, no outro extremo, os que defendiam que a causa da transmissão advinha do contágio direto entre as pessoas.

Os caminhos seguidos pela pesquisa científica, na segunda metade do século XIX, levariam a balança das opiniões a pender para a explicação contagionista. Isto se deveu especialmente ao avanço da teoria dos germes, que agregaria um novo elemento ao processo de refinamento conceitual das doenças: a determinação de um agente específico, causador das moléstias¹¹⁹.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ibidem.

De acordo com os criadores dessa teoria, a explicação da infecção estava em uma determinada causa intrínseca, certo microrganismo. A primeira grande epidemia de gripe espanhola na “era bacteriológica” ocorreu no século XIX, mais especificamente entre 1889-1890. Essa pandemia serviu de mote para a identificação do agente causador da doença. No ano de 1892, o bacteriologista alemão Richard Friedrich Johann Pfeiffer declarou ter encontrado, em amostras do aparelho respiratório de alguns doentes, uma bactéria que mais tarde nomeou de *Haemophilus influenzae*, posteriormente apelidada de *Bacilo de Pfeiffer*.

As primeiras críticas às teorias de Pfeiffer não demoraram a surgir. Em 1894, dois anos após aquela ‘descoberta’, o epidemiologista britânico Charles Creighton declarava discordar das proposições de que a origem e a expansão da influenza se devessem a qualquer forma de contágio” (SILVEIRA, 2005, p. 205). O cientista britânico era um ardo defensor da teoria dos miasmas como melhor caminho para se explicar as causas e origens da influenza. Segundo a teoria dos miasmas, as doenças teriam origem nos miasmas: o conjunto de odores fétidos provenientes de matéria orgânica em putrefação nos solos e lençóis freáticos contaminados. “A teoria miasmática consiste basicamente em limpar o espaço urbano, desinfetar, praticar uma higiene “desodorizante” que tenta proteger o ar das emanções e fedores provenientes das coisas” (MASTROMAURO, 2011, p. 3). O miasma poderia estar localizado em vários espaços: nas multidões, nos excrementos humanos e animais, nos solos úmidos, nos pântanos, nas habitações mal construídas, nos cadáveres, hospitais, gente doente, doenças, água suja, dentre outros. Para se combater a proliferação das doenças, o solo insalubre precisava ser drenado. As ruas pavimentadas para afastar a sujeira. “Limpar significa muito mais do que simplesmente lavar, drenar. O ideal era assegurar o escoamento, a evacuação, a eliminação da imundice” (Idem). Permitir a ventilação e circulação do ar foi o principal foco dos médicos higienistas. “Ventilar e varrer as baixas camadas do ar, constranger a selvagem circulação dos miasmas, controlar o fluxo mórbido lá onde a natureza não pode exercer livremente sua regulação, impedir o aparecimento de doenças” (CORBIN, 1987, p. 126). Essas são as bases do que Michel Foucault intitulou de “medicina urbana”. A medicina urbana teria, então, uma nova função: o controle da circulação; não só dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos (essencialmente a água e o ar) (FOUCAULT, 2010, p. 90).

As controvérsias científicas estavam apenas em seu começo. Anny Jackeline Torres Silveira (2005, p. 97), ao se dedicar a fundo no estudo do tema, argumentou o seguinte:

Porém, as principais contestações não viriam dos defensores do miasmatisismo, mas do interior da própria corrente dos bacteriologistas. Durante uma epidemia de influenza, em 1905, diversos pesquisadores que tentaram repetir a experiência de Pfeiffer, relatavam terem identificado os bacilos em apenas determinada porcentagem dos casos examinados, havendo muitos nos quais não foram encontrados. Além disto, afirmavam que os bacilos de Pfeiffer podiam ser detectados nas vítimas de outras moléstias, como sarampo, coqueluche, bronquite crônica e escarlatina.

A partir dessas constatações, diferentes cientistas começaram a defender a ideia da impossibilidade de reprodução da doença através “da inoculação da suspensão de uma cultura pura do bacilo”¹²⁰. Em 1918, na Europa, pesquisadores afirmaram que material infiltrado na garganta de pacientes doentes era perfeitamente capaz de fazer a reprodução da doença. A partir daí, foi cada vez mais ganhando força dentro da comunidade científica internacional a ideia que a doença poderia ter como uma causa possível a transmissão por organismos menores que as bactérias (os “vírus filtráveis”). Mesmo após as dúvidas sobre as descobertas de Pfeiffer, muitos estudiosos continuaram tomando suas experiências como o agente provocador da doença. Ou seja, seus estudos foram pioneiros sobre o assunto.

Enquanto a comunidade médica internacional debatia o assunto, em Agosto de 1918, no Brasil, a imprensa noticiava o registro de diversos casos da doença nas principais cidades: Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, foram as mais afetadas pelo “hóspede indesejado”. A doença, aos poucos, foi deixando um rastro de feridos e mortos. “A proximidade da influenza, com inúmeros casos confirmados no vizinho estado do Pernambuco, fez com que a população da capital paraibana ficasse polvorosa, embora a influenza fosse denominada benigna” (SILVERA, 2016, p. 208)¹²¹. De acordo com Azemar dos Santos Soares Júnior (2011), deram à doença inúmeras denominações, tais como: gripe, influenza, resfriado, constipação e urucubaca.

O certo é que o medo de contágio da doença e os estragos que ela poderia causar em suas vítimas causaram um verdadeiro alvoroço entre a população paraibana. A falta de conhecimento das pessoas sobre a pandemia, aliado à ausência de serviços médicos

¹²⁰ Idem.

¹²¹ A respeito da presença da Influenza Espanhola em terras paraibanas discordo da historiadora Silvera (2016), quando esta afirma, em sua tese de doutorado, que a doença foi benigna. Existe informações que atestam que a doença ao chegar ao estado “matou sem pena”. O historiador Azemar dos Santos Soares Júnior, em entrevista concedida ao Bloque Polemica Paraíba, em 19/03/2020, disse que: “Embora tenha atacado primeiro a capital, não ficou restrita a seus limites geográfico, adoecendo as cidades de Guarabira que registrou 600 casos, Serra Redonda que anotou 400; outros 300 casos só na cidade de Itabaiana. Em Santa Rita foram pontuados 150 casos, em Cruz do Espírito Santo cerca de 100 casos e em Cabedelo mais de 50 enfermos de gripe”. Essas informações fornecidas pelo historiador comprovam que a Influenza Espanhola deixou um rastro de vítimas e mortos no estado e gerou pânico entre a população local.

especializados no assunto aqui no Estado, foram outros pontos que contribuíram para o agravamento do problema. As únicas informações divulgadas sobre a presença da doença em terras paraibanas vinham através das páginas da imprensa. O jornal *A Imprensa* foi um dos veículos de comunicação local que mais deu destaque ao problema. Em artigo intitulado *A influenza hespanhola*, comunicou que

De alguns dias para cá se tem alarmado a população desta cidade com a epidemia reinante em Recife, na previsão de que ella nos invadissem.
De facto, a influenza já nos bate a porta, mas conservando o carácter benigno, e assim não temos motivo para alarmes.
Afirmam médicos de maior responsabilidade, e podemos confirma-lo pelo que vamos vendo entre nós, que se trata apenas da influenza comum, acompanhada, nos casos mais sérios, de febre alta, mas de curta duração (*A IMPRENSA*, 1918, s/p).

Em 1918, os casos de Influenza Espanhola começaram a ganhar destaque em meio “a comunidade médica internacional” (SILVEIRA, 2005, p. 92). Como encontrar explicações para o fato de uma doença, aparentemente, de ação fraca, causar tanto alvoroço e medo entre as pessoas e a própria comunidade médica? “As investigações realizadas logo após as últimas experiências epidêmicas da moléstia resultavam em pouco progresso, fazendo da influenza uma das patologias menos conhecidas pela medicina, nos primeiros anos do século XX” (Idem). A grande facilidade de contágio era uma das muitas características atribuídas à doença. No outro extremo, a proximidade e o “frequente” carácter benigno da doença contribuíam para a pouca demonstração de preocupação com seu contágio.

Em caso de contágio, o doente não tinha muito o que fazer. O mais aconselhado era “com probabilidade de êxito o quinino, o limão e o repouso completo. O curso da enfermidade é de 4 a 8 dias apenas” (*A IMPRENSA*, 1918, s/p). À medida que as notícias iam sendo divulgadas e novas informações surgiam sobre a pandemia, as autoridades públicas começavam a tomar as primeiras medidas para evitar um estrago maior. “O governo estadual determinou a suspensão das aulas públicas, o fechamento dos cinemas e a suspensão do prado” (Idem). Seguindo a mesma postura do governo estadual, o Exmo. Sr. Arcebispo metropolitano, Dom Aduato de Miranda Henriques, “por suas vez, mandou dar férias, antecipadamente, ao seminário, ao Colégio Pio X e ao Collegio Das Neves e suspender as solenidades de encerramento dos catecismos”¹²².

¹²² Ver *A Imprensa*, 1918, s/p.

No calor do pânico que estava tomando conta da Paraíba, o jornal *A Imprensa* cuidou logo de avisar a seus leitores que essas decisões são apenas medidas preventivas para “tranquilizar as famílias dos alumnos do interior, aterrorizadas com os boateiros levianos que nestas ocasiões tudo agravam. Naqueles educandários não se registrou caso algum da epidemia reinante”¹²³. Dois dos educandários mais tradicionais do Estado, *O Colégio Diocesano Pio X* e *Colégio Nossa Senhora das Neves*, começavam a se preocupar com a repercussão negativa que a Influenza Espanhola poderia causar entre os pais que tinham filhos matriculados numa das escolas. O caso era sério e precisava de uma atenção especial.

Os dois colégios eram instituições de ensino privadas e, por isso, a construção de sua identidade enquanto instituições que zelam pela qualidade do ensino ofertado a seus alunos e também pela qualidade das condições de higiene de seu prédio contavam muito na hora de manter e conseguir a matrícula de novos alunos. Nisso, a imprensa, principalmente o jornal católico *A Imprensa*, desempenhou um papel bastante importante na construção de uma imagem positiva dos dois educandários, os quais eram considerados “modernos”, “civilizados”, de “qualidade”, que zelam por um “ensino eficiente” e “bom”, devido à “disciplina”, à “ordem” e à “higiene”. As medidas tomadas pela direção da escola buscaram favorecer e tranquilizar membros da elite paraibana que tinham seus filhos matriculados em suas dependências. Era um discurso direcionado e intencional. A instituição em hipótese alguma queria ver sua imagem manchada pela doença que aos poucos se espalhava e gerava pânico pelo estado.

Esse fator talvez tenha contribuído para que o jornal, a todo instante, tenha buscado divulgar notícias que mostravam a doença em seus dias finais. Segundo informação do mesmo, na cidade de Recife, tinham chegado notícias de que “a influenza está no seu período final já voltando a cidade a sua vida normal; dado que a nossa capital é muito menor que aquella e suas habitações mais desafogadas, é de crer que, para nós, seja muito curto o período da epidemia”¹²⁴.

As informações que chegavam à Paraíba eram de que a “epidemia” estava em “declínio”. “O movimento da cidade, conquanto ainda se ressinta do grande número de convalescentes que se mantém recolhidos, vae evidentemente aumentando; e – o que é bastante significativo – a azafama das pharmacies já descrece a olhos vistos” (*A IMPRENSA*, 1918, s/p). Mesmo tendo chegado primeiro a capital paraibana, a doença não se restringiu apenas a seus limites geográficos, espalhando-se também pelas cidades de Guarabira com 600

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ibidem.

casos, Serra Redonda com 400, e mais 300 casos na cidade de Itabaiana. Cerca de 150 casos em Santa Rita, mais 100 em Cruz do Espírito Santo e em Cabedelo mais de 50 enfermos. A Paraíba ingressou a triste estatística da pandemia de Influenza Espanhola. Os dados confirmam que a doença em momento algum foi benigna. Adentrou os corpos das pessoas e deixou marcas profundas. O número de vítimas foi considerado alto em se tratando de um estado de pequena dimensão geográfica como a Paraíba. Logo: “A influenza irradiou-se rapidamente pelo interior da Paraíba” (SILVERA, 2016, p. 209). Em todo o mundo essa doença vitimou aproximadamente cerca de 600 milhões de pessoas.

No entanto, o jornal *A Imprensa* continuou seu trabalho informativo, alertando os paraibanos a respeito das últimas informações sobre a pandemia de Influenza Espanhola e seus estragos: “as sumidades medicas d’aquem e d’além-mar teem estudado o assumpto sob as suas várias modalidades sem afinal chegar – força é confessa-lo – a conclusões irretorquíveis e decisivas como as requer a angústia dolorosa do momento” (*A IMPRENSA*, 1918, s/p). Surgida na Espanha, “onde atacou oito milhões de indivíduos, muito hão discutido as corporações scientificas sobre o terrível morbus é mesmo aquele que em 1889 assolou o mundo sob idêntica face epidêmica”¹²⁵.

A preocupação do jornal era informar que o aparecimento dos primeiros sinais da doença foi na Europa e que as comunidades científicas estavam empenhadas no trabalho de tentativa de encontrar o vírus causador da doença. Decerto, o que existia era que seus sintomas já estavam devidamente identificados e definidos: “manifestação súbita tonturas, calafrios, dores imprecisas no corpo, atonia muscular, dores de cabeça intensas e elevação de temperatura, (40° e mais) e dores na garganta com inflamação”¹²⁶. Os sintomas eram muitos. O corpo da vítima ficava todo dolorido por três a quatro dias seguidos. Caso a doença não o levasse à óbito, o doente “se restabelecia” normalmente. Em alguns casos, a vítima ficava com algumas sequelas pelo corpo: “sob a forma de bronchite capilar e pneumonia, donde pode resultar a morte”¹²⁷.

Apesar dos avanços que o campo médico tinha conseguido nos últimos tempos, “a medicina ainda não conseguiu insultar o micróbio, pesar dos acurados estudos feitos na Inglaterra, França e Alemanha”¹²⁸. Logo, alguns médicos renomados internacionalmente cuidaram de fazer as primeiras constatações sobre a possível causa da doença. Juntos, Gruber, Kolle e o professor Pfeiffer desconsideraram “o bacilo de Pfeiffer” como possível origem da

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ver *A Imprensa*, 1918, s/p.

¹²⁸ Idem.

doença. Mesmo sem saber ao certo qual o verdadeiro “germem dessa aterradora moléstia”, já era “avultado o numero das suas victimas na Europa e mesmo no Brasil”¹²⁹.

À medida que o tempo ia passando e a doença não abandonava os corpos dos paraibanos, o jornal *A Imprensa* começou a demonstrar preocupação com a força da pandemia e com os estragos que a mesma vinha deixando em terras paraibanas. “Aqui na Parahyba, incipiente sob a ofrma benigna, a influenza se agrava dia a dia e, na opinião judiciosa de um dos reputados clínicos, assume um aspecto um tanto temeroso e amedrontador” (*A IMPRENSA*, 1918, s/p).

O número de pessoas vítimas do “mal espanhol” era bastante significativo no Estado. Os acometidos se encontravam principalmente entre pessoas das “classes trabalhadoras se encontram em prementes circunstancias porque há famílias inteiras atacadas sem ter alimentos nem remédios”¹³⁰. Enquanto os discursos publicados no jornal *A Imprensa* quase não falavam ou mencionavam a presença da doença entre pessoas pertencentes à classe social dos ricos, colocava os pobres e trabalhadores como os principais responsáveis pela proliferação do grande mal. O discurso das autoridades, da imprensa e da medicina julgava os pobres como mais suscetíveis à doença e à sua transmissão.

O governo da Paraíba atuou no campo da saúde adotando um conjunto de medidas de caráter assistencialista e preventiva, com o objetivo de impedir que a doença ganhasse proporções ainda maiores. A intenção não era curar os acometidos pelo mal, mas, sim, evitar que a doença continuasse se espalhando pelo estado. “Fazem-se mister medidas de salvação pública. A prophylaxia e tratamento da Influenza Espanhola teem sido muito discutidos. Aconselha-se insistentemente a renovação do ar das habitações com a ventilação dos domicílios”¹³¹. Pelo exposto, percebe-se que o discurso médico higienista estava presente nas notícias sobre a doença. A recomendação era de que os moradores renovassem o ar de suas habitações. A circulação e renovação do ar contribuía para a dispersão dos germes causadores da doença. “As medidas de hygiene pública e particular devem ser rigorosíssimas, na presente situação sanitária. Para contacto com os infleuenzados deve ser absolutamente evitado”¹³². O jornal indicava que os doentes portassem no bolso um lenço para em caso de tosse, espirro, cuspidas e escarradas resguardar sua saúde, “para que o micróbio se não transmita pelas gotículas de saliva e do muco-nasal que os doentes lançam no ar nessas ocasiões”¹³³.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ver *A Imprensa*, 1918, s/p.

¹³² Idem.

¹³³ Ibidem.

Caso a recomendação não surtisse o efeito desejado, o Dr. Carlos Chagas aconselhava que o infectado tomasse umas “doses de quinina”. Para aquela pessoa que teve um contato direto com um “influenzado”, não havia a necessidade de realizar “uma desinfecção acurada da garganta e fossas nasais, com frequência”. Sempre o melhor remédio era cuidar da higiene pessoal. Em caso de infecção, não tinha muito que se fazer. Nos últimos meses de 1918, o jornal *A Imprensa* relatou que a Influenza Espanhola já se encontrava “em franco declínio” na capital do estado, “logo se verá liberta da Influenza Espanhola”. Os novos casos que estavam surgindo eram resultado da “negligencia de hygiene individual que ao mesmo desenvolvimento do morbus. Os médicos continuam a curar dos influenzados com solitudine e faz-se diariamente a distribuição dos remédios”¹³⁴.

Por mais que a imprensa da época tentasse demonstrar perante seus leitores aquilo que era tido como uma demonstração de esforço por parte do governo estadual em combater a Influenza Espanhola, a própria passagem da doença em terras paraibanas e os mortos de feridos que por aqui deixou prova os limites ou ineficiência do Serviço de Higiene Pública, órgão criado em 1895, com o objetivo de evitar a entrada e proliferação de doenças no estado. No entanto, pouco eficaz na hora de adotar medidas mais duradouras e eficientes sobre as enfermidades que acometiam a população. “Neste cenário, a atuação do governo estadual, via Serviço de Higiene Pública, restringiu-se a mera distribuição de alguns poucos medicamentos e a doação de dinheiro para a Comissão de Socorros aos Influenzados Pobres” (SILVERA, 2016, p. 214).

Através da escrita do presente tópico, tentei mostrar como a Influenza Espanhola e a falta de cuidados com a higiene pessoal e coletiva tanto por parte das pessoas quanto também por parte do governo da Paraíba, em 1918, tomou conta das preocupações da direção do *Colégio Diocesano Pio X*. A presente instituição de ensino, por se tratar de uma escola particular, recorreu com frequência às páginas da imprensa da época com o objetivo de provar que a mesma estava preocupada com a higiene e saúde de seus alunos.

No capítulo seguinte, mostrarei como as ideias produzidas pelo *Colégio Diocesano Pio X* a respeito da educação cívica e do civismo como um ideal social a ser seguido e colocado em prática pelos discentes integraram seu projeto de educação construindo um modelo de *cultura escolar* que almejava colocar a escola no rol das instituições educativas consideradas modernas e civilizadas.

¹³⁴ Ver *A Imprensa*, 1918, s/p.

CAPÍTULO 6 - DA EDAGOGIA DA PÁTRIA: A FORMULAÇÃO DE UM MODELO CÍVICO DE EDUCAÇÃO

No presente capítulo, me propus a analisar o conjunto de ideias que foram produzidas pela direção do *Colégio Diocesano Pio X* no início do século XX e que circularam nas páginas da imprensa paraibana da época, divulgando as cerimônias cívicas planejadas pela instituição e colocadas em prática por seus alunos em homenagem aos Dias da Pátria, 7 de Setembro e da Juventude como parte de um projeto de educação e *cultura escolar*.

O civismo (diga-se comemorações do Dia da Pátria, Independência do Brasil, Desfiles de Sete de Setembro e Dia da Juventude) foi pensado e comemorado como um instrumento de edificação de um ideal social. Através de sua comemoração, os cidadãos eram educados para venerar os símbolos nacionais e defender os interesses da República. Fez parte do programa de ensino do Colégio. Os discentes desfilaram e enfeitaram as ruas da capital do estado, João Pessoa, comemorando as datas cívicas em nome da Pátria e da República. Esses eventos ajudaram a produzir corpos fortes e saudáveis, patrióticos e defensores do nacionalismo.

6.1 Da educação cívica: o civismo como ideal social

[...] Aula de educação cívica no plano que estão elaborando e que é aguardado com justa ansiedade, pois é, indispensável que conheça o adolescente os seus deveres, para com o seu país, e cuide de cumpri-los, com mão intrépida (*A IMPRENSA*, 1937, p. 5).

Vinte de Abril de 1937. A fala de Alfredo Baltazar da Silveira coaduna com a maior parte dos discursos emitidos por autoridades e intelectuais brasileiros no início do século XX, que viam na juventude do país a responsabilidade pelo seu desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Logo, a juventude teve papel fundamental no projeto de transformação da educação cívica e do civismo em um ideal social a ser seguido e colocado em prática. No corpo do texto acima, o autor argumentou defendendo a educação cívica como instrumento formador do caráter social do cidadão.

Para que isso fosse possível, era necessário que a educação cívica fosse incluída no programa da educação primária. As crianças precisam ter contato o mais cedo possível com as lições cívicas, conhecendo os símbolos nacionais, os heróis, as datas comemorativas. Através da educação cívica, esses jovens conheceriam a “organização política” de seu estado e do seu país, podendo, dessa maneira, ter uma maior participação ativa na vida política.

Assim, é-lhe necessário saber a organização política da sua terra, para que lhe seja permitido cooperar para o bem-estar da sua nação, cujo desenvolvimento reclama a colaboração consciente dos que a compõem; e, desde que lhe sejam ministradas magníficas lições sobre a sua atuação na vida nacional, o voto será valorizado e a representação popular deixará de ser um grêmio de apaniguados dos detentos do poder, por que constituirá a expressão genuína de sólidas competências¹³⁵.

No início do século XX, após os eventos que resultaram na Proclamação da República e seus desdobramentos posteriores, este tipo de discurso estampou as principais páginas de livros, jornais e revistas de circulação estadual e nacional. A imprensa como um todo deu grande destaque aos temas voltados ao sentimento de nacionalismo e de amor à pátria, como foi o caso dos jornais *A Imprensa*, *A União* e a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, fontes utilizadas nesta tese¹³⁶. Esses veículos jornalísticos foram espaços utilizados com frequência para a propagação e circulação de ideias sobre discursos enaltecendo a pátria e o nacionalismo do povo brasileiro, divulgando as festividades e propagandas em comemoração ao Dia da Pátria, ao 7 de Setembro e ao Dia da Juventude, com detalhes minuciosos e imagens que mostravam autoridades, educadores e alunos em perfeita sintonia. Nessas datas comemorativas e de expressão do civismo, as ruas da capital paraibana foram espaços por onde os alunos do *Colégio Diocesano Pio X* desfilaram orgulhosos de seu dever pátrio¹³⁷.

Segundo Horta (2012, p. 119), a introdução da educação moral e cívica no sistema de ensino brasileiro ocorreu muito antes da década de 1930. Foi na Reforma Rocha Vaz, implantada durante o governo de Arthur Bernardes¹³⁸, em 1925, que “a instrução moral e cívica passou a compor o programa do exame de admissão ao primeiro ano do curso secundário, o que implicava a sua presença no currículo do curso primário”. Nesse programa de ensino, os alunos se depararam com noções claras de civilidade, sociabilidade, trabalho, gentileza, asseio, higiene, amor à família e à pátria, dentre outros assuntos vistos como essenciais para uma sólida formação patriótica e cidadã.

Foi, sem sombra de dúvidas, nos anos de 1930, que os temas sobre os deveres cívicos, de amor à pátria, do patriotismo e do nacionalismo receberam do governo (Getúlio Vargas) um investimento material e simbólico bem maior. A Era Vargas (1930-1945) foi um período

¹³⁵ Ver *A Imprensa*, 1937, p. 5.

¹³⁶ Sobre o tema da educação cívica, o jornal *A União* e a *Revista do Ensino da Paraíba* também foram suportes jornalísticos que sobressaíram no Estado nas primeiras décadas do século passado.

¹³⁷ Nos próximos tópicos do presente capítulo, serão detalhados de maneira um pouco mais minuciosa essas demonstrações de civismo. Serão problematizados como ocorreram a organização e a realização das apresentações cívicas dos alunos do *Colégio Diocesano Pio X* pelas ruas da atual João Pessoa.

¹³⁸ Artur da Silva Bernardes foi um advogado e político brasileiro, presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e presidente do Brasil entre 15 de Novembro de 1922 e 15 de Novembro de 1926.

de grande investimento e, ao mesmo tempo, de entusiasmo na formação da juventude brasileira. É algo bastante frequente a presença de publicações e discursos enaltecendo os deveres cívicos dos cidadãos nos jornais e revistas de circulação nacional e local durante o início do século passado. A imprensa assumiu a responsabilidade de ser a divulgadora da circulação das principais ideias sobre a educação cívica.

O Estado Novo (1937-1945) é compreendido como um regime que fora instaurado no Brasil, tendo como pano de fundo uma política que visou alcançar as massas, caracterizado enquanto uma nova página na história política do país. Filho de um golpe de Estado, o Regime fora implantado no dia dez de Novembro de 1937, através da liderança de Getúlio Vargas, contando com o apoio do Exército, de membros da elite brasileira e de seguimentos da Igreja Católica. “O cenário político brasileiro que se configurou nos anos 30 e 40 do século XX se diferenciava das décadas anteriores, sobretudo por se constituir sob uma nova ordem estrutural, com vieses heterogêneo e ideológicos marcantes” (SILVA, 2016, p. 69).

Nesse novo cenário que fora montado, ocorreram inúmeras tentativas de nacionalização quase que compulsória da população. Inúmeras foram as medidas tomadas pelo governo federal na intenção de inculcar o sentimento de nacionalismo, como a estratégia de publicação de textos escritos por intelectuais e educadores em jornais e revistas de grande circulação nacional e até mesmo estadual. Houve o incentivo à publicação de periódicos escolares, como a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, que teve ativa circulação no período aqui analisado, defendendo ideias em torno da defesa da educação cívica e do patriotismo nacional.

Com isso, foi feito um grande investimento por parte do governo e dos diretores das instituições educativas em atividades de caráter cívico, patriótico, desfiles escolares, comemorações de datas cívicas, canto de hinos, hasteamento de bandeiras e veneração dos principais símbolos nacionais. O patriotismo do Estado Novo foi algo bastante ativo e concreto, pois almejou a formação da nacionalidade do brasileiro, fazendo uso de inúmeros mecanismos, seja na imprensa, seja no rádio e no cinema. A principal meta do governo era edificar “toda uma pedagogia do corpo” (LENHARO, 1986, p. 18), de modo a ser “detalhada” e colonizada para o trabalho. Para isso, era urgente a formação de futuros trabalhadores brasileiros.

Nesse momento histórico, a divulgação de textos produzidos pelos próprios alunos passou a ser bastante valorizado. Nos impressos pedagógicos, principalmente, era comum a publicação de textos e impressões dos alunos sobre os sentimentos cívicos-patrióticos. Boa parte desses discursos tinha a intenção de construir e publicizar a imagem de Getúlio Vargas

como o bem-feitor da pátria, aquele que veio salvar o país do atraso, da ignorância e da incivilidade. Esses mecanismos funcionaram como aparelhos eficientes na função de “espalhar a imagem onipresente de Vargas por todo o país” (LENHARO, 1986, p. 42). Os discursos edificaram uma imagem de Vargas como o pai da nação, o homem capaz de resumir e expressar os ideais de pátria e nacionalismo.

Esse uso foi notório diante do excepcional enaltecimento que o regime fazia à figura de Vargas, conquistando a simpatia dos escolares em todo país, com suas técnicas de propaganda política que o colocavam como um grande administrador que estaria conduzindo a pátria, desde outubro de 1930, com esplendor e glória. [...] Tudo isso pressupunha ser efeito de um sinal de apreço que, certamente, contribuiu para a perpetuação de sua lembrança na memória coletiva como autoridade máxima do Brasil: como presidente que, apesar de exercer um poder quase que absoluto do Estado, seria um benfeitor da nação brasileira (BENCOSTTA, 2005, p. 302-03).

No mesmo período na Paraíba, ocorre algo similar com a valorização da figura do Presidente do Estado, João Pessoa. As cerimônias cívicas locais buscavam enaltecer a imagem de João Pessoa. Esse período também ficou marcado pelos debates em defesa dos valores da “universalização do acesso ao sistema escolar”. O projeto de governo desencadeado pelo Estado Novo buscou se identificar com valores educacionais. Seu ideário estava alicerçado nos preceitos de ordem, higiene e devoção à pátria. O tema da educação passou a estar na ordem do dia e, por isso, fez-se presente nas principais discussões da época. Era algo que chamava a atenção das autoridades. “Este processo, na verdade, estava associado a alguns valores específicos, dentre os quais se destacavam o civismo e o moralismo patriótico” (TAMBARA e ARRIADA, 2009, p. 279-280). Foram muitos os intelectuais e educadores que se envolveram na missão de propagar pelo território nacional o projeto de uma efetiva educação cívica. Esse tema tornou-se uma ação missionária, em que a população foi convocada a participar.

A circulação de ideias em defesa da educação cívica e do civismo como um ideal social a ser almejado no Brasil se fortaleceu bastante no período da Primeira República. Processo esse acompanhado pela emergência de um novo regime político caracterizado pela predominância de influências ideológicas de outros países.

O civismo foi uma ordem ideológica, desenvolvida como forma de mudança social, que objetivava formar cidadãos nacionalistas para uma sociedade mais liberal, e foi partindo dessa visão que as várias correntes ideológicas

disputavam a forma para definir o novo regime (STRUJAK, LEDESMA e ZANLORENZI, 2013, p. 3).

Nesse projeto de disseminação do ideário cívico, os políticos brasileiros viram no cidadão um ponto chave para a conquista e manutenção no poder por um longo período de tempo, por meio de mecanismos de modelamento intelectual e corporal, introduzindo novos valores a serem copiados e divulgados socialmente. Como era de se esperar, o foco recaiu sobre a juventude, vista como o futuro da nação. Os jovens receberam a missão de conquistar e manter a harmonia social e política do país. Nos anos de 1930, a ordem política instaurada no Brasil é considerada, segundo Parada (2009, p. 19), “um momento crítico para a cultura política brasileira, na medida em que impulsionou as relações entre estes dois termos “cultura e política – em relações ao que podemos denominar “cultura cívica varguista”.

Nesse intuito, a imprensa desempenhou um papel bastante efetivo e importante. Empreendeu grandes esforços com o objetivo maior de divulgar e fazer circular as ideias de um período marcado pelo sentimento nacionalista, em muitos momentos, exacerbados. Os discursos veiculados pelas páginas da imprensa paraibana da época chegaram às mãos de uma parcela privilegiada da população, transmitindo, “por meio de suas colunas noticiosas, criteriosamente, o mérito dos desfiles cívicos que tomavam corpo nas ruas da capital” (SILVA, 2019, p. 77).

Os jornais e revistas tiveram um trabalho bastante ativo no processo de difusão desses ideais. Isso pode ser notado por meio da **Figura 38**, publicada nas páginas do jornal *A União*, principal meio de comunicação do Estado no início do século XX. Na ocasião, noticiou as homenagens prestadas pelo povo paraibano ao presidente da República Getúlio Vargas. As comemorações ocorreram no dia dezessete de Abril de 1943, em pleno sábado. Milhares de pessoas compareceram ao evento, prestando suas homenagens àquele que era tido por muitos como o “verdadeiro” representante da nação.

Figura 38- A Paraíba em homenagem ao Pres. Vargas.



Fonte: *Jornal A União*, 1943, p. 7.

Esse tipo de publicação tinha a intenção de despertar e fortalecer na população paraibana o sentimento de patriotismo. No exato momento em que a fotografia fora tirada, o Brasil estava envolvido no conflito da Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados: Inglaterra, Estados Unidos, França e Rússia. Portanto,

[...] a propagação de manifestações cívicas pode ser interpretada como ferramenta do governo visando o apoio necessário à nação brasileira para esse momento de tensão, sobretudo porque as manifestações traziam ícones de representatividade da nação (SILVA, 2016, p. 105).

A presente celebração cívica evidencia o nível de comprometimento e amor do povo paraibano com a pátria. É importante lembrar da legenda da imagem fotográfica, que faz questão de mencionar que as homenagens que estavam sendo prestadas tinham como centro de interesse a figura de Getúlio Vargas. O recurso fotográfico foi bastante utilizado pelos veículos jornalísticos na hora de reforçar a ideia por traz da imagem daquele que era o líder do país.

Entre as décadas de 1930 e 1940, ocorreu a valorização da figura de Getúlio Vargas. A fotografia foi explorada como “meio de apelação social” na publicização “da imagem do presidente zeloso da nação no imaginário social” (Idem). Além da imagem do presidente, os símbolos nacionais também foram constantemente utilizados como mecanismos de propagação do ideário de amor à pátria e defesa do nacionalismo. O governo convocou a

juventude brasileira a participar das principais demonstrações de amor à pátria e das campanhas de defesa do nacionalismo. Em 1943, a população paraibana presenciou nas ruas de João Pessoa um “empolgante espetáculo de civismo com que a juventude paraibana festejou o natalício do presidente Getúlio Vargas” (*A UNIÃO*, 1943, p. 7). A comemoração contou com a presença da maioria das escolas da capital paraibana:

Tivemos nessa concentração de todas as escolas uma saudação altiloquente ao chefe do governo feita pela juventude que vai criando o sentido da nacionalidade, a fazer-se forte pela fé nos destinos de um povo que jamais teve outra ambição que não fosse respeitar os direitos de todos, ansioso pelo predomínio da paz, porém, que de repente teve de modificar os seus propósitos para responder com bravura a covardia que se assanhou contra nós, partindo de nações que se desagregam, que se decompõem, na proporção que os seus chefes vão se anulando ao choque das armas aliada.¹³⁹

Os jovens que desfilaram “com garbo inexcitável” eram a concretização de que o projeto encabeçado pelo governo varguista estava colhendo os frutos esperados. O projeto de construção de uma sociedade cívica e patriótica estava sendo efetivado. Com isso em mente, muito intelectuais brasileiros a serviço do governo ou defendendo seus interesses pessoais utilizaram-se do recurso jornalístico, do prestígio social e acadêmico que possuíam para ver circular nas páginas amareladas desses impressos suas ideias e projetos de defesa do civismo enquanto um ideal social a ser almejado pela população, principalmente pelos jovens estudantes. Alfredo Baltazar da Silveira, articulista d’*A Imprensa*, revelou sua “imensa fé na educação cívica, mormente quando associada ao ensino religioso, que disciplina as nossas tendências, orientando a nossa vida para a prática quotidiana das virtudes teologais” (*A IMPRENSA*, 1937, p. 5).

Ainda segundo o mesmo, “o ser humano é suscetível de educar-se”. Nesse sentido, a educação cívica tinha a função de

Transformar o indivíduo num agente do engrandecimento da sua Pátria, que lhe mereça um amor profundo; e familiarizando-se com a sua nação, pela sua história, pelas suas leis, pelos seus grandes homens, pelos seus magnos episódios, a criança cedo se convencerá de que deve contribuir para a grandeza dos seus pagos.¹⁴⁰

No discurso acima, fica nítido que o principal objetivo do projeto de educação cívica era transformar o cidadão brasileiro no responsável direto pelo desenvolvimento do país. Para

¹³⁹ Ver *A União*, 1943, p. 7.

¹⁴⁰ Ver *A Imprensa*, 1937, p. 5.

isso, era preciso que esse cidadão estivesse familiarizado com tudo que dizia respeito ao seu país: heróis nacionais, datas e feitos históricos, leis, grandes eventos e homens. Tudo isso deveria ser ensinado desde cedo nas escolas, e aos poucos, as crianças e adolescentes aprimorariam seus conhecimentos e sua consciência dos deveres pátrios.

O patriotismo foi sendo, aos poucos, introduzido na mente e no corpo dos jovens. As cerimônias e festejos públicos organizados pelas autoridades e escolas foram ocasiões especiais para disciplinar e adestrar o corpo dos sujeitos que compareciam aos eventos. Nesses eventos, o poder desempenhou sua principal função: produzir corpos dóceis e hábeis para o trabalho. Portanto, pensando junto com Michel Foucault (2010), as cerimônias cívicas foram lugares privilegiados, escolhidos a dedo para a produção ou para a economia dos discursos verdadeiros.

O discurso vigente na época pregava que para serem aceitos pela coletividade, os jovens precisavam estar cientes das regras de civilidade e nacionalismo. Civilizados e disciplinados, os escolares “deixariam, no futuro, de ser desordeiras, desviantes ou revolucionárias, para se tornar um recurso político capaz de garantir a segurança e a estabilidade do regime” (PARADA, 2009, p. 49). Nesses eventos públicos, o Estado se impõe enquanto ordem hierárquica e soberana, quase que inquestionável e inviolável. Na contramão de tudo isso,

Ao aceitar a alteração do tempo proposta pelo calendário e participar do tempo festivo, o cidadão confirma sua subordinação ao Estado que instala sua autoridade soberana nos corpos e nas memórias daqueles que vão às ruas acenar bandeiras e cantar hinos (Idem).

O novo regime político (Estado Novo) era quem ditava as regras do campo social, político, econômico e cultural do país. Aos cidadãos, cabia a participação e aceitação dos eventos públicos realizados pelo governo como forma de legitimar sua maneira de guiar os rumos do país. As demonstrações de civismo espalhadas pelo Brasil afora formaram espaços privilegiados para que o governo varguista conseguisse impor seu poder e autoridade perante a sociedade e adversários políticos.

No dia 21 de Maio de 1937, o Mons. Pedro Anísio, Diretor do Departamento de Educação da Paraíba, escreveu nas páginas do jornal *A Imprensa* os pontos mais importantes do novo programa de ensino do Estado. Em sua visão, era “imprescindível a presença dos ideais eternos e cristãos na obra de formação da nossa juventude” (*A IMPRENSA*, 1937, p. 4). Com isso, a escola primária tinha o dever de “incorporar todos os valores sociais, éticos e

religiosos para dar ao paiz verdadeiros patriotas, cidadãos exemplares, homens dignos e probidosos”¹⁴¹. A escola era a instituição com plena capacidade de despertar nas famílias os espíritos infantis para o culto das virtudes cívicas, morais e cristãs. “Não se compreende a escola senão a serviço da Pátria. Ela é por natureza, a forja do civismo e das nobres e justas expansões patrióticas”¹⁴².

Ainda segundo Pedro Anísio, caberiam às escolas reservar espaços e horários especiais para a realização das festas escolares, os hinos e canções patrióticas. O culto a bandeira e os desfiles mereciam uma atenção especial. O objetivo maior dessas realizações era construir uma nação mais prospera, poderosa, civilizada, moderna e respeitada internacionalmente. No Brasil, a escola deveria seguir esse mesmo fim. Tornar a educação cívica uma realidade presente no cotidiano dos alunos e professores.

Na propagação do projeto da educação cívica, o culto a bandeira nacional, as festas cívicas realizadas nas escolas e pelo governo e o barrete frígio tornaram-se representações simbólicas de um país que se dizia moderno e civilizado. Para isso, o civismo apresentou-se enquanto uma ordem ideológica que, aos poucos, passou a fazer parte da realidade da população como um todo, com a intenção maior de contribuir para a formação de cidadãos nacionalistas e patrióticos. “Esse objetivo acabou se demonstrando necessário para resguardar toda a cultura e os valores, que naquele contexto, eram indispensáveis para a sua legitimação e os principais agentes para a defesa da pátria, eram os próprios cidadãos” (STRUJAK, LEDESMA e ZANLORENZI, 2013, p. 11).

Foi pela educação que as autoridades e educadores brasileiros buscaram atingir os objetivos nacionalistas, alcançando a maior parte da população. Assim, as instituições educativas, a exemplo do *Colégio Diocesano Pio X*, idealizaram várias formas de introduzir o ideal cívico na população, sendo os mais comuns as festas e desfiles escolares. A imprensa foi um dos instrumentos mais eficazes utilizado para se celebrar o civismo, por ser mais acessível à comunidade como um todo, mostrando aos cidadãos o amor à pátria. Dessa forma, era urgente fazer a

[...] Demonstração à população dos valores que estavam sendo trabalhados em sala de aula e que dessa forma atingiriam uma grande massa, ou seja, do micro contexto da escola era direcionado e demonstrado ao macro de uma sociedade, em uma nova ordem: a republicana (STRUJAK e ZANLORENZI, 2012, p. 2199).

¹⁴¹ Ver *A Imprensa*, 1937, p. 4.

¹⁴² Idem.

A realização dos eventos cívicos ocorria, geralmente, nas áreas centrais das cidades e nos centros urbanos, como as capitais. Nessas demonstrações de patriotismo, o número de convidados era enorme, participavam as principais autoridades municipais, estaduais e até federais, grupos de alunos e professores, a população e curiosos que assistiam entusiasmados às cerimônias. O centro das atenções recaía sobre o grupo de alunos, que, com uniformes iguais, desfilavam demonstrando harmonia e ordem pelas principais ruas da cidade, portando bandeiras e símbolos nacionais. Ao lado, na maioria das vezes, iam os professores que, prestativos, vigiavam e acompanhavam os passos e gestos de todos os alunos.

Isso pode ser visto na **Figura 39**, publicada pelo jornal *A União*, em 1943. “A parada da juventude escolar” foi o título escolhido para representar o evento público organizado pelas escolas paraibanas da época em homenagem as comemorações do Dia da Juventude. Estudantes de ambos os sexos desfilaram pelas ruas da capital do Estado portando instrumentos musicais, fardas brancas e símbolos nacionais, como a bandeira. Aos lados, ficavam os curiosos e representantes da polícia do Estado que encheram as ruas para ver o futuro do país em marcha cantando o hino nacional e demonstrando seu orgulho de ser brasileiro e patriota. Fardados de branco e enfileirados, os alunos marcharam portando nas mãos instrumentos musicais que ritmavam os passos e a Bandeira do Brasil, principal símbolo nacional.

Figura 39- A parada da juventude escolar.



Fonte: *Jornal A União*, 1943, p. 8.

Nos eventos, os professores se comprometiam com a manutenção da ordem e da disciplina dos estudantes, além de conscientizarem os alunos da importância da educação cívica. O jovem brasileiro “foi preocupação constante das políticas públicas do Estado Novo, e sua presença nas cerimônias cívicas era tão constante quanto a dos trabalhadores ou dos militares, os três principais públicos a que as cerimônias estavam dedicadas” (PARADA, 2009, p. 40). A divulgação de textos imagéticos ricamente arquitetados funcionou “como operadores simbólicos” e foi enormemente utilizado pelos operadores do Estado Novo, como forma de convencimento das massas que se apresentavam e se faziam presentes nos desfiles cívicos. “Esse recurso atendia a uma finalidade imediata; por meio de imagens veiculava-se com rapidez e precisão o recado que se visava transmitir” (LENHARO, 1986, p. 54).

Ainda de acordo com Pedro Anísio, Diretor do Departamento de Educação do Estado da Paraíba, no dia em que o professorado tiver em mente o valor da educação cívica, essa se tornará

Uma realidade. Pelo ensino da história, pelas festas escolares e pela influência dos mestres, os alunos aprenderão a amar o Brasil no passado como no presente e a ufanar-se de suas instituições, de sua língua, de sua crença, de sua bandeira (*A IMPRENSA*, 1937, p. 4).

O presente discurso enfatiza a presença dos ideais cristãos dentro das práticas cívicas, como a ideia da pátria associada a uma Arca. O sucesso da educação cívica nas escolas e na sociedade paraibana dependia da boa formação do professor primário. Esse sujeito era responsável por transformar a escola numa “agência da vida nacional, quem a eleva a altura de instituo civilizador de primeira ordem” (Idem), assegurando à população o sentimento de honra, amor pela pátria e dever cumprido. Eram nos bancos escolares que o cidadão brasileiro seria moldado e teria seus deveres pátrios aflorados.

Em 1937, Alba Canizares Nascimento (1937, p. 5) publicou nas páginas do jornal *A Imprensa* suas impressões sobre a importância da *Educação Cívica* na educação do cidadão brasileiro. Em sua opinião, é “a educação moral e cívica a base de toda a construção pedagógica”.¹⁴³ A educação cívica ideal era aquela que traria contribuições para a paz na escola. “Sim: uma perfeita educação cívica, que saiba encarar o civismo em todos os círculos concêntricos do seu desenvolvimento, a saber; brasilidade, americanismo, fraternidade” (*A IMPRENSA*, 1937, p. 5). Da junção dessas três “estruturas psico-sociais” juntas, resultaria a “verdadeira educação cívica”. Em sua opinião, a educação cívica era composta de três

¹⁴³ A esse respeito consultar *A Imprensa*, 1937, p. 5.

elementos estruturais: brasilidade, americanismo e fraternidade. Os cidadãos precisavam cultivar esses três elementos em harmonia: primeiro, da formação da brasilidade, resultava a “soberania nacional e espírito de defesa do patriotismo territorial e espiritual da Pátria”; segundo, do americanismo, surgia o apreço e valorização da “comunhão continental para a defesa dos legítimos interesses do Novo Mundo” (Idem); e, por fim, a fraternidade “sem qualquer relação com as teorias espúrias que levam ao anacionalismo, que condenamos” (Ibidem).

Como fora visto e discutido, o tema do civismo e da educação cívica fez parte de um projeto ideológico que emergiu no Brasil com a Proclamação da República e ocupou a mente do povo brasileiro durante todo o período da Primeira República, impregnando-se no imaginário popular. Essa nova ordem que surgiu objetivava formar novos cidadãos nacionalistas, admiradores e defensores de sua pátria. Para isso, foram realizadas inúmeras manifestações de defesa e veneração dos mitos nacionais, abertas à população que se reunia em espaços públicos, praças e estádios com o intuito de admirar os símbolos cívicos, a exemplo da bandeira, do hino nacional e do culto aos heróis.

As manifestações cívicas sociais se espalharam pelo território nacional, e os símbolos, os mitos, as histórias e os feitos do país foram transmitidos através da educação o do nacionalismo cívico patriota. A escola, assim, assumiu papel importante ao longo desse processo, formando as crianças brasileiras, desde a infância, nos assuntos de civismo e transformando a educação cívica num ideal social a ser seguido e colocado em prática por toda a população brasileira.

6.2 Do Dia da Pátria: o civismo como agente modelador de corpos

A PÁTRIA

A Pátria é o torrão amplíssimo ou pequenino, em que nascera um povo, trabalhando pela sua prosperidade, em prol de sua grandeza.

A Pátria é o berço de nossos antepassados, de nossos paes, de nossos irmãos que nos deixaram trilhado o mesmo caminhar por eles palminhado e que se foram para a viagem eterna.

A Pátria é a arca preciosa onde estão encerradas as glórias do passado junto às aspirações do porvir (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1929, s/p, grifos do autor).

Esse discurso foi publicado nas páginas da *Revista do Colégio diocesano Pio X* em 1929. Isso demonstra que a preocupação da direção do Colégio com o tema do civismo e

amor aos símbolos nacionais já era anterior à chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930. É claro que as discussões em torno dessa temática vai se aprofundar ainda mais nos anos 1930. Na época, já era comum encontrar artigos e notas se referindo aos ideais de patriotismo e nacionalismo sendo divulgados nas páginas dos principais veículos de comunicação do Estado. A pátria é definida como um bem maior que deveria ser venerado, amado, cultuado e polido por todos os cidadãos brasileiros. É a terra dos heróis nacionais, dos antepassados, dos avós que se foram, dos trabalhadores incansáveis pelo progresso da nação, dos soldados que lutaram com armas em punho para defender o território do perigo externo. É a terra onde o patriotismo aflora “estourado no coração de cada um”. Segundo o jornal,

A Pátria, são as matas, os mares, os rios, os cemitérios, onde dormem para sempre os corpos memoráveis de nosso irmãos, arrebatados pelo morte cruel, sempre muda aos nossos mais estranhados affectos. A Pátria é finalmente a bandeira, bella como a terra que representa, o ladrão sacrossanto que tem o “cordão prodigioso de prolongar o chão soberbo da Pátria, ainda mesmo dentro de um alheio solo”. E, a essa pátria, devemos nossa lealdade, nossa abnegação, nosso patriotismo (A IMPRENSA, 1929, s/p).

O cidadão pátrio é aquele que luta pela manutenção e cultivo da paz de seu país, que tem lealdade, abnegação e patriotismo em todas as horas do dia. Ser um cidadão pátrio é trabalhar, espalhar o amor entre os irmãos, lutar pela grandeza e desenvolvimento do país. Já “na guerra, nosso maior dever contra o invasor audacioso está na sua defesa, porque a maior macula é ver seu território nodoad, seus filhos oprimidos, seus bens subtraídos, seu pendão, a bandeira gloriosa, deshonorada”¹⁴⁴. A bandeira nacional é considerada como o símbolo maior do nacionalismo, e é por ela que as pessoas devem lutar e defender.

Durante o período em que Getúlio Vargas permaneceu à frente do governo brasileiro, especialmente no Estado Novo, as comemorações da “*Semana da Pátria* cresceu, tornando-se um longo período de celebrações cívicas” (PARADA, 2009, p. 69, grifos do autor). Foi feito de tudo para estreitar os laços e “o envolvimento do indivíduo com a Pátria” (LENHARO, 1986, p. 70). Para o Pe. Francisco Lima, então diretor do *Colégio Diocesano Pio X*, “a Pátria, assim considerada, é o Nordeste” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1936, nº 1, s/p). Para o povo paraibano, o patriotismo estava no culto aos símbolos e às riquezas locais: na valorização do “algodão em flocos níveos pintalgando as campinas”, produto responsável pela produção econômica do Estado; nas florestas aqui existentes.

¹⁴⁴ Ver *A Imprensa*, 1929, s/p.

Em novembro de 1938, *A Semana da Pátria* no *Colégio Diocesano Pio X* “foi comemorada com o maior entusiasmo cívico pela mocidade” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1938, nº 2, s/p). O primeiro dia do mês começou com “as preleções cívicas em todas as séries ginasiais”, ficando encarregado da organização das turmas os professores Conego Nicodemus Neves, Pe. Francisco Lima, os Drs. Clovis Lima e José Miranda. “O cônego Nicodemus dissertou sobre os movimentos precursores da Independência, nas primeiras séries, e na 3ª, proferiu brilhante estudo sobre a personalidade de Manoel de Arruda Câmara, fundador do Areopago de Itambé, o grande silogeu das ideias libertarias no norte do Brasil” (Idem). O Dr. Clovis Lima coordenou os trabalhos da conferência da segunda série. O tema escolhido foi: “o conceito de liberdade no Estado Novo”. Já o Dr. José Miranda, junto com os alunos da quarta série, discorreram sobre “o sentimento de pátria latente no coração brasileiro desde os primórdios do século XVII” (Ibidem).

Nas últimas três séries do curso, o Pe. Francisco Lima encerrou as preleções no dia seis de Novembro, argumentando para os alunos que ali se encontravam que o Brasil, no decorrer de sua prevê história, soube honrar sua soberania nacional, seja pelas armas e mãos de seus soldados, seja pelas armas espirituais de seus cidadãos e dos seus diplomatas responsáveis por manter uma relação positiva do país no exterior. “Terminou conceituando os jovens colegiais a serem fieis pretorianos da República leiais milicianos do Estado Novo, defensor estremo da paz e da tranquilidade dos lares brasileiros” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1938, nº 1, s/p).

Aos alunos do curso primário, a professora D. Silvia Pessoa realizou, no quarto dia do evento, “uma palestra cívica”, discorrendo sobre “o nacionalismo bem aprendido, cujo dever é reunir a infiltração estrangeira no país, especialmente quando ela traz a subversão da ordem pela propaganda de ideias extremistas”¹⁴⁵.

Os eventos organizados pela direção do *Colégio diocesano Pio X* em comemoração ao Dia da Pátria tinha como objetivo construir, perante a sociedade paraibana da época, uma imagem de instituição alinhada aos ideais de educação defendidos pelo governo federal. As cerimônias cívicas também faziam parte de sua proposta de *cultura escolar*. Para tanto, as comemorações serviram de mote para inculcar no corpo e mente dos alunos seu projeto de *cultura escolar* batizado nas águas do civismo.

¹⁴⁵ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1938, nº 1, s/p.

Os eventos da Semana da Pátria não contavam apenas com a presença de alunos, professores e seus familiares, mas a massa da população era convidada a participar das cerimônias. “Por meio dos escolares, procurava-se criar um sentimento nacional e a ideia de um Brasil como pátria de todos” (SILVA, 2019, p. 80). A escola e todo o seu aparato de funcionamento se tornou fundamental para o sucesso do projeto, das celebrações cívicas e da ritualística que as envolvia. Os jovens eram os protagonistas principais. A organização das festividades tomava conta de boa parte do trabalho pedagógico dos professores e era minuciosamente planejada.

As autoridades repassavam aos professores com antecedência as normas a serem colocadas em prática na hora dos eventos e a serem trabalhadas com os alunos. Eles ficavam com a responsabilidade de tornar efetivas essas práticas, demonstrando, diante da sociedade, suas finalidades. Para isso, dedicavam grandes esforços no treinamento dos estudantes. Tudo tinha que sair como planejado. A missão era repassar para o público que assistia às cerimônias a importância da educação cívica para a formação da juventude brasileira e seu papel social, político e cultural.

Quando se aproximava da data das festividades, o Departamento de Educação do Estado cuidava de publicar uma circular informando às escolas e aos professores os detalhes a serem colocados em prática. O objetivo era buscar manter certa uniformidade na realização dos eventos. Um padrão a ser seguido e executado por todas as escolas.

Já no primeiro dia de setembro, esses documentos eram enviados para que os alunos seguissem, a semana inteira, conduzidos pelo espírito de amor à pátria e, no dia da independência, as solenidades fossem executadas com toda a vivacidade (SILVA, 2019, p. 80).

Isso pode ser constatado pela nota emitida pelo Mons. Pedro Anísio Bezerra Dantas, Diretor do Departamento de Educação e publicada na *Revista do Ensino*, em 1937:

Departamento de Educação – (Nota oficial) – CIRCULAR – Sr. Professor: -
 Aproxima-se a data memorável de nossa Independência Política e estando empenhados os poderes públicos em celebrar condignamente a Semana da Pátria, determina esta Directoria que em todos os estabelecimentos de ensino do Estado, sejam levados a efeito, do dia 1.º ao dia 6 de setembro próximo, palestras nas aulas em torno do nacionalismo e do espírito de brasilidade, escolhendo-se de preferencia os episódios da historia pátria e apreciações sobre os vultos representativos do Brasil. No inicio e termino da palestra deverão ser entoados os hymnos da Independência, Nacional e da bandeira. Mons. Pedro Anísio Bezerra Dantas, Diretor do Departamento (*REVISTA DO ENSINO*, 1937, p. 117).

O documento sintetiza as principais intenções do governo do Estado com o tema da educação: fazer de tudo para contribuir para a circulação de ideias sobre o nacionalismo e patriotismo. Além de celebrar de maneira digna e fiel a Semana da Pátria. Idealiza também o modelo de ensino de História pretendido, a preservação do culto dos grandes personagens e feitos do Brasil. A vontade de iniciar nos alunos o desejo pelo sentimento nacionalista tinha seu início dentro das escolas, onde os sujeitos, desde cedo, tinham seus corpos adestrados e disciplinados pelos aparelhos de Estado. O objetivo era produzir corpos patrióticos, treinados e adestrados para servir à pátria.

A indicação era que, nos dias que antecediam a data comemorativa da Semana da Pátria, os professores direcionassem os conteúdos para a discussão de temas que sensibilizassem os alunos para o seu sentimento patriótico. Esses momentos eram marcados pela exaltação do nacionalismo. Os eventos e aulas eram momentos bastante propícios para a formação ideológica dos estudantes. Em suas práticas pedagógicas, os professores procuravam inculcar nos alunos o sentimento de amor e respeito à pátria e aos símbolos pátrios.

Assim, a escola passou a ser fundamental à formação da identidade nacional, que passou a se destacar no âmbito das discussões mais amplas sobre a educação, cuja principal missão passou a ser difundir uma história nacional assentada na moral e nos “bons” costumes patrióticos e nacionalistas (SILVA, 2019, p. 81).

A intenção era de que os alunos assumissem a responsabilidade de repassar para o restante da sociedade os aprendizados adquiridos nas aulas de História, promovendo a unidade nacional. É possível notar que foi realizado um intenso trabalho pedagógico sobre os alunos. Pelos discursos publicados pela imprensa da época, é possível perceber que existia uma nítida preocupação por parte das autoridades e educadores com o ensino reservado à formação da alma e do corpo nacionalistas e à modelação moral e corporal dos jovens. Formação essa adequada aos projetos de educação defendidos pelo Governo Vargas.

Durante o longo período que Getúlio Vargas permaneceu à frente do governo brasileiro, ocorreu uma grande preocupação com a educação dos corpos na intenção de mobilizar a massa de jovens estudantes. Só o sentimento nacionalista não era suficiente, era necessário também despertar o interesse desses jovens por outros assuntos considerados importantes, como a carreira militar. Essa questão fez com que, na Paraíba, o interventor Argemiro de Figueiredo organizasse o *Decreto de nº 961*, de 11 de Fevereiro de 1938,

tornando obrigatório o ensino de educação física nas escolas de todo o Estado. Esse mesmo documento tornava obrigatório dentro das escolas a prática da Educação Cívica, Moral e Artística. O Decreto foi publicado na *Revista de Ensino* em 1938.

Argemiro de Figueiredo, Interventor Federal no Estado da Paraíba, completando a lei n.º 16, de 13 de dezembro de 1935, e com o fim de arregimentar a mocidade estudantina, criando uma mentalidade nova, de acordo com o espírito do regime implantado no Brasil, pela Constituição de 10 de Novembro, toma as seguintes resoluções, quanto ao regime escolar do Estado: DA EDUCAÇÃO FÍSICA – Art. 1.º- Fica instituída obrigatoriamente a educação física em todas as escolas primárias e secundárias do Estado [...]. DA EDUCAÇÃO CIVICA – Art. 4.º - O culto á bandeira é obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e particular. Art. 5.º - Haverá diariamente, antes do inicio do expediente escolar, o hasteamento da bandeira, no pateo interno das escolas. Art. 6.º - As datas nacionais e do Estado serão comemoradas festivamente, cumprindo aos professores nesses dias, fazer preleções alusivas ao fato que se comemora e ainda promover paradas escolares, as quais terão, obrigatoriamente, o comparecimento 4 Sobre essa questão, conferir o Decreto-lei nº 4.642, de 2 de setembro de 1942, em que foram dadas as bases da organização da instrução pré-militar (BRASIL, 1943). dos docentes, funcionários e alunos [...] DA EDUCAÇÃO MORAL- Art. 9º- Os professores levarão na mais alta conta a educação moral dos seus alunos a qual deve ser encarada sob dois aspectos: 1º- a preventiva; 2º- a reformativa (*REVISTA DO ENSINO*, 1938, p.12-13).

A obrigatoriedade do ensino de educação física e cívica demonstra que a educação do corpo dos estudantes estava dentro do leque de preocupações do governo do Estado. Era preciso que ocorresse a formação de corpos fortes e saudáveis. Corpos com condições de lutar pela defesa da pátria. Além de produtivos, esses corpos também eram portadores de beleza e saúde. Essas duas matérias, atuando juntas, desenvolviam uma ação modeladora de combate ao ócio e à preguiça.

Na Paraíba, alguns anos antes, mais especificamente, em quinze de Novembro de 1935, o Pe. Lima já se dirigia à mocidade paraibana da seguinte maneira:

Mocidade, o Brasil chama por ti.

Na marcha acelerada dos tempos, no ruído surdo dos aviões que cortam o céu em diversas direções, no barulho infernal das máquinas, nas catástrofes que vemos cada dia nas notícias de guerras prestes a desabar no velho mundo e que os jornais, rádios e outros meios de comunicações nos trazem; neste instante perigoso em que os homens de nações mais civilizadas voltam á era primitiva, ao período escuro do direito da força, precisamos dizer á mocidade do Brasil: o colosso da América o gigante que repousa á sombra do cruzero é bem digno de melhor sorte (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1935, nº 2, p. 52).

Em seu discurso o Pe. Francisco Lima abordou a importância da preservação da paz. Em sua opinião, a guerra é a responsável por tudo de ruim: pela “fome, a miséria e a decadência física e moral de um povo”¹⁴⁶. Nesse contexto, inúmeros “foram os rituais simbólicos e as manifestações cívicas ocorridas de diferentes formas e lugares no Brasil” (SILVA, 2016, p. 108). As instituições educativas, sejam públicas, sejam privadas, foram espaços privilegiados para a “sedimentação da ideologia nacionalista”. Nisso, houve o incentivo à produção e à distribuição de diversos tipos de materiais pedagógicos e didáticos com a função de disseminar entre as crianças a crença no amor à pátria e ao nacionalismo. Cartilhas cívicas, livros didáticos com imagens de heróis nacionais e hinos fizeram parte do cotidiano de diversas escolas pelo Brasil afora.

Esses materiais atendiam aos interesses do governo: incutir na mentalidade das crianças e nos ambientes escolares noções claras de patriotismo. Cabe ressaltar “que as comemorações festivas escolares possuíam um caráter forte de conscientização patriótica e nacionalista durante o regime republicano no Brasil” (SILVA, 2016, p. 110). Colégios como o *Diocesano Pio X* se responsabilizaram em educar e moldar as crianças no que existia de mais concreto e efetivo em matéria de educação cívica. Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho (1989, p. 76-77),

A eficiência pedagógica das comemorações festivas escolares, era, no currículo educacional, a razão da existência de tais práticas [...] educando ‘pela representação ou evocação de fatos dignos de ser imitados’, as festas forneciam às crianças ‘oportunidade de gravar, indelevelmente, muitas lições proveitosas’. Nelas, a criança começaria a ‘sentir o efeito da sanção social sobre seus atos, pelos aplausos ou sinais de enfado e de crítica que percebe: sente que há um público, um conjunto de pessoas que louvam ou reprovam’. Em muitos casos, as festas poderiam ‘ter também uma influência direta sobre o espírito dos pais’. Quando isto não ocorresse, as festas teriam pelo menos influência indireta sobre eles, ‘elevando a escola e o papel do professor’.

A educação brasileira, no início do século XX, foi pensada e usada como mecanismo de divulgação e inculcação dos projetos de nação empreendidos pelo governo federal. Essa estratégia se acentuou ainda mais durante a Era Vargas. A educação nacional era definida como tendo por objetivo “formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas, sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos” (CARVALHO, 1989, p. 198).

¹⁴⁶ Ver *Revista do Colégio Pio X*, 1935, nº 2, p. 52.

Com a criação do Ministério de Educação e Saúde, administrado por Gustavo Capanema, essa ação ficou cada vez mais forte e centralizadora. Os objetivos da educação nacional fica cada dia mais evidente em defesa da valorização de uma educação patriótica. Com isso, o governo deu um maior destaque a Educação Moral e Cívica, que passaria a estar presente em todos os ramos de ensino. No período em que esteve à frente da direção do Ministério da Educação e Saúde (1934-1945), Gustavo Capanema depositou parte de seus esforços pessoais no sentido de construir um “projeto de educação para o governo Vargas” (SILVA, 2016, p. 111). Ele pensou a educação como o caminho para a edificação de “um novo ideal de homem” republicano. Dentro das escolas, o foco recaiu sobre as crianças que aprendiam, desde os primeiros anos de vida, a maneira correta de se comportar, de falar e de respeitar os pais, professores e a própria pátria.

Nesse período, a finalidade da educação ofertada nas escolas brasileiras era atender aos interesses de uma política de caráter nacionalista e de viés patriótico. “O estado da Paraíba, por sua vez, fazia seu papel dentro desse intento, inclusive com práticas escolares reforçando o ideal cívico e nacionalista, através de ações patrióticas por todo o estado” (SILVA, 2016, p. 112). A imprensa local (jornais *A Imprensa*, *A União* e *Revista do Colégio Diocesano Pio X*) mostrou em diversas ocasiões matérias representando demonstrações de civismo com a presença de professores e estudantes. Eram ações com claro viés patriótico. No próximo tópico, apresento algumas dessas comemorações organizadas pelos estudantes do *Colégio Diocesano Pio X*. As festas cívicas se tornaram práticas educativas bastante eficazes, visto que, por meio dessas comemorações, as autoridades buscavam despertar nos jovens estudantes o sentimento de amor e respeito à pátria.

6.3 Das cerimônias: a mobilização da juventude paraibana

Em 28 de Maio de 1925, o Mons. Odilon Coutinho anunciou nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* que, a partir daquela data, os alunos do Curso Primário, não teriam mais aulas de Álgebra, pois elas seriam substituídas “pela de História Universal, bem como serão acrescidas as cadeiras de Desenho e de Instrução Moral e Cívica, para a completa observância do novo programa oficial do curso seriado da Reforma” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1925, s/p).

Essa mudança na prioridade das matérias do currículo buscava adequar o modelo de ensino ministrado pelo Colégio com projetos nacionais. Naquele momento, intensificou-se a

valorização do que era nacional e republicano. A escolha das matérias de História Universal, Instrução Moral e Cívica estendeu o alcance do projeto de nacionalização da educação. A circulação de ideias sobre o civismo ganhou força por todo o país. As escolas públicas e privadas se esforçaram para se adequarem às novas propostas de educação vigentes.

Alguns anos antes, no dia 29 de Agosto de 1918, o jornal *A Imprensa* informou que o 7 de Setembro na Paraíba havia sido comemorado com “bellas festas cívicas”. As festividades foram abrilhantadas pela “formatura de uma brigada composta dos batalhões 49 de caçadores e o policial e dos alumnos do colégio Pio X e Lyceu Parahybano” (*A IMPRENSA*, 1918, s/p). Duas das mais respeitadas instituições de ensino do Estado, o *Colégio Diocesano Pio X* e o *Liceu Paraibano*, incumbiram seus alunos da responsabilidade de abrilhantar as cerimônias. Os alunos desfilaram “sob o comando dos srs. Majores Adolpho Massa, Genuino Beserra e Rodolpho Athayde, à tarde daquele dia, no Hypodromo, fazendo em seguida um passeio pela cidade” (Idem).

Toda essa demonstração de civismo e amor à pátria fazia parte do projeto de educação dos colégios. Introduzir na mentalidade dos alunos o sentimento de responsabilidade com a construção de um projeto de nação harmônica, civilizada e moderna. No caso do *Colégio Diocesano Pio X*, esse objetivo ia um pouco além: pretendia construir um projeto de educação e *cultura escolar* sustentado pelos discursos religioso e científico. Assim como o ensino de higiene, educação física e ensino religioso, a educação cívica encabeçou o modelo de *cultura escolar* que foi exemplo para a sociedade paraibana.

Anos mais tarde, em Junho de 1941, momento em que o Estado Novo já havia se consolidado como regime político do país, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* reproduziu um texto imagético com os alunos do Colégio “em marcha impecável” pelas principais ruas da capital paraibana. Os alunos que aparecem na **Figura 40** desfilaram em perfeita ordem e disciplina, vestindo uniformes padronizados, caminhavam a passos ritmados, organizados em filas, marcharam exibindo-se para a audiência que assistia admirada à beleza do desfile. O apreço pela ordem e organização demonstrava que as pessoas viam nos desfiles cívicos um caminho para a manutenção do projeto nacionalista. Os desfiles eram, na prática, uma representação de respeito e amor à pátria. Essa padronização que a imagem tanto tenta mostrar tornava os indivíduos envolvidos nos eventos iguais, cantando os mesmos hinos, cultuando os mesmos heróis e respeitando as autoridades ali presentes.

O desfile minimamente organizado e executado cumpria os objetivos do Estado Novo, de criar sobre a massa da população “dispositivos de participação militarmente concebidos. A marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige,

solidariedade, entusiasmo, tenacidade. Mas acima de tudo, disciplina” (LENHARO, 1986, p. 75). É isso que a **Figura 40** representa.

Figura 40 - Em marcha impecável o nosso exército Colegial segue o seu itinerário.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1941, nº 3, s/p.

Durante as demonstrações de civismo realizadas pelo *Colégio Diocesano Pio X*, as principais ruas da atual João Pessoa, capital do Estado, eram tomadas pela população e alunos. Desde cedo, os estudantes eram educados e treinados através das lições nacionalistas. Eram incentivados a comparecer aos desfiles cívicos realizados pelo município e recebiam orientação durante as aulas de educação Moral e Cívica sobre como se manter em ordem, em filas bem organizadas, a marchar em passos firmes e ritmados, guiados e orientados pelos professores, que veneravam, junto com eles e com a população, os símbolos da pátria. Nas calçadas da rua, a população observava com admiração os desfiles.

Os alunos eram vistos como o futuro da nação, visto que os valores nacionalistas seriam preservados e repassados por eles à massa da população. A juventude tinha o dever de compartilhar os aprendizados das aulas de educação cívica com a sociedade, era através dela que ocorria a preservação e a exaltação dos valores nacionalistas. Ao longo desse processo, a educação desempenhou importante papel na modelação do corpo infantil, moldado desde cedo. Nesse sentido, os maus hábitos foram corrigidos, e os bons, incentivados. A modelação

ia desde questões de caráter pessoal – postura correta, maneira de falar, de se comportar e de se comunicar em público – até chegar a assuntos de higiene pessoal, como escovar os dentes, pentear o cabelo, tomar banho, limpar as unhas, usar as vestimentas mais adequadas, os calçados, dentre outros. As lições também versavam sobre ensinamentos de história nacional – os feitos históricos, as datas comemorativas a serem lembrados, os heróis que mereciam ser cultuados, os símbolos nacionais. “Eram ensaiadas e treinadas nas instituições escolares, para que naquele momento, fosse realizada com perfeição” (STRUJAK, LEDESMA e ZANLORENZI, 2013, p. 21414).

Dentre todos os símbolos, a bandeira nacional era a que ocupava o lugar de maior destaque nos desfiles cívicos. Era o símbolo por excelência da República e representava todo o contexto histórico que levou à implantação do novo sistema político do Brasil. Era o símbolo mais disputado nas cerimônias pelos alunos. Em Maio de 1941, em seu segundo número, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* divulgou uma fotografia dos alunos do Colégio, enfileirados, bem organizados, dispostos em ordem, fardados, com instrumentos de percussão em mãos, numa exemplar demonstração de civismo. Os alunos estavam em concentração para a comemoração do *Dia da Juventude*. O pelotão se concentrou em frente ao edifício do Colégio, na *Praça da Independência*, área central de João Pessoa, como pode ser visto na **Figura 41**:

Figura 41 - O Colégio Diocesano “Pio X” no “Dia da Juventude”.



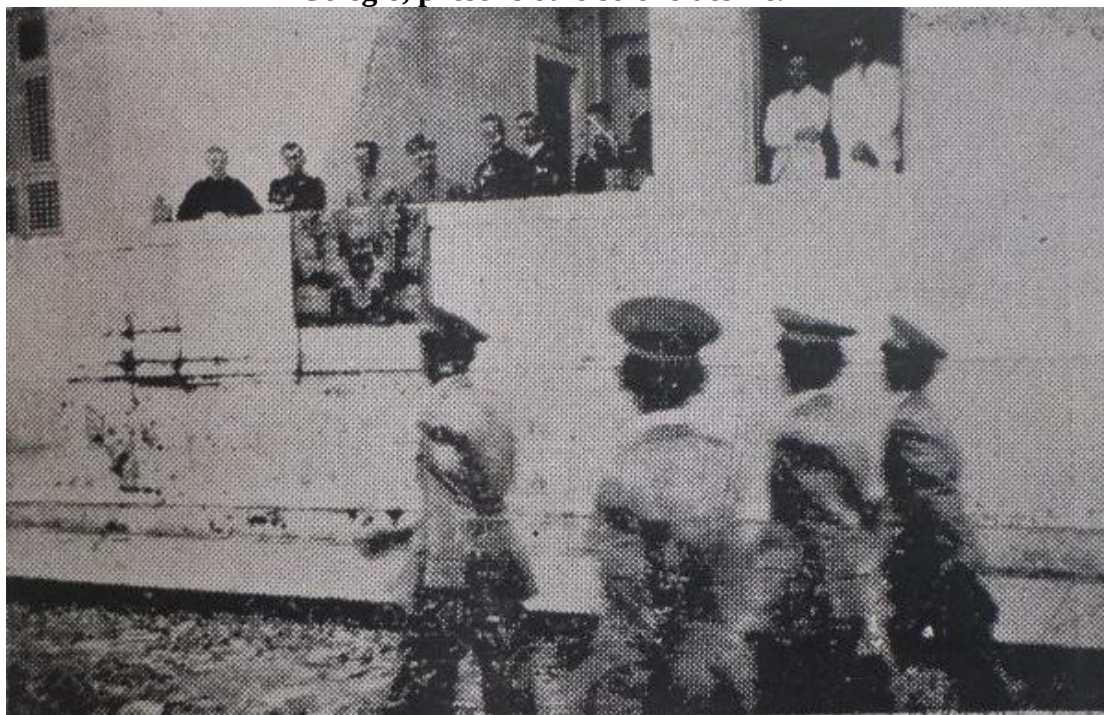
Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1941, n. 2, s/p.

A preparação para o desfile idealiza uma organização espacial disciplinada, ordenando os “agrupamentos”, as “fileiras”, possibilitando a complexidade dos espaços: “ao mesmo tempo funcionais e hierárquicos, há intervalos estabelecendo a fixação de cada desfilante, permitindo sua circulação” (PARADA, 2009, p. 118). O estabelecimento da divisão dos grupos e suas funções durante o desfile possibilitam a visualização do funcionamento do *princípio do quadriculamento*, segundo Foucault (2010). Esta organização espacial bem estruturada tinha como objetivo garantir a disciplina dos indivíduos nos desfiles, gerando uma melhor economia do tempo e dos gestos. “É um espaço que permite reger a disposição dos estudantes, das alas, dos blocos humanos, projetando sobre esta organização caracterizações, estimativas, hierarquias” (Idem).

Essa tentativa de disciplinamento do espaço me faz lembrar Foucault, quando este diz que a primeira das grandes operações da disciplina consiste na elaboração de “quadros vivos” que têm o dever de transformar multidões confusas, inúteis em multiplicidades bem organizadas e, ao mesmo tempo, produtivas e eficientes. Esse é o caso que a **Figura 42** tenta mostrar. Nela, garbosos e orgulhos de sua missão, os alunos demonstravam concentração. Ao centro, um deles é flagrado com a bandeira do país nas mãos. Os outros tinham a função de manter o ritmo do desfile com os instrumentos de percussão e de desfilar com imagens de heróis nacionais. De acordo Bomeny (1999, p. 147), durante o Estado Novo, na elaboração do projeto político de tentativa de construção do Estado Nacional, foi reservado “um lugar de destaque para a pedagogia que deverá ter como meta primordial a juventude”.

Tanto o Estado quanto as escolas deveriam modelar a juventude, adestrando seu pensamento e adequando-os ao novo sistema político. Inúmeros foram os símbolos difundidos e cultuados. Mitos exaltados e compromissos cumpridos. Essa juventude foi transformada no alicerce do projeto cívico elaborado pelo Estado Novo. A juventude brasileira, independente de seu sexo ou idade, foi chamada a participar da nova organização nacional. A valorização do patriotismo e a defesa dos símbolos nacionais passaram a ser de responsabilidade da juventude brasileira. “E desse caldo de cultura nasce o projeto de criação da Organização Nacional da Juventude. Estamos em 1938, ano emblemático do período de recrudescimento do autoritarismo do Estado Novo” (Idem).

Figura 42 - O Snr. Arcebispo, ladeado pelo Pe. Diretor e professores do Colégio, presenciou o solene desfile.



Fonte: *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1941, n.º 2, s/p.

Os eventos do *Colégio Diocesano Pio X*, nas ruas e praças de João Pessoa, podem ser entendidos “como uma composição de enormes quadros vivos formada por elementos como a juventude, os trabalhadores, as mulheres etc.” (PARADA, 2009, p. 119). Os desfiles estão relacionados a características como ordem, disciplina, organização e amor. Enquanto as massas ocupavam os espaços que lhes eram reservados, neste caso, as ruas e praças, as autoridades (políticos, arcebispo da Paraíba, diretores e professores) ocupavam seus acentos do camarote. Entre os convidados mais aguardados, estavam o Arcebispo da Paraíba, o diretor e os professores do Colégio. Os alunos desfilaram devidamente fardados. Exibindo seus corpos eretos e disciplinados pelas aulas de educação física. Higiene adquirida nas aulas de higiene. O espaço destinado às autoridades era bem mais confortável e enfeitado que os demais. Ocupavam, geralmente, a parte central dos desfiles, e era ali, naquele local, que ocorriam as principais demonstrações e encenações dos elementos que marcavam o desfile. Normalmente, era escolhido um tema a ser representado, e no final de cada desfile, ocorria o enaltecimento dos símbolos nacionais.

Enquanto as autoridades desfrutavam do conforto dos camarotes destinado à sua pessoa, a população ficava espalhada pelas calçadas da rua. Esse aspecto demonstra certa submissão de parte da população ao poder representado pelas autoridades ali presentes. Um dos objetivos principais dos desfiles era realizar o enaltecimento dos símbolos nacionais.

O hino, a bandeira, os heróis, entre outros, não desvalorizando a sua devida importância, estavam presentes no desenvolvimento dos desfiles, e a educação como elemento formador nacionalista maior, capaz de formar a grande massa popular, com o passar do tempo (STRUJAK, LEDESMA e ZANLORENZI, 2013, p. 21416).

O culto a esses símbolos tinha o objetivo de tornar os cidadãos que os assistiam fiéis defensores dos ideais nacionais e dos deveres pátrios. Nesse intuito, a educação liderou o projeto de modelamento da juventude. No *Colégio Diocesano Pio X*, da maneira como foi trabalhado, dentro de sala de aula ou nas ruas, com a participação ativa dos seus alunos, professores e familiares, a educação cívica contribuiu para a legitimação do projeto de disseminação de sua *cultura escolar* durante as primeiras décadas do século XX, pautada na circulação de um conjunto de ideias de caráter tanto religioso quanto científico. Este último pode ser encontrado na maneira como eram trabalhadas as matérias de educação física, higiene e ensino cívico.

O projeto de edificação de um ideal cívico dentro do *Colégio Diocesano Pio X* pode ser notado no poema *A Pátria*, de autoria do Pe. Ambrósio, publicado em Setembro de 1941, na Revista do Colégio. No poema, estava escrito que a primeira semana de Setembro era a Semana do Patriotismo, e que esse sentimento pertencia a todo cidadão brasileiro.

A Pátria.
 A primeira semana de Setembro
 É a “Semana Santa” do Patriotismo
 Sentimento presente em nós.
 Que nasce, descansa, sofre e morre conosco
 Porque é nosso povo, nossa língua
 Nosso lugar ao sol quente!
 Oh! Nascimento pobre!...
 Tantos anos sem esplendor esquecido
 Mas a ressurreição foi gloriosa.
 É magnífica, será fulminante.
 Porque o folgar de nosso Patriotismo
 É luz radiante
 De Sabedoria de Trabalho e de Paz
 - Nosso evangelho pra o Mundo doente!
 (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1941, nº. 6, s/p.

Ainda em Setembro de 1941, o orador oficial da *Arcádia do Colégio Diocesano Pio X* falou da importância do 7 de Setembro para o povo brasileiro. O Sadoc. De Souto Maior, orador Oficial, disse que o trabalho da *Arcádia* era “bem formar a nossa consciência de

futuros cidadãos, capazes para o serviço de Deus no seio da sociedade, de cuja estrutura depende a grandeza da pátria” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1941, nº 6, s/p). Os membros da *Arcádia* se responsabilizaram pela propagação dos ideais cívicos do Colégio. O Duque de Caxias¹⁴⁷ foi o primeiro herói nacional lembrado pelo Sacerdote Douto Maior em seu discurso oficial. Venerado como o “Grande Brasileiro”, homem de “trajetória luminosa”, o “unificador da pátria”, enfim, exemplo de brasileiro que “merece um culto que não poderá ser traduzido somente pelas estátuas erigidas em sua memória, mas sim, pela imitação integral de todas as suas virtudes cívicas”¹⁴⁸. Seu exemplo de cidadão patriótico deveria ser repassado “a todo e qualquer cidadão brasileiro. O cristão, o pai de família, o estadista, são dignos também de imitação. Como soldado ninguém maior que ele na bravura”¹⁴⁹.

José Feliciano da Silva, aluno da quinta série do *Colégio Diocesano Pio X*, aproveitou a liberdade que tinha de escrever na Revista do Colégio para prestar sua homenagem aos heróis nacionais. Ele iniciou seu texto intitulado *Sete de Setembro* lembrando aos leitores do impresso o quão importante era a primeira semana do mês de Setembro para os brasileiros. Tratava-se de uma semana “cheia de emoções. Os clarins, os tambores, as bandas de música, os cânticos tem sacudido a nação imensa e despertado os brasileiros para as comemorações de sua maior data”¹⁵⁰. O Sete de Setembro representa para os brasileiros a data de “nossa Independência Política”¹⁵¹, o dia em que o país conseguiu sua liberdade do domínio português, para “sermos senhores de nós mesmos”.

Todas as datas históricas do Brasil são grandes e significativas... Mas nenhuma como está, porque com a nossa Independência foi que podemos construir este presente, podemos levantar os edifícios sagrados de nossa cultura, de nossa civilização, de nosso progresso, de nossa glória.

7 de Setembro marca o ponto de partida de nova era para o nosso amado Brasil. A história do Brasil de lá pra cá é mais palpitante, mais dramática,

¹⁴⁷ Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (Porto da Estrela, 25 de agosto de 1803 – Valença, 7 de maio de 1880), apelidado de "O Pacificador" e "O Duque de Ferro", foi um militar, político e monarquista brasileiro. Caxias seguiu uma carreira militar, assim como seu pai e tios. Lutou em 1823 contra Portugal na Independência do Brasil e depois passou três anos na Cisplatina enquanto o governo tentou resistir sem sucesso contra a secessão da província. Ele permaneceu leal ao imperador Pedro I durante protestos em 1831, apesar de seus familiares terem abandonado o monarca. Pedro I abdicou em favor de seu filho Pedro II, a quem Caxias serviu como mestre de armas, ensinando-lhe esgrima e hipismo, finalmente tornando-se seu amigo.

¹⁴⁸ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1941, nº 6, s/p.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ A Independência do Brasil aconteceu em 1822, tendo como grande marco o Grito da Independência, que foi realizado por Pedro de Alcântara (D. Pedro I durante o Primeiro Reinado), às margens do Rio Ipiranga, no dia 7 de Setembro de 1822. Com a independência do Brasil declarada, o país transformou-se em uma monarquia com a coroação de D. Pedro I.

mais patriótica. Sentimos que uma nacionalidade se reformava e os homens mais compenetrados de seu amor ao Brasil. E hoje nos vemos este Brasil cada dia marchar em franca prosperidade. A agricultura, a indústria, o comércio formam o alicerce econômico do país. Dão-nos a satisfação de vermos como a balança exportadora pende a nosso favor¹⁵².

O discurso pregava que após os eventos da Independência do Brasil, o país ganhou prosperidade. O cidadão brasileiro se tornou mais nacionalista. A agricultura, a indústria e o comércio passaram a ser a base da economia nacional. A comemoração do dia 7 de Setembro é um ato bastante simbólico, pois representa para o brasileiro a oportunidade de comemorar nossa liberdade ideológica, política, econômica e cultural do domínio português.

É importante lembrar que o discurso de José Feliciano é bastante saudosista. Teve a intenção de construir a imagem de um Brasil, grande, próspero, civilizado e moderno. Sua fala é repleta de argumentos com objetivo de defender o trabalho desenvolvido pelo governo de Getúlio Vargas. É um discurso direcionado e intencionado. No grupo de heróis nacionais, José Feliciano ainda incluiu Tiradentes, Rui Barbosa e o próprio Vargas. Esses nomes não podiam ser esquecidos por “nós estudantes do Brasil Novo, do Brasil forte, do Brasil em ascensão para a glória diremos com todo fervor patriótico: Nós amamos a nossa querida Pátria”¹⁵³.

No momento atual, há um consenso entre os historiadores sobre os acontecimentos que resultaram na Proclamação da Independência brasileira por D. Pedro I em 7 de Setembro de 1822, às voltas do rio Ipiranga, em São Paulo. Naquela data específica, o entendimento histórico e social do acontecido não ficou muito claro, isso contribuiu para que os brasileiros dessem pouca atenção ao evento. O que importava realmente era a coroação de D. Pedro I como o primeiro Imperador do país. Na opinião de Hendrik Kraay (2010, p. 53): “Daí resultou um consenso historiográfico de que demorou algum tempo para que o Sete de Setembro se tornasse o dia da independência do Brasil e de que a data não tinha grande significado senão bem depois de 1822”. O 7 de Setembro só foi reconhecido oficialmente como “o dia da Independência do Brasil em 1823” (Idem), tornando-se entre os brasileiros umas das datas mais lembradas e comemoradas.

Para todos aqueles que, de alguma forma, faziam parte do *Colégio Diocesano Pio X*, diretores, alunos e professores, o “7 DE SETEMBRO é a maior festa nacional, porque marca o início da nossa vida como nação independente”¹⁵⁴. A importância da data estava no seguinte

¹⁵² Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1941, nº 6, s/p.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Ibidem.

fato: “a nossa Independência resultou de um forte sentimento nacional, pois os descendentes dos portugueses aqui nascidos e criados não podiam acompanhar os interesses puramente da Metrópole de que estavam afastados”¹⁵⁵. A partir da independência política, os brasileiros passaram a desfrutar de um marco histórico de relevo para ser lembrado e comemorado por todos. “É trabalhando, estudando e unindo-nos no mesmo sentimento de brasilidade que nos tornaremos dignos dos nossos antepassados. Nós seremos os homens de amanhã como os chefes do Brasil de hoje foram as creanças de hontem!”¹⁵⁶.

Em todas essas datas comemorativas, o esforço depreendido pelos alunos e professores durante as aulas de educação cívica teve como objetivo principal desenvolver no *Colégio Diocesano Pio X* um modelo de educação pautado nos ideais de civismo e amor à pátria. Isso fica evidente nas publicações feitas pela imprensa da época. Os jornais *A Imprensa*, *A União* e a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* veicularam na Paraíba, no início do século XX, um conjunto de discursos exaltando os principais feitos nacionais, o Brasil enquanto nação harmônica, rica, organizada, civilizada e moderna. Dentro do Colégio, a ordem era divulgar os projetos de educação criados pelo governo. Projeto de um novo país.

O projeto político do Estado Novo almejava “a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira” (BOMENY, 1999, p. 151). O que estava em discussão era a construção da identidade do brasileiro, a edificação de um novo homem, de um novo Estado, que valorizava o nacional e rejeitava o estrangeiro. A educação foi a estratégia utilizada pelo Estado para implantar seu programa nacionalizador.

Pelo que foi visto até aqui, na leitura e análise das fontes, fica bastante evidente que a estratégia surtiu seu efeito esperado. No *Colégio Diocesano Pio X*, as comemorações do 7 de Setembro foram realizadas com todo zelo. Toda a comunidade escolar foi convidada a estar presente e a prestigiar os alunos que desfilavam pelas ruas da capital paraibana. Esses eventos também foram utilizados pela direção do Colégio para mostrar à sociedade o modelo de educação que era trabalhado dentro da instituição: uma educação pautada nos ensinamentos do discurso religioso e científico.

6.4 Da Escola de Instrução Militar: a militarização do corpo

Colégio Pio X

¹⁵⁵ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1941, nº6, s/p.

¹⁵⁶ Idem.

Garbosamente formado o *Colégio Pio X*, no dia 24 do corrente, apresentou ao publico parahibano complexos e aperfeiçoados exercícios de *gymnastica*, que bem significam o adiantamento de seus alumnos nesta parte da aprendizagem militar.

Estiveram presentes o exmo. sr. Arcerbispo Metropolitano, o exmo. sr. D. Joaquim de Almeida, vários oficiais do exercito e polícia, famílias, o *Seminário* e o *Lyceu* (*A IMPRENSA*, 1924, s/p, grifos nossos).

Publicado em Maio de 1924 pelo jornal *A Imprensa*, o presente discurso reforça a ideia de que, no *Colégio Diocesano Pio X*, a educação militar fazia parte dos ensinamentos da matéria de educação física – ou seja, buscava produzir corpos vigorosos e saudáveis. A formação militar fez parte de um audacioso projeto encabeçado pela direção do Colégio, com o intuito de militarizar o pensamento e o corpo de seus alunos. Mais uma vez, a educação é convidada a prestar seus serviços de tornar a juventude educada e disciplinada. O discurso militar vinculado à educação transformou corpos débeis, fracos, doentes e sem energia em corpos garbosos, limpos, fortes, cheios de vigor e, acima de tudo, disciplinados.

De acordo com José Georges de Salles, articulista da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*: “entre os estabelecimentos de instrução na Parahyba, salienta-se o Colégio Pio X” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1928, p. 41). Os motivos que tornavam o Colégio um “conceituado educandário” eram seus “serviços prestados a Pátria e á a sociedade”. O ideal do *Colégio Diocesano Pio X* estava em “guiar os filhos da Pátria do Cruzeiro ensinando-lhes as mais bellas lições de moral e civismo”¹⁵⁷. Dirigido pelos *Irmãos Maristas*, a instituição de ensino se destacava pelos “muitos trabalhos à nossa Pátria”. Com o passar dos anos, a instituição foi ampliando seu currículo e incluindo novos cursos em seu programa de ensino. Foi o que aconteceu com a instrução militar, que, aos poucos, caiu no gosto dos jovens alunos que estudavam no mesmo. “A instrução militar marcha num grande progresso, pois todos os anos novas turmas de reservistas recebem as suas cadernetas”¹⁵⁸.

Buscando estender o número de novos candidatos com o título de reservista do Exército brasileiro, a direção do *Colégio Diocesano Pio X* resolveu, em Novembro de 1928, na capital da Paraíba, reunir uma comissão chefiada pelo comandante da 7ª Região Militar, encarregada de realizar “as provas dos exames para Reservistas do Exército, observadas as disposições das Directivas para os exames aos quaes foram submestidos os seguintes atiradores, com o seguinte resultado” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1928,

¹⁵⁷ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1928, p. 41.

¹⁵⁸ Idem.

p. 62). No **Quadro 10**, estão os nomes dos candidatos, a aprovação, o grau atribuído e as respectivas médias obtidas nos exames.

Quadro 10 - Lista de alunos inscritos e aprovados no curso de Ensino de Instrução Militar do Colégio Diocesano Pio X.

Nomes	Aprovado	Grau	Média
Francisco Bonifácio Paiva			1,75
José Vieira de Souza			1,91
Paulo Pereira de Mello			1,75
Arnaud Amorim de Medeiros			1,75
José Luiz Vieira			1,75
José Fernandes de Lima			2,25
José Amorim			1,75
João Feitosa Ventura			1,91
Luiz Wanderley Torres			2,08
Altino Raphael Torres Ventura			2,25
Ernani Onofre			1,75
José de Oliveira Lima			2
Zacharias Colaço Filho			2
Luiz Carlos Galvão			2
Nemesio de Almeida Regis			2,16
Oscar Serrano Cavalcanti			1,75
Reynaldo Duarte de Souza			2,10
Bianor de Andrade			2
Tiburtino Rabelo de Sá			2
Hyrarn Ayres de Araújo			2,08

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da tese a partir de informações colhidas na *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, de 1928 (2020).

Ao todo, vinte e um alunos se submeteram aos exames para a obtenção do grau de reservista. Com a posse de uma reservista, os alunos podiam pleitear uma das vagas no Exército brasileiro. A ata da banca avaliadora foi assinada pelo Capitão Gualberto Gonçalves Pereira de Mello; o 2º Tenente José Arnaldo Cabral de Vasconcellos; o 2º Tenente Nicolau Lins de Albuquerque e pelo 1º Sargento instrutor Manoel de Sant'Anna Sobrinho.

No Brasil, a partir do instante em que Getúlio Vargas subiu ao poder, em 1930, todo um investimento material e simbólico foi feito com o pretexto de aproximar a educação das questões em torno da segurança nacional: “a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle” (BOMENY, 1999, p. 141). O discurso educacional era o suporte onde repousava a ideia de construção de uma sociedade ordeira e disciplinada. Nesse sentido, a educação teve uma forte atuação na militarização do pensamento e do corpo dos cidadãos brasileiros.

Não é por outra razão, me parece, que o Exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil (Idem).

O Estado Novo é repleto de exemplos do tipo, pois teve participação ativa na definição das políticas nacionais de educação. O então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, interferia diretamente nos debates sobre educação. Essa interferência era aceita porque a educação era considerada uma atividade diretamente ligada às questões da segurança nacional.

Em Dezembro de 1933, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* avisou a seus leitores que estavam abertas as inscrições para “os exames para reservistas de segunda categoria do Exército Nacional, aliás os únicos realizados nesta Capital, devido à desorganização por que passaram as E. I. M, de João Pessoa, durante o ano de 1932 e primeira metade de 1933” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1933, s/p).

A responsabilidade pela formação militar dos alunos do Colégio cabia à Escola de Instrução Militar nº. 166. No mês de Julho de 1933, começaram os trabalhos de formação militar “em nossa Escola de Tiro”, sob a coordenação do sargento Moisés Martiniano de Araújo, designado para a função de instrutor. Em pouco espaço de tempo, “conseguiu o esforçado e inteligente militar preparar convenientemente numerosa turma de reservistas e pôr em dia a escrituração inexistente da Escola, merecendo, sem favor, os elogios abaixo transcritos”¹⁵⁹.

Em 19 de Agosto de 1933, a Escola de Instrução Militar nº 166, do *Colégio Diocesano Pio X*, enfrentou seu primeiro grande desafio: a primeira inspeção federal. O Cap. Rossini Raposo, Insp. T. 7. A. R. M., foi o responsável por realizar a primeira inspeção técnica da Escola de Instrução Militar. Uma cópia da ata da inspeção foi publicada na *Revista do Pio X*. Esse documento atesta a intenção da direção da instituição em tornar público o trabalho

¹⁵⁹ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1933, s/p.

realizado em nome da educação militar. O Cap. Rossini expressou-se da seguinte maneira sobre a E. I. M:

Tendo vindo a esta E. I. M. 166 afim de inspeciona-la, não posso deixar de expressar a minha satisfação pelo bom funcionamento que encontrei. Dotado de recursos em material bom, suficiente, corresponde a sua finalidade. Dou em traços gerais a minha impressão (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1933, s/p).

O parecer detalhava os principais pontos sobre a escrituração, armamento, registro de tiro e instrução. A escrituração, segundo informações do parecer, mostrava-se “bem organizada”. A situação mais delicada era a do armamento, que, segundo o inspetor, necessitava ser “substituído”, pois as armas que os alunos do Colégio tinham em mãos para realizar seus treinamentos de tiro “não” correspondiam “às necessidades” da escola. O registro de tiro estava “em ordem”. A instrução, “apesar” de apresentar “algumas faltas facilmente sanáveis”, apresentava pontos positivos. Abaixo, segue parte do relatório escrito e assinado pelo inspetor:

ESCRITURAÇÃO: - Em dia, observando que quase toda vem do atual instrutor. Está bem organizada.

ARMAMENTO: - A se substituir, o existente não corresponde às necessidades.

REGISTRO DE TIRO: - Em ordem.

INSTRUÇÃO: - Apesar de algumas faltas facilmente sanáveis, foi a melhor turma até hoje apresentada nas minhas inspeções. Deve no final do ano estar em boas condições para exame. Ao sr. Diretor apresento meus agradecimentos pro ter auxiliado com o seu prestígio o trabalho do meu auxiliar, coadjuvando-o no patriótico fim de preparar a nossa mocidade em instrução militar¹⁶⁰.

Todo esse investimento realizado pela direção do *Colégio Diocesano Pio X* na formação militar de seus alunos visou militarizar o corpo e o pensamento dos mesmos. Através da educação militar, a juventude paraibana recebeu em mãos mais um instrumento eficaz de auxílio no trabalho de nacionalização da sociedade. Esse modelo de educação transformou-se num poderoso aparelho de adestramento de emoções. O jovem educado, segundo essas lições, tornou-se um cidadão mais patriótico.

O discurso emitido pelo inspetor Cap. Rossini, no ato de seu atestado de inspeção, comprova que o Exército brasileiro estava tendo uma participação ativa nos debates sobre

¹⁶⁰ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1933, s/p.

educação no Brasil. “A vinculação de um projeto de segurança nacional à participação ativa do Exército no sistema educacional conforma a ideia de que, no Estado Novo, a educação deveria constituir-se num projeto estratégico de mobilização controlada” (BOMENY, 1999, p. 142).

Aos poucos, um eficaz e bem planejado projeto de militarização da sociedade foi sendo arquitetado e posto em prática, o que exigiu das pessoas uma participação ativa e fez delas instrumentos de uma nova ordem que emergia e se fazia presente em todas as esferas. O que estava em pauta era de suma importância para os varguistas que queriam edificar um projeto de “construção da defesa nacional”. Defender a pátria e convocar a população para fazer o mesmo era algo imprescindível e inadiável. Por isso, a educação passou a ser tão importante, porque era dentro das salas de aula que os estudantes conheciam as ideias sobre o real significado do nacionalismo e as passavam para suas famílias.

A partir dos anos de 1930, a Escola de Instrução Militar nº 166, do *Colégio Diocesano Pio X*, desempenhou um papel mais ativo na formação de novos cidadãos patriotas. O Sargento Moisés Martiniano de Araújo era o instrutor responsável pela transmissão dos conhecimentos necessários aos alunos. No programa de ensino da E. I. M nº166, estavam noções básicas de amor à pátria, a defesa dos ideais de nacionalismo, o culto à Bandeira Nacional e aos heróis e, o mais importante, o manuseio e utilização das armas, pois um bom soldado mostrava destreza no manuseio de um fuzil. Nesse contexto, as discussões em torno do corpo passaram a “estar na ordem do dia e sobre ele se voltam às atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a Igreja, a escola, os hospitais” (LENHARO, 1986, p. 75). Os de transformação da sociedade enxergaram no trato com o corpo o caminho mais fácil e direto para se alcançar tal objetivo.

Dessa forma, o Exército, ao interferir no processo de condução da educação nacional, militarizou o corpo dos sujeitos. O poder “intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (MACHADO, 2010, p. XII). No desenvolvimento dessa “microfísica do poder”, a corporeidade de cada indivíduo: seus hábitos, instintos, pulsões, sentimentos, emoções, amor, educação, comportamento, disciplina. É onde atua uma complexa rede de saberes.

Focando a produção de dispositivos disciplinares, em 1933, mais uma turma de candidatos ao título de reservista foi formada pela direção do *Colégio Diocesano Pio X*. “Trinta foram os candidatos apresentados à comissão examinadora, composta dos distintos

oficiais do 22º B. C., 1º Te. Adauto Esmeraldo, presidente, asps. A oficial Moacir Alves e Mocair Rodrigues” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1933, s/p). Todos os trintas candidatos escritos na seleção foram aprovados. Os alunos Luiz H. de Luna Pedrosa, Lourival de Carvalho Costa, Luiz Inácio Ribeiro Coutinho, Antônio de Arruda Brainer e Silvio Monteiro da Cunha obtiveram a nota máxima. Abaixo, segue a lista com o nome de todos os aprovados:

Arlindo Rammalho, Wilson Ramalho, Mario Rezende, Walfredo I. de Oliveira, Aloisio R. Sobreira, José Onofre Filho, Luiz Humberto de L., Pedrosa, Herofilo Marciel, Dirceu T. de Brito, Jorge von Sohsten, Romulo R. Rangel, Onevaldo F. Maia, João Batista Neto, Lourival C. Costa, Edwar R. de Melo, Bento P. Diniz, Fernando H. Menezes, Wamberto N. Zenaides, Luiz Ribeiro Coutinho, Antônio Braiener, Jorge Ribeiro Coutinho, José T. Ramalhão, Gilvan B. Dunda, Heronides Vasconcelos, Silvio M. C. da Cunha, Ulisses de O. Marques, Massilon Macedo, José Barbosa e Claudio do Ó¹⁶¹.

Após “o sucesso” da seleção de novos reservistas, os articulistas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* cuidaram logo de tecer seus comentários elogiando os resultados obtidos e estenderam os parabéns à direção do Colégio e ao instrutor, o Sargento Moisés Martiniano de Araújo, pois, juntos, esforçaram-se pelo “pelo bom funcionamento da Escola”, com o “patriótico fim de preparar a nossa mocidade na instrução militar e os inteligentes e disciplinados componentes da E. I. M. 166, que souberam continuar as gloriosas tradições militares do “Pio X””¹⁶². Na **Figura 43**, aparece publicado o resultado final dos exames com os nomes dos alunos participantes e suas notas.

¹⁶¹ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1933, s/p.

¹⁶² Idem.

Figura 43 - Resultado do Exame.

Figura 45 Resultado do Exame

Resultado do Exame

N.	NOMES	PONTOS						MEDIAS	Resultado
		1	2	3	4	5	6		
		Z	Z	Z	Z	Z	Z		
Nota de julgamento									
1	Arlindo Ramalho Cevalcanti	3	2	1	1	3	1	1,83	Aprovado
2	Wilson Ramalho Cavalcanti	3	2	1	2	1	2	1,83	"
3	Mario Moura Rezende	3	2	1	2	3	2	2,16	"
4	Walderedo Ismael de Oliveira	3	2	1	2	3	2	2,16	"
5	Aloysio Rodrigues Sobreira	3	2	1	2	3	2	2,16	"
6	José Onofre Filho	3	2	1	2	3	2	2,16	"
7	Herófilo Ramos Maciel	3	2	1	2	3	2	2,16	"
8	Dirceu Toscano de Brito	3	2	1	1	3	1	1,83	"
9	Luiz Humberto de L. Pedrosa	3	2	1	3	3	3	2,50	"
10	Jorge von Sohten	3	2	1	1	3	1	1,83	"
11	Romulo Romero Rangel	3	2	1	2	3	2	2,16	"
12	Onevaldo Fernandes Maia	3	2	1	2	3	2	2,16	"
13	João Batista Neto	3	2	1	2	3	2	2,16	"
14	Lourival de Carvalho Costa	3	2	1	3	3	3	2,50	"
15	Edward Rocha de Melo	3	2	1	1	3	1	1,83	"
16	Bento Pereira Diniz	3	2	1	1	3	1	1,83	"
17	Fernando Henriques de Menezes	3	2	1	2	3	2	2,16	"
18	Wamberto Nobrega Zenaides	3	2	1	3	3	2	2,16	"
19	Luiz Inacio Ribeiro Coutinho	3	2	1	3	3	3	2,50	"
20	Antonio de Arruda Brainer	3	2	1	3	3	3	2,50	"
21	Jorge Ribeiro Coutinho	3	2	1	2	3	2	2,16	"
22	José Travassos Bacalhão	3	2	1	1	1	1	1,50	"
23	Gilvan Barbosa Dunda	3	2	1	2	3	2	2,16	"
24	Heronides Meira de Vasconcelos	2	2	1	3	3	3	2,33	"
25	Silvio Monteiro C. da Cunha	3	2	1	3	3	3	2,50	"
26	Ulisses Marques de Oliveira	3	2	1	2	3	2	2,16	"
27	Massilon Galdino de Macedo	3	2	1	2	3	2	2,16	"
28	José Maria da Silva Cruz	3	2	1	2	3	2	2,16	"
29	José Barbosa Filho	3	2	1	1	3	1	1,83	"
30	Claudio Clovis de Souza do O'	2	2	1	1	1	1	1,83	"

Fonte: Revista do Colégio Diocesano Pio X, 1933, s/p.

Em 1937, os cursos de Tiro de Guerra dos estabelecimentos de ensino oficiais foram extintos, sendo “substituídos pelas Escolas de Instrução Militar Preparatória, que também fornecem aos seus alunos certificado militar” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1937, nº 1, p. 27-28). As Escolas de Instrução Militar receberam o compromisso de formar os “futuros defensores da Pátria”, dando aos alunos nelas matriculados o direito da “matrícula nos Cursos de Preparação para oficiais da Reserva e em todos os Cursos da República”.

O alunos portadores de um desses certificados poderiam optar, caso desejassem, por “servir no C.P.O.R (Centro de Preparação para Oficiais da Reserva)”. Depois de matriculado no C.P.O.R, ao término do curso, o aluno se tornaria um “Oficial da Reserva do Exército”, ficando à disposição das forças armadas brasileira, em caso de convocação. Após os bons frutos colhidos no projeto de formação militar de futuros oficiais do Exército, “a atual diretoria do Colégio Diocesano Pio X tem procurado dar novo desenvolvimento á E.I. M. P,

166 anexa ao Estabelecimento, correspondendo ao esforço da Inspetoria dos Tiros de Guerra da Região e dos sargentos instrutores a serviço na E.I.M.P. do Colégio”¹⁶³.

Como prova de todo o esforço despendido pela direção do Colégio, em tornar viável o projeto de militarização do corpo de seus alunos, abaixo, encontra-se transcrito “o termo de inspeção”, que, na prática, comprova esse empenho. O termo de inspeção foi transcrito “no livro de Inspeção Oficial da E.I.M.P. 166 pelo sr. Inspetor dos Tiros de Guerra da 7ª Região Militar, Capitão Leonidas de Lima Botelho”¹⁶⁴. O documento trazia os seguintes comentários sobre o funcionamento da Escola de Instrução Militar nº 166:

“7ª Região Militar – Inspetoria dos T. G. – E.I.M.P. 166 anexa ao Colégio Diocesano Pio X – Inspeção. De acordo com as disposições previstas pelo regulamento da Diretoria do Serviço Militar e da Reserva foi inspecionada nesta data, a E.I.M.P 166 da qual é Instrutor o 3º sargento do Q.I. Pedro de Alcântara Rodrigues de Araújo, observado-se o seguinte:

A) Instrução – Muito boa.

A referida Escola dispões do aparelhamento necessário à instrução física, satisfazendo as regras previstas pelos Regulamentos.

B) Instrução de tiro – Tem sido ministrada nos anos anteriores com regularidade. Ainda não deram começo aos exercícios de tiro ao alvo, em virtude de ter sido iniciado há poucos dias o período de instrução, de conformidade com o art. 81, do Regulamento supracitado.

C) Escrituração – Está em dia e, vem sendo feita com muito zelo e cuidado, e dentro das normas regulamentares.

D) Linha de tiro – Não tem. Os seus exercícios são realizados na do 22º Batalhão de Caçadores, consoante o disposto na aliena c do art. 90, do regulamento aprovado pelo Decreto nº 243, de 18-7-1935¹⁶⁵.

Entre os objetivos da Escola de Instrução Militar nº 166, estava o de formar o soldado integral. A educação do corpo cumpria um papel fundamental ao longo desse processo. “Essa formação prescindia de uma educação moral e corporal, afinal é no corpo que se inscreve a história pessoal de cada um e, também, de seu tempo” (SIMÕES e GOELLNER, 2012, p. 331). Os alunos eram preparados em instruções técnico-militares para exhibições públicas eficientes durante a realização de desfiles cívicos nas *Semanas da Pátria* e *7 de Setembro*.

Através da instrução militar, o *Colégio Diocesano Pio X* buscou disciplinar seus alunos conferindo um maior controle sobre seus corpos. A instrução militar era trabalhada a partir de três etapas: 1 – uma instrução geral; 2 – a educação física; e 3 – a instrução militar. A instrução geral, era um complemento da educação moral e cívica e tinha como objetivo a

¹⁶³ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1937, nº 1, p. 27-28.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Ibidem.

formação do aluno-soldado cumpridor de sua missão patriótica, realizando atividades esportivas, cívicas e de votação.

A instrução física abarcava as atividades físicas propriamente ditas. Os sujeitos eram incentivados a aproveitar seu valor físico ao máximo. Um corpo bem treinado e forte possibilitava que o aluno do *Colégio Diocesano Pio X* tivesse uma participação ativa nos eventos públicos.

No processo de militarização, a educação corporal foi utilizada como instrumento em prol da promoção da disciplina e da hierarquia. O enfoque da militarização do corpo higienizado e eugenizado era percebido como instrumento de transformação do corpo social (SIMÕES e GOELLNER, 2012, p. 331).

A instrução pela higiene e o cuidado de um corpo saudável levavam o indivíduo a desenvolver e a cultivar um senso de bem-estar social. Já a educação física voltava-se para a formação de homens dispostos e equilibrados. Segundo Alcir Lenharo (1986), as teorias de caráter eugênicas defendiam que, por meio da rigidez dos músculos, fortalecia-se a disciplina das vontades. A militarização do corpo através do suporte da prática de exercícios físicos assegurava o espírito, a solidariedade, a obediência, a vontade, a coragem e o amor aos valores pátrios.

De acordo com Simões e Goellner (2012, p. 331), “a instrução militar compreendia a instrução técnica e a instrução tática”. Na instrução técnica, os alunos aprendiam os meios necessários para desfilarem em “perfeita ordem nas formaturas de apresentações, ensinar as técnicas do armamento e de uso material de toda a espécie”, enquanto que na tática, ensinava-se e aprendia-se a aplicação correta dos exercícios e movimentos. Essas três etapas eram ensinadas e aprendidas na Escola de Instrução Militar nº 166 com o auxílio de instrutores militares de experiência comprovada.

João Pessoa, Paraíba, 26 de Abril de 1937. A fala do Capital Leonidas de L. Botelho, I. T. G. R., a respeito do funcionamento da Escola de Instrução Militar do *Colégio Diocesano Pio X*, reforçou os interesses defendidos pela instituição de arregimentar a maior quantidade possível de novas matrículas de alunos. O Colégio, por trata-se de uma instituição particular, tinha sua manutenção graças às mensalidades pagas pelos pais dos alunos nele matriculados. Eram esses alunos e seus bons resultados que mantinham o “prestígio” da instituição diante da sociedade. Para reforçar esse discurso, a direção recorreu às páginas da imprensa da época para divulgar os eventos organizados. As atividades realizadas pelos alunos e professores

ajudavam durante esse processo. O propósito desse discurso está evidente no relatório expedido e assinado pelo Capital Botelho:

O aludido educandário recomenda-se à confiança de todos os bons cidadãos, não só pelo carinho com que vem sendo tratada a instrução preliminar, habilitando os seus educandos à matrícula nos Cursos Superiores, de acordo com a Lei do Ensino, além de outras vantagens, como também pela ordem e disciplina que se evidenciam nos trabalhos internos do Estabelecimento. Tenho, pois, a grata satisfação de declarar que a E.I.M.P. Pio X, de João Pessoa, na Paraíba, é uma das que está funcionando a contento desta inspetoria (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1937, nº1, p. 27-28).

A Escola de Instrução Militar nº 166 atuou educando militarmente os alunos. A educação por ela fornecida construiu um modelo de cidadão patriótico e defensor dos valores nacionalistas. Logo, os símbolos nacionais foram cultuados e venerados pelas ruas da capital paraibana, pois era interesse “do Colégio Diocesano Pio X” a “formação cívica militar dos seus alunos. É o velho educandário não somente o grande cultivador das inteligências jovens da Paraíba, mas também uma verdadeira escola de futuros defensores da Pátria”¹⁶⁶. As cerimônias cívicas planejadas pela instituição e colocadas em prática por seus alunos em homenagem aos Dias da Pátria, 7 de Setembro e Dia da Juventude fizeram parte da defesa de seu projeto de educação e *cultura escolar*.

¹⁶⁶ Ver *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1937, nº 1, p. 27-28.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Entre os estabelecimentos de instrução na Parahyba, salienta-se o Colégio Pio X” (*REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X*, 1928, p. 41). O ano era 1928. Foi dessa forma que parte da imprensa paraibana (*Jornal A Imprensa* e *Revista do Colégio Diocesano Pio X*) do início do século XX buscou contribuir para a construção da identidade pedagógica do *Colégio Diocesano Pio X*: formulando e fazendo circular uma série de discursos que buscaram a todo custo “vender” a imagem da instituição, destacando a “excelência” e a “qualidade” de ensino ofertados/as a seus alunos por meio de textos, imagens e propagandas que exaltavam “qualidades”, tais como: as boas condições de trabalho que o Colégio disponibilizava a seus funcionários; a ordem e a disciplina que existia em suas dependências físicas; a organização arquitetônica; a eficiência de seu currículo; e a diversidade de disciplinas que possuía, dentre as quais, destacamos: Matemática, Português, Álgebra, Biologia, Geografia Universal e do Brasil, História Universal e do Brasil, Latim, Francês, Inglês, Educação Moral e Cívica, Higiene e Educação Física, além da Instrução Militar.

Assim, o discurso propagado na época afirmava que o Colégio era uma instituição educativa que zelava pela “eficiência”. Para isso, os diretores utilizaram-se das páginas de periódicos, como o jornal *A Imprensa* e a *Revista do Colégio*, para fazer circular entre seus leitores informações que atribuíam à instituição a imagem de “moderna”, “disciplinada”, “avançada” em métodos pedagógicos, materiais didáticos, dentre outros. Aqui, considero importante considerar o lugar de fala de tais periódicos. Ao contribuir para a construção positiva da imagem do educandário, esses dois impressos, por serem também católicos, assim como o Colégio, assumiram a missão de manter a sua boa imagem perante a sociedade paraibana. Portanto, essa imprensa não poupou esforços com o objetivo de fazer com que os discursos religiosos e científicos defendidos pela instituição circulassem na sociedade paraibana, construindo, dessa maneira, um projeto de educação alicerçado nas culturas físicas, higiênica e cívicas.

Após o exposto, destaco que o objetivo desta tese de doutoramento foi o de evidenciar como os discursos religiosos elaborados pelo *Colégio Diocesano Pio X* se ampararam nos dizeres e fazeres da ciência para conduzir as culturas higiênicas, físicas e cívicas no intuito de promover uma *cultura escolar* no período de 1910 a 1954, gestando, por sua vez, uma sensibilidade escolar para um corpo discente dito forte, são e saudável. Para tanto, ao longo da pesquisa, procurei problematizar os discursos médicos, religiosos, cívicos, patrióticos,

militaristas e pedagógicos que circularam em impressos do estado e nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, divulgando práticas educativas voltadas para o cuidado com o corpo e a mente.

Seguindo esse propósito, destaco que a escrita da presente tese não teria sido possível sem as contribuições teóricas e metodológicas dos inúmeros autores com os quais tive o prazer de dialogar. Nisso, busquei me aproximar de teóricos que dialogaram e construíram seus textos seguindo a perspectiva teórica da Nova História Cultural, a qual, nos últimos anos, tem possibilitado a ampliação de novos campos de pesquisa, conceitos e fontes. Assim, primeiramente, um conceito que foi de fundamental importância durante o processo de pesquisa e escrita foi o de *cultura escolar*, emprestado de Dominique Juliá e Viñao Frago. Esse conceito torna viável que o historiador da educação problematize os inúmeros aspectos que fazem parte do cotidiano e da vida escolar – as realizações, as ideias que circulam, a maneira como os sujeitos pensam e modelam seus corpos, os objetos materiais, os comportamentos, as maneiras de agir, de pensar, de dizer e de fazer.

Outra categoria conceitual importante foi o de *sensibilidades*, pensado a partir das contribuições de Alain Corbin e Pesavento. Para ambos, a dimensão sensível da “experiência” humana é mediada pelos sentimentos, paixões, desilusões, subjetividades, valores culturais, sociais, econômicos, religiosos, dentro outros. Tudo aquilo que faz parte da vivência e da “experiência” dos sujeitos.

O filósofo francês Michel Foucault foi outro teórico que trouxe relevantes contribuições para o trabalho. Os conceitos de *poder disciplinar*, *bio-poder* e *discurso* foram amplamente explorados no decorrer do texto. Para o teórico, o poder se encontra distribuído por todo o corpo social e é circulante, fluido e transversal. Não existe um titular do poder. Ele é móvel e escorregadio. Pode ser encontrado em espaços educativos da escola, da prisão, do hospital, da fábrica e do asilo. Já a medicina moderna, segundo Foucault, é uma prática social. Enquanto isso, o conceito de discurso é pensado como fruto de uma construção histórica, resultado das múltiplas relações de poder que permeiam a sociedade como um todo.

Portanto, a tese que por hora o leitor tem em mãos mostrou-se original e inovadora: por trazer para o campo da história da educação, da saúde, do corpo e das instituições escolares uma significativa contribuição. Lembro-me que, sobre o *Colégio Diocesano Pio X*, ainda não tinham sido produzidos trabalhos acadêmicos de maior expressão, como dissertações e teses, principalmente propondo-se a analisar os temas que aqui foram problematizados: as culturas físicas, higiênicas e cívicas à luz dos dizeres e fazeres dos discursos religiosos e científicos, como analisei ao longo da narrativa.

Destarte, o argumento de tese que formulei no início do primeiro capítulo se sustenta em parte, pois as fontes por mim consultadas e analisadas atestam que o *Colégio Diocesano Pio X* apropriou-se do discurso religioso com o respaldo dos dizeres/fazerem da medicina a fim de formular um conjunto de narrativas direcionadas ao modelamento do espaço escolar e do corpo dos alunos. O projeto científico-religioso desenvolvido pela direção do Colégio teve, como principal objetivo, controlar, disciplinar e medicalizar o corpo dos alunos através de práticas educativas – como a higiene do corpo, a ginástica sueca, o *volley boal*, o *foot ball* e o civismo, tudo organizado e posto em prática pelos religiosos, professores e médicos que faziam parte do corpo docente da instituição.

No decorrer da narrativa, procurei demonstrar como a criação do *Colégio Diocesano Pio X* pelo primeiro bispo da Paraíba, Dom Adauto, com o objetivo de “reconstruir socialmente” a população local, contribuiu para a gestação de uma *cultura escolar* nas primeiras décadas do século XX, amparada nos discursos da religião (católica) e da ciência (medicina). A partir desse momento, criou-se um conjunto de ideias para a emergência de uma *cultura escolar* pautada na defesa de uma educação científica e religiosa para a formação de cidadãos patrióticos, cívicos, disciplinados, medicalizados e normatizados.

No transcorrer da narrativa, cheguei à conclusão de que a arquitetura escolar, os cursos e as práticas educativas introduzidas pelo *Colégio Diocesano Pio X* em seu programa educativo contribuíram para a gestação de uma *cultura escolar* e *material* à vida escolar nas primeiras décadas do século XX. A cultura física e as diversas maneiras de exercitar o corpo também foram adotadas pela direção do Colégio por meio de produções discursivas que falavam de corpos fortes, saudáveis, belos, esbeltos, hígidos e vigorosos. As matérias de educação física e higiene atuaram transformando corpos raquíticos, fracos, doentes e débeis em corpos fortes, produtivos, cheios de energia.

Sendo assim, a cultura física integrou um processo mais amplo que dizia respeito à *cultura escolar* da instituição. Nesse intuito, a direção do *Colégio Diocesano Pio X* buscou apoio do discurso científico da medicina social como estratégia para implantação de seu projeto médico-educativo de construção de um modelo de educação higiênica. A matéria de higiene foi adotada como uma das disciplinas responsáveis por colocar em prática o cobiçado projeto de medicalização corporal, atuando sobre o corpo dos jovens que frequentavam suas dependências, modelando-os, disciplinando-os, adestrando-os, medicalizando-os e pedagogizando-os.

A disciplina de higiene fez parte de um projeto bem mais complexo, colocado em prática pela medicina higienista, que viu na escola o espaço ideal para a conformação de uma

população que deveria, à custa de muito esforço, tornar-se moderna e civilizada. O médico-higienista adentrou o Colégio pela porta da frente, prescrevendo e diagnosticando doenças, modos de adoecer, práticas de cura, a maneira correta de organização curricular, a distribuição do espaço arquitetônico, o vestuário mais adequado para as aulas e prática de atividades físicas, os calçados mais confortáveis. Discursou combatendo as doenças infectocontagiosas, prescrevendo diagnósticos. Ou seja, pelo que as fontes revelaram, fica evidente que o médico, incumbido de seu saber dito científico, teve uma presença marcante no dia a dia da instituição.

Outro discurso que fez parte da realidade do *Colégio Diocesano Pio X* durante o período aqui estudado foi o de defesa da educação cívica enquanto um ideal social a ser seguido e posto em prática. A direção do Colégio, usando-se do “prestígio social” que desfrutava sobre a imprensa paraibana, divulgou as cerimônias cívicas planejadas pela instituição e colocadas em prática por seus alunos em homenagem ao Dia da Pátria, 7 de Setembro, e ao Dia da Juventude. Todo esse conjunto de ideias contribuiu para que se firmasse o projeto de educação e *cultura escolar*. Uma cultura que defendia uma educação a serviço do progresso social e econômico da nação, de amor e defesa da pátria e dos ideais nacionalistas.

O civismo, em suas mais diferentes formas de expressão, foi arquitetado como um instrumento de edificação social. Nas festividades, as pessoas foram educadas e instruídas a venerarem os símbolos nacionais: os heróis, a bandeira, a figura de Getúlio Vargas, dentre outros. Uma maquinaria discursiva foi utilizada na intenção de produzir cidadãos patriotas e amantes da pátria. Os alunos do *Colégio Diocesano Pio X* desfilaram e enfeitaram as principais ruas da capital do estado, João Pessoa, comemorando as datas cívicas. As realizações desses eventos cívicos ajudaram a fabricar corpos fortes, saudáveis e repletos de nacionalismo.

Desde muito cedo, os alunos eram incentivados e educados a ser, num futuro próximo, cidadãos patriotas e comprometidos com os ideais pregados pelo governo federal. Esse objetivo ficou mais explícito a partir de 1937, quando Getúlio Vargas, contando com o apoio da elite brasileira, das forças armadas e de membros da Igreja Católica, implantou o Estado Novo. A partir daí, toda uma produção de discursos ocupou as principais páginas da imprensa nacional defendendo os projetos do novo regime político que estava sendo posto em prática. Dentre esses novos interesses, estava o projeto de estruturação de um novo modelo de educação que se dizia patriota e nacionalista, utilizada a serviço dos interesses do governo.

Logo, a educação tornou-se cívica, patriótica e nacionalista, e as escolas brasileiras, sejam públicas, sejam ou privadas, foram convidadas a dar sua contribuição na construção

desse novo projeto educacional. É claro que o *Colégio Diocesano Pio X* não ficou de fora desse ideal. Como foi visto no último capítulo da presente tese, dedicado ao estudo da educação cívica e do civismo enquanto um ideal social a ser seguido pelos brasileiros, os alunos do Colégio encheram as ruas de João Pessoa cheios de orgulho e de amor pela sua pátria, comemorando datas consideradas importantes: o 7 de Setembro, Dia da Juventude, Proclamação da República, o Estado Novo e o aniversário de Getúlio Vargas, o “representante da nação”.

Desse modo, espero que as análises feitas ao longo da presente narrativa possam trazer algum tipo de contribuição para a história da educação brasileira e paraibana, possibilitando reflexões e discussões a respeito da construção de um projeto de educação alicerçado nos discursos da religião e da ciência. Assim, espero que, ao dedicar-me ao estudo da educação paraibana, concentrando as análises numa instituição de ensino específica, que foi o caso do *Colégio Diocesano Pio X*, o trabalho contribua de algum modo com as análises em relação às questões sobre educação e sociedade.

Dito isto, quero dizer que a história do *Colégio Diocesano Pio X* durante o recorte utilizado na presente pesquisa não se esgota nas páginas aqui dedicadas a ele. Aliás, essa jamais foi e nem será minha intenção. Quero deixar claro que inúmeras outras experiências históricas que me propus problematizar aqui também são viáveis, dentre elas, destaco a figura de Dom Aduino. No meu entender, esse personagem merece, por parte dos historiadores da educação, uma pesquisa mais cuidadosa devido às suas inúmeras contribuições sobre os aspectos da história da educação local. Ele foi o primeiro Bispo da Paraíba, e ao assumir o cargo, cuidou logo de empreender uma série de melhoramentos no campo religioso, social, político e educativo. Para isso, nomeou clérigos, criou seminários, colégios diocesanos, envolveu-se em querelas políticas. No cenário paraibano das primeiras décadas do século XX, teve uma forte atuação e seu nome esteve envolvido em diversos assuntos, além de estampar as páginas dos principais veículos de comunicação do estado. O jornal *A Imprensa*, por exemplo, não economizou tinta e papel para homenagear ou citar o nome e feitos do Bispo. Basta folhear suas páginas e logo o leitor encontra informações sobre ele.

Além desse possível tema que merece um olhar mais atento por parte dos historiadores da educação, destaco também uma metodologia que pode trazer valiosas contribuições para o estudo da história do Colégio, que é a História Oral. Fazendo-se uso desta metodologia, os pesquisadores podem revelar novos horizontes a respeito da “rica” história da instituição e dos personagens que dela fizeram e fazem parte, ajudando, dessa maneira, a construir sua história e sua imagem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia. *In.*: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Escrever como fogo que consome**: reflexões em torno do papel da escrita nos estudos de gênero. Disponível em: http://simposiufac.blogspot.com.br/2013/07/durval-muniz-de-albuquerque-junior_22.html. Acesso em: 25 set. 16.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. – Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Pedagogia: a arte de erigir fronteiras**. 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ALVES, Manoel. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v.32, n.1, p.71-78, jan./abr. 2009.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942)**. 2014. 288f. Tese. (Pós-Graduação em Educação). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina;;Grande (1930-1960)**. 2010. 138f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)**. 2016. 327f. Tese. (Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 17, n. 2, 2012.

BARROSO, João. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. **Caderno de formação: formação de professores**: Bloco, v. 3, 2004.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. Cortez Editora, 2005.

BENCOSTTA, M.L.A. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares em Curitiba (1903-1971). *In.*: VIDAL, D. (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

BERNER, Talitha dos Prazeres. “Às minhas meninas”: um estudo sobre os discursos de laura jacobina lacombe dirigidos às alunas. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, 6. ano, cidade – estado. **Anais [...]**. Cidade: Universidade, cidade novamente. 20 jan 2019.

BIZZOCHI, C. **O voleibol de alto nível**: da iniciação à competição. Barueri: Manole, 2004.

BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: **CPDOC**, 2003. 29f.

BOMENY, Hlena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

CAMARA, Epaminondas. **Datas Campinense**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1947.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Luís Miguel. Explorando as transferências educacionais nas primeiras décadas do século XX. **Análise Social**, v. XL (176), 2005, 499-518.

CARVALHO, Marta Maria de. **A Escola e a República**. São Paulo: Editora Braziliense, 1989.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. A Igreja Católica na Paraíba republicana: romanização e “males” a serem combatidos. **Revista Paraibana de História**, ano I, n. 1, 2º semestre de 2014.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. – Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

CHARTIER, R. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CORBIN, Alan. **Saberes e odores**. O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Páginas de um novo tempo**: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no Boletim da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955). 2017. 180f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

DALSIN, Karine; GOELLNER, Silvana Vilodre. O elegante esporte da rede: o protagonismo feminino no voleibol gaúcho dos anos 50 e 60. **Movimento**. v. 12, n. 1 (jan./abr. 2006), p. 153-171., 2006.

DÁVILA, J. Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Edunesp, 2007.

DIAZ SOLER, Carlos Jilmar; DE ROSSI, Vera Lucia Sabongi. Escolas traçadas com régua e compasso na Colômbia e no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 83, p. 35-56, jan.-abr. 2011.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; PAUFERRO, Nezilda do Nascimento Silva. Matrizes históricas da inspeção escolar no Brasil: mecanismo de controle do trabalho docente em

Alagoas nos Oitocentos. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 121-151, jan./abr. 2017.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador, volume 1**: uma história dos costumes. 2ªed, Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERREIRA LEITE, Carlos Henrique. Teoria, Metodologia e Possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**. v. 7, n.1 (2015) ISSN 2238-7188 p. 3-17. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/Art.25%5B3%5D.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p. 197 – 223; novembro / 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado, 29ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 38 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976); tradução Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. 1ªed. – São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FRAGA, Alex Branco; SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. **Pro-Posições**. v. 14, n. 2 (41) - maio/ago. 2003.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Set/Out/Dez. 1995. p. 63-82.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FURTADO, Heitor Luiz; QUITZAU, Evelise Amgarten; SILVA, Marcelo Moraes. Blumenau e seus imigrantes: apontamentos acerca da emergência de uma cultura física (1850-1899). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 665-676, abr./jun. de 2018.

FRANZINE, Fábio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade. **História do esporte no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 107-132.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. Imagens Literárias da Educação em Campina Grande (1907-1957). **Revista Eletrônica EDUEP - UEPB**. v. 2, nº 1, 2008. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html>. Acessado em: 14 mar. 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista** – a Pedagogia Crítico – Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. v. 10. Edições Loyola, São Paulo - Brasil, 1991.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo; SOARES, Carmen Lúcia; SILVA TERRA; Vinícius Demarchi. CORPO-MÁQUINA: DIÁLOGOS ENTRE DISCURSOS CIENTÍFICOS E A GINÁSTICA. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 973-984, out./dez. de 2015

GONDRA, José Gonsalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: **500 anos de educação no Brasil**. Eliane Marta Texeira Lopes; Luciano Mendes de Faria Filho; Cynthia Greive Veiga (Ogrs.). 3 ed., Belo Horizonte; Autentica, 2003.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio: Editora 34, 1999.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). – 2.ed. ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

HORA, Dayse Martins. **Medicalização, escola nova e modernização da nação**: 1930-1945. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dayse_Martins_Hora_artigo.pdf. Acesso em: 14 ago. 2016.

JULIÁ, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista brasileira de história da educação**, nº1 jan./jun. 2001.

KEHL, Renato. **A fada Higia**: o primeiro livro de higiene. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

KIRK, David. Physical culture, Physical education and relational analysis. **Sport, Education and Society**, v.4, n. 1, p. 63-73, 1999.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. **Revista brasileira história da educação**., Campinas-SP, v. 11, n. 2 (26), p. 81-102, maio/ago. 2011.

LARROCA, Muller Liliana; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920 – 1937). **Interface – Comunica., Saúde, Educ.**, v.14, n.34, p.647-60, jul./set. 2010.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª ed. Campinas - SP: Papyrus, 1986.

LIMA, Conego Francisco. **D. Adauto**: subsídios Biográficos. 1915-1935. 2º v., 2º ed. João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2007.

LIMA, Conego Francisco. **D. Adauto**: subsídios Biográficos. 1º v., 2 ed. 1855-1915. Editora UNIPÊ. – João Pessoa – PB, 2007.

LINHARES, Meily Assbú. **A escola e o esporte**: uma história de práticas culturais. – São Paulo: Cortez, 2009.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

NETTO NUNES, Eduardo Silveira. Invenção educativa: a constituição da pedagogia Marista no Abrigo de Menores. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/htm>. Acesso em: 31 mar. 2019.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In.: GONDRA, José Gonçalves; VIEIRA, Carlos Eduardo; *et al.* (Orgs.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NUNES, Maria Thetis. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962. (Textos Brasileiros de Pedagogia, 2).

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In.: MACHADO, Roberto. (Org.). **Microfísica do poder**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: História das instituições escolares. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARIANO, Nayana R. Cordeiro. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). 2015. 253f. Tese. (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). -1º ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas - SP, Editora da Unicamp, 1994.

MARQUES, V. R. B.; FARIAS, F. C. S. Á. "Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral": a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. **Educação revista**., Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 287-302, Abr. 2010.

MASCARENHAS, G. O futebol no Brasil: reflexões sobre paisagem e identidade através dos estádios. In: BARTHE-DELOIZY, F; SERPA, A. (orgs). **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia [online]**. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 67-85. ISBN 978-85-232- 1238-4.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 2, p. 128-135, 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.**

Disponível em:

http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq5/2_instituicoes_cp5.pdf
. Acesso em: 09 ago 2019.

OLIVEIRA, Alda Luciara Gomes de; SILVESTRE, Gustavo Henrique Brito; OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Saúde bucal: um olhar sobre as prescrições médico-odontológicas em espaços escolares e reclames publicitários da Paraíba (1920-1940).

<https://www.editorarealize.com.br/revistas/coprecis/anaais.php>.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de Família do Recife Moderno (Décadas de 20 e 30).** 2002. 229f. Tese. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Práticas educativas e sensibilidades médico-pedagógicas: a educação da saúde bucal e das expressões faciais (Parahyba, 1919 – 1945). In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, **Anais Eletrônicos** – ISBN 978-85-7745-551-5, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; MATOS, Maria Izilda S. “Para maior glória do nosso Brasil”: educação e cuidados para a saúde bucal infantil, 1912-1940. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n.4, out.-dez. 2018, p.1261- 1279.

OLIVEIRA, M. A. T.; BELTRAN, C. X. H. Uma educação para a sensibilidade: circulação de novos saberes sobre a educação do corpo no começo do século XX na Ibero-América. **Revista Brasileira História Educação**, Campinas – SP, v.13, n.2 (32), p. 15-43, maio/ago., 2013. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/346/pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo.** - Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2009.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 132p.

PESAVENTO, S. J. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Revista Nouveaux Mondes/Mundos Nuevos**, Paris, 2004. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>. Acesso em: 24 jan. 2017.

PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de. **A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná.** Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, pp.135-158, Jan/Jun 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Um Roteiro Histórico Educacional na Cidade de João Pessoa (em textos e imagens).** – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

PIRES, Giovani de Lorenzi; MaZZAROBÁ, Cristiano Mezzaroba. Breve Panorama Histórico do Voleibol: do seu surgimento à espetacularização esportiva. **Ativ. Fis. Lazer e Qual. Vida: R.Educ.Fís.**, Manaus, ISSN 2179-4677, v.2, n. 2, p.3-19, jul./dez.,2011.

RIZZINI, Irene; GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**,

v. 19, n. 58, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n58/03.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

ROCHA, F. R. P. **“A oficina da nacionalidade”**: higienização das crianças e das mães na Parahyba (1911 a 1927). 2016. 115f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB.

ROCHA, H. H. P.; MARQUES, V. R. B. A produção do aluno higienizado. In.: **Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU. 2006. p. 4549-4557.

ROCHA, Heloísa H. Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). – Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

SANTOS, Alexandro dos. **“Cultura física”**: o ensino de Educação Física no Instituto Pedagógico Campinense (Década de 1930). (Monografia Graduação). Campina Grande – PB: UFCG, 2014.

SANTOS, Alexandro dos. **“Cultura *physica* para a família campinense”**: Higiene e Educação Física no Instituto Pedagógico – Campina Grande – PB (1931-1942). 2017. 180f. Dissertação. (Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, 2017.

SANTOS, Alexandro dos; JÚNIOR, Azemar dos Santos Soares. “Agilidade, destreza e resistência adquiridas na infância”: jogos e brincadeiras nas aulas de educação física da Paraíba (1920-1945). **Revista Ágora**, n. 27, p. 80-99, 2018.

SANTOS, Laís Vasconcelos. **A escola que produz saúde**: os serviços de assistência médico-escolar no Brasil e na Colômbia (1920-1938). 2019. 120f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

SANTOS, Laís V; OLIVEIRA, Iranilson B de. 'Conselhos de Higia': os discursos médicos atuando nas trama dos controles dos corpos nas escolas (1920-1930). In: IV Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Cnepre), 2018, Campina Grande-PB. **Anais**, 2018.

SÁ, Lenilde Duarte. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Hygiene Pública (1895 a 1918). 1999, 291p. 1999. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Leonardo Q. Barboza dos. **Entre a ciência e a saúde pública**: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929). 2015. 254f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.

SAVIANI, Dermeval. O legado Educacional do “longo século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Insituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. *In.*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et.al. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SENZI ZANCUL, Maria Cristina de; SOUZA, Rosa Fátima de. Instrumentos Antigos como Fontes para a História do Ensino de Ciências e de Física na Educação Secundária. **Educação: Teoria e Prática**. v. 22, n. 40, mai/ago 2012.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante. Técnica, ritmos e ritos do Rio. *In.*: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Daviana Granjeiro da. **A construção da pátria amada: educação, patriotismo e nacionalismo na Paraíba durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**. 2016. 129f. Dissertação. (Pós-Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

SILVA, José Eudes Ferreira da. **Uma instituição confessional masculina: o Diocesano Pio X e suas representações, práticas e cultura escolar dos anos 1894-1910**. 2014. 33f. Monografia. (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande – PB.

SILVA, Paloma Porto. **A higiene como missão: Fundação Rockefeller, filantropia e controvérsia científica – Paraíba do Norte (1923- 1930)**. 2014. 150f. Doutorado. (Pós-Graduação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte – MG.

SILVA, Washington Abadio da; GATTI JÚNIOR, Décio. A formação de "bons cristãos e virtuosos cidadãos" na princesa do sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916). **Cadernos de História da Educação** - nº. 2 - jan./dez. 2003.

SILVA, Vânia Cristina da. “Brado forte, mágico e saudoso, que vibra em nosso coração gentil”: A Semana da Pátria e a educação em impressos paraibanos (1937-1945). **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju. V.7, N.2, p. 75 – 84, fev.2019.

SILVEIRA, Anny J. Torres. A medicina e a influenza espanhola de 1918. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 91-105, 2005.

SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação do corpo para o “soldado integral”, “forte de físico, culto de cérebro e grande de alma”. **Motriz**, Rio Claro, v.18, n.2, p.327-337, abr./jun. 2012.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOARES, Carmen Lúcia. Quando a roupa educa o corpo. **Jornal da Unicamp**. – Campinas, SP, 8 a 14 de novembro de 2010 – ANO XXIV – Nº 480.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. – 3.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. **As roupas nas práticas corporais e esportivas: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação no corpo. **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 43-60. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a04.pdf>. Acesso em: 02/03/2015

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos Hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912 – 1924)**. 2011. 193f. Dissertação. (Pós-Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. Santuário da Saúde: Corpo e Educação Physica na Paraíba no Início do Século XX. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2012 Vol. 9 Ano IX nº3 www.revistafenix.pro.br. ISSN 1807-6971.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos; SILVA, Vânia Cristina da. Hábitos sadios: modelação de corpos e mentes nas escolas da Paraíba (1937-1945). IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – 31/07 a 03/08/2012 – **Anais Eletrônicos** – ISBN 978-85-7745-551-5.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)**. 2015. 271f. Tese. (Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Escritos sobre Higiene: os manuais médicos - pedagógicos em circulação na Paraíba. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 24, n. Especial, p. 99-116, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/26286>. Acesso em: 04 ago. 2018.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos; ARRUDA, Ramon Limeira Cavalcanti de. “Sobre a necessidade de cuidar da perfeita educação”: Flávio Maroja e sua política médico-pedagógica. **SÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [31]; João Pessoa, jul./dez. 2014.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos; SANTOS, Alexandro dos. “A escola só recebe alunos limpos”: os investimentos da Revista do Ensino em lapidar corpos higienicamente educados na Paraíba (1932-1942). In.: RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; SILVA, Vivia de Melo (Orgs.). **Leituras sobre a Revista do Ensino da Paraíba – 1932 – 1942 (livro eletrônico)**. Campina Grande: EDUFPG, 2019.

SOUZA JUNIOR, José Pereira. **Estado laico, igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890–1930)**. 2015. 232f. Doutorado. (Pós-Graduação em História). – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE.

SOUZA, Valdirene Pereira de. **Maquinando rostidades para a infância paraibana: entre discursos jornalísticos e narrativas orais (1930/1940)**. 2017. 294f. Doutorado. (Pós-Graduação em História). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC.

SOUZA, João Paulo Ribeiro de. **Modernidade, Esporte e Lazer na cidade da Parahyba do Norte – 1908 – 1925**. 170f. 2014. Dissertação. (Pós-Graduação em História) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In.: VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima de. (Orgs.). **Cultura**

escolar: história, práticas e representações. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 52, novembro / 2000.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX:** ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto:** a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). 2006. 220f. Dissertação. (Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

STEPHANOU, Maria. Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores. **História da Educação.** ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas (2): 145-168, set. 1997. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30670/pdf>. Acesso em: 23 mai. 2015.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: BASTOS, Maria Helena; STEPHANOU Maria (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Século XX.** 3. v. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 142-164.

STEPAN, Nancy Leys. **“A Hora Da Eugenia”:** Raça, Gênero e Nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STRUJAK, Ana Paula; LEDESMA, Maria Rita Kaminski; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Desfiles escolares: A análise do Civismo pela via das fotografias. XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 2013. **Anais [...].** Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

TREVIZOLI, Dayane Mezuram; VIEIRA, Letícia; DALLABRIDA, Norberto. As mudanças experimentadas pela cultura escolar no ensino secundário devido à implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. **Colóquio “Ensino Médio, história e cidadania”,** v. 3, n. 3, p. 1-13, 2013.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduarda. Civismo e Educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeL,** Pelotas, v. 13, n. 27 p. 279-292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 370 pp. (Coleção Estudos CDAPH, Série Historiografia), São Paulo.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Histórias de educação física na escola.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. **Cadernos Cedes,** ano XIX, nº 48, Agosto/1999.

VEIGA – NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. A civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX): questões teóricas e conceituais. **Anais** do XII Simpósio Internacional Processo Civilizador – Civilização e Contemporaneidade, 10, 11, 12 e 13 de novembro de 2009, Recife/Brasil.

VELÔSO, Ricardo Grisi. Histórico da Arquidiocese da Paraíba. *In.*: SANTOS, Ednaldo Araújo dos. (Org.). **Arquidiocese da Paraíba (1914-2014):** História e Memória. – João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Editora Autores Associados LTDA, 2005.

VIDAL, Laurent. Alain Corbin: o prazer do historiador (entrevista concedida a Laurent Vidal). **Revista Brasileira de História** [online]. 2005, v. 25, n. 49, p.11-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n49/a02v2549.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

ZAMLORENZI, Claudia M. Petchk. História da educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 60-71, dez. 2010 – ISSN: 1676 – 2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art04_40.pdf. Acesso em: 19 nov. 2015.

FONTES E ACERVOS

Anuário Eclesiástico da Parahyba do Norte (Volume I – 1894-1907). Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Atualidades Pedagógicas. ano 5, n.30. nov./dez, 1954. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.01.1938 a 31.03.1938. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.01.1939 a 31.03.1939. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.01.1940 a 29.06.1940. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.01.1941 a 29.06.1941. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.04.1936 a 28.06.1936. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.04.1937 a 29.06.1937. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.04.1938 a 29.06.1938. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.04.1939 a 29.06.1939. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.06.1933 a 30.09.1933. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.07.1934 a 30.09.1934. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.07.1936 a 30.09.1936. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.07.1939 a 30.09.1939. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.10.1933 a 24.12.1933. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.10.1936 a 24.12.1936. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.10.1937 a 24.12.1937. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.10.1938 a 24.12.1938. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 01.1937 a 31.03.1937. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 02.02.1933 a 21.05.1933. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 02.04.1935 a 29.06.1935. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 02.07.1935 a 29.09.1935. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 02.07.1940 a 24.12.1940. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 02.10.1935 a 24.12.1935. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 03.04.1934 a 29.06.1934. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 04.01.1934 a 28.03.1934. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 05.01.1936 a 31.03.1936. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 06.01.1935 a 29.03.1935. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 08. 01. 1914 a 22. 12. 1914. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 08.01.1920 a 22.12.1920. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 08.01.1927 a 23.12.1927. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 09.01.1926 a 22.12.1926. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 10. 01. 1916 a 21. 12. 1916. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 10.01.1923 a 21.12.1923. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 10.01.1925 a 23.12.1925. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 11.01.1922 a 23.12.1922. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 11.01.1928 a 22.12.1928. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 11.01.1930 a 24.12.1930. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 12.07.1938 a 30.09.1938. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 13. 01. 1913 a 22. 12. 1913. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 15. 01. 1915 a 20. 12. 1915. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 15. 08. 1917 a 11. 08. 1918. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 15.08.1918 a 14.08.1919. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 21.08.1919 a 12.08.1920. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 26.01.1921 a 21.12.1921. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 26.08.1931 a 10.01.1931. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A Imprensa. Paraíba. 28.01.1924 a 16.07.1924. Arquivo Eclesiástico da Paraíba, João Pessoa.

Jornal A União (Décadas de 1920, 1930 e 1940). Biblioteca da Secretária de Educação do Município de Esperança, Paraíba.

Jornal O Norte. Paraíba. 13 de Setembro de 1912. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, IHGP, João Pessoa.

Revista de Medicina da Paraíba. Paraíba. 1933. 1936. 1939. 1941. 1942. 1942. 1943.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 1, n.2, set. 1910. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 1, n.3. out. 1910. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 1, n.4. ago. 1910. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 10, n. 4 e 5, jun./jul. 1919. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 14, n.1. maio, 1923. n.8, nov./1923. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 15, n.3. maio. 1924. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 17, n.6. ago. 1926. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 19, 1928. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 2, n.5. set. 1911. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 2, n.6. out. 1911. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 20, 1929; ano 23, 1932. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 21, 1930; ano 22, 1931. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 27, n.1. ago. 1936. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 27, n.1. ago. 1936. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 29, n.2, nov. 1938. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 29, n.3, jul. 1938. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 3, n.1. abr. 1912. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 3, n.2. maio. 1912. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 3, n.3. jun. 1912. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 3, n.4, n. 5. jul. 1912. out. 1910. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 3, n.6. ago. 1912. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 3, n.8. out. 1912. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 30, n.1, set. 1939. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, dez. 1932. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n. 8 e 9, nov./dez. 1941. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n. dez. 1931. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n.1, abri. 1941. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n.2, maio de 1941. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n.3, jun. de 1941. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n.4, jul. 1941. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n.6, set. 1941. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 32, n.7, out. 1941. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 4, n.1. abr. 1913. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 4, n.2. maio. 1913. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 4, n.6. set. 1913. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 4, n.7. out. 1913. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 4, n.8. nov. 1913. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 5, n.2, n.3. maio. 1914. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 5, n.4. jul. 1914. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 5, n.8. nov. 1914. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 6, n.4. jun. 1915. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 6, n.8. out. 1915. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 6, n.9. nov. 1915. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 6, n.9. nov. 1918. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. ano 7, n. 8, out. 1916. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1915. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1916. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1917. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1918. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1924. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1933. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1935. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1937. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. 1941. Acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.

Revista do Ensino da Paraíba (de 1932 a 1942). Arquivo Digital da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa.

Revista Era Nova. Arquivo Digital da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

APÊNDICE

Quadro contendo informações sobre o local/cidade/estado e ano de fundação das paróquias por Dom Adauto, no período em que esteve à frente da administração da diocese da Paraíba.

Quadro 11: Paróquias criadas por Dom Adauto.

	Estabelecimento	Cidade	Ano
1º	<i>Paróquia do S. Coração de Jesus</i>	Serraria – PB	1900
2º	<i>Paróquia de Nossa Senhora do Livramento</i>	Umbuzeiro/PB	1902
3º	<i>Paróquia de Nossa Senhora da Conceição</i>	Itabaiana/PB	1903
4º	<i>Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Batalhão</i>	Batalhão/PB	1904
5º	<i>Paróquia de São Sebastião</i>	Flores/RN	1904
6º	<i>Paróquia de Nossa Senhora do Bom Conselho</i>	Esperança/PB	1908
7º	<i>Paróquia de Nossa Senhora da Conceição</i>	Pocinhos/PB	1908
8º	<i>Paróquia de Nossa Senhora da Conceição</i>	Alagoinha/PB	1909
9º	<i>Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro</i>	Alagoa do Monteiro	1912
10º	<i>Paróquia de Santana</i>	Piancó/PB	1913
11º	<i>Paróquia de São João Batista</i>	Fagundes/PB	1913
12º	<i>Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes</i>	João Pessoa/PB	1913
13º	<i>Paróquia de Santana</i>	Soledade/PB	1913
14º	<i>Paróquia de São Pedro</i>	Serra Redonda/PB	1917
15º	<i>Paróquia do Sagrado Coração de Jesus</i>	Pilões de Dentro/PB	1918
16º	<i>Paróquia de Caraúbas</i>	Caraúbas/PB	1923
17º	<i>Curato de Nossa Senhora do Rosário</i>	João Pessoa/PB	1923
18º	<i>Curato do Sagrado Coração de Jesus</i>	Cabedelo/PB	1924
19º	<i>Paróquia de Nossa Senhora do Rosário</i>	Pirpirituba/PB	1925
20º	<i>Paróquia de Nossa Senhora do Rosário</i>	João Pessoa/PB	1929
21º	<i>Curato de Nossa Senhora da Conceição</i>	Pedras de Fogo/PB	1932
22º	<i>Paróquia Nossa Senhora da Conceição</i>	Sapé/PB	1932

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da tese a partir de informações colhidas de (VELÔSO, 2013).